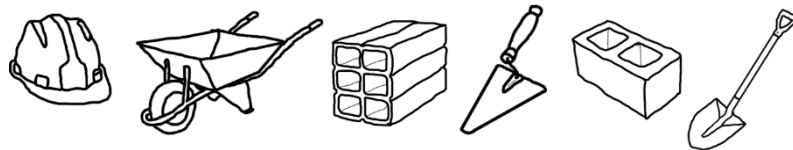


UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Livia Maria Moreira de Moraes

DO CANTEIRO AO COTIDIANO:

o legado de processos autogestionários de produção de moradias
em Belo Horizonte



Belo Horizonte
2019

Livia Maria Moreira de Morais

**DO CANTEIRO AO COTIDIANO:
o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dr^a Heloisa Soares de Moura Costa

Área de concentração: Organização do Espaço

Belo Horizonte
2019

M827c 2019 Morais, Livia Maria Moreira de.
Do canteiro ao cotidiano [manuscrito]: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte/ Livia Maria Moreira de Morais. – 2019.
266 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientadora: Heloisa Soares de Moura Costa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2019.
Área de concentração: Organização do Espaço.
Bibliografia: f. 253-260.
Inclui anexos.

1. Planejamento urbano – Belo Horizonte (MG) – Teses. 2. Habitação – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Políticas públicas – Teses. 4. Movimentos sociais urbanos – Teses. I. Costa, Heloisa Soares de Moura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 711.4(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA




FOLHA DE APROVAÇÃO

Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte

LIVIA MARIA MOREIRA DE MORAIS


Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 18 de junho de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Heloisa Soares de Moura Costa - Orientador
IGC/UFMG


Prof(a). Silke Kapp
EA/UFMG


Prof(a). Geraldo Magela Costa
IGC/UFMG


Prof(a). João Bosco Moura Tonucci Filho
FACE/UFMG

Belo Horizonte, 18 de junho de 2019.

A todas as pessoas que lutam por esta cidade.

AGRADECIMENTOS

Que conforto ter um espaço para deixar o meu mais sincero carinho por tantos apoios que tive ao longo tempo em que estive mobilizada com a dissertação.

À minha mãe Eliana, feita de sabedoria e amor. Além de relações públicas, bióloga e arquiteta, agora também carrega um pouquinho de geógrafa. Ao meu pai Irineu, por ser meu senso de honestidade. Aos meus irmãos Flávio e Lilian, por serem luz no mundo e minha luz.

À Gabs, meu incentivo primário. Quem me estendeu a mão corajosa e disse: “vamos tentar este mestrado”?

Ao Bibi, por tanto estímulo, força, ânimo, brilho... A lista segue enorme. A melhor companhia diária que eu sequer poderia imaginar.

Ao Natan, pelas doses de amor que me seguraram ao longo desses dois anos e de tempos anteriores.

À Silke, à Leta e ao Geraldo, pela leitura tão atenta ao material que entreguei para a banca de qualificação e por clarearem o meu pensamento. À Leta e à Silke, ainda, por serem minhas arquitetas de referência. Um último obrigada à Leta, pelas contribuições pós-banca.

Àqueles e àqueles que me dedicaram um tempo precioso para as entrevistas que compõem esta dissertação. Embora eu os nomeie de modo fictício, jamais apagarei da memória os nomes verdadeiros que tanto me ofereceram mesmo pouco (ou nada) me conhecendo.

À Stael e à querida turma do Laboratório da Paisagem, por me mostrarem o caminho da pesquisa. À Celina, à Silke e aos amigos do MOM, por me firmarem nele.

Às amigas e aos amigos que, de uma forma ou de outra, são verdadeira inspiração: à mais amável do mundo inteiro Isadora; à Velt, minha festa particular de toda uma vida, personificação do entusiasmo e da alegria; à Fê e à Clara, com quem (muito felizmente) construí o início de um caminho pelas arquiteturas; à Ana, uma das minhas maiores lições de respeito e dedicação; ao incansável Thiago, sempre tão generoso e atencioso; às tão fortes e tão perto Rê, Paulinha, Elizinha e Bekah, mesmo com os bons quilômetros de distância que nos separam; à Cacá, das pessoas mais conscienciosas que conheço; à Patzinha, fábrica de palavras amigas; à Maíra e à Dê, amigas queridas que floresceram do mestrado; ao leal BBB, meu canal de lucidez preferido; ao sempre comigo Pedro.

Ao tio Genaro (em memória), cujo encantamento me pegou de surpresa durante a escrita desta dissertação. Por ter, em um tempo que eu queria tão mais largo, expandido o meu mundo com a música, a poesia e a sensibilidade de uma vida.

Às professoras e aos professores com os quais cruzei nestes dois anos e algo, por alimentarem minhas inquietudes, mostrando caminhos novos e instigantes. Aos meus colegas do mestrado, pela coragem de não desistirem de buscar conhecimento em tempos de ataque ao pensamento crítico.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG, por me oferecer as condições para realizar este trabalho.

À CAPES, que viabilizou economicamente o desenvolvimento desta pesquisa.

E, como não poderia deixar de ser, à Heloisa, que sempre compartilhou seu (enorme) conhecimento com tanta humildade e delicadeza. Muito grata por receber uma orientação imensamente generosa.

RESUMO

Na década de 1980, o movimento de moradia se articula e ganha força nacional, realizando uma série de ações que objetivavam a criação de um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social que incorporasse a pauta da autogestão. A transição entre décadas será fértil para o surgimento de programas afeitos à questão autogestionária na produção de moradias; São Paulo e Ipatinga serão os primeiros municípios a transformarem o pleito autogestionário em decisão política. Inspirado pelos antecedentes de Ipatinga e São Paulo, o Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão será aprovado em 1996 durante a gestão de Patrus Ananias (1993-1996) em Belo Horizonte. Porém, com o lançamento do Programa Crédito Solidário – primeiro programa de produção de moradias do governo Lula (2003-2010) que intenciona responder a demanda da autogestão – em 2004, o programa municipal perde razão de existir. Paralelamente, os movimentos sociais em prol de moradia da Região Metropolitana de Belo Horizonte, insatisfeitos com os poucos avanços nas políticas habitacionais de seus municípios, irão realizar ocupações de terra urbanas a partir de 2006. Dito isto, é possível fazer a distinção entre dois tipos de processos coletivos autogestionários voltados à produção de moradia: o primeiro é fruto geral de um programa de políticas públicas, seja ele municipal ou federal, portanto conta com a mediação do Estado, e o segundo é conduzido por moradores, por vezes assessorados por técnicos e/ou movimentos sociais, mas a presença estatal não é indispensável. Nesta dissertação, o primeiro será identificado como *autogestão via produção habitacional* e o segundo, como *autogestão via produção de cidade*. A questão que a pesquisa intenciona responder é em que medida um processo autogestionário de produção de moradias favorece a autonomia – um dos fundamentos da autogestão – do grupo envolvido. Para tal, quatro experiências autogestionárias belo-horizontinas foram analisadas: a) Urucua e Villarégia, resultantes do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão; b) Residencial Serra Verde, resultante do Programa Crédito Solidário e c) a vila Eliana Silva, que nasce como uma ocupação de terra urbana assessorada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas.

Palavras-chave: autogestão; autonomia; produção de moradias; consumo de moradias; Belo Horizonte.

ABSTRACT

In the 1980s, the housing movement will articulate itself and gain national force, what will lead it to provide actions with the objective of the elaboration of an integrated system of popular housing that could incorporate the autogestion agenda. The transition between decades will be fertile in terms of the rising of programs affectionate to the idea of autogestion in the housing production. São Paulo and Ipatinga will be the first cities to transform the autogestion matter in politics. Inspired by the background of Ipatinga and São Paulo, the “Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão” will be approved in 1996 during the government of Patrus Ananias (1993-1996) in Belo Horizonte. However, with the launch of the “Programa Crédito Solidário” – the first program of Lula’s governance (2003-2010) that concerned the production of popular housing affectionate to the idea of autogestion – in 2004, the municipal program loses its living reason. In parallel, dissatisfied with the few advances in the housing policies of their municipalities, the social movements related to housing in the Metropolitan Region of Belo Horizonte will carry out various urban land occupations from 2006 on. That being said, it is possible to distinguish between two types of collective autogestionary processes related to housing production: the first one is a result of a government policy, municipal or federal, so it is based on State mediation and the second one is conducted by the occupants themselves, sometimes advised by technicians and/or social movements, but the State is no longer a requirement. In this dissertation, the first one will be identified as *autogestion via housing production* and the second, *autogestion via city production*. The overall aim of the research is to discuss the extent to which an autogestionary process of housing production favours the autonomy – one of the foundations of autogestion – of the group involved. For this purpose, four autogestion experiences in Belo Horizonte were analyzed: a) Urucuia and Villarégia, results of the “Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão”, b) Residencial Serra Verde, a result of the “Programa Crédito Solidário” and c) Eliana Silva, which was born as an urban land occupation assisted by the “Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas”.

Keywords: autogestion; autonomy; housing production; housing consumption; Belo Horizonte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Equipe de dobramento de vergalhões, no Urucuia.	134
Figura 2: Equipe em momento de aplainamento do solo após finalização de sapatas, no Urucuia.	134
Figura 3: Mulheres no preparo de alimentos durante as obras do Urucuia.....	135
Figura 4: De capacete branco, o senhor serralheiro que oferece ajuda ao grupo.....	136
Figura 5: No primeiro plano, trabalha-se a estrutura metálica do telhado. No segundo, peças já instaladas sobre as casas do Urucuia.	136
Figura 6: Casas-modelo no primeiro pavimento, em bloco Sical no primeiro plano e Usimix no segundo.....	137
Figura 7: Casas-modelo já no segundo pavimento, em bloco Usimix no primeiro plano e Sical no segundo.....	138
Figura 8: Residencial ASCA durante a edificação do segundo pavimento.....	142
Figura 9: Casas do Residencial ASCA com esquadrias e telhado ainda ausentes.	142
Figura 10: Residencial ASCA em etapa já bastante avançada, com telhado finalizado.	144
Figura 11: Reportagem na íntegra de Maria Amélia Bracks Duarte referente ao caso do Residencial Paineiras / Fonte: Caderno Opinião, maio de 2005.....	156
Figura 12: Fase inicial do empreendimento: manejo da bate-estaca.....	157
Figura 13: Valas abertas para receber as fôrmas.....	157
Figura 14: Ferragens e fôrmas instaladas para receberem o concreto.....	157
Figura 15: Baldrames finalizados.....	158
Figura 16: Laje de piso finalizada.	158
Figura 17: Homens edificando o muro de divisa, considerada a “escola de alvenaria” do RSV.	158
Figura 18: Mulheres e homens trabalhando na fundação do RSV.....	160
Figura 19: Horta cultivada no canteiro de obras para o preparo dos alimentos.	160
Figura 20: Contenção improvisada para se evitar empoçamentos junto aos blocos, exemplo da criatividade técnica.	167
Figura 21: Canaleta com entulhos, uma forma improvisada para quebrar a energia das águas.	168
Figura 22: Eletrodutos corrugados.	168
Figura 23: Canteiro de obras inerte.	168
Figura 24: Banheiros públicos, masculino e feminino.....	179

Figura 25: Chuveiros públicos, masculino e feminino.....	179
Figura 26: Cozinha comunitária.....	179
Figura 27: TEVAP: fixação de tela de estuque por estudantes.....	185
Figura 28: TEVAP: revestimento com cimento após telamento.....	186
Figura 29: TEVAP: preenchimento com entulho e pneus.....	186
Figura 30: Círculo de bananeiras recém-finalizado.....	186
Figura 31: Cômodo inicial da Creche Tia Carminha.....	188
Figura 32: Reforma que ocorria, até então, sem financiamento coletivo.....	188
Figura 33: Movimentação de terra desproporcional.....	190
Figura 34: Parquinho após montagem.....	191
Figura 35: Terreno instável após cortes indevidos.....	192
Figura 36: Pneus sem preenchimento.....	192
Figura 37: A reforma não parava, mesmo com a campanha de financiamento coletivo em curso.	194
Figura 38: Entrada na creche após reforma.....	195
Figura 39: Obras da construção do anexo, corresponde ao refeitório.....	195
Figura 40: Refeitório pós-reforma.....	195
Figura 41: Refeitório pós-reforma.....	195
Figura 42: Creche Tia Carminha com pintura externa mais recente.....	196
Figura 43: Interior da biblioteca antes de receber novos equipamentos.....	196
Figura 44: Interior da biblioteca, com computadores à disposição após o espaço ter sido readequado.....	196
Figura 45: Vista de topo da Vila Eliana Silva, no início de 2019. As quadras têm tamanhos distintos e são divididas em lotes individuais.....	203
Figura 46: Conjunto Urucua.....	204
Figura 47: Viela transversal de acesso restrito, delimitada por portão.....	204
Figura 48: Viela transversal de acesso irrestrito.....	204
Figura 49: Viela longitudinal aberta.....	205
Figura 50: Viela longitudinal fechada.....	205
Figura 51: Rua de pedestres, transversal.....	205
Figura 52: Implantação do Villarégia, com pátio interno e alamedas abertas (amarelo), que desembocam na rua Tubarão.....	206
Figura 53: Vista de topo do RSV, com os blocos que “se abraçam”, formando pátio interno.	206

Figura 54: Como as unidades do Villarégia foram entregues.	208
Figura 55: Modificações frontais no Villarégia: muros e gradis.	208
Figura 56: Modificações frontais no Villarégia: muros e gradis.	208
Figura 57: Muitas casas optam por não revestir as fachadas.	208
Figura 58: Ampliações em lotes de esquina do Villarégia.	209
Figura 59: Como as unidades do Urucuia foram entregues.	209
Figura 60: Modificações frontais no Urucuia.	209
Figura 61: Exemplo de alteração que faz sumir a tipologia padrão.	209
Figura 62: Exemplo de alteração que descaracteriza a tipologia padrão.	209
Figura 63: Modificações no Urucuia.	210
Figura 64: Vista geral do conjunto Residencial Serra Verde.	223

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AEIS – Áreas de Especial Interesse Social
- AMABEL – Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte
- AMES-BH – Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte
- ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
- ANSUR – Articulação Nacional do Solo Urbano
- APSM – Ação de Produção Social da Moradia
- APP – Área de Preservação Permanente
- ARRUAR – Assessoria de Urbanização Popular
- ASCA-BH – Associação dos Sem-Casa do Bairro Betânia e Regiões de BH
- BNH – Banco Nacional da Habitação
- CASA – Centro de Apoio ao Sem-Casa
- CCFDS – Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social
- CEB – Comunidade Eclesial de Base
- CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CEMCASA – Central Metropolitana dos Sem-Casa
- CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
- CHISBEL – Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte
- CMH – Conselho Municipal de Habitação
- CMP / Central – Central de Movimentos Populares
- COHAB – Companhia de Habitação
- CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores
- COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
- DESA – Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental
- DHBP – Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares
- FAMOBH – Federação das Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte
- FAVIFACO – Federação das Associações Comunitárias das Vilas, Favelas e Conjuntos Populares de Belo Horizonte e Região Metropolitana

FBV – Federação de Bairros e Vilas
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FICAM – Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria da Habitação
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FJP – Fundação João Pinheiro
FMHP – Fundo Municipal de Habitação Popular
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNMP – Fundo Nacional de Moradia Popular
FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana
FTFBH – Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte
FTR – Frente de Trabalho Remunerada
FUCVAM – *Federación Uruguaya de Cooperativas de Ayuda Mútua*
FUNAPS – Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Subnormais
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
INOCOOP – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
LABHAB – Laboratório de Habitação
MCidades – Ministério das Cidades
MDF – Movimento de Defesa do Favelado
MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MLPM – Movimento de Luta Pela Moradia
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MNRU – Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MOM – Morar de Outras Maneiras
MTD – Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OP – Orçamento Participativo
OPH – Orçamento Participativo da Habitação
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte
PCB / PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PCS – Programa Crédito Solidário

Plambel – Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PLIP – Projeto de Lei de Iniciativa Popular

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMCMV-E – Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades

PMH – Política Municipal de Habitação

PNH – Política Nacional de Habitação

PRODECOM – Programa de Desenvolvimento de Comunidades

PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas

PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados

PROHAP Comunidade – Programa de Habitação Popular

PROMORAR – Programa de Erradicação da Subhabitação

PT – Partido dos Trabalhadores

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RSV – Residencial Serra Verde

SABs – Sociedades Amigos de Bairro

SeLVIP – *Secretaria Latinoamericana de Vivienda Popular*

SEPLAN-MG – Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais

SETAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social

SE-4 – Setor Especial 4

SINDUSCON-MG – Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais

SMAHAB – Secretaria Municipal Adjunta de Habitação

SMHAB – Secretaria Municipal de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

UDCs – Uniões de Defesa Coletiva

UEMP – União Estadual por Moradia Popular

UMMP – União Metropolitana por Moradia Popular

UMM-SP / União – União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior

UNMP – União Nacional por Moradia Popular

URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

UTP – União dos Trabalhadores de Periferia

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

Introdução	25
Capítulo 01 – Autogestão e Autonomia	33
1.1 Primeiras aproximações	33
1.2 A autogestão brasileira via produção de moradias	43
1.2.1 Autogestão brasileira via produção habitacional	45
1.2.2 Autogestão via produção de cidade: ocupações urbanas	56
Capítulo 02 – Traçando o caminho da autogestão brasileira.....	63
2.1 Pré-autogestão.....	64
2.2 A questão autogestionária ancorada nos municípios	73
2.3 A federalização da questão autogestionária.....	80
2.4 Autogestão em Belo Horizonte.....	91
Capítulo 03 – O pré-morar: desvelando os processos autogestionários de produção de moradias	117
3.1 A política habitacional: o Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão	121
3.1.1 Os bastidores	121
3.1.2 A produção de moradias no Urucuia e no Villarégia	126
3.2 A política habitacional: o PCS.....	146
3.2.1 Os bastidores	146
3.2.2 A produção de moradias no Residencial Serra Verde.....	148
3.3 A política habitacional: divergências e convergências entre gerações de empreendimentos	170
3.4 O contraponto à política habitacional: a vila Eliana Silva.....	175
3.4.1 Os primórdios.....	175
3.4.2 A produção: de ocupação à vila	180
Capítulo 04 – O pós-ocupação.....	201

4.1 Individualização x coletivização.....	207
4.2 Mobilização social	214
4.3 Controle e dependência.....	217
4.3.1 As particularidades do Residencial Serra Verde	220
4.3.2 As particularidades da vila Eliana Silva.....	223
4.4 Compra e venda	228
4.5 Planos.....	231
4.6 Ganhos do processo	235
Considerações finais	241
Referências	253
Anexos	261

Introdução

Morar é uma necessidade de primeira ordem. No entanto, o modo de produção capitalista vigente favorece a reprodução de desigualdades de toda sorte e ter acesso à moradia ganha contornos de privilégio, e não de regra. Participar diretamente na produção da moradia própria torna-se quase obrigatoriedade na vida de famílias cujos rendimentos mensais não permitem gastos muito além da própria sobrevivência.

No intervalo entre o fim da década de 1980 e início de 1990, alguns governos municipais brasileiros transformaram em política pública habitacional a prática do mutirão¹, originada no meio rural e posteriormente apropriada nas periferias urbanas com as particularidades cabíveis. No entanto, essas experiências concentravam características distintas do mutirão convencional, uma vez que havia a disponibilidade de assessoria técnica e de recursos provenientes de fundo municipal. Esta política pública recebeu o nome generalizado de “Autogestão” por significar a *gestão de recursos* por parte de um grupo de famílias associadas, reunidas em uma entidade não-governamental sem fins lucrativos com o objetivo de produzirem suas próprias moradias. Anos mais tarde, já na década de 2000, a ideia foi incorporada com certos ajustes pelo governo federal e transformada em dois programas de produção de moradia: o Programa Crédito Solidário (PCS) lançado em 2004 e o Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (PMCMV-E), em 2009.

Os programas, contudo, não conseguiam suprir todo o déficit habitacional² existente. Na verdade, o gerente do PCS Sérgio Ramos³ (2009 apud SILVA, 2009) esclarece que os programas nunca tiveram a intenção de combatê-lo. As cidades brasileiras continuavam a acontecer de outras formas, fora da perspectiva institucional. Nem todos têm tempo e disposição para enfrentar as cansativas filas para se alcançar a moradia via programas de política públicas, a espera pode alcançar mais de década.

Dois tipos de processos coletivos autogestionários voltados à produção de moradia são passíveis de serem distinguidos. O primeiro deles é fruto geral de um programa de políticas públicas, seja ele municipal ou federal, portanto conta com a mediação do

¹ Em linhas gerais, um processo de trabalho coletivo cujo objetivo final é a execução de determinada tarefa.

² Número calculado com base em metodologia criada pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2010, p. 13) que corresponde às “deficiências do estoque de moradias”, ou seja, engloba a porcentagem de moradias em condições construtivamente precárias, a ocorrência de coabitação familiar forçada, de adensamento excessivo seja em casas ou apartamentos, de comprometimento de renda significativo devido aos gastos com aluguel e, também, a eventualidade de fazer de moradia locais ou imóveis que não tenham a finalidade residencial.

³ RAMOS, Sérgio. Entrevista concedida a Jéssica Moreira Mariquito Naime Silva em 19 maio de 2009.

Estado. Nesta dissertação, será identificado como autogestão via *produção habitacional* ou autogestão via *produção de empreendimentos*⁴. O segundo – que identificarei como autogestão via *produção de cidade* – é conduzido por moradores, por vezes assessorados por técnicos e/ou movimento sociais. Ao contrário do primeiro tipo, a experiência não é fruto de política pública, ainda que eventuais acordos possam ser feitos com o poder público ao longo de seu ciclo de vida. A urgência do morar dita os processos autogestionários via produção de cidade, sendo as ocupações de terra urbanas os exemplos mais ilustrativos deste tipo de processo. Embora a intenção final seja a mesma entre os dois tipos, isto é, a obtenção da moradia própria por meio do uso da força coletiva, os agentes sociais envolvidos e o modo como se conquista o direito são consideravelmente diferentes. Sobre o primeiro tipo, Nabil Bonduki (2006, p. 236), arquiteto que assessorou experiências autogestionárias embrionárias em São Paulo comenta:

A autogestão na promoção de empreendimentos habitacionais possibilitou um alto grau de autonomia das organizações populares, abrindo uma perspectiva de superar a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, tanto do ponto de vista material quanto no que se refere ao projeto e processo de produção.

O saber prático do autor, contudo, diz respeito às experiências da cidade de São Paulo. De um modo geral, percebi que a literatura disponível voltada à produção autogestionária de moradia se debruça majoritariamente sobre São Paulo e Rio de Janeiro, havendo uma discrepância em relação aos demais estados. Tomando como verdade a constatação de Bonduki, isto é, de que a autogestão na promoção de empreendimentos habitacionais estimula a autonomia do grupo, o contexto de produção não seria um fator importante? Será que o mesmo poderia ser dito em relação às experiências de Belo Horizonte, por exemplo? Estas perguntas funcionaram como um primeiro impulso para os questionamentos que se seguiriam.

Autogestão via produção de empreendimentos e autogestão via produção de cidade – se, por um lado, o primeiro conta com a interferência do Estado e, portanto, tende a ser interceptado por algumas regras, o segundo acontece de forma mais ou menos livre, mas geralmente sofre com a inexistência de uma fonte de renda interna, importante do ponto de vista da conquista de melhorias espaciais concretas. Tendo em vista os distintos

⁴ Os conjuntos habitacionais resultantes de programas de políticas públicas são comumente referidos como “empreendimentos”.

obstáculos e possibilidades vividos por ambos, a pergunta que esta dissertação procura responder é em que medida um processo autogestionário de produção de moradias favorece a autonomia – um dos fundamentos da autogestão – do grupo envolvido. Pretende-se desvendar as *nuanças* de autonomia passíveis de serem encontradas dentro de um processo de produção de moradias identificado como autogestionário – tanto durante o período antecedente à execução das moradias quanto durante a produção em si e durante sua fase de consumo propriamente, correspondente ao período identificado como pós-ocupação.

Outro questionamento, este situado no plano da esperança, acompanha o desenvolvimento do estudo: em que medida a autogestão via produção de moradia, de qualquer dos dois tipos, seria uma forma de abalar a ordem hegemônica vigente, marcada pelo modo de produção capitalista que prega o individualismo ao invés de uma vida marcada pela cooperação?

Mônica Maria Bedê (2005) – arquiteta e diretora da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte⁵ (URBEL) durante a elaboração da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte (PMH) de 1994 – discute a autogestão via produção habitacional. Segundo ela, a proposta brasileira nasce com a premissa, dentre outras, de que o processo de gerenciamento coletivo de um empreendimento possibilita a organização das famílias, que se sentem estimuladas a lutar por melhores condições de vida. Estariam, as famílias beneficiadas, ainda minimamente engajadas? A ausência de respostas para esta pergunta na literatura acadêmica funcionou como um segundo impulso para a escrita da dissertação. O objetivo geral deste trabalho é compreender em que medida um processo autogestionário de produção de moradias é capaz de garantir um legado – seja de sociabilidade, de engajamento na luta por direitos, de mobilização – ao grupo de moradores envolvido. Para tal, foram traçados os seguintes objetivos específicos, cada qual distribuído em um capítulo distinto:

- compreender a origem da autogestão e como a ideia é operacionalizada na produção de moradias no Brasil;

- reconstituir o caminho das ideias, políticas públicas e experiências práticas que conduzem ao surgimento de processos autogestionários de produção de moradias no Brasil e, especificamente, em Belo Horizonte;

⁵ Órgão atualmente responsável pela gestão da política habitacional de Belo Horizonte.

- revelar o pré-morar⁶ de um processo autogestionário via produção habitacional e de um processo autogestionário via produção de cidade. Para tal, serão analisados três conjuntos frutos de políticas públicas e uma ocupação urbana, todos situados em Belo Horizonte.

- analisar como se dá a organização do cotidiano dos conjuntos frutos de políticas públicas e da ocupação urbana no pós-ocupação⁷.

O capítulo 01, em um primeiro momento, é uma articulação entre as teorias dos historiadores Alain Guillerm e Yvon Bourdet e do filósofo Cornelius Castoriadis, aproveitando também as contribuições do geógrafo brasileiro Marcelo Lopes de Souza. A dupla francesa se preocupa em conferir precisão ao conceito de autogestão, o filósofo discute a autonomia – como dito anteriormente, princípio fundamental da ideia autogestionária – e Souza tenta operacionalizar o pensamento deste filósofo, aproximando-as à realidade do planejamento urbano. Em um segundo momento, o capítulo se presta a mostrar como a ideia autogestionária é apropriada e instrumentalizada no Brasil na forma de políticas públicas supostamente apoiadas nas comuns práticas da autoconstrução e do mutirão.

O percurso metodológico do capítulo 02 teve como ponto de partida a linha do tempo produzida coletivamente na disciplina de mestrado oferecida na Escola de Arquitetura intitulada “Autogestão”, ministrada pela professora Margarete Maria de Araújo Silva, mais conhecida como Leta. Para a composição do que aqui chamo de “inventário da autogestão”, sobrepus três tramas distintas: uma primeira relativa ao pensamento urbanístico em torno da autogestão, destacando ideias e figuras importantes, uma segunda referente às políticas públicas, elencando marcos legais e programas de políticas públicas, e uma última que diz respeito às lutas urbanas de modo geral, que diz respeito a experiências autogestionárias, acontecimentos marcantes e à atuação de movimentos sociais ligados à moradia e à reforma urbana. É claro que os limites de uma pesquisa de mestrado não me possibilitariam contemplar a realidade brasileira por completo, portanto foi preciso reduzir a análise aos casos mais emblemáticos ao objeto

⁶ “Pré-morar” é uma alusão ao “pós-morar”, que se refere ao acompanhamento social das famílias pelo poder público após o fim das obras para o caso das experiências resultantes de política pública. No entanto, a expressão aqui utilizada é apenas uma forma de se referir àquilo que acontece tanto previamente à execução dos conjuntos/ocupação – como eventuais negociações com o poder público, a resolução de acesso à terra, a elaboração dos projetos (para o caso dos empreendimentos) ou do plano urbano (para o caso de uma ocupação) – quanto durante sua própria execução, quando se instala o canteiro de obras.

⁷ Chamo de pós-ocupação qualquer momento posterior à produção, quando os moradores usufruem o espaço. Em outras palavras, refere-se ao período de consumo daquilo que foi coletivamente produzido.

de estudo. A sobreposição das três tramas, ao fim do capítulo, será transposta a um infográfico que se pretende uma forma mais dinâmica de leitura das informações contidas na linha do tempo. Um segundo produto será um mapeamento resumido⁸ das ocupações urbanas organizadas⁹ existentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O terceiro capítulo é construído sobre a interpolação entre consulta e estudo bibliográfico, depoimentos coletados de entrevistas roteirizadas e entrevista aberta e apontamentos feitos pela própria autora com base nos questionamentos da pesquisa. No caso da autogestão via produção habitacional, revelam-se os bastidores – tanto os antecedentes quanto aquilo que não vem à público – da elaboração dos programas municipal e federal e também o cotidiano da produção no canteiro de três empreendimentos, além de se pincelar sobre a fase de elaboração de projetos. No caso da autogestão via produção de cidade, concentra-se no caso da vila Eliana Silva¹⁰. Nascida como uma ocupação urbana, são elucidadas a tentativa frustrada de uma primeira ocupação, a produção de equipamentos coletivos, as parcerias existentes com pessoas e grupos externos, a mobilização por trás da conquista de condições materiais básicas.

Os três empreendimentos analisados são o Urucuia, também conhecido como Residencial ASCA, o Villarégia e o Residencial Serra Verde (RSV). Os dois primeiros são frutos do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão, programa belo-horizontino vigente entre meados dos anos 1990 e meados dos anos 2000. Os conjuntos resultantes desta leva de experiências municipais compõem o que é chamado de uma primeira geração de empreendimentos. Já o RSV pertence a uma segunda geração de empreendimentos, uma vez resultante do Programa Crédito Solidário, de abrangência federal e vigente entre 2004 e 2009. A partir do momento que o PCS surge, o programa municipal cessa suas atividades.

Optou-se por experiências de programas diferentes para que fossem analisadas as distintas possibilidades permitidas e/ou negadas por cada escala de gestão. Inicialmente apenas uma experiência municipal havia sido eleita para ser estudada, o Villarégia. No

⁸ Resumido porque ocupações urbanas surgem de modo muito dinâmico pela cidade, sendo extremamente difícil precisar quantas realmente existem.

⁹ Em linhas gerais, as ocupações urbanas são referidas como “organizadas” quando assessoradas por um ou mais movimentos sociais.

¹⁰ Ao longo do texto, a Eliana Silva será identificada como ocupação urbana ou como vila, a depender do momento da produção do espaço. A partir de 2015, quando são iniciados os processos de instalação das redes elétrica e de abastecimento de água e esgoto, a então ocupação ganha contornos formais. Desconhece-se, entretanto, se o reconhecimento da condição de vila é oficial. Em notícias midiáticas, a Eliana Silva ainda é retratada como ocupação. Em materiais produzidos e gerenciados pelo movimento organizador, como vila. Em respeito à luta dos moradores, opta-se por designá-la como eles a reconhecem.

entanto, Villarégia e Urucuia foram pensados inicialmente para ser um único empreendimento, de modo que as lideranças com as quais entrei em contato para conversar sobre o processo de produção do primeiro conjunto contribuíssem espontaneamente com informações sobre o segundo. Pareceu-me absurdo descartar um material tão rico como o que estava sendo oferecido a respeito do Urucuia; logo, ele também foi investigado. Estes dois motivos – avaliar uma experiência resultante de um programa municipal para ser comparada à de um programa federal e a ilogicidade de se descartar um material único – justificam a escolha por três empreendimentos frente à análise de uma única ocupação urbana.

Para as entrevistas, entrei em contato com pessoas que ocuparam posições distintas nos processos de produção de moradia autogestionários, uma forma de ampliar o leque de interpretações sobre o objeto de pesquisa: a) duas moradoras do Villarégia lideranças da Associação dos Sem-Casa do Bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte (ASCA-BH)¹¹; b) morador engajado durante a fase de produção do RSV, atual conselheiro do conjunto; c) moradora do Residencial ASCA que se tornaria mestre de obras de outros empreendimentos autogestionários; d) assessora técnica dos três empreendimentos analisados; e) membro do corpo técnico da URBEL durante toda a primeira geração de empreendimentos e durante parte da segunda geração e, por fim, f) lideranças do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), movimento responsável pela organização social e política da vila Eliana Silva.

O quarto capítulo se dá mediante o cruzamento entre quatro procedimentos metodológicos: a) base teórica; b) depoimentos coletados de entrevistas, que misturam ora somente fornecimento de dados, ora reflexão dos diretamente envolvidos; c) apontamentos feitos pela própria autora com base nos questionamentos da pesquisa e, por último, d) observações *in loco* feitas em visitas aos três empreendimentos autogestionários e à vila Eliana Silva.

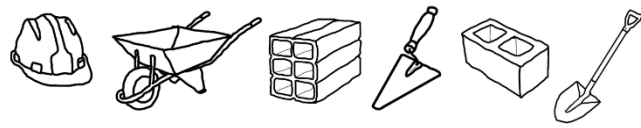
Durante minha formação no curso de Arquitetura e Urbanismo, nunca soube da existência de experiências autogestionárias de produção de moradia em Belo Horizonte, a não ser um raso contato com o Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades. Somente quando ingressei no mestrado Geografia, três anos após me graduar, soube da

¹¹ A ASCA-BH é o grupo associado que assumiu a função de agente executor do Urucuia, do Villarégia e do RSV. O agente executor é um dos quatro participantes (agente executor, agente operador, agente de assessoria técnica e associado) que compõem o Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão, cada qual com atribuições específicas. No capítulo 02, serão dados nomes a cada um desses participantes.

possibilidade em minha profissão de prestar assessoria técnica a associações de moradores que alcançavam recursos para produzir coletivamente a moradia própria. Este saber se deu quando cursei a já mencionada disciplina “Autogestão” na Escola de Arquitetura, ofertada pela professora Leta – quem assessorou algumas experiências de produção de moradias em Ipatinga e Belo Horizonte. Na ocasião, ocorreu-me o questionamento: se uma graduação em Arquitetura e Urbanismo não possibilita o debate sobre a autogestão, onde ele será possível? Concluí que talvez fosse preciso, na Academia, fazer emergir este conteúdo. Esta pesquisa, portanto, é uma tentativa de contribuição neste sentido.

Uma nova legislação para a Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte está sendo estudada atualmente pelo Conselho Municipal de Habitação e a autogestão aparece novamente como uma possibilidade a ser abraçada. Ao resgatar os processos produtivos de experiências autogestionárias reais belo-horizontinas, este estudo intenciona servir de referência para que os pontos fortes no que tange à autonomia coletiva do grupo beneficiário sejam mantidos no desenho da política enquanto os pontos que afastam do ideal autonomista sejam contestados.

A autogestão não existe somente na produção de moradias. Embora a origem conceitual esteja na gestão coletiva dos meios de produção, ela vem sendo discutida em vários âmbitos – como na cultura, na educação, na saúde, na produção de alimentos. Forte tendência teórica, inclusive, é a da economia popular solidária, que se debruça sobre formas de organização coletiva do trabalho no interior (e à margem) do modo de produção capitalista. Esta dissertação, contudo, não entrará por esta porta, apesar de indubitavelmente faceá-la. O foco da pesquisa não serão as atividades econômicas potencializadas por um processo autogestionário, mas os ganhos – sejam pessoais ou coletivos – eventualmente possibilitados aos envolvidos. Porém, esforço-me para que este trabalho não seja uma ode à organização forçada. Percebo que muitas produções acadêmicas terminam por exaltar em demasia a existência de uma boa dose de organização social em relação a determinados grupos, fazendo desta organização uma espécie de exigência. Entendo que organizar-se em prol de determinado objetivo para que haja a efetivação de direitos seja algo inequivocamente positivo. Contudo, estou ciente de que ela deva ser condição espontânea, nunca uma cobrança externa – seja ela acadêmica ou política. Afinal, a construção de um imaginário pautado somente em ideais pode ser motivo de frustrações.



Capítulo 01 – Autogestão e Autonomia

1.1 Primeiras aproximações

O historiador francês Pierre Rosanvallon¹² (1976 apud NASCIMENTO, 2008, p. 27) apela à etimologia para esclarecer o que significa a autogestão: “Uma palavra no sentido etimológico restrito: a autogestão é a gestão por si mesmo”. Embora seja uma definição aparentemente simplória, ela destaca uma premissa básica: o poder de decisão – seja ele qual for – não é delegado a outrem.

Em “Cleps pour l’autogestion”, clássico livro traduzido ao português como “Autogestão: uma mudança radical”, os historiadores franceses Alain Guillerme e Yvon Bourdet revisitam as ideologias de teóricos do século XIX – dentre eles a marxista Rosa Luxemburgo e o anarquista Mikhail Bakunin – para “mostrar o rumo desse pensamento de autonomia através da história das idéias” (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 46). A ideia de autogestão já estava presente na teoria de Karl Marx, por exemplo, embora não levasse esse nome; Marx¹³ (1867 apud GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 34) dizia que a saída do modo de produção capitalista só seria possível mediante “o *autogoverno dos produtores associados*” – nada menos do que a realização do conceito de autogestão.

O movimento operário foi o responsável por introduzir na história a aspiração autogestionária. A *palavra* “autogestão”, no entanto, surge na França no início dos anos 1960 para nomear a experiência político-econômico-social iugoslava ocorrida durante o Titoísmo¹⁴. Na ocasião, o conjunto industrial do país passa, em alguma medida, a ser administrado pelos próprios trabalhadores – embora críticas apontem para o fato de que o ensaio iugoslavo tenha se restringido à dimensão econômica, não tendo alcançado a abrangência social desejada (GUILLERM; BOURDET, 1976).

Embora a *palavra* tenha sido criada para designar a experiência da Iugoslávia, o teórico iugoslavo Edvard Kardelj¹⁵ (1980 apud NASCIMENTO, 2008, p. 28) defende ser um equívoco pensar no surgimento da autogestão apenas no século XX, uma vez que ela “é tão antiga como a ideia do humanismo e, particularmente, como o movimento operário internacional, a história de sua luta de classes e a história da prática socialista”.

¹² ROSANVALLON, Pierre. *L’âge de l’autogestion*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

¹³ MARX, Karl. *O capital*. Paris: Bibliothèque de la Pléiade, 1867.

¹⁴ Nome em referência ao então presidente da Iugoslávia Josip Broz Tito, que permaneceu no poder entre 1945 e 1980.

¹⁵ KARDELJ, Edvard. O sistema da autogestão na Jugoslavia. In: BLAGOJE, Bošković; DAVID, Dasic. *La Autogestion Socialista en Yugoslavia, 1950-1980*. Belgrado: CAS, 1980.

Trazendo o compromisso de alcançarem uma “elucidação teórica precisa do que nos parece ser a significação profunda e fundamental do conceito de autogestão”, Guillerme e Bourdet (1976, p. 10), em um primeiro momento, definem *participação*, *cogestão*, *controle operário* e *cooperativa*. O intuito é distingui-las da *autogestão* – palavra, na avaliação dos autores, muitas vezes usada indiscriminadamente, desconectada de seu conceito. À medida que “conteúdo preciso” (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 21) é conferido às noções citadas, fica visível que elas funcionam como diferentes níveis em direção à autogestão. A seguir, resumidamente, essas categorias são elucidadas.

- *Participação*: pressupõe uma atividade já existente, com estrutura e finalidade definidas, e a *colaboração* conjunta dos envolvidos. Embora a adesão daquele que contribui seja sempre voluntária, ele é privado de qualquer iniciativa. O participante assume um papel meramente instrumental, embora a concessão da participação sempre intencione lhe conferir um “sentimento de um papel ativo, original e espontâneo” (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 21).

- *Cogestão*: interpretada como uma participação mais alargada ou, nas palavras dos autores (1976, p. 23), uma “participação em sentido amplo”. Contudo, esta participação ocorre somente quando *solicitada*. Em linhas gerais, significa “ter uma palavra a dizer na própria organização da empresa” (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 23). Ao contrário da simples participação, na cogestão há espaço para a iniciativa e a criatividade dos trabalhadores¹⁶ no processo de produção, ainda que elas sejam limitadas. É geralmente utilizada como uma estratégia dos dirigentes – que em momento algum têm seu poder abalado, continuam a ser os definidores de metas e objetivos da empresa – para reduzir o tédio, a monotonia, a desatenção, o índice de acidentes entre os trabalhadores.

- *Controle operário*: espécie de contestação do poder patronal, ainda que não sugira o questionamento de relações assalariadas ou da existência de papéis dirigentes. É uma intervenção enérgica dos trabalhadores no sentido de obterem forçosamente concessões que visam a atenuar sua própria exploração. Um controle por parte dos trabalhadores é imposto, não há negociação. Greves em prol de melhorias nas condições de trabalho são ilustrativas.

- *Cooperativas*: organização associativa e autônoma dos trabalhadores de modo a superar, ainda que de modo imperfeito, a distinção entre capital e trabalho. Desta nova

¹⁶ Guillerme e Bourdet (1976) usam o termo “operário”. Aqui, opto por me referir a trabalhadores de modo geral, nomenclatura mais ajustada às condições atuais visto que a ideia de operariado tende a remeter somente ao trabalho braçal na fábrica.

configuração, resulta que os trabalhadores fazem uso dos meios de produção ao invés de explorarem o valor de seu próprio trabalho. Segundo Karl Marx¹⁷ (1963 apud GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 28), as sociedades cooperativas deveriam ser “criações autônomas dos trabalhadores”, sem a tutela do governo ou da burguesia.

Apesar de mirarem para a efetivação da autogestão na sociedade, o debate trazido por Guillerm e Bourdet (1976), como fica visível, restringe-se à atuação dos trabalhadores dentro de um contexto empresarial inicialmente. No entanto, com o esclarecimento das quatro noções anteriores, os autores se sentem confortáveis a precisar, sem as comuns distorções, o conceito de *autogestão*. A dupla francesa a compreende como um projeto global, isto é, que abrange não somente a economia, mas também os planos social e político – o que a difere da participação, do controle operário e das cooperativas, limitadas somente à produção e à economia – e fazem questão de frisar que a noção de política que se preza vai além da interpretação senso comum de uma gestão restrita a determinado grupo de políticos. O que se exalta é um fazer político por todas as pessoas, sem intermediários.

Guillerm e Bourdet (1976, p. 45) sabem que a autogestão só se realiza mediante uma mudança radical da sociedade, ou, em outras palavras, “a planificação autogerida não consiste apenas em planejar diferentemente, mas em planejar outra coisa”. Contudo, criticam a crença de Marx de que o fim da propriedade privada significaria a revolução, teoricamente conduzida pela espontaneidade das massas. Eles recordam que a história em países ditos socialistas mostrou que, se a expropriação dos proprietários dos meios de produção não for acompanhada de uma gestão coletiva, de uma *coletivização dos meios de decisão*, a velha divisão de classe entre dirigentes e executantes é apenas repaginada. O fim da dominação não é consequência da dissolução dos possuidores, porque esta dissolução não é capaz de gerar uma sociedade onde haja a efetivação da justiça, entendida como o alcance de uma sociedade igualitária, homogênea e sem classes.

O fundamento primordial da autogestão é a *igualdade das pessoas* e a dupla francesa revisita René Descartes, considerado o pai da Filosofia Moderna, para explicá-lo. De acordo com Descartes¹⁸ (1946 apud GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 49), os

¹⁷ MARX, Karl. Critique du programme de Gotha. In: _____ *Œuvres*. I - Économie. Paris: Gallimard, 1963.

¹⁸ DESCARTES, René. *Œuvres*. Paris: ed. A. Bridoux / Gallimard, 1946.

seres humanos¹⁹ possuem uma essência comum: a “vontade infinita”, uma vontade que faz os seres humanos desejarem ilimitadamente. Ainda que não necessariamente decidam a todo o momento, é esta vontade que os iguala, “pois nenhum infinito pode ser maior que outro”. Ora, se esta premissa é tomada como verdadeira, não existe justificativa plausível para a existência de dirigidos e dirigentes; a nova organização social e política almejada só poderia ser resultante de um acordo entre iguais, de pessoas que se associam livre e voluntariamente. A supressão de classes sociais seria algo dado como natural, e esta supressão, contudo, não eliminaria a existência de instituições ou o estabelecimento da ordem.

Guillerm e Bourdet (1976) chamam também atenção para algo que eles consideram primordial no conceito: a nova organização autogestionária é imanente à classe trabalhadora, considerada pelos autores o ator social que porta a autogestão. Se os trabalhadores não podem definir metas na cogestão, na autogestão eles o fazem. Se, no controle operário, não são questionadas as relações assalariadas ou a existência de papéis dirigentes – o que levaria ao fim da existência de duas “partes” antagônicas –, elas o são na autogestão.

A autogestão se materializa somente quando a solução das cooperativas é generalizada, criando-se um “sistema cooperativo”. É Marx²⁰ (1963 apud GUILLERM; BOURDET, 1976) quem acredita que o modo de produção capitalista pudesse ser abalado por este tipo de generalização, embora esclareça ser necessário haver meios nacionais para viabilizar a empreitada. O surgimento de cooperativas isoladas, contudo, não seria uma saída suficientemente forte para romper com a realidade dada. O que se sugere é a existência de uma cooperativa única, a transformação completa das estruturas econômicas e sociais vigentes. A diferença de natureza, a princípio inexistente, entre a cooperativa e a autogestão está na abolição do Estado, pressuposto de um projeto verdadeiramente emancipatório.

Um segundo fundamento da autogestão é a *autonomia*. Para explicá-la, Guillerm e Bourdet (1976) chamam para o debate o filósofo oitocentista Jean-Jacques Rousseau, quem lança, em 1762, a teoria do contrato social: o corpo social cria, por meio de um contrato e conjuntamente, uma lei que funcionará como guia de organização do próprio

¹⁹ Descartes se refere a “homem” ao invés de seres humanos. Como se trata de uma escolha machista, apesar de compreensível tendo em vista a época de escrita da obra do filósofo, faço a opção por adequá-la aos novos tempos.

²⁰ MARX, Karl. *Œuvres*. Tome I - Économie. Paris: Gallimard, 1963.

grupo, porém sem resultar em diferenças de poder (ROUSSEAU²¹, 1943 apud GUILLERM; BOURDET, 1976). Esta teoria diz respeito à forma como um dado corpo social deve se estabelecer para não suprimir a liberdade individual dos sujeitos e, ainda assim, preservar uma vontade geral.

Etimologicamente, "autonomia", significa estabelecer as próprias leis. Isto posto, não se trata de uma *ausência* de regras, mas do estabelecimento de regras pelo próprio corpo social que irá segui-las. Ao mesmo tempo, não se pode pensar a autonomia sem o seu par de oposição, a *heteronomia* – que se refere a normas estabelecidas por outrem.

No século XX, o filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis se dedicou a teorizar o que seria um “projeto de autonomia” para a sociedade, um pensamento político-filosófico que tem como base duas fontes primordiais: a pólis grega clássica – considerada o berço da democracia direta – e a experiência do movimento operário mundial, que atacava a autoridade.

Dois pontos do que Castoriadis (1981, p. 16) chama de “fabricação social do indivíduo e dos indivíduos” se colocam como obstáculos à autonomia: a introjeção nas pessoas, desde a infância, de uma “relação à autoridade” e a introjeção de um conjunto de necessidades. Em relação ao primeiro ponto, se a religião era o que antigamente justificava a autoridade, atualmente é o saber e a técnica. No entanto, este saber não é real, e sim um *pretense* saber, um saber especializado. Mesmo quando um saber real existe, ele é acompanhado de enviesamento, parcialidade e particularidade. Para Castoriadis (1981, p. 18), valeria a pena que aqueles que ocupassem atividades intelectuais e científicas se encaregassem de disputar esta verdade, de refutar que, atualmente, o poder seja o saber, pois “não somente ele [saber] não sabe tudo, mas (...) sabe muito menos coisas do que sabem as pessoas em geral, e para isto há razões profundas e orgânicas”. Em relação ao segundo ponto, necessidades de massa são sempre criadas por dada sociedade, que induz seus membros a compreenderem que o sentido da vida está em satisfazê-las. O sucesso do capitalismo se deve a três fatores: a) ele só consegue surgir, manter-se e desenvolver-se colocando como prioridade as necessidades econômicas, b) ele consegue manipular as pessoas de modo que elas considerem que estas necessidades são o que há de mais fundamental e c) ele é capaz de preencher as lacunas por ele criadas.

²¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Du contrat social*. Paris: Aubier-Montaigne, 1943.

O filósofo greco-francês nos lembra de algo relativamente evidente: a sociedade contemporânea se divide, assimétrica e antagonicamente, entre dominantes e dominados, sendo os primeiros uma minoria que determina regras, obedecidas pelos segundos, que compõem uma maioria. O princípio da autonomia, assim como o projeto autogestionário, também supera qualquer dicotomia de poder, eliminando o binômio dominantes-dominados. Neste sentido, torna-se inconcebível a existência de um Estado. Não se trata, contudo, de almejar exterminar o poder em si, como objetivado pela teoria anarquista – tarefa que Castoriadis compreender ser irrealizável. Na perspectiva autonomista, ocorre tanto uma emancipação em relação à camada dominante, uma vontade de autogoverno, quanto uma auto-instituição completa, isto é, uma sociedade capaz de determinar até mesmo suas próprias necessidades e técnicas (CASTORIADIS, 1981). No entanto, estabelecer as próprias regras não significa falta de limites. Haver autonomia pressupõe haver autolimitação:

A questão do autogoverno, da autonomia da sociedade é também a questão da autolimitação da sociedade. Autolimitação que tem duas vertentes: a limitação pela sociedade do que ela considera como os desejos, tendências, atos, etc., inaceitáveis por tal ou qual parte de seus membros, mas também autolimitação da própria sociedade na regulamentação, na regulação, na legislação que exerce sobre seus membros (CASTORIADIS, 1981, p. 32).

No Brasil, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza é um autor importante no tocante ao debate sobre autonomia. Embebido do pensamento de Cornelius Castoriadis, Souza (2010) caracteriza o que seria uma sociedade autônoma, ou melhor dizendo, basicamente autônoma: uma sociedade onde seria superada a separação dirigentes-dirigidos, abrindo espaço para florescer uma esfera pública cujos cidadãos seriam participantes conscientes e responsáveis ao mesmo tempo. A qualificação “basicamente autônoma” tem razão de ser visto que a autonomia deve ser enxergada como um ideal, nunca algo alcançável em sua plenitude. Portanto, ela se encontra no plano do horizonte; à medida que nos aproximamos, este horizonte se afasta. No entanto, o horizonte tem uma função primordial: a de servir de guia.

Dois tipos de autonomia são passíveis de serem definidas: a individual, que se refere à "capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e conhecimento de causa", e a coletiva – o “consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade” (SOUZA, 2010, p. 174). Enquanto a primeira pressupõe “indivíduos lúcidos, dotados de autoestima e infensos a tutelas políticas”, a segunda demanda instituições e condições materiais compatíveis com a

participação igualitária de pessoas em processos decisórios no que tange à esfera pública. Apesar de distintas, são dialeticamente inseparáveis, como Castoriadis (1981, p. 69) explica:

Falamos de sociedade autônoma, visamos uma sociedade autônoma. Mas uma sociedade autônoma só pode ser composta por indivíduos autônomos; e, inversamente, indivíduos verdadeiramente, plenamente autônomos só são possíveis em e por uma sociedade autônoma.

Souza (2010, p. 176) pretende “conferir operacionalidade ao princípio da defesa da autonomia” ao montar uma escala de avaliação da participação popular – uma forma de tentar estabelecer “graus de autonomia” possíveis dentro de um contexto de planejamento urbano. Esta é uma tentativa de dar prosseguimento ao pensamento de Cornelius Castoriadis, que não se debruça sobre a operacionalização de seu projeto político-social por se encontrar absorto no já arduo propósito de apresentá-lo e defendê-lo, conforme justifica o geógrafo brasileiro.

Na escala de avaliação, Souza (2006, 2010) define oito categorias que representam diferentes níveis de autonomia possíveis em uma relação entre Estado e sociedade civil, tendo como inspiração a conhecida “escada da participação popular”, elaborada pela estadunidense Sherry Arnstein em fins da década de 1960. A classificação por ela sugerida, no entanto, é modificada pelo geógrafo brasileiro, que considera que algumas categorias se revelam inadequadas, por motivos diversos: às vezes restrita a contextos específicos, às vezes vaga, às vezes carecida de maior precisão e/ou diferenciação mais clara em relação à outra categoria. A seguir, são apresentados resumidamente os “graus de participação” propostos pelo referido autor:

- *Coerção*: é a heteronomia levada ao extremo ou seu par sinônimo, isto é, a “máxima restrição da autonomia individual e coletiva” (SOUZA, 2006, p. 415). Comumente, na coerção, não existe qualquer preocupação em manter aparências. Este tipo de situação é usual em regimes de exceção, embora não necessariamente restrita a este contexto de usurpação sistêmica da liberdade.

- *Manipulação*: consiste na sedução da população fazendo uso de propaganda ou outros meios, levando-a a conformar-se com uma situação tal que não seria admitida caso as pessoas envolvidas fossem munidas de conhecimento de causa.

- *Informação*: o Estado apenas fornece informações – que variam tanto em confiabilidade quanto em completude, a depender da conveniência da transparência – sobre suas intenções, não estimula o diálogo ou canais de participação.

- *Consulta*: o Estado consulta a população sobre determinada intervenção intencionada, porém não existem garantias de que os resultados ecoantes deste exame serão levados em consideração no momento de uma tomada de decisão.

- *Cooptação*: o Estado “captura” pessoas estratégicas para ocuparem alguma função administrativa, dando-lhes a impressão de disporem de poder decisório. Esta captura não ocorre somente com indivíduos, ela pode ocorrer com grupos inteiros ao serem convidados a aderir a determinado canal participativo. Esta maneira de agir do Estado objetiva, de modo mais ou menos intencional e deliberado, obter respaldo popular de maneira simples e eficiente, sem, contudo, haver verdadeira partilha de poder.

- *Parceria*: significa um compartilhamento de poder decisório do Estado com a sociedade civil organizada. Pressupõe, ainda, um diálogo bastante transparente entre as partes.

- *Delegação de poder*: corresponde a uma abdicação da interferência do Estado nas decisões tomadas em canais participativos, isto é, é a sociedade civil organizada quem dá a palavra final. Os canais de diálogo, contudo, ainda são colocados pelo Estado.

- *Autogestão*: último nível de participação popular, a autogestão pressupõe a ausência do Estado, a supressão da existência de uma instância de poder acima do restante da sociedade. O alcance deste patamar só seria possível mediante uma mudança de estrutura, onde a autonomia fosse considerada uma máxima. Autogestão e heteronomia não são, nem minimamente, compatíveis.

Souza (2006, 2010) esclarece que somente a parceria, a delegação de poder e a autogestão significam um nível real de democracia participativa, enquanto as três categorias intermediárias – informação, consulta e cooptação – representam uma mera ilusão de participação. As demais, manipulação e coerção, nada mais são do que puro autoritarismo, seja ele explícito ou escamoteado. O autor ainda adverte que coerção e autogestão não representam graus absolutos de heteronomia e autonomia respectivamente, mas extremos. Dito isto, ele abre espaço para explicar que a autonomia é relativa, “porque imperfeita e aperfeiçoável, humanamente permeável a dissensos, intrigas, mentiras e conflitos” (SOUZA, 2006, p. 419).

Após cumprir a classificação, alguns esclarecimentos ainda são feitos pelo autor a fim de evitar que o leitor tenha uma compreensão rígida tal que lhe impeça de realizar uma análise mais fluida das diversas situações. Desses esclarecimentos, destaco três: a) diferentes graus de participação, por vezes contraditórios entre si, são passíveis de serem encontrados em um mesmo contexto ou escala de planejamento; b) embora caminhar em

direção à autogestão pressupõe maior avanço, existe uma diferença entre intencionalidade e resultados concretos. Um “degrau acima” da classificação proposta por Souza (2006) pode, na prática, revelar menor abertura à participação autêntica que um anterior; c) uma experiência concreta não progride ou regride de modo linear necessariamente, isto é, a classificação proposta não elucida “etapas” que serão obedecidas sequencial e obrigatoriamente.

Coordenadoras do grupo Morar de Outras Maneiras (MOM), as arquitetas Ana Paula Baltazar Santos e Silke Kapp também se dedicam ao estudo da autonomia, sobretudo a voltada para a produção de moradias no Brasil. Enquanto Marcelo Lopes de Souza discute a autonomia no âmbito do planejamento urbano, a peça fundamental do processo investigativo das pesquisadoras são os *moradores*. Logo, outro tipo de autonomia importa: aquela que tenha papel significativo e direto no *cotidiano* – embora não se descarte que os níveis de participação em decisões de planejamento urbano possam ter influência direta sobre a vida cotidiana.

Kapp e Santos (2012, p. 355) compreendem a autonomia como “a habilidade de indivíduos e, sobretudo, coletividades estabelecerem seus próprios meios de ação e interação por normas autodeterminadas”, o que, de acordo com a argumentação das autoras, seria contrário à ideia de participação: esta pressupõe a tomada de decisões diante de um leque de possibilidades já expostas e não-cambiáveis. Em adendo, faz supor, também, a existência de duas partes bem definidas, com funções diferentes: uma que comanda o processo e outra que é convidada a participar. Já existe, de antemão, uma assimetria.

Uma sociedade autônoma, como coloca Castoriadis (1981), não seria somente fruto do autogoverno ou da autogestão, porque esta ignora ou não faz questão de frisar algo que a autonomia demanda: uma outra *cultura*, um outro *modo de vida*. No Brasil, porém, quando a autogestão é discutida por Paul Singer, que fundamenta suas análises sob a ótica da economia popular e solidária, ilumina-se um ponto que Guillerm e Bourdet (1976) não destacam – o desenvolvimento humano:

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (2002, p. 21).

A generalização de pessoas realizadas, autoconfiantes e seguras poderia sugerir a mudança cultural que Castoriadis (1981) atribui como de maior relevância. A compreensão de Edvard Kardelj²² (1980 apud NASCIMENTO, 2008, p. 28) acompanha a de Paul Singer, uma vez que o teórico iugoslavo destaca uma “vida melhor” como objetivo autogestionário final: a autogestão “é resultado de aspirações permanentes do homem em pró da liberdade e da livre criação, pelo domínio das leis objetivas da natureza e da sociedade, por uma vida melhor”.

Um glossário colaborativo publicado pelas Edições CAS²³ intitulado “Autogestão Socialista Iugoslava. Noções Fundamentais”, assim define a autogestão em sua versão para o espanhol:

La autogestión es de un modo elocuente, una categoría socialista. La misma puede desarrollarse sólo en el suelo de la propiedad social, es decir de tales relaciones de propiedad en las que los medios de producción y el capital social no son propiedad privada del capitalista ni propiedad de grupo de los trabajadores de determinadas empresas, ni objeto de gestión monopólica del aparato burocrático o tecnocrático del Estado (TRIFUNOVIĆ *et al.*, 1980, p. 47)

Vale relembrar que Guillerme e Bourdet (1976) já haviam alegado que, se o fim da propriedade privada dos meios de produção não fosse acompanhada por uma gestão coletiva dos meios de decisão, não haveria condições de materialização da autogestão. Porém, na definição trazida pelo glossário, interessa-me destacar um outro ponto. Se a autogestão é “uma categoria socialista”, tentar identificar práticas autogestionárias no atual modo de produção capitalista poderia ser considerada tarefa perdida. Souza (2006) deixa claro que, conceitualmente, não poderia existir autogestão em um contexto marcado pelo binômio capitalismo-democracia representativa. No entanto, ele também reconhece haver a possibilidade de experiências autogestionárias povoarem as margens deste modelo heterônomo, usando como exemplo a ocupação de imóveis por sem-teto. O conceito do filósofo francês Henri Lefebvre de *espaço diferencial* nos ajuda a perceber *brechas* – para tomar emprestada expressão de Morin, Lefort e Castoriadis (1968) – no cotidiano.

²² KARDELJ, Edvard. O sistema da autogestão na Jugoslavia. In: BLAGOJE, Bošković; DAVID, Dasic. *La Autogestión Socialista en Yugoslavia, 1950-1980*. Belgrado: CAS, 1980.

²³ CAS ou “Cuestiones Actuales del Socialismo” é um título dado à versão traduzida para o espanhol de uma revista iugoslava, produzida mensalmente durante a presidência de Josip Broz Tito. Não se sabe, contudo, o intervalo temporal certo de produção da revista.

Para falar de espaço diferencial, é preciso entender o que significa o *espaço abstrato* primeiramente. Comandado pela lógica capitalista, é o espaço da acumulação – portanto indissociavelmente ligado à troca. Homogêneo, hegemônico, hierárquico e consensual, tem por objetivo atenuar quaisquer diferenças, porque são as diferenças os grandes potenciais indutores de uma transformação social, o que nos leva ao conceito propriamente de *espaço diferencial*. Este nasce da contradição, das diferenças que o espaço abstrato não é capaz de extinguir por completo. Presume o surgimento de novas relações sociais e uma apropriação mais livre do espaço, desta vez pautadas no valor de uso. É o espaço da prática social (LEFEBVRE, 1991).

A teoria da produção do espaço de Lefebvre não deve ser enxergada como uma sucessão de categorias espaciais, uma vez que o espaço não é fragmentado. Espaço abstrato e espaço diferencial coexistem, pois o primeiro abriga o segundo. Em outras palavras, o espaço diferencial é a materialização da contradição do espaço abstrato. Desse modo, a ótica lefebvriana nos permite olhar para experiências intencionalmente autogestionárias como “pontos de luz” mais ou menos isolados no interior do modo de produção capitalista.

No Brasil, o termo “autogestão” foi incorporado ao discurso da Academia e dos movimentos populares e, posteriormente, pelo próprio Estado quando da elaboração de programas voltados para a produção de moradias ditas autogestionárias vinculados a políticas públicas municipais ou federais. Esclareço o “ditas”: Guillerm e Bourdet (1976), sempre preocupados com a leviandade com que a palavra autogestão é utilizada, apontariam inconsistências nesta apropriação. Isto porque a política pública é ofertada pelo Estado, que inexistente num contexto autogestionário de fato, não sendo uma proposta imanente da classe trabalhadora. No entanto, faz-se importante compreender o que aparece da ideia de autogestão quando ela é inserida no contexto da produção de moradias brasileira.

1.2 A autogestão brasileira via produção de moradias

Como debatido, a autogestão é considerada um projeto emancipatório original e teoricamente. No entanto, um primeiro nível de abstração ocorre quando a autogestão é operacionalizada, ou seja, quando o conceito autogestionário é apropriado e instrumentalizado na forma de uma política pública. A potência emancipatória dilui consideravelmente, porque, de antemão, já seria possível verificar uma contradição

básica: o ideal autogestionário não comporta a ideia da existência de um Estado, o ofertante da política.

Ainda que a proposta autogestionária brasileira de produção de moradias possua como uma de suas ideias fundantes a transformação dos beneficiários em sujeitos políticos cuja atuação se estende para além da conclusão das próprias moradias, um segundo nível de abstração ocorre quando a política pública é, de fato, implementada. A formulação de objetivos não significa, propriamente, o alcance deles. Se, contudo, a autogestão perde parte de seu conteúdo original ao aproximar-se da realidade, isto não significa que este conteúdo é extinto por completo. Nesta dissertação, interessa desvendar as *nuanças* de autonomia passíveis de serem encontradas dentro de um processo de produção de moradias identificado como autogestionário – tanto durante o período antecedente à execução das moradias, quanto durante a produção em si e, também, durante sua fase de consumo propriamente, correspondente ao período identificado como pós-ocupação. Para tal, tem-se como uma primeira referência a mencionada escala de avaliação da participação popular elaborada por Souza (2006, 2010).

Na literatura especializada, a autogestão na produção de moradias é geralmente compreendida como o controle, inclusive financeiro, de todo o processo produtivo por parte de um grupo de famílias – reunidas sob a forma de uma cooperativa, associação ou entidade – que serão as consumidoras do produto obtido. Este entendimento, economicista em essência, ignora o que considero, em concordância com Singer (2002), haver de mais essencial no processo: os ganhos subjetivos, coletivos ou individuais, dos participantes. Logo, nesta dissertação, defino a autogestão na produção de moradias como processos que, apostando em decisões coletivas, na compreensão da globalidade do processo e no direito à experimentação, almejam que as mudanças introduzidas nas relações de produção propiciem a modificação das próprias relações de sociabilidade e de uso do espaço.

Entendo que, no Brasil, um processo autogestionário de produção de moradias pode ser de dois tipos: a) automeado autogestionário, porque fruto de uma política pública que recebe o nome de autogestão, ou b) de fato mais próximo do conceito, porque carrega como objetivo a alteração, em alguma medida, do *status quo*. O primeiro tipo identifiquei como autogestão via *produção habitacional*, processos que se valem de recursos garantidos pelo poder público para a fase de produção das moradias²⁴, que é

²⁴ A depender da política pública, o recurso também é estendido para a fase de elaboração de projetos.

controlada e gerida pelos futuros moradores. Já o segundo tipo identifico como autogestão via *produção de cidade*, processos nascidos da organização dos próprios moradores que independem de recursos financeiros provenientes do poder público. Quem ilustra esta segunda categoria são as ocupações urbanas por moradia. A seguir, vamos a uma caracterização pormenorizada dos dois tipos, uma forma de melhor esclarecer as nomenclaturas utilizadas para identificá-los e de assinalar diferenças existentes entre ambos.

1.2.1 Autogestão brasileira via produção habitacional

Para a Confederação Nacional das Associações de Moradores²⁵ (CONAM, 2014 apud FERREIRA, 2014), um dos principais movimentos sociais ligados à questão da moradia e reforma urbana no Brasil, a origem da autogestão no provimento habitacional brasileiro está na *autoconstrução*. Esta, de acordo com Malard, Santos e Pontes (2006) – que se dedicam a investigar sobre a arquitetura voltada para a população considerada de baixa renda –, é uma das duas formas básicas de construção da moradia popular brasileira até a década de 1980. Segundo Morado Nascimento (2015), pesquisadora que também se dedica aos estudos sobre moradia, estima-se que 70% da produção residencial nas cidades brasileiras seja autoconstruída.

Na literatura especializada, a *autoconstrução* é ora usada como conceito, ora empregada de modo generalizado, sem maiores distinções teóricas. Quando se trata do segundo caso, a autoconstrução geralmente se refere à participação do proprietário na construção de sua própria casa, sem especificar se ocorre contratação de mão de obra e/ou envolve a participação de outras pessoas no processo. A arquiteta Ermínia Maricato (1978), em seu clássico texto “Autoconstrução, a arquitetura possível”, prefere adotar esta concepção mais abrangente – preferência também de seus conterrâneos paulistas, dentre eles o sociólogo Francisco de Oliveira e o arquiteto Sérgio Ferro. Fazer esta escolha terminológica consciente, que não elimina a possibilidade do trabalho coletivo, objetiva, na visão de Maricato (1978), evitar o romantismo existente em torno do *mutirão* – compreendido como um processo de trabalho que tem por objetivo a execução de determinada tarefa e tem como premissa o auxílio mútuo, que pode ser motivado por uma troca de favores ou mesmo um voluntarismo genuíno.

Há mais de quarenta anos, Maricato (1978) já atestava que uma longa bibliografia

²⁵ Entrevista realizada com liderança não-identificada da CONAM, concedida a Regina Fátima C. F. Ferreira em janeiro de 2014.

técnica inclinada sobre os problemas habitacionais de países periféricos indicava que a solidariedade e a espontaneidade despontam como características destacadas do mutirão, embora ela, especificamente, discorde da ideia. Para a arquiteta, o estudo da autoconstrução [ou do mutirão] somente sob este viés faz deslocar a questão principal: estas qualidades, que de fato emergem de um processo coletivo, não são escolhas, e sim questão de sobrevivência. Por isso a autoconstrução é a arquitetura possível: ela nada mais é do que *necessidade*. É ela que garante a reprodução de uma classe trabalhadora advinda do campo que chega aos centros urbanos brasileiros sobretudo na década de 1970.

Embora Maricato (1978) reconheça inicialmente a autoconstrução como o processo de construção da casa, ela adiciona outra perspectiva ao longo de sua argumentação: com base em pesquisas empíricas realizadas à época na Grande São Paulo, fica claro que a autoconstrução se refere também a igrejas, escolas, creches, sedes, centros comunitários e, em alguns casos, até mesmo infraestrutura, ou seja, à produção do espaço urbano de modo geral. Trabalhos acadêmicos mineiros atuais têm optado por abraçar esta concepção para além da casa, incluindo outros elementos que compõem as necessidades de reprodução coletivas. É o caso dos estudos de pós-graduação, por exemplo, de Cecília Santos (2015), Rafael Bittencourt (2016) e João Tonucci Filho (2017).

Morado Nascimento (2015, p. 21) considera a autoconstrução a “moradia construída e/ou modificada, seja de forma parcial ou integral, a partir de decisões tomadas por quem mora”. Aqui, um novo elemento é adicionado à discussão: a *decisão* do morador. Kapp e Cardoso (2013), contudo, preocupados em usar termos de modo conceitual, preferem denominar *autoprodução* a produção do espaço que tenha o morador como *centralizador de decisões*, sem implicar que este morador, necessariamente, participe do processo como mão de obra. Enquanto a autoconstrução é “apenas e estritamente, a participação direta dos moradores no trabalho material do canteiro, independentemente de estar combinada à autoprodução ou a outras formas de gestão” (KAPP; CARDOSO, 2013, p. 104), a *autoprodução* carrega maior precisão:

Autoprodução indica que os moradores gerem os recursos e tomam as decisões sobre os espaços, com pouco ou nenhum acesso a informações, suporte técnico, financiamento e intervenção do poder público. Essa é a forma de produção que caracteriza, em diferentes graus de irregularidade, o espaço de vilas e favelas e grande parte das periferias. Ela pode se realizar com ou sem autoconstrução (KAPP; CARDOSO, 2013, p 104).

Embora tenha sido prática popular comum desde o surgimento das primeiras

favelas brasileiras, a autoconstrução – aqui utilizada com precisão teórica, referente ao envolvimento direto do futuro morador no canteiro – ganha maior destaque nas discussões acadêmicas e na esfera pública a partir da década de 1970, significativamente em função da figura do arquiteto inglês John Turner. Aliado aos colegas – o antropólogo William Mangin e o arquiteto Patrick Crooke – e comissionado por agências internacionais²⁶ para reportar sobre estratégias habitacionais para “países em desenvolvimento”, Turner será o responsável por promover uma ação generalizada de fomento às habitações construídas pelos próprios moradores por meio da concessão de empréstimos, rechaçando os projetos imobiliários concedidos pelos governos que geralmente não correspondiam à real demanda da população de baixa renda.

Ao criticar os empreendimentos habitacionais públicos produzidos na América Latina durante os anos de 1960 e 1970, Turner (1976) coloca como saída a produção popular latino-americana, que ocorria sem a tutela ou aporte de recursos do Estado. “Quem decide o que para quem” é a questão central de toda a discussão turneriana, embora recursos como infraestrutura, financiamento e terra deveriam ser providenciados pelos governos centrais. Pregava-se um “sistema de habitação autônomo” (*autonomous housing systems*) ou “auto-governanças locais” (*locally self-governing*) frente aos convencionais “sistemas de habitação heterônomos” (*heteronomous housing systems*) ou de “administração centralizada” (*centrally administered*).

Ao que tudo indica, o alcance das ideias do arquiteto inglês foi decisivo para que países latino-americanos se sentissem confortáveis em propor a autoconstrução como política pública, afinal ela era uma saída bastante virtuosa do ponto de vista econômico frente aos cofres públicos esgarçados. No Brasil, tanto o Programa João de Barro – criado em 1984 no âmbito do Banco Nacional da Habitação (BNH) – quanto o Programa Nacional de Mutirões Comunitários implementado durante o governo Sarney (1985-1989) ilustram a apropriação da autoconstrução como política pública. O resultado foi a reprodução sistemática dos chamados “mutirões por ajuda mútua”, que ocorriam sem qualquer remuneração da força de trabalho.

Para o sociólogo Francisco de Oliveira (1972, 2006), uma vez que a autoconstrução – aqui aparentemente entendida como Kapp e Cardoso (2013) definem a autoprodução – e o mutirão e são calcados na exploração de uma mão de obra não-remunerada, eles constituem um “sobretrabalho” ou “supertrabalho”. O pressuposto do

²⁶ Como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

mutirão seria a manutenção de uma ampla faixa populacional desempregada, visto que a prática demanda que as pessoas envolvidas possuam tempo de sobra para aplicar nos esforços da construção. Chega-se, por conseguinte, a um ciclo: donos dos meios de produção se veem eximidos de contabilizar as despesas com habitação nos custos da reprodução da força de trabalho, pois supõem que os trabalhadores irão individualmente suprir esta demanda. Esta desobrigação por parte dos donos dos meios de produção é materializada na queda dos salários, o que acaba por alimentar que os trabalhadores, de fato, vislumbrem a construção da própria casa (e do espaço) como a única saída possível.

Oposição ao pensamento de Chico de Oliveira é feito pelo arquiteto Sérgio Ferro (2006), que se apega à dimensão positiva do mutirão, afirmando ser legítima a autoconstrução quando a carência atinge estágio último. Ele acredita que o mutirão não é responsável por reduzir os custos da força de trabalho porque o modo de produção capitalista mantém um abundante e crescente exército de reserva que, por si só, já reduz o custo da força de trabalho. Com base nas ideias de Karl Marx, outro ponto que o arquiteto leva em consideração é que, se todo trabalhador da construção civil comprasse uma casa, ele pagaria uma parcela correspondente à mais-valia, uma vez que a habitação, ao ser mediada por uma compra, torna-se uma mercadoria por consequência. Ou seja, ao pagar uma mais-valia, o trabalhador estaria pagando o seu próprio sobretrabalho. Na continuação do raciocínio, o referido autor tende a crer – apoiando-se em cálculos por ele realizados em 1968 e 1969 – que esta massa de mais-valia paga pelo trabalhador na compra de uma casa corresponda a um valor mais alto do que a perda de salário que a autoconstrução, por si, é acusada de causar.

Oliveira (1972, 2006), que não cede à uma visão virtuosista, reforça que, enquanto a expansão das periferias brasileiras for constituída pela autoconstrução, a acumulação de capital estará sendo facilitada, e não a emancipação do próprio morador. Neste sentido, é claro que a reprodução desta prática enquanto política pública seria inadmissível. Nas palavras de Oliveira (2006, p. 72), “[...] se a solução do mutirão se generalizasse, nós estaríamos caminhando para um inferno urbano. Se ela se universalizar, será a negação da solução da habitação.” O receio do sociólogo, no entanto, partia de um conhecimento de causa: a possibilidade de transformação do mutirão em política pública generalizada – timidamente implementada pelo governo federal nos anos 1980 por meio dos mencionados João de Barro e Programa Nacional de Mutirões Comunitários, adotada no estado de Goiás na segunda metade dos anos 1980, apostada nos municípios de São Paulo

e Ipatinga (MG) na transição entre as décadas de 1980 e 1990 e, por fim, reincorporada pela instância federal nos anos 2000.

As experiências mutirantes do Projeto João de Barro, do Programa Nacional de Mutirões Comunitários e as do governo de Iris Rezende em Goiás se diferem sensivelmente daquelas concentradas sobretudo no início dos anos 1990 em São Paulo e Ipatinga. Isto porque as federais e a goiana calcavam-se no mutirão convencional, comumente identificado como mutirão de “ajuda mútua”. Já a paulista e a ipatinguense, no “mutirão autogerido”. A diferença entre os tipos de mutirão está no *poder de decisão* dos moradores. Enquanto o primeiro pressupõe a aplicação direta da mão de obra dos futuros moradores nos trabalhos do canteiro, o mutirão autogerido também coloca esta possibilidade, mas com uma diferença expressiva: aplicar o trabalho dos próprios moradores no canteiro é uma *decisão* que parte do coletivo. No primeiro caso, a necessidade induz ao mutirão. No segundo, o mutirão é uma opção e tem por finalidade transpor os limites da construção da moradia. Objetiva-se a busca por autonomia e poder popular, uma maneira de o movimento popular realizar seu trabalho de base e conscientização (USINA CTAH, 2012).

A adoção do mutirão nas instâncias estadual e municipal em São Paulo dispuseram de todo um contexto indutor. Rosângela Paz (1996) revela uma série de motivos que levam a população a ocupar terra coletivamente Brasil afora já no início dos anos 1980: o rigor da legislação em relação aos – então comuns – loteamentos populares periféricos, o custo elevado da terra e de materiais, a indisponibilidade de áreas livres próximas ao centro das cidades e o abarrotamento das favelas. A estratégia da autoconstrução em loteamentos populares ou por meio de iniciativas individuais parecia esgotar-se. Fernanda Moreira (2009) sinaliza que as ocupações coletivas insurgentes em São Paulo no período, obtendo apoio da Igreja e de técnicos progressistas, seriam peça de suma importância para a negociação com o poder público: pela pressão popular, clamava-se pela desapropriação da terra e por condições de acesso a um financiamento público que garantisse a produção de moradias sob regime de mutirão.

Nabil Bonduki (1992, p. 11) – arquiteto paulista que assessorou as primeiras experiências autogestionárias da cidade de São Paulo mesmo antes de serem reconhecidas como embriões da autogestão enquanto política pública – eleva o mutirão autogerido, trazendo luz à força organizativa que a prática é capaz de garantir:

[...] mutirão não significa – se associado à autogestão e apoiado financeiramente pelo poder público – atraso tecnológico, longo tempo de obra,

desperdício de terrenos, baixa produtividade e precariedade habitacional. [...] Notam o avanço do processo de organização das associações e de conscientização dos mutirantes. Sentem, na pele, a energia coletiva, a alegria e beleza de um processo de produção onde o trabalhador não é alienado do produto de seu trabalho.

Há que se atentar, contudo, que a fala de Bonduki se situa em um contexto bastante específico. Em 1992, finalizava a gestão democrático-popular da então prefeita de São Paulo Luiza Erundina (1989-1992). Na ocasião, a autogestão ganhava o contorno de decisão política por meio do programa FUNAPS-Comunitário²⁷, financiado com recursos do orçamento municipal. O clima, portanto, era de otimismo e esperança; a proposta de tom progressista se diferenciava de tudo o que já havia ocorrido anteriormente no campo da moradia popular. A participação do futuro morador no processo de produção no canteiro dispendo de poder de decisão e podendo, por vezes, até mesmo colaborar no projeto, era algo absolutamente sem precedentes.

A Usina CTAH (2008) – equipe de assessoria técnica que concentrou muitas de suas atividades nos mutirões autogeridos paulistas – infere que a sobreposição do valor de uso ao valor de troca no mutirão autogerido favorece a experimentação, uma vez que viabiliza a produção de um espaço para além do convencional; a produção pode ser calcada na qualidade dos materiais e dos espaços, assim como há adequação das técnicas às exigências do trabalho enquanto processo de produção. Não existiriam, portanto, motivos para intensificar a produtividade ou a exploração do trabalhador, comuns à conduta empresarial capitalista, assim como a qualidade e o tempo de vida da moradia produzida seriam preservados.

Ao contrário do que a Usina CTAH faz supor, estudos empíricos apontam para outros rumos. O de Isadora Guerreiro (2018), por exemplo, arquiteta ex-integrante da própria Usina, revela a ocorrência de práticas bastante exploratórias no canteiro autogerido da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara – experiência paulista geralmente considerada pela literatura como modelo de autogestão. A arquiteta narra que, em determinado momento da produção, uma cooperativa interna foi criada por alguns trabalhadores como uma saída imediata para lidar com o abandono das obras pelo empreiteiro que havia sido contratado pelas famílias. No entanto, esta cooperativa, personificada em poucos homens, assumiu uma função meramente de comando, gerando

²⁷ Não serão destrinchados os detalhes deste programa neste momento, tal discussão será material para o capítulo 02. Interessa aqui apenas situar o leitor quanto à existência em São Paulo e, como veremos adiante, em outros lugares do Brasil de um programa ancorado na política habitacional voltado para a prática dos mutirões autogeridos.

uma divisão político-social entre “patrões” e “subordinados”. O descolamento entre o discurso da Usina CTAH e a realidade motiva o esclarecimento cronológico que virá a seguir, que ajudará a compreender a discrepância sinalizada.

Após o mutirão autogerido ganhar o contorno de política pública em São Paulo e Ipatinga quase que simultaneamente, um período de florescimento desta prática terá vez pelo Brasil na década de 1990. No entanto, na década seguinte, ocorre uma inflexão: de política pública mantida por municípios ou estados, o tema da autogestão será incorporado pela instância federal. Em 2004, a gestão de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010) lança o Programa Crédito Solidário (PCS) e, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, sem que coexistam. Embora não seja o momento para explicar o funcionamento operacional de ambos, pauta para o capítulo 02, vale esclarecer que eram programas oficiais direcionados à população de baixa renda que se declaravam afeitos à questão autogestionária.

Uma série de obrigadoriedades permeavam os programas. Os regimes de construção possibilitados pelo PCS e PMCMV-E estavam limitados a preceitos estabelecidos, demandava-se a organização dos futuros moradores em associações, cooperativas ou entidades habitacionais – formas jurídicas estabelecidas por lei obrigatórias para a ocorrência do repasse dos recursos financeiros advindos de fundos públicos –, pressupunha-se a contratação de uma assessoria, que assumia a responsabilidade técnica pelo empreendimento, e a fiscalização do poder público coroava a equação. De modo simplificado, significava famílias com poder de decisão sobre recursos – a incluir as despesas com a compra do terreno, com um possível projeto, com insumos e materiais para a execução das obras, com a equipe de assessoria técnica e com a mão de obra, fosse ela composta pelos próprios beneficiários ou por prestadores de serviços e/ou empresas. Embora o formato não seja exatamente distante daquele encontrado nas políticas públicas municipais e estaduais dos anos 1990, havia a necessidade de os futuros moradores se reportarem a duas instâncias distintas – a municipal e a federal.

Consoante Luciana Lago (2011), que pesquisa a autogestão na produção de moradias no Brasil, o PCS começará a funcionar efetivamente somente em 2007, embora lançado três anos antes. Quando, em 2008, a Usina CTAH depõe a favor do mutirão autogerido, iluminando seus prós, ela tem como referência sobretudo as experiências resultantes da política pública paulista, concentradas ao largo dos anos 1990 e na primeira metade da década de 2000. Assim como Bonduki, em 1992, se aferrava às possibilidades

autogestionárias que a gestão de Luiza Erundina apresentava, a Usina CTAH faz exatamente o mesmo em 2008, mas em relação ao PCS. Ora, se o programa ganha efetividade somente em 2007, um ano depois ainda se apostavam as fichas na proposta federal. É por este motivo que incongruências entre discurso e fatos são, alguns anos mais tarde, visíveis.

Com a centralização obtida por meio do PCS e do PMCMV-E, a proposta autogestionária conduzida por municípios e estados foram, pouco a pouco, perdendo razão de ser. O surgimento do PCS faz as experiências locais perderem força. No advento do PMCMV-E, a situação se agrava ainda mais. No entanto, antes de ficarem claras as razões do agravamento, existe um intervalo entre PCS e PMCMV-E que merece ser retomado.

O PCS seria sucedido pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sem o “E” que caracteriza a modalidade autogestionária em teoria. Maria Caldas (2015) – ex-diretora de Infraestrutura Social e Urbana do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)²⁸ – afirma que a vinculação do PMCMV ao PAC e sua necessidade de resultados econômicos foi o motivo que acarretou a “derrota” da política habitacional federal que vinha sendo construída há décadas, a Política Nacional de Habitação (PNH)²⁹. Regina Ferreira (2014) considera o PMCMV uma inflexão conservadora da política habitacional, uma vez que ele ignora por completo o Plano Nacional de Habitação elaborado entre 2007 e 2009, fundamental para a implementação da PNH. Foi a pressão do movimento popular o fator responsável por garantir a instituição do PMCMV-E, criado pela lei 11.977/2009. No entanto, a desigualdade na distribuição dos recursos é radical; enquanto a modalidade convencional angaria a maior parcela de investimentos, a secundária garante um aporte financeiro simbólico.

Por mais que o mutirão autogerido fosse apenas um regime de construção dentre outros possibilitados pelo PCS e pelo PMCMV-E, na prática ele acabou sendo opção majoritária³⁰ das associações e cooperativas atuantes durante a década de 2000, conforme

²⁸ Programa federal anunciado em janeiro de 2007, logo no início do segundo mandato do presidente Lula, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro por meio do fomento a investimentos estruturantes, sobretudo na área voltada à infraestrutura urbana.

²⁹ Não faz parte do escopo deste trabalho analisar a PNH. Para tal, ver Jéssica Silva (2009) por exemplo. Cabe apenas ressaltar que ela é considerada o mais importante instrumento relativo às estratégias e ações que seriam implementadas pelo governo federal quanto ao direcionamento da questão da moradia voltada à população de baixa renda. Silva (2009) alega que a expectativa era reverter problemas históricos, como o acúmulo de necessidades habitacionais, a segregação do mercado de terras e a pouca integração entre as políticas urbanas.

³⁰ Mais ou menos combinado à administração direta, que significa a contratação de profissionais ou empresas para execução parcial dos serviços de obra.

estudos parecem indicar. É justamente esta recorrência que implica na frequente sobreposição existente entre o mutirão e a própria autogestão, inconsistência delatada já na época de vigência do PCS pelos paulistas João Lopes e Cibele Rizek (2006). No advento do PMCMV-E, a empreitada global³¹ parece ser o regime de construção que cai no gosto dos “gestores da autogestão”, para usar expressão de Silva (2013). Esta mudança de escolha, contudo, não é gratuita.

Silva (2013), que participa como arquiteta responsável por uma série de empreendimentos autogestionários em Ipatinga e Belo Horizonte, percebe que não é incomum a cooptação dos “gestores da autogestão” durante o advento do PCS e do PMCMV-E. Esses gestores seriam as lideranças da chamada Entidade Organizadora, que não precisamente coincide com os beneficiários finais, isto é, aqueles que irão morar no empreendimento após a conclusão dos trabalhos:

Obviamente que, como instância política e, ademais, dispendo de recursos econômicos, os processos autogestionários estão sujeitos a vícios e práticas de favorecimento, não sendo raro a cooptação de lideranças ou imposições de decisões dessas sobre os liderados, especialmente nos processos institucionalizados pelas administrações públicas que acabaram por gerar uma distorção básica: uma espécie de profissionalização de “gestores da autogestão”, ou seja, alguns dos gestores não são beneficiários do empreendimento em questão, mas integram o quadro como representantes das entidades organizadoras qualificadas junto aos agentes financeiros. Significa, basicamente, que esses gestores não serão afetados pelas decisões que tomam, descaracterizando o processo (SILVA, 2013, p. 204).

A “profissionalização” das lideranças foi ganhando corpo desde o PCS e, durante a vigência do PMCMV-E, atingiu seu ápice. Como, nesta dissertação, a concepção de autogestão na produção de moradias tem como premissa básica a tomada de decisões coletivas e a compreensão global das etapas por parte dos futuros moradores, torna-se inviável considerar o segundo programa como afeito à questão autogestionária; além de a Entidade Organizadora não coincidir exatamente com o conjunto de moradores beneficiários, as instruções normativas que regem o programa obrigam-na a ter experiência quantitativa prévia e determinado tempo de existência, o que inviabiliza uma série de propostas legítimas. Desse modo, mingua-se a possibilidade de construção política a partir dos futuros moradores, que, inclusive, são selecionados pelo agente financiador da operação em momento bastante avançado do empreendimento. Não é surpresa constatar que o regime de empreitada global se torne escolha natural quando a

³¹ Significa a utilização de empresa do ramo da construção civil para produzir as unidades habitacionais.

cooptação das lideranças ganha espaço, o poder material e simbólico de empresas da construção civil seduz.

Apesar de lançado em 2009, o programa começa a selecionar propostas quatro anos depois, apenas em 2013³². Luciana Lago (2011), que pesquisa sobretudo os efeitos do PMCMV-E no Brasil, afirma que o programa instala uma disputa por localização, discrepante em essência: de um lado, empresas da construção civil beneficiárias do PMCMV convencional e, por outro, organizações comunitárias e sindicais – forças completamente desequilibradas entre si. A pesquisadora faz trocadilho: a conquista de moradia dentro do PMCMV-E pode ser lida, na verdade, como uma conquista da periferia.

Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016 e a consequente chegada do governo interino de Michel Temer (agosto 2016 - dezembro 2018), este suspendeu por quase um ano e meio o funcionamento do PMCMV, alegando reformulação. Neste ínterim, a modalidade Entidades também foi suspensa. Embora não se tenha oficialmente extinguido o programa, em 2017 houve uma enorme retração dos recursos: somente 9% dos valores calculados foram destinados à finalidade prevista (ZARATTINI, 2017).

Não cabe aqui analisar as mudanças ocorridas na transposição entre a resolução normativa anterior e a insurgente do governo Temer³³, mas revelar que movimentos sociais e estudiosos têm, cada vez mais, mostrado insegurança em relação à continuidade do programa. Embora várias ressalvas sejam feitas ao PMCMV-E, a crítica acadêmica geralmente prefere adotar prudência e considerá-lo, ainda que com inúmeros defeitos, uma opção razoável frente à perversidade do PMCMV. Desde 2016, após Michel Temer assumir a presidência do Brasil, uma forte tendência de esvaziamento do PMCMV-E ocorre devido às mudanças introduzidas, que incluem a diminuição de recursos para famílias situadas na faixa de renda mais baixa, a praticamente extinção da modalidade para a aquisição de terrenos e apoio à elaboração de projetos, a falta de transparência na seleção das propostas e a redução significativa do prazo de contratação dos selecionados.

³² Informação baseada em pesquisa realizada pela autora no site da Imprensa Nacional, que disponibiliza todos os documentos publicados no Diário Oficial da União. A consulta foi realizada ano a ano, desde o lançamento do programa em 2009, usando “Minha Casa Minha Vida - Entidades” como termo de busca. Disponível em: <http://portal.imprensanacional.gov.br/>. Acesso em: 31 maio 2018.

³³ Resolução do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento (CCFDS) de nº 214 de dezembro 2016, em revogação à Resolução nº 200 de agosto de 2014. Esta nova Resolução é regulamentada pela Instrução Normativa nº 12, de junho de 2018, do Ministério das Cidades (MCidades).

A demanda dos movimentos é cada vez mais inviabilizada, revelando uma finalidade voltada à politicagem.

Como bem atentado por Kapp e Cardoso, é necessário reconhecer que não existe um nível de autonomia único nas experiências brasileiras ditas autogestionárias:

A real autonomia dos futuros moradores e das associações nesse processo [Autogestão] varia enormemente, dependendo das exigências burocráticas, da formação das lideranças, da prefeitura, do agente financiador etc. Em alguns casos, a autogestão representa o grau mais alto de autonomia que já alcançamos na produção habitacional brasileira. Em outros, as interferências são tantas que empreendimentos ditas autogestionários acabam se assemelhando aos expedientes da produção heterônoma. Tais desvirtuamentos do vocábulo, no entanto, não muda o fato de que a autonomia coletiva é o cerne da ideia de autogestão (2013, p. 104).

O caráter assumidamente emancipatório da autogestão é, portanto, apenas uma *possibilidade* nas experiências brasileiras de produção habitacional. A ação autogestionária pode, inclusive, servir para encobrir o sobretrabalho que Oliveira (1972, 2006) denuncia ou mesmo escamotear uma exploração entre os próprios pares, como, por exemplo, fica evidente no citado estudo de Isadora Guerreiro (2018).

Se as ideias do inglês John Turner influenciaram sobretudo o Nordeste brasileiro, o Sudeste e o Sul parecem ter sido inspirados pelo cooperativismo de habitação por ajuda mútua uruguaio (LOPES; RIZEK, 2006). Fundada em 1970, desde então a *Federación Uruguaya de Cooperativas de Ayuda Mútua* (FUCVAM) – que se autodeclara³⁴ o mais antigo, maior e mais ativo movimento social ligado à temática da habitação e do desenvolvimento urbano uruguaio – centraliza as cooperativas de habitação que têm como fundamento a ajuda mútua, a propriedade coletiva e a consequente existência de *usuários*, não proprietários. A ação da FUCVAM foi possível graças à manutenção do *Fondo Nacional de Vivienda*, ou Fundo Nacional de Habitação, previsto na famosa e ainda vigente Lei Nacional de Habitação uruguaia, a *Ley Nacional de Vivienda* de 1968. O décimo capítulo dispõe inteiramente sobre o papel das cooperativas de habitação³⁵.

Lopes e Rizek (2006), contudo, estão cientes de que os procedimentos autogestionários voltados para a moradia implementados no Brasil não possuem vínculo com a ideia original, baseada na experiência uruguaia:

[...] lá, organização sindical; aqui, movimento popular; lá, um plano e uma lei que regulam a produção autogestionária de moradia em todo o país; aqui,

³⁴ Informação extraída do site oficial da FUCVAM, em “Acerca de” (Sobre). Disponível em: <http://www.fucvam.org.uy/acerca-de/>. Acesso em: 26 abr. 2018.

³⁵ Ver República Oriental del Uruguay (1968).

programas que não compõem sequer uma política habitacional local; lá, cooperativas que, juridicamente, permitem o mútuo coletivo, a propriedade comum e sua comercialização regulada; aqui, associações comunitárias que mal e mal mantêm sua condição como agente promotor que apenas atua como mediador temporário entre o agente financeiro e o mutuário final (LOPES; RIZEK, 2006, p. 58).

Seria possível dizer que o mencionado primeiro nível de abstração conceitual – isto é, quando a autogestão é apropriada e instrumentalizada na forma de uma política pública – possui um subnível. Isto porque as ideias contidas na fonte de inspiração original não são seguidas. Ainda que o ideal autogestionário original que tem por base o socialismo tenha sido consideravelmente deixado de lado, nota-se que alguns pesquisadores e militantes do movimento popular agarram-se, esperançosos, às possibilidades transformadoras que o trabalho coletivo dispõe.

Até aqui, foram revelados sucintamente os pormenores do primeiro nível de abstração em relação à autogestão, isto é, como o conceito foi apropriado na produção habitacional brasileira, esclarecendo o contexto de criação de seus programas principais – que têm como base a prática do mutirão por ajuda mútua – e compatibilizando as expectativas criadas em torno desses programas com a realidade das experiências. Se a autogestão brasileira na produção habitacional aparece sob o véu da institucionalização, a autogestão via produção de cidade traz uma proposta distinta, que não se identifica com o Estado ou com o capital privado.

1.2.2 Autogestão via produção de cidade: ocupações urbanas

Dias *et al.* assim definem as ocupações urbanas:

[...] identidades territorializadas [que] exercem posse planejada, pacífica e informal em espaços urbanos não utilizados, subutilizados ou não edificadas, e se mantêm em mobilização continuada pelo acesso à terra urbana e pelo exercício dos direitos à moradia e à cidade (2015, p. 206).

As ocupações urbanas não têm como núcleo principal a questão da moradia necessariamente. Em Belo Horizonte, por exemplo, existem casos que despertam para outras temáticas – como cultura, educação e emancipação feminina. Desde 2006, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) tem sido palco de um surgimento quase sistemático de ocupações urbanas, de ritmo até então desconhecido. Frente a esta realidade, movimentos sociais acumularam um *modus operandi* que lhes permitiu, anos mais tarde, ser capazes de teorizar esta prática. A partir de 2014, esforços na forma de consideráveis artigos e dissertações têm sido feitos no intuito de produzir conteúdo acerca

das ocupações urbanas belo-horizontinas. As autoras e os autores aqui utilizados são geralmente militantes e/ou apoiadores que fazem parte, com maior ou menor contato, deste ciclo notório de experiências.

É comum, na literatura especializada, a diferenciação entre ocupações organizadas e ocupações espontâneas³⁶. As primeiras referem-se àquelas assessoradas, desde seus primórdios, por um ou mais movimentos sociais urbanos. Já as segundas, àquelas cujos primeiros passos tenham sido dirigidos pelos próprios moradores, sem qualquer apoio externo (LOURENÇO, 2014). Ainda assim, as ditas espontâneas recebem posteriormente o apoio de entidades e/ou pessoas afeitas à questão urbana. Em ambos os casos, porém, a situação quanto à origem dos primeiros ocupantes é similar: geralmente conhecidos entre si, devido a relações de vizinhança construídas ao longo do tempo.

O binarismo organizadas-espontâneas, no entanto, soa desqualificador de certo modo. A oposição "organizada" versus "espontânea" sugere que o segundo tipo seja marcado pela ausência de organização do grupo fundador. A existência de algum movimento social nos primórdios de uma ocupação seria considerada, portanto, um princípio aglutinador. A arquiteta Laís Oliveira (2016), contudo, desmistifica esta impressão ao constatar, por meio de conversas com moradores de determinada ocupação na RMBH, que ocupações organizadas servem de exemplo para outras, espontâneas. Na mesma direção argumentativa, Luciana Bizzotto (2015) traz uma série de entrevistas com importantes atores da luta das ocupações urbanas em prol de moradia em Belo Horizonte que apontam que existe uma inspiração entre ocupações motivada pelo êxito alcançado por elas. A fala do militante Leonardo Péricles – coordenador do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), um dos principais movimentos sociais que reproduzem a estratégia da ocupação de terra em Belo Horizonte – é bastante ilustrativa:

Esse pessoal fica achando que as coisas vão ser feitas sempre do nada, as pessoas vão tomar consciência e fazer, nós não acreditamos que isso exista. Mesmo que ela aparentemente seja espontânea, tem lideranças ali que pegaram o boi pelo chifre, tomaram a frente e falaram “Vamos ocupar ali!”. E foram fazer. Alguém tem que estar à frente para fazer, mesmo que não tenha consciência daquela ação (PÉRICLES³⁷, 2015 apud BIZZOTTO, 2015, p. 120)

A escolha dos dois termos, ainda que não intencional, sugere favorecer uma relação de dependência entre movimentos e moradores. Talvez seja interessante o esforço

³⁶ Lourenço (2014), Bittencourt (2016) e Oliveira (2016), por exemplo, utilizam esta distinção, apesar de serem críticos a ela.

³⁷ PÉRICLES, Leonardo. Entrevista concedida a Luciana Maciel Bizzotto em 16 mar. 2015.

de elaboração de uma outra oposição, "organizada" versus "auto-organizada" por exemplo. A partir daqui, serão estas as terminologias que utilizarei para diferenciá-las.

Tiago Castelo Branco Lourenço (2014), arquiteto que assessorou muitas ocupações urbanas por moradia na capital mineira, aponta as diferenças entre uma ocupação urbana organizada e uma favela. A primeira pressupõe a ocorrência de ações orquestradas por um ou mais movimentos sociais cujo discurso ultrapassa a luta pela moradia, objetivando uma oposição política mais ampla ao *status quo*. Já a segunda seria fruto de uma ocupação gradual e “espontânea” de terras, com a finalidade pura da conquista do abrigo em uma cidade que não dispõe, institucionalmente, de meios para tal.

Há, também, a diferenciação entre ocupações horizontais e verticais, cujo entendimento é mais imediato: as primeiras referem-se a ocupações de terrenos subutilizados enquanto as segundas, a ocupações de prédios vazios. A atuação militante do advogado Joviano Gabriel Mayer³⁸ (2013 apud LOURENÇO, 2014) o leva a crer que a propensão à resistência é maior em uma ocupação horizontal, visto que os moradores levam em conta os esforços materiais e físicos necessários para a construção de suas respectivas casas, além de existir maior vínculo com o lugar. Já nas ocupações verticais, aproveita-se uma infraestrutura já existente. No entanto, há que se ponderar a fala de Mayer, uma vez que são altos os custos para retomar à nova vida uma construção em estado de abandono, visto que envolve a reativação, por exemplo, dos sistemas elétrico, hidráulico, de esgotamento sanitário e de prevenção e combate a incêndio. A resolução desses problemas, um tanto mais complexa, também exige uma manutenção dispendiosa.

Além da origem geralmente semelhante, outro fator que une as famílias ocupantes é o fato de comporem anteriormente o chamado “déficit habitacional”. Os principais motivos que impulsionam a ocorrência de ocupações organizadas e auto-organizadas são compartilhados: a fuga do aluguel, da moradia concedida com base em relação de favor, de situações anteriores de risco geológico – este último fator por vezes apenas um discurso institucional para legitimar remoções. Lourenço (2014) ainda sinaliza que, embora a carência (ou a necessidade) seja a força motriz de uma ocupação urbana, funcionando, inclusive, como importante argumento em sua defesa, ela não é suficiente para fazer com que os moradores resistam: é preciso, também, *disposição* para viver na contravenção.

³⁸ MAYER, Joviano Gabriel. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço em 19 nov. 2013.

Em uma ocupação urbana, maior importância é conferida ao valor de uso do espaço em relação ao seu valor de troca, uma vez que não existe a compra do lote (ocupação horizontal), ou cômodo (ocupação vertical); as famílias não precisam dispor de investimentos monetários para ocuparem determinada área. O objetivo principal não é a obtenção do lucro ou da mais valia fundiária, e sim garantir que famílias às quais foi negado seu direito básico de morar tenham o mínimo estabelecido pela Constituição Federal de 1988. O militante Rafael Bittencourt (2016), porém, usando como material empírico as ocupações urbanas em Belo Horizonte, atenta para a ocorrência de comercialização de lotes no interior dessas experiências autogestionárias, ainda que o mercado gerado seja informal e de baixa intensidade. A proporção desta prática paralela, entretanto, ainda não foi mensurada.

Embora a moradia seja uma conquista importante, o horizonte das ocupações é ainda maior: almeja-se alcançar, também, adequadas condições infraestruturais e de equipamentos públicos, além de uma garantia constante de oportunidades múltiplas – sejam elas ligadas ao trabalho, lazer, ensino. Por isso as ocupações urbanas costumam ser expressões da luta pelo *direito à cidade*, conceito cunhado pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre em 1968. O direito à cidade representa o direito de produzir, se apropriar e usufruir da cidade:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2011, p. 134).

O geógrafo David Harvey, 40 anos mais tarde, resgatará a ênfase dada ao teor emancipatório da ideia, uma vez que, quando utilizado de maneira banalizada, o direito à cidade sugere, apenas, o acesso a serviços e equipamentos básicos – como saúde, moradia, educação. Kapp (2012), inclusive, aponta ser a forma como as políticas públicas atuais majoritariamente apropriaram-se da terminologia.

The right to the city is far more than the individual liberty to access urban resources: it is a right to change ourselves by changing the city. It is, moreover, a common rather than an individual right since this transformation inevitably depends upon the exercise of a collective power to reshape the processes of urbanization³⁹ (HARVEY, 2008, s/p).

³⁹ Em tradução livre: O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar recursos urbanos: ele é o direito de mudar a nós mesmos ao mudar a cidade. Ele é, além disso, um direito comum mais do que um direito individual, visto que essa transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização.

Há que se evitar, contudo, romantismos. Em uma ocupação urbana, as pessoas se reúnem com um objetivo inicial bastante utilitarista: a obtenção da casa própria. O geógrafo Milton Santos (1996) recorda que aqueles espaços que o ser humano não cria e dos quais desconhece a história resultam em lugares marcados pela alienação. Entretanto, é exatamente na contramão dessa alienação que pesa sobre a maioria do espaço que nasce uma ocupação urbana. A escolha do terreno, o ato de ocupá-lo, o ato de insistir em sua permanência e a construção da casa onde se irá morar – etapas mais ou menos presentes em uma ocupação, a depender se ela é horizontal ou vertical – faz com que ali se construa diariamente uma história, justaposta aos significados anteriores. É no cursar diário que se cria uma sensação de pertencimento, um significado que, inclusive, contribui para a formação do sujeito político: ao reconhecer-se como parte de um todo que ganha força no coletivo, a adesão e defesa da luta pela moradia torna-se mais imediata e dotada de sentido.

Significado político é encontrado até mesmo no termo “ocupação”, contrário à ideia de “invasão”, conforme as ocupações são comumente referidas por poderes hegemônicos – tais como a imprensa, os proprietários de terras, o Judiciário. O termo “invasão” deprecia a luta por moradia, reafirma um “ato ilegítimo, hostil, que toma à força um espaço utilizado por outros, desrespeitando não só a lei, mas até as regras tácitas de convívio humano” (LOURENÇO, 2014, p. 31), enquanto uma “ocupação” carrega o sentido de dar utilidade a algo que não atende à função social da propriedade, obrigatória por lei.

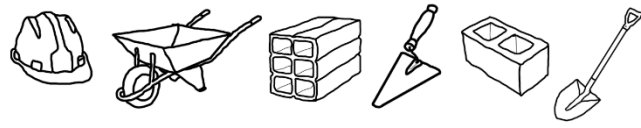
É a função social da propriedade o argumento central em defesa das ocupações urbanas. Entende-se que terrenos ou imóveis inocupados, ociosos ou abandonados, sem qualquer finalidade social, não cumprem o artigo 5º, inciso XXIII, da Constituição de 1988, onde consta que “a propriedade atenderá a sua função social” (BRASIL, 1988, s/p). Quando determinado terreno ou imóvel está sem uso, supõe-se uma opção do proprietário pela especulação imobiliária, prática prejudicial às cidades em vários sentidos, principalmente no que tange ao agravamento da segregação socioespacial. Ao desafiar a própria lógica inalienável da propriedade privada ao apossarem-se de um terreno ou de dada estrutura cuja propriedade pertence a outrem, os ocupantes fazem política: a posse é uma forma de afirmação, uma ação direta que intenciona provocar o cumprimento forçado da própria legislação federal. Uma ocupação urbana representa, portanto, para

além da obtenção de moradia, uma pressão sobre a utilização de instrumentos de reforma urbana, a incluir o Estatuto da Cidade de 2001⁴⁰.

Na autogestão via produção de cidade, os gastos com o planejamento prévio, como aqueles demandados pela vigília e, mais importante, com as próprias construções das casas, são garantidos por meio de recursos dos próprios moradores e de doações de terceiros, chamados de apoiadores. Bittencourt (2016, p. 7) afirma que o ciclo das ocupações urbanas pelo direito à moradia constitui “uma política habitacional autorrealizada, isto é, elaborada por atores sociais da sociedade civil, não só sem a colaboração, mas contra o Estado [...]”.

Se as ocupações urbanas são nada menos do que uma reação “às próprias mãos” à ineficiência do poder público em promover o acesso generalizado à moradia, devido à usual falta de priorização em relação às demandas das camadas sociais populares, constata-se que a política pública e as lutas urbanas em torno da terra e da moradia estão indissociavelmente imbrincadas. Ao associarmos ambas com a evolução do pensamento urbanístico brasileiro, teríamos um panorama do contexto de surgimento da autogestão, objetivo a ser alcançado no capítulo 02.

⁴⁰ O Estatuto da Cidade regulamenta o capítulo II da Constituição Federal, que dispõe sobre a política urbana.



Capítulo 02 – Traçando o caminho da autogestão brasileira

Este capítulo pretende resgatar de modo cronológico o surgimento da ideia de autogestão no Brasil relacionada à produção de moradias, algo timidamente iniciado no capítulo 01. Terão espaço aqui, por exemplo, os movimentos sociais e grupos que tiveram papel importante na cobrança da demanda autogestionária, figuras e grupos específicos que fizeram a questão ganhar mais espaço, práticas embrionárias, programas de políticas públicas que se inspiram na já mencionada experiência uruguaia. Almeja-se traçar o caminho da realidade brasileira a fim de garantir o contexto que sustenta o surgimento da autogestão em Belo Horizonte, finalidade última deste capítulo. Quando outras experiências mineiras dão algum tipo de suporte à belo-horizontina, sejam elas situadas na RMBH ou não, elas também irão compor o que denomino “inventário brasileiro da autogestão na produção de moradias”⁴¹.

Nabil Bonduki (1992) e Regina Ferreira (2014) são pontos de partida nesta construção, autores que já haviam realizado o esforço de elencar antecedentes, motivos e experiências marcantes sobre o objeto de pesquisa, com focos distintos: o primeiro debruça-se sobre a experiência autogestionária de São Paulo, considerada berço da ideia no Brasil, e a segunda atém-se principalmente à trajetória dos movimentos sociais urbanos ligados à questão da moradia e reforma urbana. Este capítulo intenciona alargar esta perspectiva ao complementar a história da produção de moradias popular com apontamentos de outros autores, ao afunilar-se em Belo Horizonte e ao adicionar elementos que estão além de uma perspectiva institucionalizada.

Para a construção do inventário, três tramas de temáticas distintas serão entrelaçadas: uma primeira relativa ao pensamento urbanístico em torno da autogestão, preocupada em destacar ideias e figuras importantes; uma segunda referente às políticas públicas, preocupada em elencar marcos legais e programas de políticas públicas; uma terceira que diz respeito às lutas urbanas concernentes à questão da terra e moradia, o que envolve experiências autogestionárias desvinculadas do Estado, acontecimentos singulares e a contextualização do surgimento de movimentos sociais ligados à moradia e à reforma urbana. Ao fim deste capítulo, as referidas tramas serão traduzidas em um

⁴¹ De modo algum este inventário tem a pretensão de ser fiel por inteiro às realidades brasileira e belo-horizontina, seria ingênuo acreditar ser possível abraçar todas as nuances do contexto que, pouco a pouco, induz ao fortalecimento da questão autogestionária. Certamente ficaram de fora muitas experiências de outros estados brasileiros que não os pertencentes ao Sudeste; a produção acadêmica sobre o tema se concentra sobretudo em análises de casos paulistas. Para um panorama sucinto das experiências de outros estados brasileiros nos anos 1990, ver Moreira (2009).

infográfico, forma de apresentação visual que tem por base a sistematização e sintetização da informação, o que permite uma leitura mais direta e sucinta do conteúdo.

Este inventário será periodizado em “pré-autogestão”, “a questão autogestionária ancorada nos municípios” e “federalização da questão autogestionária”. Existe uma importante bagagem construída desde o início do século XX que permitiu, pouco a pouco, uma abertura para a chegada do pensamento autogestionário no Brasil.

2.1 Pré-autogestão

Uma vez capital do Brasil entre 1763 e 1960, era natural que as ideias e comportamentos em circulação no Rio de Janeiro fossem importados para o restante do país, servindo como "exemplo a ser seguido" em outras metrópoles. E não foi diferente com as opiniões acerca de favelas e cortiços, principais formas de ocupação popular então vigentes: segundo Bonduki (1998), até os anos 1930 foram considerados caso de polícia ou problema sanitário.

Logo após a proclamação da República do Brasil em 1889, esforços são concentrados no sentido de modernizar a capital federal, representante maior da república que se formava. Almejava-se destituir a ideia de atraso que o passado monárquico, escravocrata e dependente carregava. O fim do século XIX e o início do século XX foram então marcados por uma série de transformações que tinham como objetivo o embelezamento do Rio de Janeiro. Uma delas ocorre em 1893, poucos anos após a queda do Império: durante a gestão do prefeito Barata Ribeiro, o emblemático “Cabeça de Porco” é demolido. Então localizado à região portuária, é considerado símbolo de resistência e o maior exemplar de cortiço que se tem notícia da história do Rio de Janeiro.

Logo em seguida à demolição do cortiço Cabeça de Porco, ocorre a Reforma Pereira Passos, iniciada em 1903 e finalizada em 1906. Então prefeito da cidade, Pereira Passos é inspirado na reforma de Paris conduzida pelo barão de Haussmann na capital francesa durante o terceiro quartel do século XIX. Caracterizada pela racionalização urbanística e objetivando melhoramentos na circulação, a reforma parisiense ocorrerá com a construção de amplos bulevares e renovação da infraestrutura, como iluminação e arborização. A nova imagem do Rio de Janeiro será alcançada às custas da abertura de largas avenidas e com a demolição generalizada de cortiços. A solução encontrada pela população pobre, expulsa dos cortiços, será a de ocupar os morros cariocas, constituindo as primeiras favelas.

Zaluar e Alvito (1999) e Valladares (2011), que se debruçam sobre a construção simbólica das favelas cariocas ao longo do século XX, destacam algumas figuras específicas que tiveram papel importante na cristalização de um imaginário sobre as favelas cariocas já no início do século XX: o engenheiro civil Everardo Backeuser, Augusto de Mattos Pimenta – ora reconhecido como médico, ora como engenheiro e jornalista – e, por fim, o urbanista francês e sociólogo Alfred Agache.

Everardo Backeuser fora o engenheiro contratado no advento da reforma Pereira Passos, em 1906, para fornecer um balanço sobre as habitações populares do Rio de Janeiro. O produto do trabalho de Backeuser, uma análise descritiva sobre o então existente ‘Morro da Favella’, é o primeiro registro oficial da existência da favela. No mesmo documento, o autor confia que os casebres deveriam ser extinguidos, sendo pioneiro de uma visão higienista que se seguiria nos anos seguintes. Considerada palco de doenças, a favela passa a ser "patologia social a ser combatida" no entendimento de médicos e engenheiros, a ponto de Augusto de Mattos Pimenta empreender uma verdadeira campanha em 1926 e 1927 via jornais e revistas. Na campanha, a favela ganhava os contornos de "lepra da estética" (VALLADARES, 2011).

Na mesma época, em 1927, Agache foi contratado pela Prefeitura do Rio para elaborar um plano conhecido por Plano Agache, que tinha como objetivo a "remodelação, extensão e embelezamento" da então capital (ZALUAR; ALVITO, 1999, p. 11). Embora o plano não tenha sido concretizado, adotam-se os mesmos ideais higienistas e estéticos então em voga, o que leva Valladares (2011) a crer que Matos Pimenta fora inspiração.

Valladares (2011) afirma que, nas décadas seguintes, os olhares sobre as favelas pautam-se na premissa de que é preciso conhecê-las para se atuar sobre elas. A nova mentalidade casa com a postura adotada pela Escola Nacional de Belas Artes, que abrigava o curso de Arquitetura na época. Embora a referida escola não explorasse exatamente da questão das favelas, o ensino passa por uma transformação quando Lúcio Costa assume sua direção em 1931: de acordo com Cavalcanti⁴² (1987 apud BONDUKI, 1998) desenvolve-se, a partir de então, o tema da habitação de interesse social na grade curricular. Levanta-se como hipótese que a nova formação dos arquitetos tenha sido fator importante para a consolidação de uma fase mais tolerante em relação à habitação popular.

⁴² CAVALCANTI, Lauro. *Casas para o povo*. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Museu Nacional, Rio de Janeiro.

As favelas representam uma das primeiras e principais formas de moradia popular no Brasil e ocupam lugares privilegiados no que tange à mobilização social na história brasileira. Desse modo, não seria ilógico considerá-las lócus-gênese da ação autogestionária na produção de moradias. Segundo Araújo (2013), já em 1930 moradores de favelas cariocas iniciam um movimento importante; as remoções em série conduzem à necessidade de formação de comissões de moradores, responsáveis por reivindicar a permanência nas moradias. Já Bonduki (1992) reconhece que o primeiro impulso organizativo brasileiro ocorreu no período pós-Segunda Guerra, entre 1945 e 1947, com os chamados Comitês Populares Democráticos vinculados ao recém-legalizado Partido Comunista do Brasil (PCB). Segundo Raquel Silva (2013), que analisa o PCB e a composição social dos Comitês Populares Democráticos em Salvador, esses órgãos foram pensados para funcionar como ponte entre as massas populares e os próprios comunistas, com o objetivo de reivindicar direitos sociais, civis e políticos.

Márcia Araújo (2013) irá estudar a formação dos Comitês Populares Democráticos nas favelas cariocas. Segundo a autora, as favelas do Rio de Janeiro vão reunir um sem-número de Comissões Populares Democráticas – como assim também eram chamadas – por serem lugares privilegiados de moradia da classe trabalhadora; a intenção era fortalecer o movimento operário brasileiro. É possível afirmar que os comitês tiveram participação fundamental na expansão das atividades sindicais, inclusive ao ministrarem cursos de alfabetização para adultos, garantindo maior inserção das massas na vida política e eleitoral do país.

Claudio Nascimento (2008), um dos expoentes sobre a autogestão no Brasil, alega que o embrião da ideia de autogestão está relacionado ao movimento operário europeu do início do século XIX. No Brasil não foi diferente; o movimento operário que fortalecia os passos nos Comitês Populares Democráticos teve papel importante na formação de uma consciência voltada para a ação, fator importante na luta autogestionária.

Consoante Bonduki (1992), a cassação do PCB em 1947 irá frear o impulso organizativo dos Comitês. No entanto, a semente da organização popular já estava instaurada e foi a vez das Sociedades Amigos de Bairro (SABs) liderarem os trabalhos já iniciados de mobilização. Entidades autônomas de caráter mais conservador, as SABs terão participação mais efetiva no fim da década de 1940, ainda que algumas ainda se mantenham em atividade atualmente. Embora diversas e espalhadas ao longo do país, muitas serão conhecidas por constituírem pontos de apoio para políticos populistas,

embasadas por relações clientelistas. Lutas particulares serão seu foco de atuação; o objetivo geral era reivindicatório, garantir das autoridades melhorias pontuais.

A década de 1950 contará com os primeiros esboços das ideias do inglês John Turner, já mencionado no capítulo 01. Entre 1957 e 1965, o arquiteto vai para o Peru trabalhar com habitação popular e apenas anos mais tarde, já na década de 1970, os frutos de seu trabalho são de fato notados devido à parceria com o Banco Mundial, mas não sem alguma distorção. Segundo o arquiteto Leandro Souza (2007), o ideário *turneriano* no Brasil rendeu a implantação de inúmeros loteamentos de baixa renda periféricos pouco articulados com os núcleos urbanos onde estavam inseridos e precários em termos de infraestrutura.

O fim da década de 1950 será marcado pelo nascimento de um importante movimento em torno do problema da moradia: o Favela Pirambu, considerada a maior favela do Ceará e a sétima maior do Brasil. Nascida de um “curral humano” ou Campo de Concentração no Ceará⁴³, Pirambu começa a ser ocupada na década de 1930 (ROCHA, 2008). Anos mais tarde, entre 1958 e 1962, Fortaleza será o berço de uma disputa organizada por terra que contou com o apoio do PCB e da Igreja Católica, uma das primeiras que se tem conhecimento no Brasil de acordo com Lopes e Rizek (2006). Os autores afirmam que foi a consolidação da organização popular em volta da produção, educação e prestação de serviços – materializadas em creche, escola de teatro, pousada, hortas, farmácia, etc – o que garantiu a permanência do assentamento.

História embrionária e semelhante à de Pirambu é a de Brás de Pina no Rio de Janeiro. Gilda Blank (1980), arquiteta que participou do projeto de urbanização da favela Brás de Pina, expõe como se deu este processo. Em 1964, Brás de Pina estava nos planos de governo para ser removida para vilas da Companhia de Habitação (COHAB) do então estado da Guanabara. Em reação, as três associações de bairro existentes se uniram para formar a Associação União de Defesa e Melhoramento da Favela de Brás de Pina, procurando assessoria técnica para a formulação de um plano de urbanização. O Quadra Arquitetos Associados Ltda foi o grupo contratado para atender esta demanda específica.

Devido à movimentação já em curso dos moradores de Brás de Pina e com o novo governo estadual de 1966 – que compactuava com o fim da política de erradicação das favelas, tendência da gestão anterior –, a favela foi eleita como um dos exemplos-primários da nova fase de trégua em relação à “cidade informal”. A urbanização será

⁴³ Como eram chamados os lugares de acolhimento de retirantes devido às secas de 1915 e 1932.

considerada um marco na história brasileira por ganhar contornos de participativa e por evitar a solução de provisão de conjuntos habitacionais. De acordo com Lopes e Rizek (2006), a experiência é considerada um esboço de ação autogestionária.

Outro grupo importante para o ideal autogestionário será o Arquitetura Nova⁴⁴, nascido em 1962 e formado pelos arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império. Graduados pela USP, serão conhecidos por criticarem a produção arquitetônica tal qual ela comumente ocorria, tendo como exemplo-máximo a experiência da construção de Brasília – baseada na ultraviolência trabalhista praticada no canteiro de obras e na alienação garantida pela distância entre a equipe elaboradora dos projetos e seus executores. Objetivando aumentar a produtividade no canteiro e enxugar os custos de obra para que a arquitetura fosse mais acessível, experimentaram a industrialização em pequena escala de componentes pré-fabricados em projetos de casas direcionados à classe média. Na época, a industrialização da construção civil era a aposta da escola paulista para o problema da habitação, sendo o arquiteto Vilanova Artigas um de seus expoentes.

Em um segundo momento, o grupo Arquitetura Nova parece se desvencilhar da solução apontada pela escola paulista, apostando na proposição de técnicas construtivas tradicionais que pudessem ser replicadas com facilidade, prezando pela participação do operário na obra. A intenção era romper com a imagem do arquiteto como único detentor de saber técnico; a participação popular efetiva nas decisões do canteiro era a máxima almejada pelo grupo. Após a instauração do regime militar em 1964, as atividades do Arquitetura Nova foram sendo minadas em decorrência de pressões políticas. Em 1970, com a interrogação e prisão dos três arquitetos acusados de oposição ao governo, rompiu-se o elo existente entre eles⁴⁵.

Outro marco de base para a construção do pensamento autogestionário brasileiro é o famoso Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, mais conhecido como Seminário de Quitandinha – nome advindo de um dos locais onde o seminário ocorre, no hotel homônimo em Petrópolis. Embora a ideia de autogestão não tenha sido essencialmente debatida ali, consolidava-se a importância da temática urbana e habitacional. Promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) com o apoio do

⁴⁴ O nome é posterior ao surgimento do grupo.

⁴⁵ Informação extraída de Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. Arquitetura Nova (Verbete da Enciclopédia). São Paulo, 29 mar. 2015. Artes Visuais. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo635906/arquitetura-nova>. Acesso em: 04 maio 2018.

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) em 1963, o seminário de caráter progressista prestou-se a discutir sobre a crise urbana e habitacional que acometia o país devido à rápida industrialização e urbanização concomitante à intensidade dos frequentes fluxos migratórios do campo para as cidades. Foi a falta de estruturação de uma política que arcasse com essa realidade que conduziu à necessidade de realização do seminário. Na ocasião, elaborou-se um conjunto de propostas voltadas à política habitacional e urbana, a incluir iniciativas legislativas e políticas (BONDUKI; KOURY, 2010). É também naquele momento que se cunha a expressão “reforma urbana”, prioridade política do governo do então presidente João Goulart, juntamente com a reforma correspondente no campo, a reforma agrária. Estas reformas estruturais compunham um pacote de seis intenções de governo conhecidas como “reformas de base”.

O golpe militar de 1964 encerra as possibilidades geradas no Quitandinha ao suspender as reformas de base. E será durante a instauração do regime militar que ocorrerá a primeira ação oficial do Estado para uma suposta redução do déficit habitacional: a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), operante entre os anos 1964 e 1986.

Crítico ao BNH, o arquiteto Gabriel Bolaffi (1979) analisa-o de forma sistemática. Com a contenção salarial adotada durante o regime ditatorial com fins de conter os índices inflacionários, o governo precisava oferecer uma “moeda de troca” aos trabalhadores para angariar apoio popular. Tendo sido constatado por meio de um estudo de 1960 que a casa própria era a aspiração das populações urbanas brasileiras, a saída encontrada foi formular uma política nacional para resolver o “problema da habitação”⁴⁶. A estratégia, na verdade, não passou de um artifício político para resolver um problema de ordem econômica, afinal alavancar a indústria da construção civil significa alavancar a economia. Já em 1967, três anos após a implementação do BNH, a indústria de bens de consumo duráveis ganhava destaque nos planos de governo, de modo que a habitação de interesse popular vai sendo paulatinamente esquecida.

De política propagandeada como a possibilidade de acesso à casa própria para a população de baixa renda enquanto a real intenção estava encoberta, o BNH facilitou a acumulação e concentração de renda, uma vez que os recursos arrecadados eram transferidos para agentes privados sem que houvesse um controle social eficaz por parte

⁴⁶ Entre aspas, uma vez que Bolaffi (1979) garante que o “problema da habitação” era um falso problema. Para ele, a questão a ser debatida de fato era a recorrente manutenção de vazios urbanos para fins de especulação imobiliária.

do Estado. Como a população inserida na faixa de 0 a 3 salários mínimos não foi absolutamente favorecida pela manobra, reforçava-se uma necessidade de organização independente: surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1960. Reuniões frequentes em bairros pobres funcionavam, nas palavras de Regina Ferreira (2014, p. 194), como “focos de resistência contra o silêncio imposto pela ditadura”.

Espalhadas pelo Brasil, as CEBs serão uma forma de setores da Igreja Católica angariarem nova influência sobre o povo, de acordo com o sociólogo Éder Sader (1991). Então coordenadas pela Igreja, elas serão o principal canal de aglutinação da classe trabalhadora frente à impossibilidade de participação instaurada pelo governo militar. É neste contexto que surge a constatação dos setores populares de que é preciso organizar-se para a ação direta, valendo-se dos princípios de participação, união, democracia, solidariedade e autonomia em relação ao Estado, políticos e partidos (BONDUKI, 1992).

Segundo Ferreira (2014), as CEBs são fruto de uma reorientação da Igreja vivenciada entre os anos 1962 e 1968, tendo como aporte o Concílio Vaticano II e a Declaração de Medellín. É neste momento que nasce na América Latina a vertente cristã da Teologia da Libertação, marcada pela defesa dos pobres e de uma evangelização condizente com a libertação das opressões por eles sofridas. A Igreja torna-se espaço de organização popular, alimentando uma transformação real: a transposição de uma postura baseada na solicitação de favores para uma postura reivindicatória, calcada na reclamação de direitos. Iniciativas coletivas serão mais recorrentes agora, a ponto de Regina Santos (2008) – que estuda o modo de atuação de movimentos sociais urbanos – afirmar que as CEBs serão consideradas escola para o movimento sindical, o primeiro engajamento de muitos operários.

Na mesma década em que as CEBs se replicavam pelo Brasil, especificamente em 1968, sanciona-se a importante e já mencionada *Ley Nacional de Vivienda* uruguaia. Segundo o Usina CTAH (2012), é o mais importante marco legal da urbanização uruguaia e, de acordo com Lopes e Rizek (2006), é possível que as cooperativas de ajuda mútua reunidas em torno da *Federación Uruguaya de Cooperativas de Ayuda Mútua* sejam a principal referência para a construção do imaginário autogestionário brasileiro. Os autores esclarecem que ela é um encaminhamento das recomendações já elaboradas anos antes no *Plan Nacional de Vivienda* de 1962 e apontam, como mencionado no capítulo 01, diferenças significativas entre as realidades brasileira e a uruguaia. Uma das principais é a criação do Banco de Terras no Uruguai; ao ceder ou vender terras públicas às

cooperativas, o governo uruguaio facilitava um dos maiores problemas enfrentados por aqueles que estão fora do circuito imobiliário: o difícil acesso à terra urbana.

Já a década de 1970 foi considerada um marco para as metrópoles brasileiras. Devido ao grande êxodo rural ocasionado sobretudo pela chamada Revolução Verde, muitas cidades viram sua população crescer vertiginosamente. Segundo Camargo *et al.* (1976), em livro realizado sob encomenda da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, este fluxo migratório foi responsável por gerar uma pressão maior sobre a oferta de habitação popular, o que acabou por contribuir para consolidar as periferias. O crescimento metropolitano vivenciava uma aparente desordem: ruas e loteamentos clandestinos surgiam, ao mesmo tempo em que se notava uma desconexão do tecido urbano ocasionado pela coexistência de espaços vazios e ocupados. Embora o livro encomendado se refira ao caso de São Paulo, uma vez que era o maior exemplo brasileiro de crescimento econômico aliado à concentração de renda e concentração dos meios de produção, situação similar ocorria em centros urbanos de todo o país. O crescimento das cidades concomitante ao acesso restrito da população à moradia e terra urbanizada será o que a Usina CTAH (2012) irá chamar de “urbanização concentradora de desigualdade”.

Outro importante aporte da Igreja Católica na época foi o surgimento em São Paulo do Movimento de Defesa do Favelado (MDF) em 1978. Valendo-se do acúmulo de experiência em mobilização popular devido aos trabalhos desenvolvidos nas CEBs, o movimento – que perdura até os dias atuais – declara fazer parte de sua história uma série de lutas, dentre elas a luta contra a arbitrariedade do despejo e “em favor do trabalho, do teto e do chão”⁴⁷.

Éder Sader (1991) identifica que a valorização do cotidiano já estava presente nos estilos e projetos dos movimentos sociais insurgentes dos anos 1970 – o que de fato pode ser observado na atuação do MDF por exemplo. Ferreira (2014) complementa ao dizer que o período entre 1978 e 1985 – intervalo coincidente com as greves do ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano) e a eleição de Tancredo Neves na primeira presidência pós-militarismo – marca um novo modo de fazer política consonante com novas práticas de pressão social. Eclodiam as CEBs, clubes de mães e Igreja, associações e pastorais cuja discussão permeava temas que afligiam de modo geral o cotidiano da população. Segundo a arquiteta Raquel Rolnik (2013), será o “direito a ter direitos” que alimentará as lutas dos anos 1970 e 1980.

⁴⁷ Informação extraída do site oficial do Movimento de Defesa do Favelado, em “Nossa história”. Disponível em: <https://www.mdf.org.br/historia>. Acesso em: 05 maio 2018.

De acordo com Fernanda Moreira (2009), que se propõe a reconstituir a trajetória do movimento de moradia em torno do princípio da autogestão, é em 1970 que se inicia todo um movimento da sociedade civil em prol de justiça social e liberdade, processo que será continuado nos anos 1980. Neste momento, surgem diversos grupos organizados autonomamente, reunidos em torno de algum tipo de instituição: entidades de profissionais, grupos de esquerda, sindicatos, Igreja Católica. Segundo a autora, este será um marco na história brasileira no que tange à organização civil; a luta contra a ditadura era o que unificava esta “sociedade civil organizada”.

O cientista social Pedro Jacobi (1990), analisando eventos de organização civil a partir de meados da década de 1970, usará a expressão “movimentos reivindicatórios urbanos” para designar esses novos agentes cujas práticas políticas e origens são consideravelmente diferenciadas entre si. Sader (1991) adotará os termos “novos personagens” ou “novos sujeitos coletivos” para designar o aparecimento de uma nova proposta de sindicalismo e os próprios movimentos sociais insurgentes.

Sader (1991) alega haver três possibilidades de matriz discursiva entre os movimentos sociais da década de 1970: a da Teologia da Libertação, a marxista e a sindicalista. A primeira beneficiava-se do “reconhecimento imediato” garantido pela religiosidade e possuía raízes na cultura popular; a segunda, coordenada por grupos de esquerda e embasada por um corpo teórico consistente, surgia da necessidade de nova integração com os trabalhadores; a terceira escapava tanto do devir cultural quanto do teórico, valendo-se da institucionalidade para mediar conflitos trabalhistas. Nascia, assim, um “novo sindicalismo” frente a uma estrutura sindical anterior que estava esvaziada.

Um dos marcos para o novo movimento sindical brasileiro serão as chamadas “greves do ABC paulista”, ocorridas entre 1978 e 1981 no maior parque industrial do país localizado na região do ABC paulista. As reivindicações passavam pelo aumento salarial e por melhorias nas condições de trabalho, mas foram além: amparado pelos movimentos sociais insurgentes, este “novo sindicalismo” teve papel crucial na redemocratização brasileira e será responsável pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, que também teve apoio das CEBs (FERREIRA, 2014). Anos mais tarde, já na década de 2000, será o PT o partido a colocar em operação programas de políticas públicas afeitos à demanda autogestionária.

Se a primeira metade dos anos 1970 fora marcada por intensa carestia, a segunda metade, mesmo inserida no regime militar, carregava um murmúrio que anunciava o que estava por vir: uma reação contrária à toda sorte de mazelas sociais. Ferreira (2014)

aponta que é neste cenário de intensa efervescência social que serão inauguradas iniciativas em torno da democracia de base, da autonomia e da autogestão.

2.2 A questão autogestionária ancorada nos municípios

Nos anos 1960 e 1970, a luta sindical ganhava destaque em relação às demais. No entanto, a transição entre os anos 1970 e 1980 assinala uma nova condição: a crença na ideia de inclusão por meio do trabalho fabril é substituída pela crença nos movimentos sociais urbanos. O Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1999) explicita que o papel de buscar transformações sociais, protagonizado pela classe trabalhadora de acordo com o paradigma marxista, adquire então novo fôlego com o novo quadro de organização coletiva instaurado pela luta comum contra a ditadura. O período significou “a ampliação e pluralização dos grupos, associações e instituições, que procuram se posicionar de forma autônoma em relação ao Estado” (GECD, 1999, p. 16). Ao mesmo tempo, é a vez de ganhar espaço a chamada “questão urbana” – título, inclusive, de livro direcionado ao debate sobre bens de consumo coletivo, de autoria do sociólogo Manuel Castells.

Segundo Ferreira (2014), um entrelaçamento de fatores será responsável pela explosão de movimentos sociais voltados à redemocratização: complicações em torno do acesso à moradia devido ao arrocho salarial e à adoção de políticas neoliberais na década de 1980, a própria ausência de democracia no país, o aumento do custo de vida e a precariedade das condições de reprodução social. A autora afirma que é o intervalo correspondente aos anos 1970 e 1990 que dará forma aos movimentos sociais urbanos ainda hoje existentes e a origem da demanda por programas habitacionais autogestionários é paralela à história deles.

Na época, apenas o Programa de Erradicação da Subhabitação (PROMORAR) fazia parte da política habitacional federal voltada para a população de 0 a 3 salários mínimos; o déficit habitacional estava longe de ser atendido. Como a luta individual parecia impossível, adota-se a coletiva como estratégia. Em São Paulo, Bonduki (1992) verifica duas possibilidades de atuação no que tange à luta coletiva por moradia a partir de 1981: de um lado, a ação direta e, de outro, a ação reivindicatória. A primeira é personificada na ocupação organizada de terras ociosas e a segunda tem como cerne a pressão e mobilização da população junto ao governo, visando à obtenção de terra e financiamento para construir a moradia.

A década de 1980 será, então, marcada por uma série de ocupações coletivas de terra com apoio da Igreja e de técnicos progressistas, dentre eles advogados e arquitetos. Ferreira (2014) atesta que esta será a principal estratégia de negociação dos movimentos com o poder público.

De acordo com Bonduki (1992), em agosto de 1981 surgem as primeiras ocupações urbanas organizadas em São Paulo, especificamente na zona sul, em Campo Limpo. No fim do mesmo ano, ocorre uma ocupação histórica, a da Fazenda Itupu. Entendendo que seria prudente solicitar à prefeitura uma solução definitiva e de boa qualidade, o grupo convida técnicos para assessorá-los. A ocupação será um marco, pois possibilitaria o devir de ações semelhantes. Estava instalada a semente da autogestão, embora ainda de maneira inconsciente e sem definição prévia.

Tendo como base entrevistas realizadas com lideranças de movimentos de moradia de diferentes cidades do país, Moreira (2009) afirma que outras capitais – Belo Horizonte, João Pessoa, Palmas, Manaus, São Luiz, Goiânia e Mato Grosso do Sul – também experienciam o uso das ocupações de terras de forma organizada e coletiva como estratégia política. A diferença está no período em que se aposta neste tipo de ação direta, que dependerá do grau de urbanização do centro urbano, das necessidades habitacionais existentes e do estágio de organização de cada um dos movimentos de moradia. Em Belo Horizonte, por exemplo, entrevista com uma das lideranças da Central de Movimentos Populares (CMP)⁴⁸ revelou que esta saída foi adotada na segunda metade da década de 1980. Em Goiás, entrevista com liderança do segmento goiano da União Estadual por Moradia Popular (UEMP) afirmou que a prática já ocorria a partir de 1979.

Nos anos seguintes, surgirão as primeiras experiências ancoradas na literatura como autogestionárias, sobretudo em São Paulo. Bonduki (1994), contudo, critica estas experiências paulistas do início da década de 1980, correspondentes ao governo de Mário Covas (1983-1986), considerando-as ainda bastante alinhadas ao modelo de autoconstrução. O referido autor, contudo, considera que a reurbanização de favela localizada na zona sul conhecida por Recanto da Alegria⁴⁹ foi a experiência que mais avançou, apesar dos entraves enfrentados com as secretarias municipais em São Paulo.

No mesmo ano em que o Recanto da Alegria foi iniciado, em 1982, moradores de cortiços da região de Vila Maria organizam-se para reivindicar moradia popular e acabam

⁴⁸ Mais detalhes da CMP serão fornecidos adiante. No momento, interessa saber que ela é uma tentativa unificação de movimentos populares de pautas diversas.

⁴⁹ Bonduki (1992) relata com detalhes a experiência.

por angariar uma gleba em Vila Nova Cachoeirinha. A figura do engenheiro Guilherme Coelho, que atuará como assessor técnico autônomo, será fundamental para o movimento. Segundo Lopes e Rizek (2006, p. 54), a ação isolada de um único homem – que, recém-chegado do Uruguai, irá expor insistentemente um filme super-8 a respeito das cooperativas uruguaias – será capaz de moldar “o imaginário das periferias e de engenheiros e arquitetos paulistanos no início dos anos 80”. Segundo Bonduki (1992), contudo, a proposta almejada – a criação de uma cooperativa de habitação independente do poder público e autogerida – era inviável frente à legislação brasileira.

Também em 1982 nascia o Laboratório de Habitação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, que prestaria assessoria técnica à referida Fazenda Itupu no segundo semestre. Formada por professores e estudantes, será provavelmente a primeira iniciativa da cidade voltada para assessorar demandas coletivas populares de moradia, instigando o surgimento de vários outros laboratórios de habitação no interior de São Paulo e funcionando como escola para demais coletivos voltados à assessoria técnica, como o Usina CTAH nascido em 1990 e a Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, ONG surgida em 1993.

O Laboratório de Habitação perdurará até 1986, quando sua manutenção se tornará insustentável frente ao abandono constante de assessores voluntários devido à alta carga de trabalho demandada. Para além dele, Bonduki (1994) identifica um segundo grupo que servirá de inspiração para outras assessorias: a Associação Comunitária de São Bernardo. Bonduki (1992) discorrerá com mais detalhes sobre ela; de entidade nascida do “Fundo de Greve”⁵⁰, passou a ser um espaço de auto-organização dos trabalhadores para que conseguissem enfrentar problemas que os afetavam diretamente. Iniciando o trabalho em torno da moradia, moradores de favelas e de casas de aluguel da região também se juntaram ao grupo em 1983. Assessorados tecnicamente e apoiados pela Igreja, a Vila Comunitária São Bernardo⁵¹, concluída em 1985, é um caso especial no percurso até aqui relatado: a associação recebeu financiamento direto do governo do estado, situação inédita.

Goiás, na mesma época, aposta na produção coletiva de moradias voltada para a população de baixa renda. Na primeira gestão do governador Íris Rezende, lançou-se o Programa Mutirão da Moradia, vigente entre 1983 e 1986. Quando reeleito para um segundo mandato, já entre 1991 e 1994, Íris Rezende mais uma vez aposta na estratégia

⁵⁰ Em referência às greves do ABC paulista.

⁵¹ Para detalhes, consultar Gohn (1991).

bem-sucedida anterior, lançando o Programa Mutirão Permanente da Moradia. Embora a experiência de Goiás⁵² seja comumente compreendida como autogestionária, não caberia reconhecê-la como tal nos moldes desta dissertação. Mais adequado seria considerá-la estratégia pura e simples de mutirão ou, como também identificados na literatura, “mutirão por ajuda mútua”. Isto porque a construção da Vila Mutirão, em Goiânia, possui um tom quase mítico: mil casas com elementos pré-moldados foram erguidas em um único dia, em 16 de outubro de 1983. Uma produção que preza tal rapidez, ainda que demande trabalho coletivo, não poderia prezar que as mudanças introduzidas nas relações de produção propiciem a modificação das próprias relações de sociabilidade e de uso do espaço – cara à questão autogestionária.

Ferreira (2014) aponta alguns fatores decisivos que conduziram governos ao largo do país a finalmente optarem pelo mutirão na mesma época: as eleições diretas para os governos estadual e municipal de 1982, a falta de recursos do Sistema Financeiro de Habitação – principal fonte de recursos direcionados às questões habitacionais – e a própria pressão popular por moradia. Visto como uma solução barata, várias iniciativas começaram a ser incorporadas pela esfera pública. Em oposição aos limites do “mutirão por ajuda-mútua”, forma não-remunerada de trabalho coletivo que estava sendo reproduzida até então pelas políticas habitacionais e tática de sobrevivência recorrente nas periferias das metrópoles brasileiras, surgia o “mutirão autogerido”, proposta defendida por movimentos de luta por moradia e reforma urbana nos anos 1980, tais como a já mencionada Central dos Movimentos Populares (CMP) e a União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior (UMM-SP). Na literatura, os já citados casos da Vila Nova Cachoeirinha (1982), do Recanto da Alegria (1983) e da Vila Comunitária São Bernardo (1985) são ancorados como embriões do mutirão autogerido.

Ao analisar a década de 1980 do ponto de vista da ciência política, Sônia Draibe (1993) afirma que novas características no que tange às políticas sociais são identificadas. Dentre elas, está a participação dos próprios beneficiários nas políticas, valendo-se do envolvimento com associações voluntárias e ONGs. Tais “formas novas de sociabilidade”, nas palavras da autora, são ilustradas em mutirões, na própria autoconstrução, na ajuda mútua, em práticas comunitárias e de vizinhança que se multiplicavam pelo Brasil. Para além do binarismo Estado-Mercado, passa a existir agora um espaço ocupado também por esta “solidariedade social” emergente.

⁵² Para detalhes sobre a política habitacional de Goiás entre 1983 e 2010, a incluir o Programa Mutirão, ver Barros (2011).

Em agosto de 1984, ocorria em São Paulo o I Encontro de Movimentos de Moradia por Cooperativismo, Ajuda-Mútua e Autogestão, encabeçado pelos movimentos orientados por uma perspectiva autogestionária. A partir dele, é formada a Coordenação dos Movimentos e Associações de Moradia, Ajuda-Mútua e Autogestão que, embora neste primeiro momento tenha tido uma atuação precária, será embrião do que viria a ser em 1987 a já mencionada UMM-SP – que incorporará propostas de mutirão e autogestão nos anos 1990. Consoante Bonduki (1992), o encontro foi profícuo para que os movimentos crescessem politicamente ao darem-se conta de que suas propostas, lutas e problemas eram semelhantes entre si. O debate em torno de propostas de ação conjunta, contudo, não foi significativamente produtivo; ainda lhes faltava amadurecimento político e prática com o trabalho cooperativo.

O II Encontro de Movimentos de Moradia por Cooperativismo, Ajuda-Mútua e Autogestão, em novembro de 1985, já foi diferente: segundo Bonduki (1992), avança-se em organização e debate político e discute-se sobre a possibilidade de uma hierarquia no canteiro. O que o encontro promoveu por fim foram novas formas de relacionamento no trabalho; a existência do sobretrabalho discutido pelos intelectuais é conscientizada:

Não se rejeitou o mutirão, que continuou a ser considerado um instrumento importante para baratear o custo de moradia, organizar os moradores e desenvolver a autogestão. Mas frente à avaliação dos seus custos, em termos de desgaste físico e esforço adicional ao trabalho cotidiano, decidiu-se que seriam reivindicados recursos para remunerar, ao menos, parte da mão-de-obra necessária à construção. Ficava cada vez mais clara na prática a distinção entre autogestão e ajuda mútua avançando numa análise crítica do mutirão, desmistificando-o, mas compreendendo sua importância na concretização da proposta autogestionária (BONDUKI, 1992, p. 55-56).

Bonduki (1992) expressa que algumas características do movimento por moradia de São Paulo são inéditas, consideráveis para o avançar autogestionário: a) a articulação e mobilização de moradores de casas de aluguel, impensável até então; b) a inflexão acerca das reivindicações pautadas – anteriormente benfeitorias específicas eram pleiteadas junto ao Estado e, agora, a luta passava pela conquista de uma outra solução habitacional: o compartilhamento de um processo de construção em conjunto; c) a reivindicação de um programa habitacional que requeresse a participação efetiva dos moradores tanto em sua elaboração quanto na gestão e controle de sua execução, o que acaba por consolidar a postura política do movimento e d) a existência de uma assessoria técnica autônoma e permanente. O movimento, a partir de então, assumia uma nova conduta, a de interferir nas políticas públicas.

Paralelamente à efervescência autogestionária de São Paulo, experiências no Nordeste também começavam a despontar. Em 1986, um convênio é assinado entre a associação de moradores da favela Skylab e a Prefeitura de Recife com o objetivo de reassentar famílias que haviam sido desabrigadas em função da retificação rio Capibaribe. Para a construção das 263 casas em regime de mutirão, o poder público fornecia material de construção, assessoria técnica e remunerava vigias e alguns profissionais especializados, enquanto os moradores associados contribuíaam com a mão de obra restante e coordenavam o processo (BEDÊ, 2005).

O “Mutirão 50” em Fortaleza, iniciado em 1987, também faz parte de iniciativas que se destacam em relação à participação dos futuros moradores na gestão de processos de produção de moradias. Consistindo na construção de 50 casas no bairro Conjunto Marechal Rondon também em regime de mutirão, ele será reconhecido como um projeto-piloto para a construção de uma política habitacional para a capital cearense segundo Bedê (2005). O financiamento era garantido pela agência internacional *Groupe de Recherche et Etchanges Technologiques*, pela Cáritas e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, que também se responsabilizava pelo fornecimento de maior parte da assessoria técnica. De acordo com Lopes e Rizek (2006), a experiência se destaca dos demais mutirões da capital cearense porque foi fruto de uma participação qualificada dos mutirantes; as fachadas resultantes das casas dialogavam com as do interior do Ceará e outros estados, referências originais dos moradores⁵³.

Os quatro anos imediatamente seguintes a 1988 abrigam importante inflexão: se previamente as iniciativas autogestionárias eram pouco expressivas, consideravelmente isoladas e qualificadas como experimentais, com os governos municipais de 1989 elas ganham nova dimensão, transformam-se em projeto pedagógico. Mais do que nunca se aposta na força política que emerge do trabalho coletivo, em sua possível capacidade de transformação social. A cultura autogestionária brasileira, que até então era construída timidamente, ganha novo fôlego a partir de então.

Com a gestão democrático-popular de Luiza Erundina (1989-1992) na prefeitura de São Paulo, o “mutirão autogerido” vinga como decisão política, ganha o contorno de política pública desenhada. Ligada à Igreja, a então prefeita tem a iniciativa de doar terras para que os movimentos sociais pudessem construir suas casas (LAGO, s/d). Assim, ela implementa o Programa de Produção de Habitação em Mutirão e Autogestão – um

⁵³ Para mais informações sobre o “Mutirão 50”, ver Cabannes (1996).

programa de provisão habitacional que tem por base a autogestão dos recursos pelas próprias associações de moradores, sempre acompanhadas de assessoria técnica. Coordenado pela Superintendência de Habitação Popular e financiado com recursos do orçamento municipal por meio do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Subnormais (FUNAPS), o programa ficou popularmente conhecido como FUNAPS-Comunitário ou FUNACOM.

Com o estabelecimento das eleições municipais diretas após a queda do regime militar, o PT pela primeira vez ascende ao poder e adotará uma postura de governo progressista. Será a vez de experiências autogestionárias no que tange à produção de moradias ganharem novos palcos brasileiros além de São Paulo: Ipatinga, em Minas Gerais, foi um dos municípios que passam a adotar a ideia a partir de 1989 por meio de um programa ancorado à política habitacional. Já a capital mineira e a capital gaúcha também recebem programas direcionados, porém com uma diferença temporal: em ambas cidades, o PT chegará ao governo municipal apenas na gestão seguinte, em 1993, e é a partir de então que o mutirão autogerido é assumido como política pública.

Mesmo com a explosão de novos palcos, São Paulo não deixa de garantir destaque devido ao acúmulo de experiências. Jéssica Silva (2009), que se dedica a analisar os interesses em torno do Programa Crédito Solidário em dissertação de mestrado, atesta que, devido ao sucesso do FUNACOM, este funcionará como modelo para movimentos sociais ligados à moradia e reforma urbana desenvolverem suas reivindicações junto ao governo federal nos anos 1990 e início dos anos 2000. No entanto, Moreira (2009) – apoiada na fala de sua entrevistada Cláudia Gomes, então gerente de Seguros e Fundos Habitacionais da Caixa Econômica Federal (CEF) – revela que as experiências de São Paulo ou quaisquer outras, na verdade, não serviram de modelo para as experiências de produção habitacional por mutirões ou autogestão ocorridas ao longo dos anos 2000 no âmbito do Programa Crédito Solidário. Ao contrário, resistia-se à proposição de um programa que tivesse cooperativas habitacionais como mediadoras do processo de produção, visto que uma experiência anterior direcionada especificamente a elas havia rendido dívidas que, em 2009, ainda não haviam sido pagas ao governo federal. A experiência a qual Cláudia se refere é o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), uma das formas de atuação do Banco Nacional da Habitação no que tangia à concessão de crédito para a habitação.

Apesar das diferentes interpretações quanto ao crédito das experiências municipais de São Paulo na formulação do PCS, parece não haver dúvidas quanto à

estratégia que permitiu ecoar as vozes do movimento social, conforme sinaliza Ferreira (2014): a atenção do governo federal foi obtida por meio da pressão popular.

2.3 A federalização da questão autogestionária

Ainda no início dos anos 1980, surgem dois movimentos nacionais que se ancoram na temática da reforma urbana: em 1982 é fundada a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e, em 1983, a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR). Ferreira (2014, p. 73) aponta que o objetivo da CONAM será “a organização das federações estaduais, uniões municipais, associações comunitárias, entidades de bairro e similares, ampliando a incidência destas no campo das políticas” e a ANSUR mantinha como funções prestar assessoria aos movimentos sociais urbanos e unificar as demandas destes. Anos mais tarde, ambos terão participação importante nas decisivas mobilizações encabeçadas por movimentos organizados que clamavam a efetivação de programas federais afeitos à questão autogestionária.

Conforme a Usina CTAH (2012), Comunidades Eclesiais de Base, sindicatos, grupos universitários, grupos de esquerda calcados na redemocratização e relacionados ao surgimento do PT são fortalecidos após o fim do regime antidemocrático. Inaugura-se um novo período de efervescência: segundo Rizek, Barros e Bergamin (2003), a redemocratização brasileira traz um aumento do associativismo e de movimentos sociais organizados voltados à moradia e ao acesso à terra. O ano de 1987 será bastante frutífero: é neste ano que são iniciados os trabalhos em torno da elaboração da Emenda Popular de Reforma Urbana⁵⁴, que cadenciadamente é criado o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e que começa a ser articulada a já mencionada UMM-SP. Relembrando, a UMM-SP incorporará propostas de mutirão e autogestão nos anos 1990.

Segundo Cymbalista e Moreira (2006), que se dedicam a revelar a história e os atores da política habitacional brasileira, esta movimentação anterior à Constituição foi importante para que os grupos organizados se reconhecessem mutuamente enquanto atores comprometidos com as políticas urbanas e habitacionais. Consoante Ferreira (2014), mesmo que a proposta de emenda enviada não tenha sido incorporada por inteiro à Constituição, o ganho foi significativo: o processo significou a organização do

⁵⁴ A Emenda Popular de Reforma Urbana será formulada a partir da abertura dada à sociedade para que fossem elaboradas propostas de emendas da Constituição Federal. De acordo com Maricato (2011), ela será assinada pelo Movimento de Defesa do Favelado, pela ANSUR, pela Coordenação Nacional dos Mutuários, pela Federação Nacional de Engenheiros, pela Federação Nacional de Arquitetos e pelo IAB. Como se nota, uma significativa articulação entre os movimentos foi obtida neste processo.

Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que já vinha ganhando corpo desde 1985. Esta grande coalizão receberá o nome de Fórum Nacional de Reforma Urbana após a Constituição e, funcionando como importante articulador entre movimentos de moradia, entidades de classe, associações, institutos de pesquisa e ONGs, sua principal atividade consiste na pressão social sobre governos municipais, estaduais e federal.

A Constituição de 1988 significou ganhos expressivos diante do cenário anterior: maior autonomia aos municípios, a presença inédita de pautas urbanas fruto das movimentações do MNRU em torno da emenda e a ampliação das possibilidades de participação popular na elaboração de políticas públicas. A participação popular será fundamento do Orçamento Participativo (OP) – instrumento de governo viabilizado pela Constituição Federal que pressupõe a influência e/ou decisão dos cidadãos na alocação dos recursos orçamentários. E é justamente no contexto da redemocratização, precisamente em 1989, que Porto Alegre foi palco do primeiro OP no Brasil, durante a gestão do então prefeito petista Olívio Dutra (1989-1993). A experiência de Porto Alegre é comumente vista como bem-sucedida e será exemplo para outros países, como Argentina, Uruguai, Canadá, França⁵⁵.

Antes da Constituição de 1988, como vimos, as iniciativas mais próximas do que se concebia por autogestão ocorridas no Brasil até então haviam sido realizadas localmente, conduzidas pelo poder público municipal ou estadual. No âmbito federal, o já referido Projeto João de Barro, criado em 1984, era o que havia de mais similar em relação às experiências locais, uma vez que significou a institucionalização da autoconstrução assistida enquanto política pública. Construído com base nas ideias de John Turner que circulavam livremente por vários países da América Latina na época, o João de Barro – que, oficialmente, recebe o nome de Programa Nacional de Autoconstrução – consistia no financiamento de terra e material de construção para que famílias de baixa renda construíssem suas casas via mutirão comunitário. Na seleção dos contemplados, dava-se preferência às iniciativas habitacionais localizadas em cidades de pequeno e médio porte.

Tanto o João de Barro quanto os demais programas “alternativos” direcionados à população de baixa renda criados dentro do âmbito do Banco Nacional da Habitação – o

⁵⁵ Embora Porto Alegre seja considerada o berço do Orçamento Participativo, a cidade mineira de Ipatinga também o instituiu no mesmo período, durante a gestão do prefeito conhecido por Chico Ferramenta (1989-1992). É possível que o protagonismo de Porto Alegre frente à Ipatinga se deva pelo fato de a primeira ser uma capital, portanto com maior expressão e influência política que um município interiorano.

Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB) de 1975 e seu substituto, o já mencionado Programa de Erradicação da Subhabitação (PROMORAR) de 1979, assim como o Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria da Habitação (FICAM) de 1977 – foram uma resposta às críticas recebidas pelo governo federal de que o próprio BNH não atendia as famílias de renda inferior a três salários mínimos, mas não foram expressivos em termos de unidades financiadas (AZEVEDO, 1988). O PROFILURB mantinha como objetivo principal a produção de loteamentos dotados de infraestrutura básica, enquanto o PROMORAR concentrava-se na urbanização de favelas. Já o FICAM, cujo nome é autoexplicativo, poderia ser eventualmente conjugado ao PROFILURB.

João de Barro, FICAM, PROMORAR e PROFILURB serão precursores do Programa Nacional de Mutirões Comunitários, também conhecido por Programa Nacional de Mutirões Habitacionais. Lançado por José Sarney logo após a extinção do BNH, isto é, em 1987, seu objetivo era o financiamento habitacional para famílias de até três salários mínimos.

O Programa Nacional de Mutirões Habitacionais é analisado por Marcus André Melo (1989). Na visão do autor, ele representa uma mudança de estilo na política habitacional: a postura reformista dos programas anteriores é substituída por um formato clientelista. Embora seu alcance quantitativo tenha sido considerável – 550.000 financiamentos até agosto de 1988 –, o valor dos financiamentos individuais era bastante reduzido. No fim de sua vida útil, a experiência não alcançou as metas inicialmente estabelecidas, possivelmente em razão da elevada inflação da época aliada à má gestão dos recursos disponíveis⁵⁶.

Com a extinção do BNH, suas atribuições ficam a cargo da Caixa Econômica Federal. Silva (2009) afirma que, a partir de então, os movimentos organizados passarão a defender a autogestão como um dos sustentos da política de habitação social, uma vez contaminados pelas experiências brasileiras bem-sucedidas de mutirão autogerido e pelo cooperativismo uruguaio. Para isso, diferenças ideológicas foram superadas; sabiam que eram capazes de obter melhores resultados que os empreendimentos entregues pelo Estado, geralmente mal inseridos na malha urbana e de baixa qualidade. Estavam neste conjunto os já citados Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)

⁵⁶ Informação baseada em entrevistas não diretamente citadas por Melo (1989), realizadas com gerentes de projetos de mutirões nas capitais nordestinas em julho e agosto de 1983. Pela forma como o autor textualiza a informação, presume-se que todas as capitais foram abordadas.

e Central de Movimentos Populares (CMP), além do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLMP) e da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), sendo este um movimento que se desdobra da UMM-SP. Moreira (2009) explicita que a bandeira da autogestão será defendida de maneira mais ou menos explícita, a depender do movimento.

Embora o final dos anos 1980 indicasse esperanças renovadas devido ao processo de redemocratização, a maior crise já vista do sistema habitacional acometia o país. Pressões sobre o poder local, fadado a recursos orçamentários limitados, já não eram mais suficientes. Era preciso enfrentar o problema de outro modo: pela mobilização social (MOREIRA, 2009). Foi a gravidade do quadro habitacional o principal motivo para a articulação entre os movimentos de luta por moradia, que organizam as “Caravanas pela Moradia” à Brasília e as “Jornadas de Lutas”, essenciais para que a autogestão na produção de moradias populares fosse inserida na agenda pública (FERREIRA, 2014). Enquanto as primeiras, muito atreladas à proposta de criação de um fundo de habitação favorável à população de baixa renda, ilustram a transição entre as décadas de 1980 e 1990, as segundas se concentram na década de 2000.

É a elaboração do primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular⁵⁷ que fornecerá o fôlego necessário para as diversas mobilizações que ocorrem no fim dos anos 1980 e início da década de 1990. A primeira caravana à Brasília, organizada pela UMM-SP em 1988, não contou com grande adesão popular, mas foi importante do ponto de vista da abertura de diálogo obtida com a Caixa Econômica Federal, que se comprometeu a implantar um programa congruente com as exigências dos movimentos de moradia (MOREIRA, 2009).

A Lei de nº 11.124/2005, fruto do primeiro PLIP brasileiro, dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e sobre a instituição do Conselho Gestor do FNHIS. Segundo Ferreira (2014, p. 158), a intenção do PLIP era a “articulação entre a política habitacional, os planos, os recursos e o controle social nas três instâncias da federação”.

Rosângela Paz (1996) resgata o processo de construção do FNHIS, o qual ela se refere a todo momento como Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP). O início do

⁵⁷ Projetos de lei de iniciativa popular foram previstos no artigo nº 61, parágrafo 2º da Constituição Federal de 1988: “A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles” (BRASIL, 1988, s/p).

trajeto de elaboração remonta a 1989, quando uma liderança da Igreja lança a proposta que, já no ano seguinte, é discutida por técnicos e assessorias da UMM-SP durante o encontro estadual do movimento. Em 1991, a proposta é aberta à contribuição dos demais movimentos de moradia⁵⁸. A autora aponta os motivos que conduzem à formulação do FNMP:

Os instrumentos de democracia semi-direta aprovados na Constituinte e a gestão do PT em São Paulo, propiciando a implantação de uma Política Municipal de Habitação com prioridade para os mutirões com autogestão, mas com capacidade limitada de recursos financeiros, somaram-se a um movimento social de moradia emergente dos anos 80, com grande representatividade e pragmatismo em suas estratégias de luta e negociação (PAZ, 1996, p. 113).

Reconhecia-se a importância de uma política habitacional alternativa de caráter nacional devido à ausência de programas que atendessem de fato a população de baixa renda. Na visão de Benedito Roberto Barbosa⁵⁹ (1996 apud PAZ, 1996), vice-coordenador da UMM-SP, os mutirões autogeridos são o mote do projeto do fundo. Ferreira (2014, p. 95) complementa ao dizer que a criação do FNMP girava em torno da necessidade de “recursos permanentes para as experiências autogestionárias de produção social da moradia”. A proposta do PLIP havia sido apresentada ao Congresso Nacional em 1991, mas foi aprovada somente 14 anos mais tarde, em 2005, mesmo tendo contado com ampla mobilização de uma série de movimentos de moradia. Quando o SNHIS foi aprovado, contudo, associações e cooperativas ainda ficaram sem acesso aos recursos do FNHIS.

A proposta autogestionária está no cerne da UMM-SP, que desde o início encabeçou o processo de criação do FNHIS/FNMP. Paz (1996, p. 65) afirma que a “União”, como é recorrentemente chamada, será responsável por assumir “todo um conteúdo inovador de política habitacional” após as experiências do governo de Luiza Erundina. Tendo como influência a metodologia de organização das CEBs⁶⁰, seu objetivo geral será a articulação e mobilização de movimentos cujo mote seja a moradia. As pautas

⁵⁸ Paz (1996) afirma que, dentre outros, participam do primeiro encontro em São Paulo para discutir em conjunto a criação do FNMP: CONAM, Federação de Moradores do Rio de Janeiro, ANSUR, Coordenação Nacional dos Movimentos de Moradia, a própria UMM-SP, o Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro, além de escritórios de assessoria técnica, vereadores, deputados, assessores e a Secretaria de Habitação de São Paulo.

⁵⁹ BARBOSA, Benedito Roberto. Entrevista concedida à Paz (1996), sem especificação de data.

⁶⁰ Informação extraída do site oficial da União dos Movimentos de Moradia – São Paulo, em “História”. Disponível em: <http://sp.unmp.org.br/historia/>. Acesso em: 14 maio 2018.

principais do movimento perpassam pelo direito à moradia e à cidade e pela participação popular em políticas públicas.

Paz (1996) sinaliza que as experiências de ocupação de terra dos anos 1980, sobretudo na zona Leste de São Paulo, foram força motriz da UMM-SP. Porém, devido a dificuldades de articulação com outros estados, houve a necessidade de expandir sua atuação. Para que isso fosse alcançado, em 1989 é iniciada a articulação em torno de um novo movimento – a já mencionada União Nacional por Moradia Popular, mais conhecida como UNMP:

A UNMP surge como um espaço de articulação dos movimentos de moradia em todas as suas expressões: movimentos de sem-casa e inquilinos, favelados, encortiçados, mutuários, associações de construção e de moradores e ocupações, respeitando suas formas de luta e autonomia (PAZ, 2006, p. 80).

De acordo com Paz (1996), as propostas e pensamento da UMM-SP e da UNMP são semelhantes, permeando a autogestão, a participação popular, o controle social das políticas e recursos públicos, além de defenderem um movimento de base autônomo, apartidário e democrático.

A articulação da UNMP inicia-se em 1989 e sua consolidação remonta ao processo de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular relativo à criação do FNMP⁶¹, mas Paz (1996) afirma que é apenas em 1993 que o movimento será propriamente criado, a partir de um Encontro Nacional realizado no município mineiro de Betim. No mesmo ano, é fundada também a já citada Central de Movimentos Populares, que trabalha indiretamente o tema da moradia por intermédio de alguns de seus filiados, como o já referido Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), a própria UNMP e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A “Central”, como ela é geralmente reconhecida, tem como objetivo geral:

[...] A unificação dos diversos movimentos populares – comunitários, culturais, ecológicos, de mulheres, de negros, de moradia, de rádios comunitárias, de indígenas – em torno de alguns eixos estratégicos, buscando-se fortalecer a mobilização popular e a ação direta (FERREIRA, 2014, p. 71).

Neste íterim, em 1990, delibera-se no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia em Goiânia sobre a criação do já mencionado Movimento Nacional de Luta pela

⁶¹ Informação extraída do site oficial da União Nacional por Moradia Popular, em “Um pouco de nossa história”. Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=54. Acesso em: 14 maio 2018.

Moradia, que será fundado em julho do mesmo ano. Mais uma entidade com fim articulador, a reforma urbana será a plataforma principal do movimento, que terá cinco principais eixos de atuação, em ordem de prioridade: a ocupação, a luta contra os despejos e a remoção, a regularização fundiária, a melhoria habitacional e, por fim, o cooperativismo (FERREIRA, 2014). Assim como a UNMP, o MNLM é filiado ao Fundo Nacional de Reforma Urbana e à *Secretaria Latinoamericana de Vivienda Popular* (SeLVIP), rede popular de moradia de conteúdo autogestionário nascida em 1991⁶².

Também em 1990, a Associação Comunitária de Diadema entra em contato com a recém-nascida Usina CTAH para que o projeto arquitetônico elaborado pela Prefeitura de um conjunto de edifícios e casas geminadas fosse reformulado. O “Cazuza”, como ficou conhecido o mutirão, foi emblemático por dois motivos: por romper com o paradigma de que não era possível construir edifícios de vários pavimentos dentro do regime de mutirão autogerido⁶³ e por ser um projeto-piloto do governo do então presidente Fernando Collor (1990-1992), dentro do âmbito do Programa de Habitação Popular (PROHAP Comunidade).

Na visão da UMM-SP⁶⁴, o PROHAP Comunidade é uma conquista que se deve às mencionadas Caravanas à Brasília organizadas pelos movimentos de moradia nos anos anteriores. De acordo com a Federação de órgãos para Assistência Social de São Paulo, (FASE-SP *et al.*, 1990, p. 2), ele é considerado um programa federal voltado à autogestão que representava um “avanço na luta pelos recursos do governo federal para a moradia popular” enquanto a aprovação e a implantação do Fundo Nacional de Moradia Popular não fossem alcançadas. Contudo, não houve prosseguimento em gestões seguintes; Taschner e Baltrusis (2007) afirmam que o programa foi apenas uma resposta esboçada do governo, visto que seu alcance foi irrisório. Apenas o caso de Diadema e outro na Vila Industrial de São Bernardo do Campo foram contemplados, cada qual com sua assessoria técnica. Ambos foram embriões de mutirões autogeridos financiados pela Caixa Econômica Federal por meio de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), repassados diretamente às associações comunitárias.

⁶² Informação extraída do blog da SeLVIP, em “Practica Concreta”. Disponível em: <http://selvip-america.blogspot.com.br/>. Acesso em: 14 maio 2018.

⁶³ Informação extraída do site oficial da Usina CTAH. Disponível em: <http://www.usina-ctah.org.br/cazuza.html>. Acesso em: 14 maio 2018.

⁶⁴ Informação extraída do Jornal da União, edição dez/1991 - jan/1992, em “PROHAP Comunidade tem avaliação positiva”. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PUMMOSP121991000.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

Como se nota, o início dos anos 1990 já reunia experiências e movimentos capazes de funcionar, respectivamente, como modelos e autores de um novo modo de fazer habitação popular. No entanto, os ganhos em maior escala virão somente na década seguinte, com a ascensão do PT ao governo federal em 2003. É neste momento que a política habitacional ganha novo rumo devido à uma reestruturação do sistema que a origina; é com a ascensão de Luiz Inácio “Lula” da Silva que as esferas de participação são expandidas, aproximando atores e movimentos sociais do fazer política (SILVA, 2009).

Antes da gestão petista de Lula (2003-2010), em 2001, um marco na legislação brasileira é aprovado: o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001 que significava a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, concernentes à Política Urbana. Importante conquista para o movimento de reforma urbana, o Estatuto significava a ampliação da participação popular na gestão das cidades. Ainda em 2001, ocorre o primeiro Fórum Social Mundial, uma autoconvocação de movimentos populares contrária ao anual Fórum Econômico Mundial suíço. Embora o Fórum alternativo e o Estatuto da Cidade não levantassem especificamente a bandeira da autogestão, representam ganhos simbólicos em termos de organização social, reflexos de um senso coletivo que estava sendo alimentado sobretudo desde a década de 1980.

O intervalo entre o início da década de 1990 e a chegada do governo federal petista contou com marcos importantes. Em 1993, durante o governo de Itamar Franco (1992-1995), ocorre a instituição do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Destinado ao financiamento de projetos de habitação popular, havia também a possibilidade de investimento em equipamentos comunitários e nas áreas de saneamento e infraestrutura, desde que vinculados a programas habitacionais. Na mesma lei, criava-se o Conselho Curador do Fundo (CCFDS) – responsável por gerenciar os recursos disponíveis que, anos mais tarde, serão destinados ao Programa Crédito Solidário.

Já no primeiro ano de mandato de Lula, em 2003, o Ministério das Cidades (MCidades) é criado, o mais expressivo órgão nacional responsável pelo problema da moradia desde a extinção do BNH na visão de Bonduki (2008). Este afirma que, a partir de então, a questão urbana passa a ser tratada de modo integral, e não de modo fragmentado como geralmente vinha ocorrendo. O MCidades irá estabelecer as Conferências das Cidades⁶⁵, canal de diálogo entre poder público e sociedade civil a

⁶⁵ Ocorridas nas esferas municipal, estadual e federal geralmente a cada dois anos.

respeito de assuntos concernentes à cidade. No ano seguinte, em 2004, será criado o Conselho Nacional das Cidades, que se propõe uma segunda instância de debates, uma possibilidade de continuar a discussão das pautas emergidas das Conferências das Cidades.

Embora as mobilizações tenham sido imprescindíveis na luta pela autogestão, Ferreira (2014) não descarta a importância também da via institucional. Uma vez que, como mencionado, a aprovação do FNHIS em 2005 não garantiu o esperado acesso de associações e cooperativas ao crédito, as possibilidades de pressão foram ampliadas justamente nas Conferências das Cidades, nos Conselhos das Cidades e em audiências públicas. A autora ainda atesta que deliberações acerca da autogestão são pautadas desde a 1ª Conferência Nacional das Cidades.

Ao mesmo tempo que se investia na luta institucional, a mobilização social não foi abandonada; as referidas Jornadas Nacionais de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade também movimentaram os anos 2000. Ferreira (2014) aponta que a mais importante em relação às experiências autogestionárias pleiteadas pelos movimentos de moradia foi a ocorrida em 2007, pois representa um marco do diálogo com o governo federal. Nesta ocasião, Lula compromete-se com a criação do programa de Ação de Produção Social da Moradia (APSM), que condensava tudo aquilo que os movimentos de moradia contestavam desde os anos 1980: seria o programa habitacional voltado para autogestão previsto no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e mantido com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Simbolicamente, representava “o reconhecimento, pelos Poderes Executivo e Legislativo Federal, das associações comunitárias e cooperativas populares como agentes promotores de habitação de interesse social” (FERREIRA, 2014, p. 139).

Apesar de lançado em 2008, o APSM terá efetivação quase nula e Evaniza Rodrigues (2013) elenca os motivos que o inviabilizam: a) a dificuldade das entidades em trabalhar com um programa de lógica completamente distinta da do Programa Crédito Solidário, a qual já estavam acostumadas; b) a indução à contratação por empreitada global e c) a impossibilidade de antecipação de parcelas de recursos para obras, um entrave colocado pelo próprio FNHIS.

Será o próprio MCidades o responsável por gerenciar o Programa Crédito Solidário⁶⁶, criado a partir da Resolução 93/2004 do Conselho Curador do Fundo de

⁶⁶ Pormenores do PCS já foram apresentados em outros estudos. Quinto (2007), por exemplo, destrincha as características e as distintas sistemáticas que pautaram o programa, assim como elenca as dificuldades de

Desenvolvimento Social e cujo primeiro processo de seleção de projetos é regulamentado pela Instrução Normativa 11/2004. O objetivo explícito do PCS era o financiamento de empreendimentos autogestionários para famílias com renda até três salários mínimos; financiava-se diretamente os beneficiários reunidos sob a forma de cooperativas, associações comunitárias ou demais entidades sem fins lucrativos.

A demanda e o pleito já eram velhos; o programa vem responder a reivindicação de movimentos de moradia que, desde a década de 1980, batalhavam por recursos federais permanentes para a construção sob a forma de mutirão dentro do âmbito de empreendimentos autogeridos (FERREIRA, 2014). Em outras palavras, significou a institucionalização em nível federal do que já estava acontecendo em nível municipal e, em alguma medida, estadual pelo Brasil afora desde a década de 1980.

Na redação da Instrução Normativa do PCS, o morador é reconhecido como *beneficiário final* e o grupo associado, agente *proponente*. Os recursos vinham do já citado Fundo de Desenvolvimento Social, criado no governo de Itamar Franco (1992-1995), e outros agentes compunham o quadro de participantes do programa, cada qual com suas devidas atribuições: a) Caixa Econômica Federal na qualidade de agente *operador* do FDS e agente *financeiro*; b) MCidades, agente *gestor* dos recursos do FDS; c) governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, Companhias de Habitação ou outros órgãos assemelhados reconhecidos como agente *organizador*, *fomentador* ou *facilitador* dos empreendimentos; d) empresas privadas da construção civil, que fechavam a equação como agentes *executores*. Destes agentes, a CEF e o MCidades serão novos atores em comparação com os programas municipais e estaduais anteriores reconhecidos como afeitos à autogestão.

Um ano após a criação do PCS, uma primeira proposta é aprovada. A entidade proponente – a cooperativa Cooper-Recicla – situava-se em Formosa, município goiano. No entanto, Sandra Quinto (2007) afirma que o financiamento não foi obtido devido a dificuldades quanto à comprovação de renda dos catadores. As dificuldades perduraram, pois, consoante Lago (2011), o programa começará a funcionar efetivamente somente em 2007 apesar de criado em 2004.

Apesar do PCS ser uma conquista, ele não era integrado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social como o APSM seria. Em 2007, a Lei 11.578 alterará a já

implementação tanto do ponto de vista da CEF quanto dos movimentos sociais. Silva (2009), por exemplo, apresenta a concepção, operacionalização e implementação do PCS, enquanto Rodrigues (2013) discorre sobre as várias alterações que ele sofreu.

mencionada Lei 11.124/2005, que dispunha sobre o SNHIS, seu fundo e conselho gestor. É apenas a partir desta alteração que entidades privadas sem fins lucrativos – o que engloba associações e cooperativas – serão finalmente capazes de acessar o FNHIS, uma vez reconhecidas como parte integrante do SNHIS. No entanto, como o PCS não era integrado ao SNHIS e a APSM ainda não havia saído do papel, a alteração legislativa não será efetiva no sentido de garantir maiores possibilidades reais às associações e cooperativas.

Desde o início, movimentos de moradia e entidades se mostravam descontentes com as regras do programa. Em 2004, reunidos sob o já citado Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), enviam carta a Jorge Hereda – Secretário Nacional de Habitação da época – contendo uma série de insatisfações. Dentre elas, estavam o corte nos valores de unidades habitacionais, a cobrança de diversas taxas por parte da Caixa Econômica Federal e o impedimento cadastral também imposto pela CEF de beneficiários com nome no SPC ou SERASA. Para atender a demanda da autogestão, os normativos do programa estabelecidos pela CEF e a estrutura da própria agente operacional tiveram de se alterar ao longo do tempo. Várias foram as resoluções e instruções normativas lançadas durante o processo, visando a adequações à realidade⁶⁷.

Em 2009, o PCS será sucedido pelo Programa Minha Casa Minha Vida e, como mencionado no capítulo 01, haverá reação do movimento de moradia para que houvesse um mínimo de continuidade ao que estava sendo alcançado com o PCS. A pressão popular frutificará no Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades. Ao total, serão quatro os principais programas federais que, de certo modo, tateiam a ideia autogestionária: a) o primeiro, porém ineficiente, PROHAP Comunidade; b) o atualmente inerte Programa Crédito Solidário; c) a natimorta APSM e d) o PMCMV-E – que, como mencionado no capítulo 01, não se encaixa como autogestão nos moldes desta dissertação.

Conforme visto, a ideia de autogestão é apropriada no Brasil em 1980 e, desde então, tem ganhado adeptos. E, nesta apropriação, parece haver uma lógica de compartilhamento: uma experiência forense, uruguaia, persuade uma série de outras. Ela inspira um primeiro município, São Paulo, que contamina outros, como a Ipatinga de

⁶⁷ Silva (2009) analisa as resoluções e instruções normativas criadas ao longo da existência do PCS. As alterações perpassam, por exemplo, pelo aumento do teto do financiamento, por novo estabelecimento de valor máximo de avaliação do imóvel concluído, pela instauração da possibilidade de compra pela CEF das cotas do FDS mantidas por entidades financeiras.

Chico Ferramenta (1989-1992). Ipatinga, por exemplo, também funcionará como escola para outros municípios, como a capital mineira.

2.4 Autogestão em Belo Horizonte

Assim como o Rio de Janeiro – capital brasileira à época – carregava a função de exaltar os ideais republicanos no início do século XX, Belo Horizonte, fundada em 1897, sustentava o mesmo objetivo. Dentre outras opções, a área eleita para a implantação da nova capital mineira foi o Curral Del Rey, um arraial de pequenas proporções.

A elaboração do plano urbanístico belo-horizontino foi garantida pela recém-criada Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada pelo engenheiro paraense Aarão Reis. O plano dividia a cidade em três zonas distintas: a zona urbana, a zona suburbana e a rural. A primeira, delimitada pela então avenida 17 de Dezembro (correspondente à atual avenida do Contorno), apresentava traçado viário geométrico e, portanto, era considerada o espaço da ordem formal. Já a segunda, de traçado viário menos regular, era composta por sítios e chácaras e por loteamentos de padrões urbanísticos menos rigorosos. A terceira, um aglomerado de colônias agrícolas, era responsável pelo abastecimento da cidade.

O planejamento urbano e a conduta estatal, contudo, foram sectaristas; não houve provisão de moradia para a população operária e os lotes internos à avenida do Contorno – pertencentes ao Estado após as desapropriações do arraial – foram repassados a funcionários públicos transferidos de Ouro Preto, capital anterior, e doados a proprietários de terra também ouro-pretanos. Em tese sobre a evolução da segregação socioespacial da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Jupira Mendonça (2002) afirma que esta segregação tem origem na própria gênese de Belo Horizonte.

Apesar do empecilho estatal em relação ao acesso à terra por parte dos trabalhadores da construção da cidade, em 1920 nascia a maior favela de Minas Gerais: o atual Aglomerado da Serra⁶⁸. Consoante Guimarães (1991), que traz um panorama das formas de morar populares em Belo Horizonte desde antes do nascimento da capital, ocupações irregulares já se formavam nos bairros que hoje correspondem ao Floresta e Barro Preto mesmo antes da inauguração da capital.

⁶⁸ Não é escopo do trabalho analisar a trajetória belo-horizontina em relação às suas favelas, as pinceladas na direção desta temática servem para esboçar o tratamento dado à moradia popular no início do século XX. Para acessar a história pormenorizada das favelas em Belo Horizonte, ver Guimarães (1991).

Vilas com precária infraestrutura distribuídas ao longo das zonas suburbana e rural foram principal destino da população de baixa renda na primeira metade do século XX em Belo Horizonte. Após quase 50 anos da fundação da cidade, a Lei 45 de 1948, estimulará “construções proletárias econômicas” nas vilas já estabelecidas ou em áreas afastadas agora já não mais da zona urbana, mas da suburbana. Continua, então, o processo de periferização, já iniciado nos primeiros anos da capital mineira em decorrência do preço inacessível dos lotes da zona urbana.

Na década seguinte, a Lei nº 517 de 1955 cria o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares (DHBP) e um fundo especial para o recolhimento de receitas, que será conhecido como Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP). O DHBP foi proposta surgida da Comissão das Favelas, nomeada pelo então prefeito Celso Mello de Azevedo (1955-1959) naquele mesmo ano e composta por engenheiros, membros da Igreja Católica, advogados, assistentes sociais. O Departamento passa a ser um dos principais órgãos para a gestão dos territórios das favelas em Belo Horizonte e seus esforços eram concentrados majoritariamente na construção de conjuntos habitacionais após a ocorrência de remoções. O objetivo era conter a “desordem” e a pobreza (OLIVEIRA, 2012).

Quando da extinção do DHBP em 1971, a Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL) assumirá suas responsabilidades. Pinto e Veríssimo (2014), que cruzam a história das favelas de Belo Horizonte à atuação do poder público municipal, revelam que a CHISBEL será conhecida por eliminações em massa de favelas, ou seja, nada menos que uma continuação da função mantida pelo órgão anterior.

Samuel Oliveira (2012), que faz relação entre o movimento favelado da capital e o DHBP, alega que foi a necessidade o que conduziu à formação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH), cujos objetivos eram frear os recorrentes despejos coletivos e reivindicar melhorias urbanas e obras assistenciais. Criada em 1959, foi dissolvida pelo golpe militar em 1964, mas reuniu associações civis de favelas, identificadas como Uniões de Defesa Coletiva (UDCs), durante seus seis anos de atuação. Embora o movimento não tenha atingido todas as favelas existentes na época, esforços foram feitos neste sentido.

Alfio Conti (2004) depura que os moradores de vilas e favelas irão se congregarem em movimentos sociais no fim da década de 1970 por dois motivos principais: o aumento do número de remoções forçadas provocado pela CHISBEL e as fortes chuvas que assolaram a cidade em 1978 e 1979, contribuindo para gerar um sem-número de

desabrigados. A revolta com a postura estatal inerte levou a população favelada a juntar-se à igreja local, sob custódia da Arquidiocese de Belo Horizonte, para a criação da Pastoral da Favela a partir de 1977.

A Pastoral da Favela partia do pressuposto de que as próprias comunidades eram capazes de encontrar soluções para a melhoria das condições de vida local. Ela herdava a conduta das já instaladas Comunidades Eclesiais de Base, procurando fortalecê-las e expandi-las, além de ter sido responsável pela criação de associações de moradores na maior parte das favelas belo-horizontinas. Logo, capacidade de organização e conscientização sobre as necessidades eram premissas para que a comunicação com o poder público fosse efetivada e as reivindicações fossem, de fato, alcançadas. As associações de vilas e favelas surgidas foram tantas que, na transição entre os anos 1970 e 1980, nascem a Federação de Bairros e Vilas (FBV) e a União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), ambos organismos federativos (CONTI, 2004). Segundo Oliveira (2012), a UTP foi formada por parte das lideranças da mencionada FTFBH, mesmo após o movimento ter sido reprimido.

Segundo Pinto e Veríssimo (2014), as desigualdades decorrentes da crise econômica do fim dos anos 1970 abrem espaço para o ressurgimento de lutas populares e sindicais. Belo Horizonte acompanhará esta tendência; o movimento de favelas e de moradia – representado pela união da UTP, da Pastoral da Favela e da Federação das Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte (FAMOBH) – ilustrará este novo momento. A pressão deste movimento será de valia para que a extinta Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel) formulasse a estrutura jurídica e o anteprojeto do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA).

Anteriormente ao PROFAVELA existia, contudo, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) – primeiro programa estadual de governo voltado para melhorias e investimentos em assentamentos informais. Se, conforme já mencionado e reconhecido por Bonduki (1998), a tendência brasileira pré-1930 era considerar as ocupações espontâneas como caso de polícia ou problema sanitário, em Belo Horizonte esta inclinação parece se estender no tempo. Isto porque é somente com a chegada do PRODECOM⁶⁹ em 1979 que se instaura uma primeira

⁶⁹Implementado inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais (SEPLAN-MG) e posteriormente a cargo da Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETAS).

mudança de postura do poder público em relação às favelas. Agora, elas passam a ser vistas como solução necessária adotada pela população de baixa renda (CONTI, 2004).

O PRODECOM correspondia a uma espécie de prática da autogestão de empreendimentos públicos em favelas consolidadas; recursos financeiros eram repassados a lideranças de associações de moradores por convênio e havia disposição de assessoria técnica da própria SETAS. A arquiteta Mônica Maria Cadaval Bedê (2005), que entrevistou técnicos da SETAS em dissertação, relata que a ocorrência de problemas de gestão de recursos por parte do poder público foi o motivo responsável pela extinção do programa, mas as consequências foram arcadas pelas próprias entidades do movimento favelado: dificultou-se a existência posterior de uma experiência autogestionária em relação a assentamentos pré-existentes.

Em 1983, o PRODECOM será sucedido pelo referido PROFAVELA, que passa a ser administrado pela recém-criada Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte⁷⁰ (URBEL). Lopes e Rizek (2006, p. 56) afirmam que o programa vai remeter “exclusivamente aos aspectos jurídico-fundiários para equacionamento da propriedade da terra”; as arquitetas Kapp e Santos (2012) comentam que o direito à moradia será equiparado ao direito à propriedade privada individual. Dessa forma, a extinção do PRODECOM e o surgimento do PROFAVELA significou uma perda na organização popular. Segundo Bedê (2005), o movimento favelado sofreu desmobilização; o PRODECOM reconhecia o caráter local das demandas e a auto-organização comunitária, refutadas pelo seu sucessor.

A arquiteta Ferrari de Lima (2014) atenta para o fato de que são necessários quase 100 anos, tomando como partida a fundação da cidade, para Belo Horizonte reconhecer suas áreas informais. Com a instituição da Lei 4034 de 1985, as vilas e favelas da capital mineira foram identificadas, passando a fazer parte do mapa da cidade ao serem classificadas como Setor Especial 4 (SE-4). Com um zoneamento próprio, abre-se oportunidades para a regularização desses espaços e para melhorias urbanísticas, ambientais e sociais.

Se as décadas de 1960 e sobretudo a de 1970 foram um divisor de águas para o processo de metropolização brasileiro devido à explosão dos loteamentos periféricos populares privados, a seguinte representa um contraponto em relação à produção do espaço. Em monografia de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo, Rebekah

⁷⁰ A URBEL nasce com o propósito de gerir a política habitacional de Belo Horizonte.

Campos (2013) identifica um novo tipo de loteamento popular, até então infimamente discorrido na literatura especializada sobre a urbanização belo-horizontina: o "loteamento associativo". Estes, produzidos por associações de sem-casa entre as décadas de 1980 e 2000 na Região Metropolitana de Belo Horizonte, representam a supremacia do valor de uso da moradia sobre o valor de troca, assim como um processo independente do poder público e de agentes privados em geral.

Kapp *et al.* (2014) contextualizam o fenômeno dos loteamentos associativos dentro do processo de expansão de Belo Horizonte, esclarecendo que o motivo condutor da ideia foi o reassentamento de famílias desabrigadas em razão de obras viárias. Com a direção do padre italiano Pier Luigi Bernareggi, mais conhecido por Padre Poggi, e o apoio técnico do arquiteto José Carlos Laender, a estratégia era comprar por conta própria glebas rurais e loteá-las, o que refletia certa independência frente ao Estado. Os custos da aquisição do terreno, da abertura de ruas e da contratação de projeto e de serviços de topografia eram repartidos entre os associados, que contribuía mensalmente com parcelas cinco vezes inferiores aos valores praticados no mercado de loteamentos privados⁷¹. É provável que esta diferença significativa esteja intimamente relacionada ao fato de serem loteadas e vendidas parcelas de áreas rurais, onde não incidem as mesmas pressões de uma área urbana.

Kapp *et al.* (2014) defendem que parecer haver dois momentos distintos na conduta dos loteamentos associativos, tendo como ponto de inflexão a Política Municipal de Habitação instaurada durante a gestão da Frente BH Popular (1993-1996) liderada pelo então prefeito petista Patrus Ananias. Se a PMH incorporou de um lado parte significativa dos movimentos populares de luta pela moradia, por outro dificultou a atuação da parcela restante: a) seja pela aliança com a prefeitura anterior sob gestão do partido PMDB; b) seja pela relação com a Igreja Católica ou, ainda, c) pela insistência dos movimentos em adotar um modelo de casas unifamiliares, o que era incompatível com o tamanho dos empreendimentos, de milhares de unidades. Kapp *et al.* (2014) ainda iluminam a maior independência do movimento proveniente da ruptura, uma vez que, a partir de então, passa-se a atuar em municípios vizinhos a Belo Horizonte sem qualquer apoio do Estado nas esferas municipal, estadual ou federal.

Ao passo que a ruptura representa uma independência e, conseqüentemente, poderíamos imaginar maior liberdade, por outro lado é possível inferir que ela também

⁷¹ Kapp *et al.* (2014) afirmam não possuir documentos que comprovem esta informação, baseada em relatos de lideranças de associações. Contudo, aceitam que a discrepância apontada seja possível.

representa prejuízos quanto à acessibilidade, localização, provisão de infraestrutura, dentre outros. Isto porque a ação regulatória do Estado, ainda que passível de questionamento, tende a significar um maior equilíbrio das condicionantes urbanas, ou seja, o estabelecimento de condições mínimas adequadas à habitabilidade.

Dentre as associações que encabeçaram a ocorrência de loteamentos associativos pela RMBH, estão a Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte (AMABEL); a Central Metropolitana dos Sem-Casa (CEMCASA), fundada pelo Pe. Piggi e outras lideranças em 1993; a Federação das Associações Comunitárias das Vilas, Favelas e Conjuntos Populares de Belo Horizonte e Região Metropolitana (FAVIFACO) e as já mencionadas FAMOBH e UTP. A investigação de Campos (2013) identifica que o Pe. Piggi liderou as duas primeiras, assim como atuou via uma terceira associação, a Pastoral Metropolitana dos Sem-Casa.

Campos (2013) relata que um incidente em 1995 – relativo à aquisição de gleba em Betim – levou várias famílias a perderem a confiança no líder religioso, que então encabeçava a CEMCASA. Sendo preciso recuperar a convicção dos associados, a CEMCASA decide congregar-se à FAVIFACO e à AMABEL. O episódio também foi importante para que uma nova decisão fosse tomada: a partir de então, as responsabilidades advindas das decisões seriam compartilhadas também com os futuros moradores. A formação do bairro Metropolitano, de 1996, já incorpora esta nova postura. Para o arquiteto envolvido José Carlos Laender de Castro⁷² (2013 apud KAPP *et al.*, 2014, p. 33), o loteamento localizado em Esmeraldas é uma “cidade pioneira, autogerida e autofinanciada”, ainda que baseada na propriedade individual das casas.

O envolvimento de Laender no processo de loteamento de glebas rurais é curioso. Uma vez que o arquiteto já havia sido diretor-presidente da URBEL no período entre junho de 1991 e dezembro de 1992, era de se esperar a adoção de uma postura legalista. Contudo, uma vez distante do cargo, ele atua na contramão da Lei 6766 de 1979, referente ao parcelamento do solo urbano. Nela, em seu artigo 30º, proíbe-se que parcelamentos do solo sejam realizados em zona rural, sendo admitido somente em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica.

Neste ínterim, ocorria em Ipatinga um processo entendido como a primeira experiência autogestionária mineira. Em dissertação que discute a autogestão em Ipatinga, Alfio Conti (1999) relata que a sociedade civil organizada forma com apoio do

⁷² LAENDER, José Carlos. Entrevista concedida a Silke Kapp, Tiago Castelo Branco e Rebekah Campos em maio 2013.

PT um movimento prévio às eleições municipais de 1988, cujo objetivo era a reivindicação de melhorias para a população menos favorecida social e economicamente. O mutirão Nova Conquista, já em vias de implementação antes mesmo das eleições, é utilizado como aval quando o petista Francisco Carlos Delfino – mais conhecido como Chico Ferramenta – torna-se prefeito: o resultado positivo do mutirão foi importante para que a política habitacional do município incorporasse um projeto de autogestão.

Em 1990, o movimento de reivindicação pré-1988 se oficializa na Associação Habitacional de Ipatinga, que manterá contato com os movimentos organizados de São Paulo e visitará o Uruguai para acompanhar de perto o trabalho das cooperativas autogestionárias. A Associação tem papel decisivo nas pressões sobre o poder público para que o programa voltado à autogestão fosse instalado. Embora tenha vacilado a princípio, Chico Ferramenta irá finalmente instaurar no município um programa inspirado nas práticas paulistas. A própria assessoria técnica escolhida, a Ação Direta, possuía vínculos com o movimento de São Paulo⁷³. A equipe já havia sido contratada anteriormente para atuar em mutirões autogeridos frutos do programa paulista, o já referido FUNAPS-Comunitário (CONTI, 1999).

Dentre as experiências autogestionárias ocorridas durante a primeira (1989-1992) e segunda (1997-2000) administrações de Chico Ferramenta em Ipatinga, estão o Bom Jardim; o Novo Jardim (São Francisco); a recuperação físico-ambiental do Nova Conquista, também conhecido como “Mutirão Velho”; o Primeiro de Maio e o Planalto II. Elas serão modelo para a experiência belo-horizontina que estava por vir.

Em Belo Horizonte, a autogestão via produção habitacional tem como gênese a mencionada gestão da Frente BH Popular (1993-1996) coordenada por Patrus Ananias, considerada por muitos progressistas como a melhor fase da política habitacional vivenciada pelo município. Para Kapp e Santos (2012), a Frente BH Popular será a primeira a administração a intencional de fato uma melhoria das condições habitacionais e urbanas.

No início do primeiro ano de mandato de Patrus Ananias, o Fundo Municipal de Habitação Popular criado na época do já mencionado DHBP recebe nova regulamentação por meio da Lei 6326/1993, que também previa a criação do Conselho Municipal de Habitação (CMH)⁷⁴ de caráter deliberativo e participativo. Os recursos do FMHP serão

⁷³ Nem todas as experiências em Ipatinga foram assessoradas pela Ação Direta, algumas contaram com profissionais autônomos ligados às áreas de Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Geologia, Administração.

⁷⁴ Que será criado de fato em janeiro de 1994, pela Lei 6508.

geridos pela URBEL, mas fiscalizados pelo Conselho. O Sistema Municipal de Habitação é, portanto, equacionado nos seguintes componentes durante a gestão Frente BH Popular: Política Municipal de Habitação, elaborada pelo CMH e executada pela URBEL, e o fundo gestor correspondente.

Mônica Maria Cadaval Bedê (2005) – arquiteta diretora da URBEL no momento de elaboração da PMH – analisa pormenorizadamente o processo de elaboração da política e enfatiza a importância que é apregoada ao conceito de habitação, entendido como a moradia em consonância com o contexto urbano ao qual está inserida, dotada de serviços urbanos, infraestrutura e equipamentos comunitários básicos. Ela ainda reflete que o direito à moradia é estendido ao direito à cidade e esta abrangência conceitual, na prática, implicará na necessidade desafiadora de existirem várias interfaces e articulações institucionais. Relembremos, porém, conforme mencionado no capítulo 01, que o direito à cidade não significa somente a provisão de uma série de serviços e equipamentos públicos, mas refere-se à liberdade de produzir e apropriar-se da cidade.

A mencionada autora relata que a PMH e o próprio Sistema Municipal de Habitação foram elaborados em parceria com o movimento de moradia. Coordenadores de núcleos dos sem-casa, lideranças de favelas e representantes de entidades do movimento – principalmente as mencionadas FAMOBH, UTP, AMABEL, FAVIFACO e o Centro de Apoio ao Sem-Casa (CASA) – reuniam-se com periodicidade em fóruns informais não-deliberativos⁷⁵ – para discutirem conjuntamente. Antes de ser oficializada, a PMH passou pelo crivo do Conselho Municipal de Habitação, que a aprovou por meio da Resolução nº II⁷⁶.

A política resultante previa duas principais frentes de ação, uma referente a assentamentos existentes e outra referente a novos. Em relação à segunda, eram três as possíveis formas de gestão: gestão pública, cogestão e autogestão. A primeira consiste “na forma de gestão onde o poder público gerencia todo o processo de produção do programa habitacional, incluindo a compra de área, a elaboração dos projetos, a execução das obras e serviços e o acompanhamento pós ocupação”, a segunda consiste “na forma de gestão onde há uma divisão das atribuições de gerenciamento do processo de produção do programa habitacional entre o poder público e o movimento popular organizado e a terceira se refere à “forma de gestão onde o movimento popular organizado gerencia todo o processo de produção do programa habitacional” (BELO HORIZONTE, 1994, s/p). Se

⁷⁵ Dentre eles, o Fórum de Entidades Gerais, o Fórum de Vilas e Favelas e o Fórum dos Sem-Casa.

⁷⁶ Ver Belo Horizonte (1994).

na gestão pública o poder público entregava aos beneficiários do programa a moradia finalizada, na cogestão ele entregava material de construção e, na autogestão, recursos para que os próprios beneficiários produzissem.

Embora três formas de gestão fossem possíveis, a PMH tinha preferência por uma delas. Na redação da Resolução nº II, declara-se que a autogestão é opção a ser estimulada. Proposto pelos próprios técnicos da URBEL e inspirado pelos antecedentes de Ipatinga e São Paulo, o Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão fará parte da linha de atuação referente a novos assentamentos, aprovado em 1996 pelo Conselho Municipal de Habitação por meio da Resolução nº IV⁷⁷. Para a elaboração do programa, a Usina CTAH – contratada como consultora pela URBEL em 1994 – dispôs de contribuições. Os recursos advinham do Fundo Municipal de Habitação Popular e, dentre os pré-requisitos existentes, estava a contemplação de famílias de renda de até cinco salários mínimos que fossem legalmente organizadas sob o caráter de associação, cooperativa, condomínio, movimento por moradia ou demais formas previstas em lei.

Na redação dada pelo programa, eram quatro as partes envolvidas, cada qual com atribuições determinadas: a) a URBEL como agente operador; b) o grupo associado responsável pela elaboração dos projetos e pelo planejamento, execução e administração financeira das obras; c) a assessoria técnica que, como o próprio nome sugere, assumia a responsabilidade técnica pelo empreendimento e d) o próprio associado, encarregado de contratar junto à URBEL um financiamento de contrato individual após o término das obras.

Segundo dados da Secretaria Municipal Adjunta de Habitação⁷⁸ (SMAHAB, 2005 apud SOUZA, 2007), os conjuntos produzidos entre 1996 e 2005 executados por meio do

⁷⁷ Ver Belo Horizonte (1996).

⁷⁸ Bois (2013) faz uma análise pormenorizada da composição do Sistema Municipal de Habitação desde sua criação. Em 2000, uma reforma administrativa da PBH leva à criação da Secretaria Municipal de Habitação (SMHAB). Entre 2001 e 2003, ela será a responsável pelos programas de produção de moradia, enquanto Secretarias de Administrações Regionais Municipais ficaram responsáveis pelos programas relacionados à urbanização de favelas e prevenção de risco. Logo, tanto a SMHAB quanto as Administrações Regionais são os órgãos executores da PMH entre 2001 e 2003. Anteriormente a este intervalo, isto é, entre 1994 e 2000, a execução da PMH era atribuição somente da URBEL – que perderá, neste período, a autonomia administrativa e financeira que dispunha segundo Melo (2008 apud BOIS, 2013). No entanto, a URBEL se reintegra ao Sistema Municipal de Habitação em 2003 com a sua função anterior, o planejamento e execução de programas referentes à urbanização de favelas, prevenção de risco e reassentamento, substituindo o papel que havia sido delegado às Secretarias de Administrações Regionais Municipais. Logo, URBEL e SMHAB convivem enquanto executores da PMH entre 2003 e 2004. Em 2005, a Prefeitura de Belo Horizonte passará por nova reforma administrativa interna e a SMHAB ganha o nome de Secretaria Municipal Adjunta de Habitação (SMAHAB), mantendo a atribuição anterior. Somente

Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão foram nove, identificados como pertencentes à “primeira geração” de empreendimentos: Havaí; Dom Silvério; Villarégia⁷⁹; Visconde do Rio Branco, também conhecido por Deulene; Urucuia, também conhecido por Residencial ASCA; Fernão Dias; Serrano, também conhecido por Itatiaia; Parque Jardim Leblon e Jaqueline⁸⁰. Embora a aprovação do programa municipal tenha ocorrido em 1996, os convênios serão firmados somente na gestão petista de Célio de Castro (1997-2001). O conjunto Deulene será o primeiro deles, concluído em 1998 (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, s/d apud BASTOS, 2007).

Os recursos para a realização dos conjuntos eram disputados no Orçamento Participativo, uma inovação da Frente BH Popular. Em assembleias abertas, delineava-se o destino dos investimentos do município. O processo de elaboração da PMH significou o fortalecimento do movimento de moradia, uma vez que ele ocupava mais de um quarto das cadeiras disponíveis no Conselho Municipal de Habitação⁸¹ e em decorrência dos frequentes e já mencionados fóruns populares informais. Como o movimento angariava uma boa parcela da receita disponível no OP devido ao volume de pessoas parceiras que compareciam às assembleias, o poder público precisou encontrar uma nova solução para que houvesse maior equilíbrio na distribuição dos recursos: a criação do Orçamento Participativo da Habitação (OPH) em 1995. Coordenado diretamente pela URBEL, significava a existência de um orçamento destinado exclusivamente à moradia, uma saída pioneira ao impasse. Agora, o movimento dos sem-casa passa a pleitear recursos sob um valor limitado.

No último ano da gestão de Patrus, aprova-se o Plano Diretor por meio da Lei 7165/1996. Incentivava-se novamente a autogestão, reforçando que ela pressupunha a existência de cooperativas⁸² a serem capacitadas por assessoria técnica. Contudo, as gestões seguintes à administração do prefeito petista abandonam o ideal autogestionário devido ao seu desencaixe em relação à burocracia, procedimentos de controle e expedientes administrativos (KAPP *et al.*, 2014).

em 2011 volta-se à estrutura original: a SMAHAB é extinta e a URBEL assume novamente a competência de executar por completo a PMH.

⁷⁹ Há dúvidas quanto à grafia da palavra. A depender da fonte, aparece também como Vila Régia, Villa Régia e Vilarégia.

⁸⁰ Aparentemente os residenciais Dom Silvério, Villarégia e Visconde do Rio Branco (Deulene) foram produzidos em duas etapas, mas no mesmo terreno.

⁸¹ Eram seis os representantes do Movimento Popular por Moradia no CMH, num total de 20 membros titulares.

⁸² Associações habitacionais também serão contempladas quando o texto da Lei 7165/1996 é alterado pela Lei 8137/2000.

O ano de 1996 será um divisor de águas para a luta por moradia em Belo Horizonte devido a um acontecimento ímpar: o início da ocupação Corumbiara, considerada a primeira ocupação de terra urbana organizada em Belo Horizonte. Eloísio Godinho⁸³ (s/d apud BEDÊ, 2005), uma das lideranças da ocupação na época de sua organização, afirma que a criação do OPH havia desagradado: famílias que antes participavam dele são motivadas a optar pela ação direta devido à insatisfação com o estabelecimento de um teto para os recursos destinados a sanar o problema da moradia popular.

Bedê (2005) sinaliza algumas táticas adotadas pelo movimento com o objetivo de garantir a defesa da ocupação: o cercamento da área, a revista de visitantes e a vigília constante. Ocorre também a demarcação regular de lotes; a organização do grupo era visível. A Corumbiara simboliza a vitória do movimento popular ao ser demarcada como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) na Lei 8137/2000⁸⁴. Esta classificação, além de um ganho simbólico, abria espaço para a regularização fundiária.

Lourenço (2014) – arquiteto que tem importância primordial no ciclo de ocupações urbanas que iniciará em Belo Horizonte a partir de 2006 – interpreta a ocupação Corumbiara como uma espécie de mito de fundação das demais ocupações que se seguiriam em Belo Horizonte, uma vez que a resistência do movimento foi o que garantiu a permanência do grupo no território. No entanto, o autor infere que a instalação da então recente PMH conseguiu abafar os ânimos acalorados dos grupos de sem-casa, uma vez que significava nova esperança: a conquista da casa própria pela via institucional. Segue-se então um intervalo de dez anos até a inauguração de um novo momento na trajetória das ocupações urbanas: 2006 representa a retomada da ação direta organizada.

Alguns anos após as primeiras experiências autogestionárias belo-horizontinas produzidas pelo programa municipal, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) aposta mais uma vez na autogestão, firmando um novo convênio – desta vez entre a SMAHAB e o governo federal por meio do Programa Crédito Solidário. Segundo a SMAHAB⁸⁵ (2005 apud SOUZA, 2007), entre 2004 e 2005 foram produzidos⁸⁶ treze conjuntos, identificados

⁸³ Não fica claro se a informação, sem data de coleta, foi concedida diretamente a Bedê (2005) por meio de entrevista. Informa-se em rodapé apenas: “Essas informações foram fornecidas por Eloísio Godinho, que participou da organização da ocupação na época como uma das lideranças e hoje é membro do Conselho Nacional das Cidades” (BEDÊ, 2005, p. 221).

⁸⁴ Revisão da Lei 7166/1996, que dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte

⁸⁵ Informação citada por Souza (2007), que não especifica se os dados foram coletados de entrevista ou outro meio.

⁸⁶ Mais verídico dizer que entre 2004 e 2005 foram *negociados* os conjuntos citados, e não produzidos. Isto porque muitos empreendimentos ainda estavam em fase de elaboração de projetos mesmo em 2007. De

como pertencentes à uma “segunda geração” de empreendimentos: Castelo I e Castelo II, Diamante II, Itaipu, Juliana, Mar Vermelho I ou Residencial Serra Verde (RSV), Mar Vermelho II, Quibebe, Santa Rosa I e Santa Rosa II, São Tomáz III, Granja de Freitas V e Granja de Freitas VI.

O arquiteto Leandro Souza (2007) relembra dois processos que ocorreram em 2004 quase simultaneamente, a fim de fomentar tanto o debate a respeito da nova onda de projetos autogestionários que estavam prestes a ocorrer, assim como a existência de assessorias técnicas responsáveis por eles: o Curso de Capacitação em Arquitetura e Engenharia Pública – uma parceria entre o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de Minas Gerais e o IAB-MG – e reuniões em série que foram promovidas na PUC-Minas. Esta, desde 1993, possuía experiência prática na área de moradia popular com o Escritório de Integração do curso de Arquitetura e Urbanismo – espaço que converge até hoje as principais atividades de extensão da graduação e se volta principalmente ao atendimento de famílias de baixa renda⁸⁷.

Enquanto o primeiro processo cruzou importantes nomes relacionados à temática da produção de moradias no Brasil, o segundo contou com a participação de assessorias, técnicos da SMAHAB, associações e outros profissionais envolvidos com o tema. Apesar das naturezas distintas, ambos atingem a proposta de compartilhar experiências e metodologias que angariassem profissionais para o trabalho com moradia popular (SOUZA, 2007).

Conforme dito anteriormente, 2006 despertou um novo ciclo pautado na ação direta. A neutralização institucional dos canais participativos e os poucos avanços nas políticas habitacionais dos municípios da RMBH levam os movimentos sociais em prol de moradia a apostarem na ocupação de terras (LOURENÇO, 2014). Em Belo Horizonte, os principais movimentos sociais envolvidos nessa estratégia são o MLB e as Brigadas Populares⁸⁸.

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas tem atuação nacional, nas regiões Sul, Sudeste e principalmente Nordeste, sendo presente em 14 estados do Brasil. Braço do Partido Comunista Revolucionário (PCR), pauta-se na luta pela reforma urbana

acordo com Silva (2018 apud FERREIRA, 2018) – arquiteta que assessorou várias experiências autogestionárias em Belo Horizonte e Ipatinga –, o Mar Vermelho II, por exemplo, nem sairá do papel.

⁸⁷ Informação extraída de blog oficial do Escritório de Integração, em “Sobre”. Disponível em: <https://eiescritoriodeintegracao.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 07 jun. 2018.

⁸⁸ Outros também se destacam, como o Fórum de Moradia do Barreiro e o Movimento de Luta Pela Moradia (MLPM). Embora não seja um movimento social, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) também atua significativamente nas ocupações urbanas de Belo Horizonte por meio da figura de Frei Gilvander.

e no direito à moradia. Segundo Rafael Bittencourt (2016), militante das Brigadas Populares, a primeira expressão do MLB na capital mineira se dará em 1994, quando do período de organização da ocupação Corumbiara.

Já as Brigadas Populares possuem como gênese o Núcleo de Estudos Marxistas iniciado em 2003, reunindo estudantes e intelectuais interessados na atuação sobre a periferia de Belo Horizonte e na compreensão da realidade brasileira, tendo como viés o olhar de Karl Marx. Ao contrário do MLB, sua atuação é regional e possui frentes diversas – dentre elas a da Reforma Urbana. Em 2006, o grupo passa a se constituir como organização política.

A origem das Brigadas Populares indica a composição majoritária dos filiados, estudantes de classe média. Já o MLB é composto principalmente por aqueles que lutam pelo acesso à moradia por necessidade, futuros moradores e/ou já moradores de ocupações. Ambos os movimentos acreditam no socialismo como superação do modo de produção capitalista.

As quatro primeiras ocupações urbanas sequenciais à Corumbiara, todas elas verticais – Caracol, João de Barro I, II e III – foram despejadas. Foi preciso que a rede de movimentos sociais de moradia previsse uma nova tática: apostar nas ocupações horizontais. Pedro Otoni⁸⁹ (2014 apud LOURENÇO, 2014), militante fundador das Brigadas Populares, aponta que um dos motivos que levaram à esta nova opção foi o desinteresse das famílias em ocupar edifícios nas regiões Centro Sul e Pampulha, por serem muito diferentes da almejada casa unifamiliar e constituírem locais distantes de onde mantinham laços sociais originais. Lourenço (2014, p. 28) completa, dizendo que a ocupação horizontal significava “maiores possibilidades de resistência à repressão e ao despejo”. A ocupação Camilo Torres, iniciada em fevereiro de 2008, inaugura a nova fase marcada pelo predomínio das ocupações horizontais.

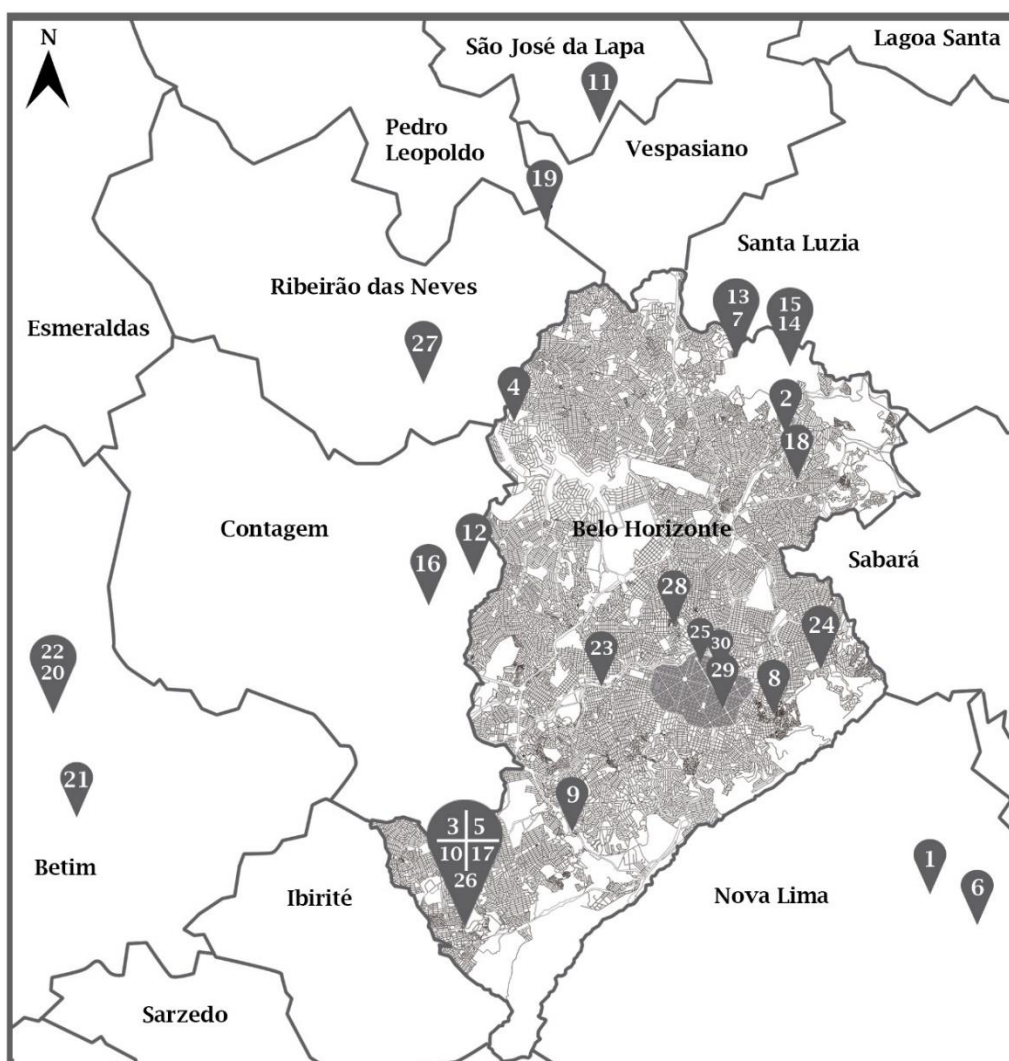
Não cabe aqui identificar todas as ocupações urbanas ligadas à moradia existentes em Belo Horizonte e região metropolitana, esforços já foram feitos neste sentido por Bittencourt (2016) e Morado Nascimento e Libânio (2016), por exemplo. No entanto, a questão da moradia é tão urgente em Belo Horizonte que novos exemplares surgiram desde a data de publicação dos referidos materiais e esses exemplares parecem indicar uma retomada do padrão inicial: três ocupações mais recentes são verticais e localizadas

⁸⁹ OTONI, Pedro. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço em mar. 2014.

em áreas consideradas centrais. São elas: Carolina Maria de Jesus⁹⁰, Pátria Livre – ambas nascidas em setembro de 2017, quase simultaneamente – e Vicentão, em 2018. A primeira é organizada pelo MLB, a segunda pelo Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e a última por quatro movimentos: Brigadas Populares, Associação Morada de Minas Gerais, Intersindical - Central da Classe Trabalhadora e AMABEL. A seguir, elas são distribuídas pelo território belo-horizontino com localização aproximada, juntamente com as demais já mais consolidadas.

⁹⁰ Em negociação extrajudicial com o governo do estado e na presença da PBH, da Defensoria Pública, do Ministério Público de Minas Gerais, da COHAB-MG e da Polícia Militar, foi acordado em junho de 2018 que as 200 famílias que viviam na ocupação serão contempladas pelo PMCMV, sendo reassentadas na regional Barreiro. Enquanto as unidades não ficam prontas, as famílias estão alocadas em outro prédio central e recebem auxílio habitacional gestado pela COHAB-MG.

DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES URBANAS



// LEGENDA (em ordem cronológica)

- | | | |
|---------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| 1. Canto do Rio | 11. Nova Cachoeira | 21. D. Tomás Balduino (Betim) |
| 2. Novo Lajedo | 12. Guarani Kaiowá | 22. Shekinah |
| 3. Camilo Torres | 13. Rosa Leão | 23. V. Esperança do Calafate |
| 4. Dandara | 14. Vitória | 24. Terra Nossa |
| 5. Irmã Dorothy | 15. Esperança | 25. Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia |
| 6. Canaã | 16. William Rosa | 26. Paulo Freire |
| 7. Zilah Spósito / Helena Greco | 17. Nelson Mandela | 27. Novo Horizonte |
| 8. Vila Pomar do Cafezal | 18. Professor Fábio Alves | 28. Pátria Livre |
| 9. Novo Paraíso | 19. D. Tomás Balduino (R. N.) | 29. Carolina Maria de Jesus |
| 10. Eliana Silva | 20. Primeiro de Maio | 30. Vicentão |

// DADOS EXTRAÍDOS DE: PDDI/UFMG; PRÁXIS/UFMG; OLIVEIRA (s/d apud TONUCCI FILHO, 2017)

// ELABORAÇÃO: autora, 2018

No que tange à autogestão via produção habitacional, o PMCMV-E teve expressividade quase nula em Belo Horizonte desde seu lançamento em 2009. Esta constatação tem por base uma consulta⁹¹ realizada a todas as listas de propostas selecionadas pelo programa publicadas no Diário Oficial da União, no período entre 2009 e 2018. É apenas em fevereiro de 2018, por meio da Portaria nº 162 do MCidades, que dois empreendimentos belo-horizontinos são habilitados para acessar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Social.

Em momento quase simultâneo à seleção pelo PMCMV-E, em março de 2018, o prefeito Alexandre Kalil publicou em rede social mensagem particular enviada pelo então ministro das Cidades, Alexandre Baldy⁹². Nela anuncia-se a assinatura de portaria⁹³ para a liberação de recursos para a retomada das obras do Programa Crédito Solidário que ficaram inconclusas entre 2008 e 2013 e menciona-se que serão retomadas 747⁹⁴ moradias em Belo Horizonte.

Ainda no campo da institucionalização, Belo Horizonte passa atualmente por um momento de reformulação da PMH, vigente desde 1994. Reuniões abertas à participação geral foram sistematicamente realizadas de modo independente quase que semanalmente por um subgrupo de técnicos da URBEL desde meados de 2017, contando com a presença de membros do Conselho Municipal de Habitação. As linhas de ação discutidas são quatro: a) provisão habitacional em atendimento ao déficit habitacional, demanda demográfica e demanda de remoções; b) intervenção em assentamentos de interesse social; c) apoio à promoção individual da moradia e d) planejamento, gestão e

⁹¹ Realizada no site da Imprensa Nacional, que disponibiliza todos os documentos publicados no Diário Oficial da União. A consulta foi realizada ano a ano, desde o lançamento do programa em 2009. Usou-se “Minha Casa Minha Vida - Entidades” como termo de busca e os documentos resultantes passaram pela triagem da autora, que então recuperou as listas de propostas aprovadas. Disponível em: <http://portal.impresanacional.gov.br/>. Acesso em: 31 maio 2018.

⁹² Informação extraída de rede social (*twitter*) oficial de Alexandre Kalil, publicada em 10 de março de 2018. Disponível em: <https://twitter.com/alexandrekalil>. Acesso em: 01 jun. 2018.

⁹³ Embora Alexandre Baldy tenha anunciado a assinatura de portaria na mensagem enviada a Kalil, até o presente momento (junho/2019) nenhuma portaria concernente à questão foi publicada. O que se publicou no Diário Oficial da União foi a Resolução nº 216 de novembro de 2017, que especifica diretrizes para a retomada, legalização e conclusão de empreendimentos financiados no âmbito do PCS. Não é possível afirmar com exatidão se Baldy referia-se à Resolução ou se a uma Portaria a ser publicada.

⁹⁴ A citada Resolução nº 216 de novembro de 2017 esclarece esse número. Na Resolução, oito conjuntos são citados como passíveis de retomada, legalização ou conclusão: Santa Rosa I e II, Granja de Freitas V, Mar Vermelho I, Castelo I e II, Diamante II e Itaipu. A soma das unidades habitacionais de todos eles corresponde às 747 moradias citadas por Baldy. No entanto, apenas o conjunto Granja de Freitas V, de 200 unidades, parece realmente inconcluso em termos de obras: a data da contratação do empreendimento e a data do último desembolso são iguais, referentes ao dia 15 de janeiro de 2008. Logo, a informação publicada pelo então ministro é equivocada, não se sabe se propositalmente ou não, pois não se trata invariavelmente da retomada das obras de 747 moradias, mas da retomada das obras ou do prosseguimento da legalização. Para acesso à Resolução, ver Brasil (2017).

desenvolvimento institucional⁹⁵. O objetivo é discutir a revisão em curso da PMH, tendo como base o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)⁹⁶ de Belo Horizonte e a carta-proposta elaborada por ocasião do II Seminário sobre a Política Municipal de Habitação, realizado em setembro de 2016.

Esta carta-proposta, assinada por diversos segmentos sociais⁹⁷ envolvidos na luta por moradia, é resultado de um processo de construção coletiva. No corpo do texto, a autogestão aparece como diretriz:

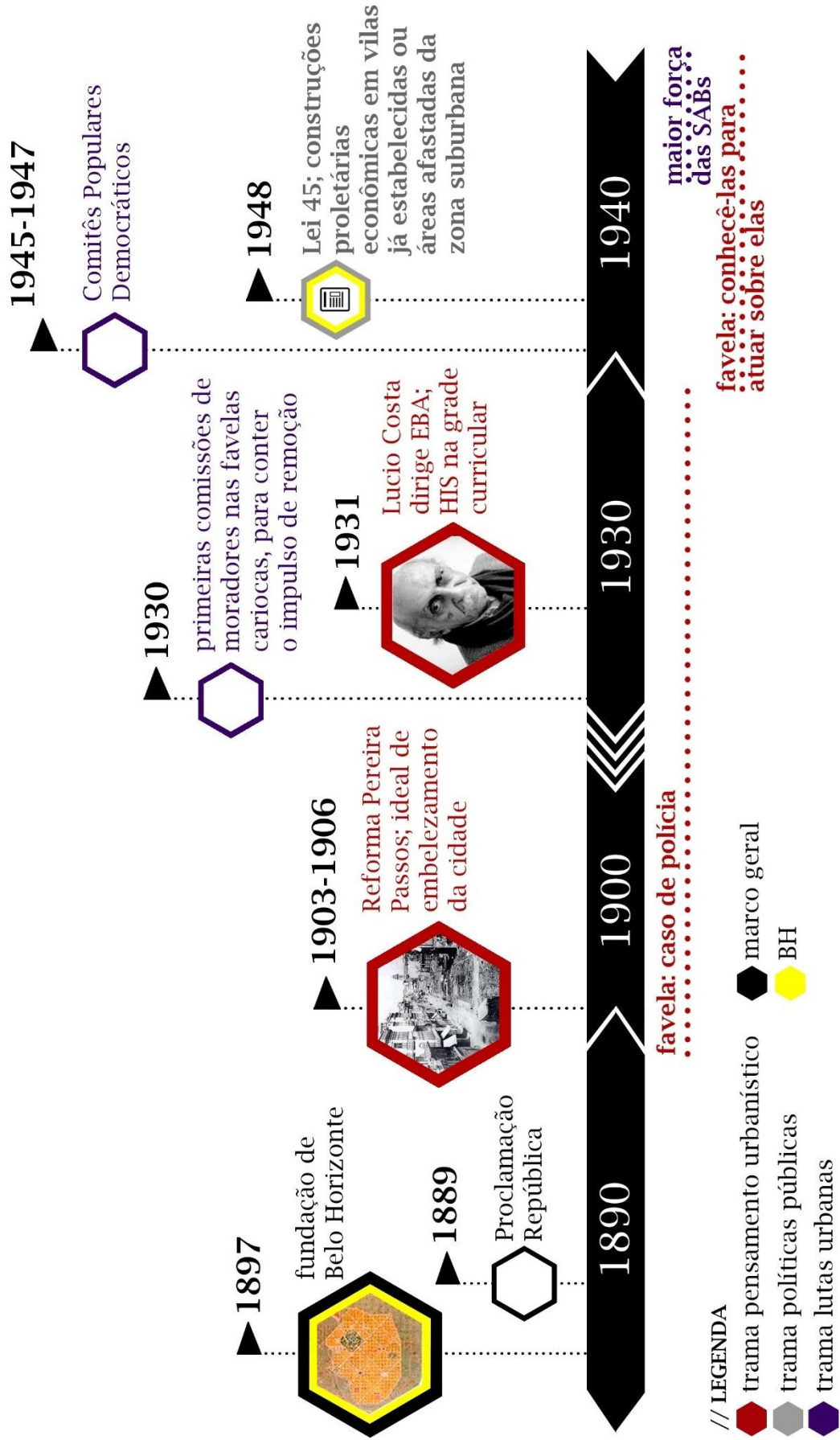
Ampliação e diversificação das formas da provisão de moradia, possibilitando a autoconstrução, a autogestão, a locação social e o uso de imóveis ociosos, não restringindo o direito à moradia à propriedade privada verticalizada, viabilizando a Habitação de Interesse Social em toda cidade, inclusive nas áreas centrais (SINTAPPI-MG *et al.*, 2016, s/p).

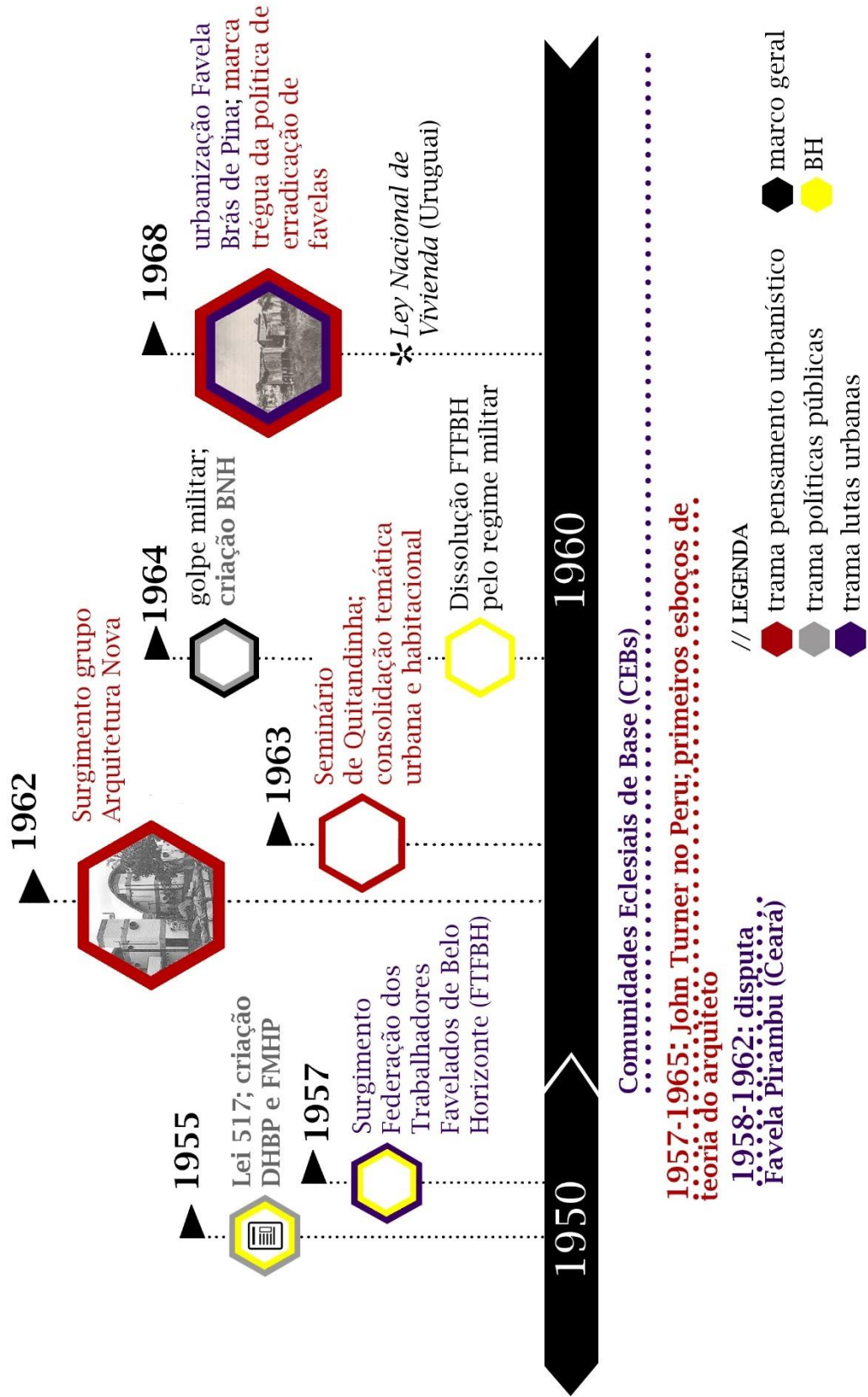
Encontros completamente direcionados à temática da autogestão foram realizados pelo subgrupo da URBEL em fins de 2017, o que parece indicar que a ocasião vivida atualmente por Belo Horizonte é novamente oportuna para o debate autogestionário. No entanto, por mais que diretrizes possam aparecer na PMH, cabe à gestão municipal a opção por sua aplicação.

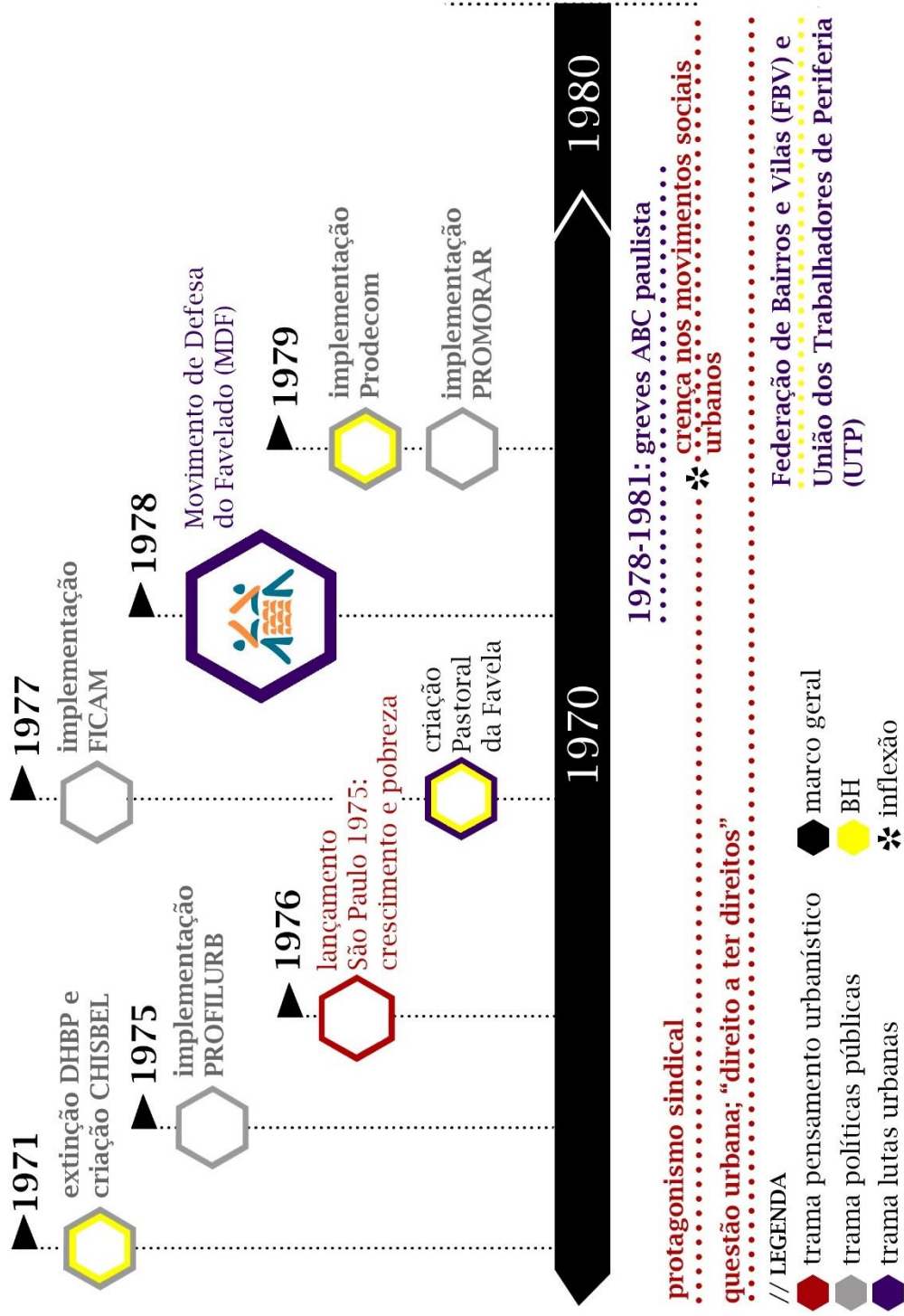
⁹⁵ Informação extraída de publicação no Diário Oficial do Município, de 21 de setembro de 2017. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1184201>. Acesso em: 01 jun. 2018.

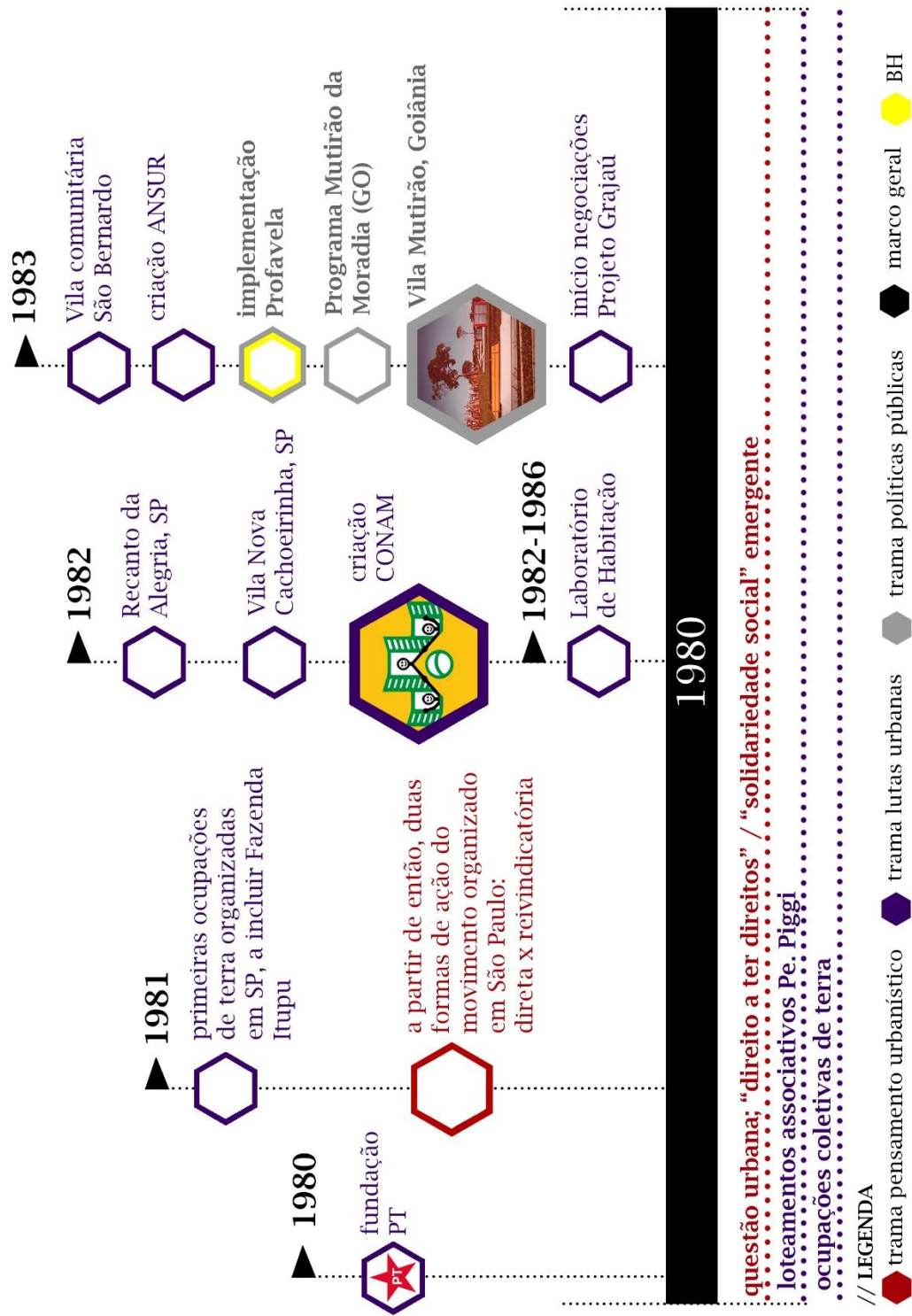
⁹⁶ O PLHIS é uma exigência da Lei 11.124/2005 do Ministério das Cidades para aqueles municípios que fizeram a adesão ao SNHIS e se refere a um conjunto de metas, diretrizes, objetivos, instrumentos de ação e intervenção para o setor habitacional, cuja construção deve ser participativa e democrática. O de Belo Horizonte foi aprovado no CMH em julho de 2011.

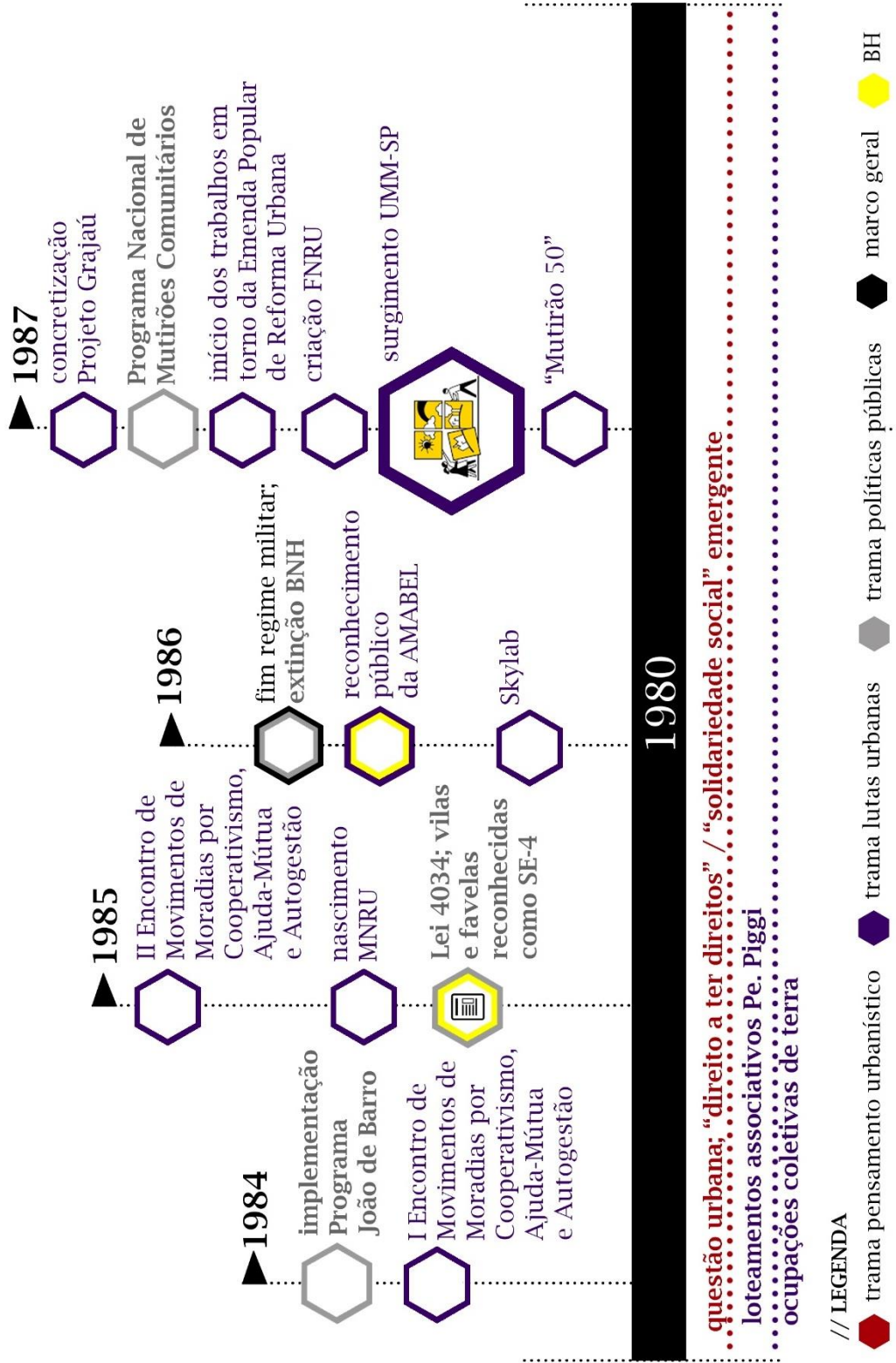
⁹⁷ Assinada por: MLB, MNLM, CONAM, CMP, UNMP, MTD, Brigadas Populares, Frente Terra e Autonomia, Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, Associação Moradia para Todos, Movimento Nacional da População de Rua, Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais, Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Federal de Minas Gerais, CICLUS Projetos Sociais, PRAXIS - EAUFMG, Defensoria Pública de Minas, a.junta Arquiteturas Colaborativas, Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícia, Informações e Congêneres de Minas Gerais, Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Geólogos de Minas Gerais e Ministério Público de Minas Gerais.

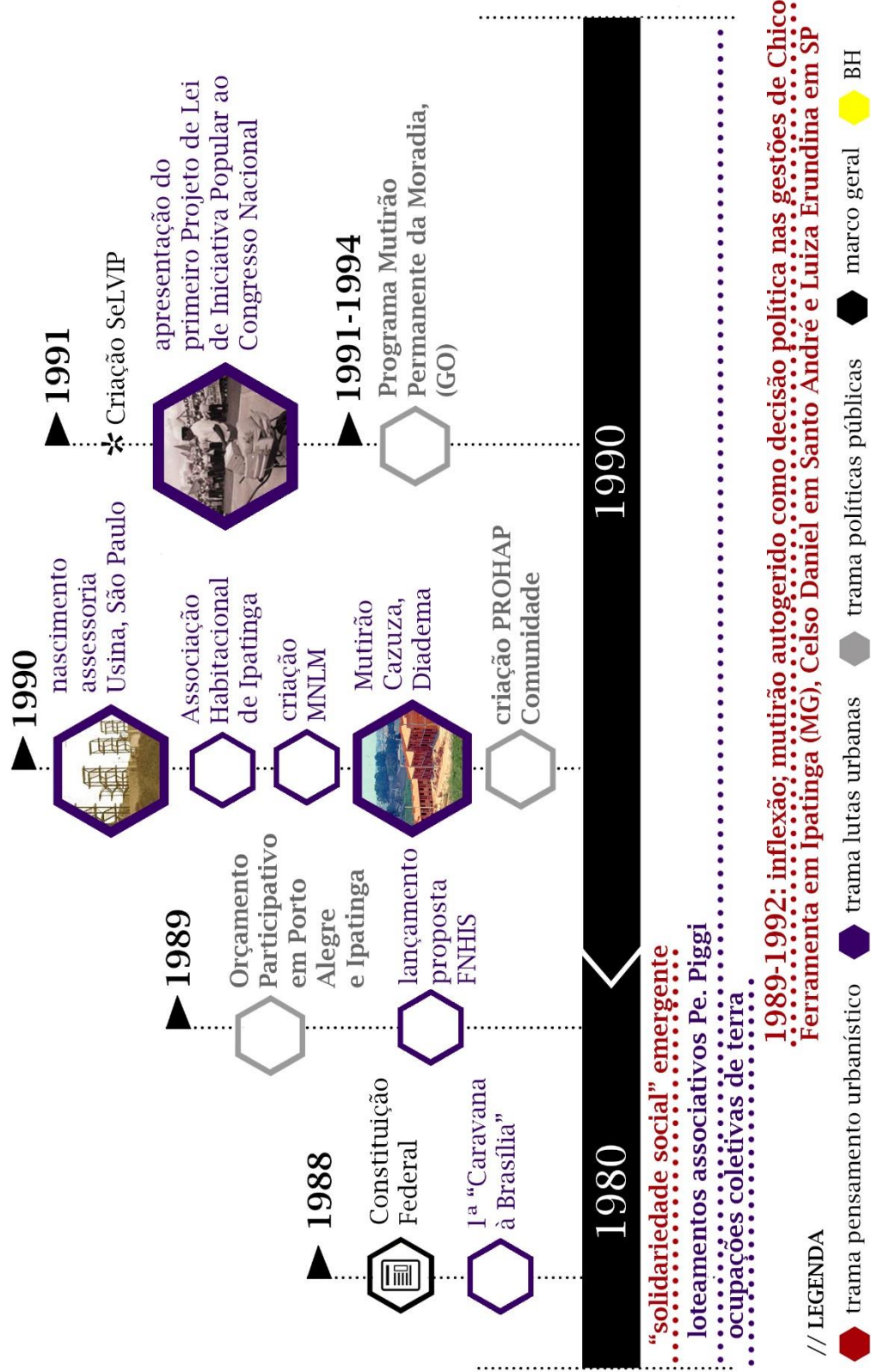


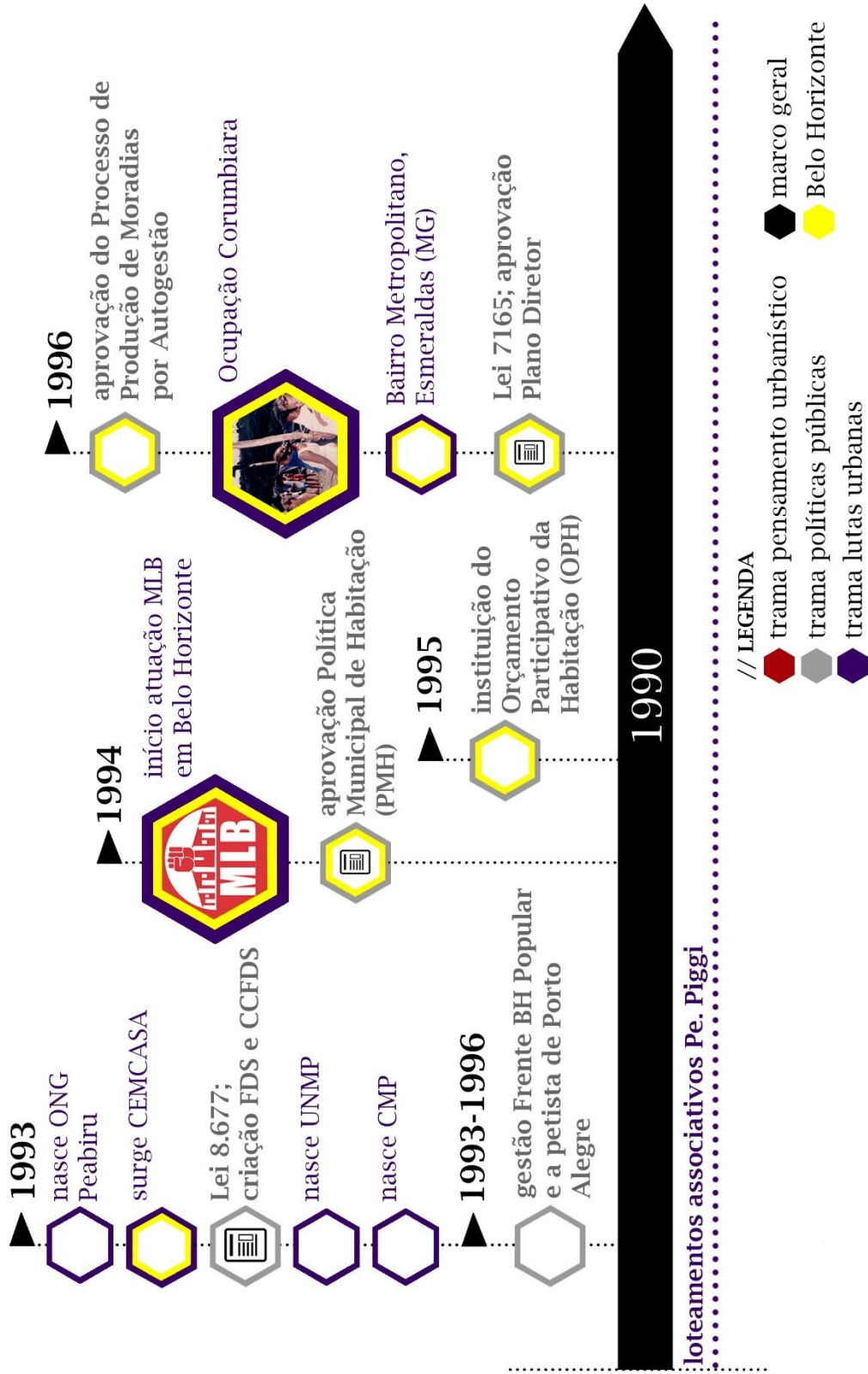


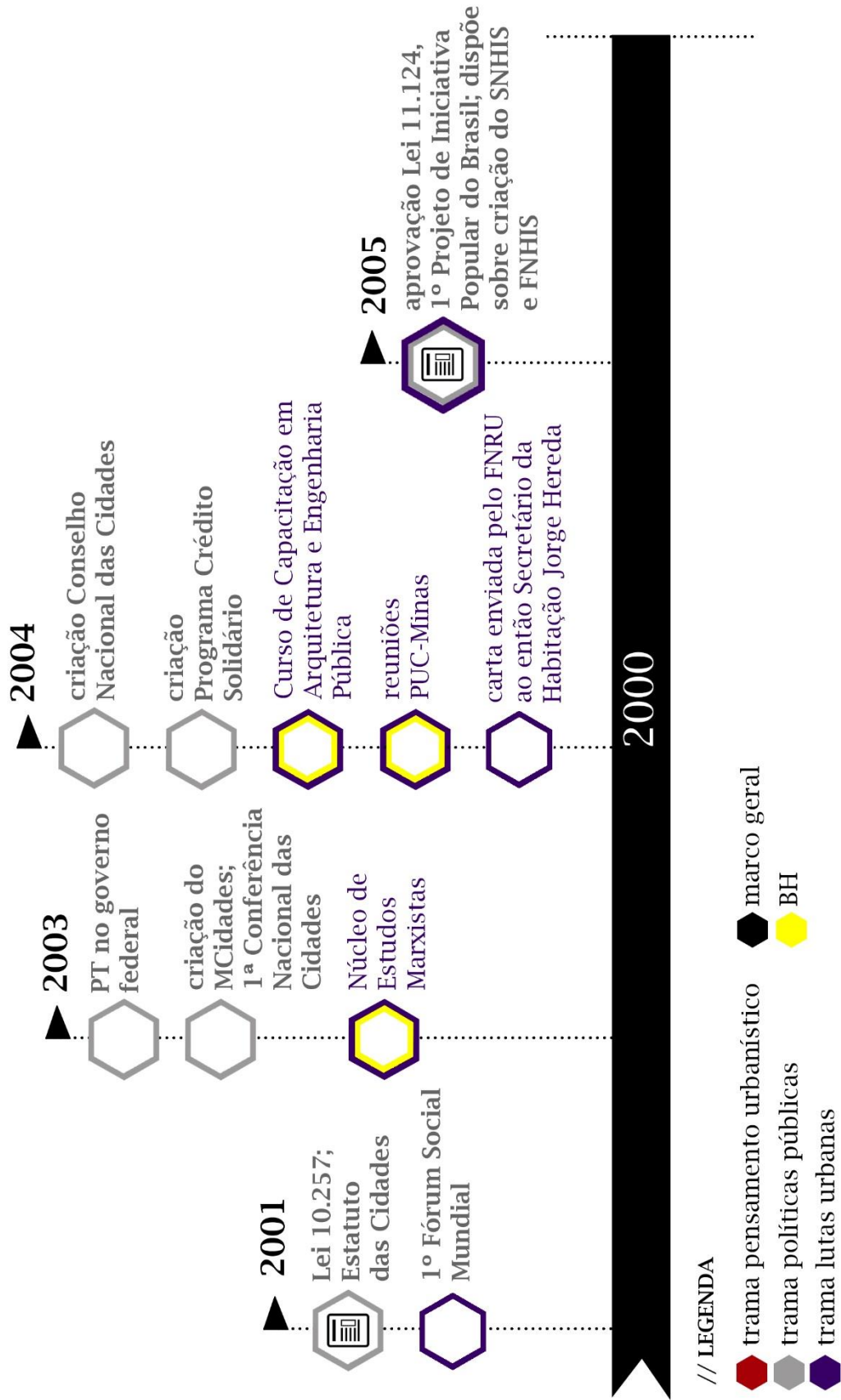


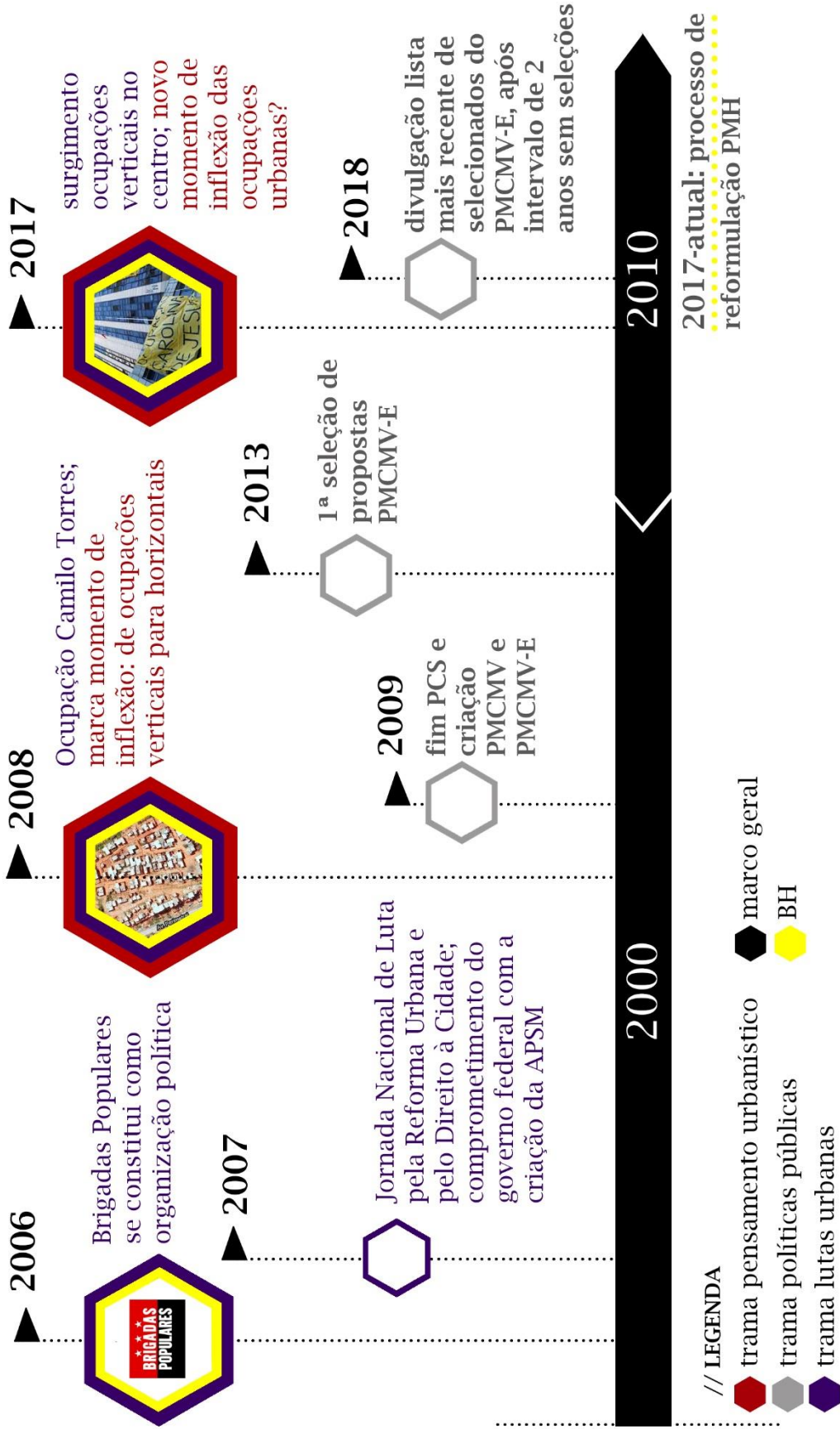












Capítulo 03 – O pré-morar: desvelando os processos autogestionários de produção de moradias

Como apresentado anteriormente, a política habitacional voltada à autogestão toma forma em Belo Horizonte durante a gestão do prefeito Patrus Ananias (1993-1996) por meio do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão. Anos mais tarde, em meados da década de 2000, o trato municipal da questão será suspenso com a chegada do Programa Crédito Solidário, programa de abrangência federal fomentado, organizado ou facilitado por governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, COHABs ou outros órgãos assemelhados cuja função era, de maneira genérica, apoiar as famílias no processo. Este capítulo tem uma função dupla: a) descortinar tanto a memória da trajetória de construção do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão e do PCS – uma pormenorização de alguns itens dos subtítulos “A federalização da questão autogestionária” e “Autogestão em Belo Horizonte” – quanto a dos processos de produção de alguns dos conjuntos habitacionais resultantes e b) reconstituir como se dá o processo de produção de uma ocupação urbana específica, a atual Vila Eliana Silva. A partir desta dupla função, pretende-se avaliar os ganhos e desafios vividos por estes dois modos autogestionários de produzir moradia – o da via habitacional e o da via produção de cidade – no que tange à autonomia do grupo envolvido durante o pré-morar⁹⁸.

O caminho percorrido entre a municipalização e a federalização da questão autogestionária habitacional é composto de sucessos e insucessos, que pretendem ser reconstituídos e analisados. Para tal, foram realizadas cinco entrevistas⁹⁹ roteirizadas com indivíduos que tiveram papel importante seja na constituição da política pública, seja

⁹⁸ Retomando explicação já dada na introdução desta dissertação, a expressão “pré-morar” é uma forma de se referir àquilo que acontece tanto previamente à execução dos conjuntos/ocupação – como eventuais negociações com o poder público, a resolução do acesso à terra, a elaboração dos projetos (para o caso dos empreendimentos) ou do plano urbano (para o caso de uma ocupação) – quanto durante sua própria produção.

⁹⁹ Para a transcrição das entrevistas alguns critérios foram adotados. O símbolo “[?]” significa dúvida na grafia da palavra imediatamente anterior, geralmente associada a nomes. Quando algum comentário ou complemento exterior à entrevista realizada se faz necessário para promover a compreensão do diálogo, ele aparece sob a forma de [colchetes]. Por exemplo, quando o entrevistado enfatiza a certa palavra, esta vem sequencialmente acompanhada da intervenção “[ênfase]”. Como o leitor não têm acesso ao áudio e fica privado de entonações, ênfases e pausas de pensamento existentes no diálogo, os comentários encaixados pela autora nas falas funcionam como uma tentativa de transmissão das emoções. Algumas poucas vezes adendos são feitos às falas dos entrevistados, aparecendo também entre colchetes. Este tipo de intervenção, sempre a mais contida possível, é uma forma de tornar a ideia mais compreensível ao leitor, uma vez que a linguagem falada pode ser pouco clara em alguns momentos. Os relatos preservaram a coloquialidade da fala intencionalmente.

durante o processo de produção dos empreendimentos. A seleção dos entrevistados não foi definida a priori; no aprofundamento dos estudos, foi-se identificando pessoas que, aparentemente, detinham conhecimentos específicos sobre o processo de formulação da política habitacional ou expressavam algum ganho de autonomia, ainda que individual, durante as obras de execução dos conjuntos. Embora todos os sujeitos comunguem com o envolvimento direto no processo autogestionário, eles carregam múltiplas particularidades. São eles:

a) moradora do Residencial ASCA – lembrando que também pode ser identificado por “Urucuia” – que aprendeu o ofício de servente durante as obras de seu próprio conjunto e se profissionalizou até se tornar mestre de obras do Residencial Serra Verde (RSV), já na segunda geração de empreendimentos. Para facilitar a identificação, receberá o nome fictício de Maria¹⁰⁰;

b) morador do RSV muito engajado no processo de produção do empreendimento e membro do conselho gestor do conjunto desde sua fundação. Para facilitar a identificação, receberá o nome fictício de João¹⁰¹;

c) membro da coordenação geral da Associação dos Sem-Casa do Bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte (ASCA-BH) – agente executor/proponente dos conjuntos Urucuia, Villarégia e RSV – na época da primeira geração de empreendimentos e presidente durante a produção do RSV. É atual moradora do Villarégia e vice-presidente da ASCA-BH. Para facilitar a identificação, receberá o nome fictício de Joana¹⁰²;

d) presidente da ASCA-BH durante parte da primeira geração de empreendimentos e coordenadora do braço mineiro da União Estadual por Moradia Popular (UEMP) durante a segunda geração. É atual moradora do conjunto Villarégia e membro da coordenação da União Metropolitana por Moradia Popular (UMMP). Para facilitar a identificação, receberá o nome fictício de Ana¹⁰³;

¹⁰⁰ Entrevista concedida à autora realizada em setembro de 2018. As informações coletadas das entrevistas serão identificadas somente com o nome fictício da pessoa ao longo do texto que segue, a fim de se evitar inúmeros rodapés. Como todas as entrevistas foram concedidas em 2018, o leitor estará situado quanto à temporalidade das falas.

¹⁰¹ Entrevista concedida à autora realizada em agosto de 2018.

¹⁰² Entrevista concedida à autora realizada em agosto de 2018.

¹⁰³ Entrevista concedida à autora realizada em setembro de 2018.

e) membro do corpo técnico da URBEL durante toda a primeira geração de empreendimentos e membro do corpo técnico da SMAHAB¹⁰⁴ durante parte da segunda geração. Para facilitar a identificação, receberá o nome fictício de Mário¹⁰⁵.

As particularidades oferecidas pelos entrevistados geraram diferentes tipos de roteiros de perguntas, a depender das posições ocupadas – mestre de obras, morador com participação efetiva no canteiro, liderança de entidade, setor técnico. Estes roteiros são disponibilizados no Anexo 1. Dois tipos de questões foram formuladas, algumas com o propósito de resgatar fatos e outras relacionadas à percepção e reflexão dos envolvidos nos processos autogestionários.

Uma sexta entrevista¹⁰⁶, que difere das demais por ser do tipo aberta, foi realizada com Leta – arquiteta que assessorou o movimento de moradia durante as obras do Residencial ASCA, do Villarégia e do RSV. A entrevistada não recebe nome fictício como os demais por ter debatido a autogestão na produção de moradias em sua tese de doutorado¹⁰⁷, inclusive utilizada como bibliografia para as análises desta dissertação. Na ocasião da conversa, Leta contou mais livremente sobre as experiências, algumas vezes mostrando fotos. As perguntas colocadas pela entrevistadora foram improvisadas, de modo que não pode ser dito que as informações obtidas foram conduzidas por um roteiro.

Como o fator tempo disponível para o desenvolvimento da dissertação não permitiu que conversas fossem realizadas com moradores de todos os empreendimentos, foi preciso priorizar os conjuntos aparentemente mais propensos a responderem o questionamento da pesquisa. A partir de leituras prévias, percebeu-se maior tendência à liberdade administrativa e operacional nos produzidos durante a primeira geração, devido à inexistência de uma lógica financeira ditada pela existência da CEF. O Residencial ASCA (Urucuia) e Villarégia – ambos localizados na regional Barreiro, ao sul de Belo Horizonte – foram eleitos como exemplos por abrigarem lideranças da associação

¹⁰⁴ Relembrando o rodapé nº 78 (p. 99), a URBEL era a executora da PMH durante a maior parte das negociações ocorridas durante a primeira geração de empreendimentos (entre 1994 e 2000). Entre 2001 e 2004, é a SMHAB que se encarrega da execução dos programas voltados à produção de moradia, assumindo parte das atribuições anteriores da URBEL. Entre 2005 e 2011, a SMHAB transforma-se em SMAHAB, mantendo sua função de execução dos programas direcionados a novos conjuntos. Portanto, durante a segunda geração de empreendimentos, é a SMAHAB a responsável pelo protagonismo municipal diante do convênio estabelecido com o PCS.

¹⁰⁵ Entrevista concedida à autora realizada em setembro de 2018.

¹⁰⁶ Entrevista concedida à autora realizada em julho de 2018.

¹⁰⁷ Ver Silva (2013). Vale atentar o(a) leitor(a) para o seguinte: contribuições de Leta provenientes de sua tese de doutorado serão citadas como Silva (2013), enquanto as provenientes da entrevista serão referenciadas como “Leta” somente. Uma terceira fonte de informações é a entrevista que Leta concede a Ferreira (2018). Neste caso, Leta também será citada pelo sobrenome, respeitando as normas da ABNT.

proponente até o momento presente. Em tese, esta presença no conjunto poderia induzir a um grupo mais afeito a organizar-se por direitos, melhorias locais ou mesmo atividades que conseguissem aproximar moradores. Inicialmente, a conversa acordada com as lideranças seria somente sobre o Villarégia, onde elas moram. No entanto, tendo sido o Urucuia e o Villarégia pensados inicialmente para ser um único empreendimento, as lideranças contribuíam espontaneamente com informações de ambos conjuntos. Logo, pareceu-me sem sentido eliminar um material rico como o que estava sendo oferecido, de modo que o Residencial ASCA também entrou na análise. Como contraponto, elegeu-se também um empreendimento da segunda geração, no caso o Residencial Serra Verde. Esta escolha é justificada por três argumentos: a) ter nascido como uma iniciativa modelo financiada pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) em parceria com a UFMG, PUC-Minas, SMAHAB, ASCA-BH, CEF e MCidades, cuja intenção era ser replicável em outros contextos brasileiros onde houvesse demanda de moradia popular sob o princípio da autogestão, o que faria supor um salto qualitativo do refinamento dado à concepção autogestionária; b) suas obras funcionaram sob dois modos de gestão, autogestão e gestão pública, o que poderia resultar em uma análise ainda mais rica, tendo em vista possíveis graus distintos de liberdade e autonomia durante o processo de produção; c) ter sido contemplado pela autogestão também na fase de elaboração de projetos, não apenas durante a execução da obra como os demais empreendimentos da primeira geração. Isto poderia levar a uma maior coesão do grupo associado, uma vez que a aproximação entre as famílias supostamente começaria em uma etapa anterior.

Embora a intenção de uma análise mais aprofundada exija que recortes sejam feitos, o capítulo também conta com referências a outros empreendimentos, que não os três citados, a fim de enriquecer a reflexão.

Um contraponto à autogestão via produção habitacional são as ocupações de terra urbanas, visto que elas tensionam a política pública de várias maneiras: a) escancaram sua insuficiência, uma vez que revelam que a via institucional não consegue combater o déficit habitacional; b) sinalizam que as pessoas não estão mais dispostas a esperar a moradia pelas vias formais, portanto denunciam a morosidade do poder público; c) forçam e/ou movimentam a política pública, na medida em que essa forma de morar faz com que haja a necessidade de novos métodos de regularização urbanística e fundiária adequados à realidade única das ocupações.

A atual vila Eliana Silva¹⁰⁸ foi escolhida, dentre outras experiências em Belo Horizonte, com base nos seguintes argumentos: a) é considerada um ocupação consolidada; b) por ser uma ocupação pequena (300 famílias) em relação a outras de Belo Horizonte, tende-se a crer que as pessoas se conheçam mais e, portanto, sejam mais propensas à organização e ao cuidado mútuo; c) uma pesquisa pré-seleção revelou considerável importância dada a equipamentos de convívio coletivo, sugerindo preocupação constante com a gestão do espaço; d) lideranças do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – o movimento social que funda a ocupação – são moradores da Eliana Silva e também lideranças locais, ou seja, supostamente não haveria agentes externos que pudessem funcionar como decisores.

Duas entrevistas do tipo semiestruturadas foram realizadas com moradores da vila Eliana Silva. A primeira delas com liderança local e membro da coordenação do MLB, que receberá o nome fictício de Paulo¹⁰⁹. A segunda, com uma das coordenadoras da creche Tia Carminha – equipamento de grande importância no cotidiano da vila – e coordenadora do MLB. A entrevistada receberá o nome fictício de Denise¹¹⁰. O roteiro destas entrevistas também será disponibilizado no Anexo 1.

Recuperando o capítulo anterior, a produção de moradias via autogestão habitacional surge em Belo Horizonte tendo como inspiração as experiências de Ipatinga e São Paulo. Estas, por sua vez, florescem em razão de um passado marcado por caravanas à Brasília lideradas pelo movimento de moradia. No entanto, segundo Mário, grande parte do movimento popular de Minas Gerais propriamente era pouco engajada nessa mobilização nacional dos anos 1980. A seguir, será elucidado o passo a passo que fez com que a ideia de autogestão cativasse o movimento de moradia mineiro e fosse finalmente absorvida em Belo Horizonte, de modo a permitir o início da produção de vários conjuntos pela cidade.

3.1 A política habitacional: o Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão

3.1.1 Os bastidores

Uma vez membro do corpo técnico da URBEL durante a formulação do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão, Mário esteve mergulhado nos

¹⁰⁸ Rever nota de rodapé nº 10 (p. 29).

¹⁰⁹ Entrevista realizada em novembro de 2018.

¹¹⁰ Entrevista realizada em dezembro de 2018.

bastidores da elaboração da política pública municipal e ocupou cargo comissionado durante parte da vigência do Programa Crédito Solidário. Já Ana e Joana ocupavam posição dupla: uma vez lideranças da ASCA-BH, viviam o processo do lado do movimento popular tanto na primeira geração de empreendimentos quanto na segunda, mas também seriam futuras moradoras do Villarégia. Maria e João, uma vez moradores que, respectivamente, participaram das obras de produção do Urucuia e do Residencial Serra Verde, contribuíram com informações sobre o cotidiano do canteiro. Já Leta, além de dispor de informações sobre o cotidiano do canteiro por ter feito parte da assessoria técnica de alguns conjuntos, tem conhecimento para discorrer sobre os bastidores dos programas, uma vez mediadora de conversas entre membros da URBEL/SMAHAB e futuros moradores. O que temos a seguir é uma costura entre os relatos das experiências vividas por esses seis sujeitos complementada com análises da autora e cruzada com teorias e/ou interpretações de outros autores.

Mário conta que, nas caravanas à Brasília que marcaram os anos 1980, a participação de Minas Gerais era restrita ao movimento de Ipatinga e aos técnicos de Belo Horizonte que estavam interessados em assumir a bandeira da autogestão:

Então nessa década de 80 dessas caravanas [...], daqui de Minas ia um ou outro gato pingado. Iam mais nós, técnicos de Belo Horizonte, e o povo lá do movimento de Ipatinga. [...] Mas ia um ou outro gato pingado aqui de Belo Horizonte. Então, quando Patrus ganhou aqui, que a gente trouxe a proposta da autogestão lá de São Paulo, o movimento mesmo daqui, ele não tava muito motivado. A não ser um pequeno setor, que era um setor do movimento ligado ao PT e à Igreja, que era o pessoal da União, é que tinha notícia, né, da autogestão. Porque [...] a União Nacional era uma das entidades que promovia as caravanas da década de 80. [...] Mas [...] por incrível que pareça, quando o Patrus ganhou, não foi uma bandeira que eles bancaram não, o movimento. Então nós é que fomos atrás do movimento [risos], falar: “Ó, nós tamos propondo implantar isso aqui, que que vocês acham?” Aí o pessoal do movimento achou ótimo, né.

O desconhecimento da bandeira autogestionária é reiterado por Ana que, apesar de não ter ciência do que acontecia por São Paulo ou Ipatinga na época, desejava algo bastante similar em Belo Horizonte. Sua aproximação com o movimento de luta pela moradia se deu quase por acaso, fruto de uma aproximação com a Igreja:

Eu me separei no primeiro casamento e aí entrei pra uma comunidade missionária no Villarégia, lá no Betânia. E lá a gente começou esse processo de casa, até por um processo mais coletivo, porque as pessoas iam lá na Paróquia pedir ajuda pra pagar aluguel etcétera, etcétera. E o padre, Padre Henrique, me pediu pra ajudar nessa coisa de casa. [...] Eu achava um caos você ter que morar debaixo de lona pra você conquistar uma casa, com tanto recurso, com tanta terra... [...] “Padre Henrique, eu posso até entrar nesse

processo, mas eu não vou pra debaixo de lona”. [...] Eu só entro nesse processo se for pro poder público dar dinheiro, de todo mundo, pra comprar, edificar e fazer coisa bacana, bem chique mesmo, né?! E eu quero os melhores lugares, parará, parará”. [...] Na verdade, a gente não conhecia muito essa questão autogestionária não. A gente tinha uma ideia de que a gente queria que o poder público comprasse as terras e passasse as terras para as pessoas construírem com a participação delas, com o recurso da Prefeitura. A gente queria isso.

No entanto, não havia consenso entre o movimento. De um lado, estavam grupos mais ligados ao PT, como a União, enquanto outros eram mais ligados ao PCdoB, que defendia que assumir a produção dos empreendimentos significaria precarizar ainda mais os trabalhadores e, portanto, deveria ser de responsabilidade do Estado. Na própria URBEL, também havia divergências; a presidente Dalva Stela – filiada ao segundo partido – não se mostrava entusiasmada com a implementação da política. Para que ela cedesse, Mário conta que foi preciso algum esforço e, mais tarde, o próprio movimento também aderiu à proposta:

[...] em relação à autogestão, ela [Dalva] não morria de amores. Depois de muito conversar com ela, ela deu licença poética pra gente. [...] Mas [...] não é uma coisa que ela abraçava, não. Então quem puxava mais mesmo era a gente, era os diretores do PT dentro da URBEL. [...] Depois o pessoal do movimento ligado ao PCdoB acabou aderindo e alguns [...] conjuntos [...] foram puxados por entidades do PCdoB. O Dom Silvério, por exemplo, o Fernão Dias, se eu não me engano.

Concessão feita, era preciso “preparar o terreno” para que a ideia frutificasse em Belo Horizonte. Para isso, a URBEL dispôs de dois “braços de trabalho”, um voltado para o campo institucional e outro voltado para fora dele, concentrado no movimento e na própria assessoria técnica. Uma particularidade de Belo Horizonte, diferentemente da experiência de São Paulo, foi que a prática da construção dos conjuntos nasceu de um programa proposto pelo governo municipal, e não da pressão do movimento popular. Mário relata:

[...] nessa preparação, a gente teve esses dois braços. Um era a preparação institucional [...], a formatação do programa, os procedimentos, conquistas, a dotação orçamentária pra começar a trabalhar. [...] Então, nesse processo de preparação, do lançamento do programa, né, a gente não só preparou [...] essa regulamentação, essa costura dentro da Prefeitura, como foi pro movimento fazer um trabalho de convencimento, de chamada mesmo do movimento. “Olha, gente, nós tamos querendo propor. Que que vocês acham?” [...] E aí, da mesma forma, a gente tinha que promover, estimular que o setor técnico se interessasse em prestar assessoria. Porque, na autogestão, [...] a gestão é das entidades do movimento popular, mas essa gestão tem de ser apoiada por uma assessoria técnica. A assessoria técnica é o elemento-chave, né?! E aí assessoria técnica em arquitetura, engenharia, na área social, na área contábil... [...] Então a gente fazia capacitações com o pessoal do movimento e fazia

capacitações junto ao setor técnico também. [...] Eram uma mistura de capacitações com atividades de estímulo, pra conseguir adesão. [...] Nessas capacitações, a gente mostrava experiências de autogestão, explicava teoricamente o modelo, né, a proposta, e apresentava experiências.

Relembrando a discussão do capítulo 01, os teóricos franceses Guillerme e Bourdet (1976) enfatizam que o agente portador da autogestão é, inquestionavelmente, a classe trabalhadora. No entanto, a partir do trecho acima, fica claro que isto não acontece em Belo Horizonte. É o próprio Estado quem propõe a política pública, esta não surge como demanda do movimento popular. Lideranças populares serão contatadas e convidadas a contribuir em cima de algo já elaborado, por isso a necessidade de um “trabalho de convencimento”. Logo, os passos iniciais do caso belo-horizontino já revelam um descompasso com a premissa básica da autonomia: o estabelecimento das normas por quem as seguirá.

Para alimentar o “primeiro braço”, voltado à formatação da política pública, Bedê (2005) expõe que a URBEL convida três ONGs em 1994 para fazer parte de um seminário denominado “Assessoria a Movimentos Populares na Perspectiva da Autogestão - Experiências de Três Capitais”: a Usina CTAH de São Paulo, a Assessoria de Urbanização Popular (ARRUAR) de Recife e a Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos, conhecida como CEARAH Periferia, de Fortaleza. A primeira já contava com experiência como assessoria técnica na produção de empreendimentos de autogestão durante o governo de Luiza Erundina (1989-1992) em São Paulo, a segunda mostrava bagagem relativa à urbanização e regularização de assentamentos já existentes – em comunhão com a segunda frente de ação proposta pela política habitacional municipal – e a terceira tinha experiência com o acompanhamento de pequenos mutirões. Em seguida, no mesmo ano, a ação da URBEL volta-se para o movimento e o setor técnico por meio do “Curso de Capacitação - Assessoria Técnica a Movimentos Sociais por Moradia”, realizado pela própria URBEL em parceria com membros das mencionadas ONGs.

Mário se lembra de um cuidado grande na elaboração do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão, a ponto de técnicos da própria Usina CTAH acreditarem que o modelo de inspiração, o FUNAPS-Comunitário de São Paulo, havia sido superado:

O próprio pessoal da Usina falava que o modelo do nosso programa aqui era uma versão bem melhorada em relação à de São Paulo, justamente porque aqui se tentou corrigir questões que agarraram lá. Então foi uma coisa muito

planejada, muito preparada. Toda a regulamentação, procedimentos operacionais... Como é que se escolhia assessoria técnica, como é que se selecionava entidades do movimento, como é que era o fluxo de recursos, prestação de contas... Tudo era muito cercado.

No entanto, nem tudo eram flores. O programa já nasce com certa resistência interna, tanto dentro da própria URBEL quanto da Prefeitura. Até mesmo o pessoal ligado ao PT mostrava “dificuldade de lidar com essa novidade”, como Mário evidencia:

Povo nunca tinha ouvido falar [em autogestão], morria de medo de botar dinheiro na mão de entidade popular... Né?! Então muita resistência, a gente lutou com muita resistência. [...] A gente era uma equipe que foi nomeada pelo prefeito da ocasião, ou seja, a gente não era funcionário público. Mas a gente encontrava uma secretaria, uma URBEL que tinha já uma vida anterior, tinha já uma cultura institucional instalada, tinha já uma equipe ali fixa que tinha todos esses cacoetes. [...] E eu às vezes até via também, nos próprios cargos do PT, pessoas com dificuldade de lidar com essa novidade. [...] Isso foi uma grande luta da primeira geração. [...] E, dentro da Prefeitura, pior ainda. Havia muita resistência, muita desconfiança. [...] Nessa hora, a “mineirice” aparece mesmo. [...] [A URBEL] fazia parte da Prefeitura e tal. Claro que tinha uma certa autonomia no que se refere à política habitacional. Mas tudo que dependia de alguma anuência da Prefeitura como um todo – recurso, por exemplo, procedimentos de licitação, contratação – era muito ligado aos órgãos centrais. [...] Então, tudo que dependia, assim, das secretarias centrais aqui, aí empacava um pouco, porque havia muita resistência.

Mais tarde, já durante a produção dos conjuntos, esta resistência institucional se tornará tão presente a ponto de, na avaliação de Mário, ser considerado um dos principais motivos responsáveis pela interrupção do programa voltado à autogestão, o que será discutido mais adiante. Neste momento prévio à efetivação do programa, no entanto, o cenário por parte do poder público estava dividido entre apostas e repulsas.

Por parte do movimento popular, a novidade também precisou tomar corpo. Ana conta que o processo de organização e convencimento das famílias levou anos, iniciado antes mesmo da aprovação da política habitacional da gestão da Frente BH Popular:

Em 91, a gente, então, abriu a entidade, que foi o ASCA [...], nasceu lá do bairro Betânia. E nós começamos então a ir atrás desse processo, de articular com as famílias, organizar as famílias, e dizendo que elas teriam que ter recurso pra comprar terra, que era um direito delas. Que ocupar era muito bom, mas que a gente queria o dinheiro... *Parará*. E aí, em 93, teve a Campanha da Fraternidade, que o tema, naquela época, era “Onde Moras?” [...] E, depois disso, o Patrus Ananias ganhou a eleição.

Conforme explicado no capítulo anterior, em Belo Horizonte os recursos para a construção dos empreendimentos, num primeiro momento, eram disputados via Orçamento Participativo. Joana se diverte ao lembrar a estratégia adotada pela ASCA-

BH que, segundo ela, fez com que Patrus mudasse de ideia e criasse o Orçamento Participativo da Habitação:

Naquela época, quando começou – lógico que foi aprimorando –, quem colocasse mais pessoas lá é que levava o maior dinheiro que tinha. E, na época, nós obrigamos a Prefeitura a criar o Orçamento Participativo da Habitação, porque antes era tudo junto, Obras e... Era o Orçamento Participativo. E levava a maior fatia do bolo a associação que colocasse mais gente. Nós colocávamos 500 pessoas lá, carregamos o dinheiro do Orçamento Participativo quase todo [risos]. Aí a gente conseguiu comprar o terreno lá em cima.

A mudança, na prática, significava uma restrição da liberdade dada à sociedade civil organizada. Isto porque, de uma fase em que os recursos municipais disponíveis eram colocados à disposição da decisão coletiva, agora a decisão coletiva se iniciava a partir do momento em que um volume de recursos financeiros já havia sido estabelecido pela PBH.

Se era a Prefeitura quem definia o volume de recursos a serem alocados em habitação popular, era o Conselho Municipal de Habitação quem se encarregava de decidir o volume a ser distribuído tanto entre os programas habitacionais quanto entre as possíveis formas de gestão (gestão pública, cogestão e autogestão), o número de famílias de famílias a serem atendidas no OPH e os critérios para a seleção dos Núcleos de Sem-Casa. Como relatado no capítulo 02, o Movimento Popular por Moradia possuía seis representantes dos 20 membros titulares do CMH, de modo que esta divisão assimétrica tendia a favorecer o alcance de interesses populares.

3.1.2 A produção de moradias no Urucuia e no Villarégia

A ASCA-BH foi a primeira associação a angariar recursos do Orçamento Participativo, em 1993. Tendo sido criada em 1991, ela já somava quase três anos de existência quando obteve a primeira soma de dinheiro, o que lhes permitiu comprar o terreno correspondente ao que seria o conjunto Urucuia em 1994. Ana diz que, além do volume das famílias, o preparo delas e a articulação entre diferentes entidades foram primordiais na conquista:

[Patrus] ganhou a eleição e a gente, [...] essas famílias articuladas da ASCA, entraram no Orçamento Participativo de Obras lá no Betânia [...]. E aí foi uma luta. Porque o administrador da época, [...] ele não queria nem que a gente entrasse, porque chegou 500 famílias que já tavam organizadas desde 91. Então, quando foi em 93, as famílias tavam com tudo, animadíssimas. E aí todas documentadas, cumprindo todas as exigências do Orçamento Participativo. [...] Em 93 teve a Campanha da Fraternidade e eu fui chamada pra coordenar o Centro de Apoio aos Sem-Casa da Arquidiocese de Belo Horizonte. E, como coordenadora desse Centro de Apoio, eu articulei várias

entidades como a ASCA. Então nós temos a ASCAPAZ [Associação Moradores sem Casa Nossa Senhora Rainha da Paz], ASPAMP [?], ASCAZUL [Associação dos Sem-Casa Céu Azul] [faz som que indica muitas outras] na cidade. E todos eles entraram no Orçamento Participativo, não só mais lá no bairro oeste, mas Venda Nova, Noroeste [faz som que indica muitas outras regionais]. [...] No terceiro ano, ele [Patrus] falou: "Eu vou fazer um orçamento específico pra vocês, porque eu não tô aguentando mais vocês entrarem nesse Orçamento de Obras e pegar o dinheiro todo". Então ele pegou uma parte do recurso e colocou no Orçamento Participativo da Habitação.

Segundo Joana, uma das famílias da própria ASCA-BH foi quem encontrou terra disponível na regional Barreiro. A associação instigava as famílias a ficarem atentas onde moravam, com o objetivo de identificarem algum terreno à venda que tivesse potencial para servir ao propósito do grupo, o que já indica um senso de responsabilidade compartilhado entre os envolvidos desde antes da produção propriamente. Após a compra, o projeto foi imediatamente iniciado pelo escritório Schmidt Arquitetura e Urbanismo e resultou em uma série de sobrados geminados, tipologia que Mário, inclusive, lamenta ter sido perdida ao longo do tempo:

Eram todos conjuntos, no começo, de sobradinhos geminados. Que a gente concluiu que o aproveitamento que essa tipologia permitia era equivalente à do predinho de quatro andares, sabe, o sobradinho geminado. Então, como era uma tipologia que permitia, né, um quintalzinho... E é uma tipologia que se perdeu, né?! No Minha Casa Minha Vida não passa nem perto, né?! Que eles têm um projeto único, então nem pra experimentar nada, né?!

Na visão de Joana, houve participação das famílias na fase de projeto. O arquiteto Leandro Souza (2007), contudo, que analisa exatamente a participação dos futuros moradores em três empreendimentos autogeridos em sua dissertação de mestrado, interpreta ter havido *fragmentos* de participação nos projetos do Urucuia e do Villarégia. Embora ambos não pertençam aos três empreendimentos em maior evidência em sua pesquisa, o autor aponta como se deu a interação entre técnicos e futuros moradores durante o processo de elaboração do sobrado-padrão; assembleias funcionaram como momentos decisivos para a apresentação dos projetos e as famílias puderam colaborar com algumas decisões, ainda que não compreendessem por completo a codificada linguagem projetual. Para Souza, a participação não foi efetiva, pois a comunicação estabelecida entre as duas partes – técnicos e moradores – foi baseada em uma relação meramente de confiança, e não no desenvolvimento de um conhecimento que permitisse aos beneficiários tomar as rédeas da discussão. Participar exigiria mais do que aprovar um projeto em assembleia.

Ter angariado o recurso para a compra do terreno, encontrá-lo e ter o projeto em mãos não significava, propriamente, garantias de construção. Ainda era preciso conquistar recurso para a edificação das casas. Ana se recorda que as conquistas do OP foram parceladas, morosas:

A gente aprovou o projeto em assembleia, mas a gente não tinha recurso pra construção. Na época, o Patrus Ananias nos deu muita, muita força. E aí fomos buscar recurso do governo federal, estadual a gente não conseguia nenhum tipo de recurso. [...] Naquela época, a gente fazia caravana 4, 5 vezes, às vezes, por mês, pra gente conseguir alguma coisa do governo federal. Em uma dessas caravanas, a gente conseguiu um recurso de 2500 pra que a gente pudesse inteirar o recurso¹¹¹. Porque aí, no ano seguinte, a gente já entrou no Orçamento Participativo para adquirir o recurso pra fazer a edificação. Então um ano você entrou para adquirir o terreno, no outro você entrou para adquirir o projeto, no outro você entrou para adquirir a possibilidade da edificação. Então, assim, aí se demorou, né?!

Além do processo demorado, os associados sofriam investidas também das famílias pertencentes ao entorno, que apelaram para uma espécie de boicote quando souberam que a vizinhança seria ocupada por membros de uma associação de moradores de baixa renda¹¹². Uma aliança entre representantes do poder público e moradores locais foi firmada contra a implementação do conjunto, uma tentativa de desmonte da operação antes mesmo de ser iniciada. No entanto, o poder da intimidação não foi suficiente para frear as famílias; organizadas, elas partiram para ação direta. Ana relata o ocorrido, que teve de ser contornado com algum esforço e envolveu uma verdadeira disputa de discurso:

Quando as famílias do entorno descobriram que aquele terreno ia ser adquirido pra fazer casa pra pessoa de baixa renda... Nós tínhamos 5 vereadores de direita, eles articularam as famílias, fizeram abaixo-assinado com as famílias do Barreiro de Cima, dizendo que não queriam que nós fôssemos pra lá. Articulou Igreja, enfim, fez um borogodó na época pra que a gente não pudesse ir. Mas a gente também fez uma contrapartida, e nós fizemos também uma carta aberta à população e nós fomos explicar. Eram 500 famílias, a gente batia de casa em casa apresentando, entregando a carta, explicando quem éramos nós, que a gente ia fazer um processo diferenciado, *parará parará*. Então a gente conseguiu ganhar [...] o entorno ali pro nosso lado.

Não surpreenderia se a morosidade do processo associada à resistência encontrada pela vizinhança local tivesse abalado o ânimo das famílias. No entanto, permaneceram

¹¹¹ Com o aporte de R\$2500,00 advindo da CEF, um recurso sem necessidade de devolução que fora conquistado apenas para o Urucuia, cada unidade habitacional saiu a R\$16.000. Como o Villarégia foi contemplado por recurso somente da Prefeitura, sem adicionais, a unidade ficou em R\$13.500,00. Os valores são retirados da lembrança de Ana, que, em momento posterior da entrevista, diz que o aporte garantido pela CEF foi de R\$3.500,00, o que totalizaria R\$17.000.

¹¹² A situação irá se repetir algumas vezes anos mais tarde, em casos pertencentes à segunda geração de empreendimentos, conforme será descrito adiante.

comprometidas, como a fala de Ana sugere indicar quando diz que as 500 famílias saíam às ruas para convencer os resistentes. A ação orquestrada entre vereadores, população vizinha e até mesmo uma instituição religiosa parece ilustrar bem o que Souza (2006, 2010), como apontado no capítulo 01, chama de *manipulação* – um exemplo de má-fé que perde somente para a coerção em termos de heteronomia.

Com terreno e projeto em mãos, além do recurso ganho para a construção do conjunto Urucuia, tudo já estava encaminhado aparentemente. Entretanto, Ana avalia que havia uma insegurança por parte do poder público em torno da novidade que ele mesmo propunha – afinal os pobres poderiam ter pouco zelo com o trato da coisa pública –, o que fez com que a Prefeitura segurasse até o último momento a assinatura dos contratos. Na véspera da saída de Patrus Ananias da Prefeitura de Belo Horizonte, já em 1996, a associação teve de tomar uma medida enérgica para que finalmente chamasse a atenção do governo municipal para a necessidade das famílias: ocupar o prédio da URBEL no dia 23 de dezembro. A então presidente da ASCA-BH conta:

No último ano do mandato do Patrus Ananias [estávamos] sem conseguir assinar o contrato da autogestão, por causa da insegurança que se tinha de passar recurso para pessoas pobres, né, que nunca tinham feito uma gestão de recurso público. [...] Primeiro, pra assinar contrato, foi uma labuta muito grande, né. [...] Porque [...] não se tinha ainda, em Belo Horizonte, a autogestão. [...] A gente não tinha o recurso ainda pra fazer as edificações, porque ainda não tinha assinado contrato. Então no dia 23 de dezembro, que era o último dia útil [...] de Patrus na Prefeitura, nós ocupamos, com essas famílias do Urucuia, o prédio da URBEL. [...] E aí ficamos lá no dia 23, [...] ficamos o dia todo lá. E o povo: “Ah, não vai assinar, porque Patrus *parará*, não tá aí”. E nós falamos: “Não tem problema, nós também não temos casa, não vamos ter Natal mesmo, então nós vamos ficar dentro desse espaço aqui até que vocês resolvam”. E, quando foi ali pras 5 horas da tarde, Patrus ligou, perguntou que que tava acontecendo. E a gente falou: “Nada, nós só vamos passar o Natal aqui na Prefeitura, aqui na URBEL, porque a gente não tem contrato assinado, né. Hoje é o último dia útil do seu mandato e não consegui [...] até hoje assinar os contratos de autogestão”. [...] “Sai daí que eu assino amanhã”. “[...] Só vamos sair daqui depois que assinar esse contrato”. Aí ele assinou, mandou buscar.

Mesmo com a assinatura do contrato, ainda havia um outro percalço: achar uma saída para a venda incorreta de uma das quadras do terreno que havia sido repassada por uma construtora imobiliária a outras famílias sem vínculos com a ASCA-BH. Para resolver o caso, a Prefeitura – que, de acordo com Joana, “visa um pouco também coisa de voto, não quis ficar mal com aquelas famílias que comprou, não queria ficar mal nem com as famílias nem com a associação” – acabou cedendo um outro terreno no próprio bairro Cardoso, também na regional Barreiro, para que as famílias associadas ficassem

próximas. As quase 300 famílias que já se conheciam e pretendiam ser alocadas em terreno único tiveram de ser separadas em dois conjuntos, o que deu origem às 80 unidades habitacionais do Villarégia, como expõe Joana:

Aí teve todo um processo que a Prefeitura, a regional Barreiro junto com os moradores, com quem tinha comprado o terreno lá, da imobiliária... Teve toda uma conversa. E aí, aquela coisa, eram pessoas que precisavam como a gente mesmo. Aí nós fizemos um acordo com a regional. Nós queremos que nossas famílias todas fiquem perto umas das outras. Eles foram e apresentaram pra gente esse terreno aqui.

Enquanto não saía a assinatura do convênio que disponibilizaria o dinheiro público para a construção do Villarégia, a ASCA-BH adotou uma saída alternativa, tendo em vista suprir a urgência de moradia das famílias e iniciar a obra ao mesmo tempo em que era gerenciada a produção do Urucuia: acessar um fundo rotativo da Igreja Católica oferecido pelo Centro de Apoio aos Sem-Casa, criado na época do arcebispado de Dom Serafim Fernandes de Araújo. As famílias, em associação organizada, pegaram emprestado um recurso e iniciaram o processo de edificação por conta própria. Em regime de mutirão, Joana narra que o trabalho, mesmo completamente sem apoio técnico e penoso, resultou no levantamento de toda a fundação do conjunto:

Nós conseguimos fazer esse empréstimo que foi uma mixaria, eu não lembro. Hoje a gente não faz nada, pegamos oito mil reais e deu pra fazer toda a fundação dessa obra [risos]. Parece bobagem, né?! Aí conseguimos construir a fundação disso aqui tudo, sabe? Foi um trabalho bem árduo, foi as famílias mesmo que fizeram, porque não tinha como pagar ninguém.

Entre a criação da ASCA-BH e o início da construção do Urucuia, foram oito anos de espera. Das 500 famílias associadas que pleiteavam os recursos inicialmente, 300 famílias perseveraram até o momento da construção, iniciada somente no governo de Célio de Castro. Joana vê esta desistência com naturalidade, entende que ela é presente em “qualquer coisa que as pessoas se juntam pra ter alguma coisa pra si mesmo”.

Com o dinheiro em mãos, Joana conta que o primeiro passo feito pela associação foi contratar pessoas especializadas, a assessoria técnica, “porque senão as casas iam cair, o povo não é arquiteto, não é engenheiro, essa coisa toda”. No entanto, o início imediato do Villarégia já havia sugerido que as famílias estavam fortalecidas a tal ponto que não se sentiam dependentes nem mesmo de assessoria técnica para iniciar os trabalhos. Na primeira etapa de construção do Villarégia e durante todo o processo do Urucuia, foi Leta

a arquiteta responsável pelo empreendimento. Na segunda etapa do Villarégia, o engenheiro Armando Vignoli.

Durante a execução do projeto do Urucuia, Maria relata que a maioria dos moradores se mudou por vontade própria para o bairro Olaria, vizinho ao terreno. Com uma equipe a postos nas redondezas, os deslocamentos seriam reduzidos, o que facilitaria o andamento da produção, diminuiria as despesas pessoais e garantiria maior qualidade de vida aos envolvidos, uma vez assentados perto do local de trabalho. De acordo com Silva (2013), que assessorava a ASCA-BH na ocasião, esta estratégia foi responsável por intensificar a produção e reduzir de 18 para 16 meses o período de execução do empreendimento. Ana completa, ao afirmar que a rapidez também foi fruto da necessidade de morar das famílias, os próprios produtores do conjunto.

Leta relembra que a primeira etapa da obra do Urucuia – que incluiu movimentação de terra e contenção dos muros de arrimo – foi executada por licitação pública, por meio da contratação de empresas terceirizadas. As contenções, contudo, funcionavam como parede das casas e não haviam sido impermeabilizadas anteriormente, uma falha grave de execução. Mesmo não fazendo parte do escopo de trabalho da assessoria técnica, esta arcou financeira e tecnicamente com o erro para que as famílias recuperassem a confiança no processo e houvesse prosseguimento nas obras, que chegaram a atrasar um mês devido ao impasse. Já tendo trabalhado dentro da Prefeitura e sabendo como funcionavam os procedimentos junto às empreiteiras convencionais, a assessora técnica percebia um claro tratamento diferenciado:

Ignorar aquilo? Se fosse empreiteira, tudo bem, podiam até fazer isso. Mas em autogestão? “De jeito nenhum que eu vou morar nessa casa”. Um negócio desse simples, que a gente poderia ter resolvido igual... Porque eu trabalhei na Prefeitura de BH e eu negociava com as empreiteiras. A gente tinha uma reunião de obra toda semana. “Isso aqui não tava previsto”. “Ah, não? Quanto que é?” “Tanto”. “Ah, então lança”. E relatava, tudo no ritmo de obra. As decisões eram tomadas, alguém atestava que sim ou que não. A história do muro [de arrimo], impediram a gente de executar o primeiro mês de obra no ritmo previsto, pra atrasar as medições. E o povo pedindo via, uma via, pediam foto e mais vistoria... Então primeiro mês praticamente de obra, a gente ficou tentando resolver coisa que não era nossa e que impedia a obra.

A autogestão não permitia espaço para equívocos na leitura da arquiteta, uma vez que as famílias tinham ciência do que ocorria em tempo real e, portanto, faziam cobranças. Esta passagem ilustra, em alguma medida, a compreensão global que este tipo de gestão permite; um processo de gestão pública convencional não garante aos futuros moradores o acompanhamento das obras, algo que resulta em conhecimento que é

considerado necessário para se fazer qualquer tipo de questionamento. Se o exemplo do muro de arrimo se repetisse em um empreendimento que não autogerido, as pessoas não estariam cientes do erro de execução ocorrido e, mais tarde, arcaiam por conta própria com as consequências da ausência de impermeabilização¹¹³. Um processo produtivo que preza pela compreensão do todo fortalece o grupo no sentido de muni-los contra tentativas de ludibrio.

O regime de trabalho no canteiro funcionava de dois modos: durante os dias da semana, existiam as chamadas Frentes de Trabalho Remuneradas (FTR) e, nos fins de semana, o mutirão. Enquanto o primeiro era remunerado semanalmente, a depender das tarefas realizadas no intervalo de segunda à sexta-feira, o segundo não era remunerado. Toda família, conforme os critérios estabelecidos pela associação, tinha de cumprir um total de 16 horas de trabalho no sábado e domingo, de 8h às 17h.

As FTRs consistiam em acordo feito entre os próprios trabalhadores, uma solução copiada de Ipatinga. Como o esquema permitia que as pessoas fossem contratadas legalmente sem disporem de carteira assinada, isso significava grande economia na obra como um todo. Ao mesmo tempo que se reduzia os encargos trabalhistas a serem pagos, uma vez que inexistia vínculo empregatício, privilegiava-se a mão de obra das próprias famílias. De acordo com Silva (2013, p. 218), as FTRs funcionavam, ao mesmo tempo, como “oportunidade de trabalho e de profissionalização”.

No Urucuia, Joana afirma que, dos 180 funcionários na obra, 150 eram futuros moradores. Ou seja, quase 80% da mão de obra empregada nos dias de semana eram membros das famílias associadas que estavam desempregados na época. Foi o caso de Maria, que chegou a ser contratada como servente de pedreiro.

Para que o sistema de produção funcionasse, Joana revela que a ASCA-BH precisou dispor de uma pitada de rigor, que, no caso da liderança, foi adquirido à força ao longo do caminho, como ela deixa claro quando diz que o “pessoal falava que eu passava muito a mão na cabeça”. A severidade maior advinha do controle da presença; três faltas consecutivas já eram suficientes para fazer com que a família fosse eliminada do processo. Todos os sábados e domingos, inclusive feriados, eram dias de mutirão. A única exceção foi o feriado de sexta-feira santa, quando as famílias, em conjunto, optaram por não trabalhar.

¹¹³ Erros de execução como o citado ocorreram no RSV quando este passou para gestão pública, como se verá adiante.

A existência de formas para garantir a participação e engajamento das famílias indica algum nível de cerceamento da liberdade individual. Ao contrário do que se pode imaginar, um processo de produção de moradias autogestionário não elimina a necessidade de autolimitação.

Além da divisão entre dias de semana e fins de semana, havia também a divisão entre os tipos de trabalho possíveis: o administrativo/econômico/gerencial e o de execução/obras. Enquanto a primeira comissão era responsável, por exemplo, pela coleta de assinaturas, administração dos recursos, contato com a CEF e/ou Prefeitura e acompanhamento dos fiscais da URBEL, a segunda comissão era composta por quem “pegava no pesado”, isto é, realizava o serviço braçal de execução. Enquanto liderança, Joana vivenciou um misto de ambos:

Então, como tava construindo lá em cima [Urucuia] e aqui [Villarégia], nós fizemos um jeito e eu era frente de trabalho remunerada três dias na semana, na obra. Pra acompanhar, pra poder fiscalizar. A Prefeitura vinha fazer medição e eu ficava agarrada com eles. [...] Aí três dias na semana eu era a pessoa que acompanhava nessas coisas e ficava na obra também, justamente pra ajudar também, precisar de assinar alguma coisa, fazer alguma coisa...

Mesmo com toda severidade, de acordo com a lembrança de Maria, a quase totalidade das famílias conseguiu chegar até o final dos trabalhos. No entanto, não havia nenhuma romantização do mutirão, o trabalho era compulsório e havia um interesse muito claro, alcançar o objetivo final:

Lá no mutirão, elas [pessoas] iam porque tinham que ir. Muitas delas iam porque tinham que ir, [não era] porque queriam aprender nada não. Precisavam ir, tinham que cobrir aquele tempo, que seria o sábado e domingo. Então ou ia ou não conseguiria ter o lugar pra elas morarem.

Em outra passagem, Maria se recorda da penosidade do trabalho ao dizer que “não era fácil a pessoa trabalhar a semana inteira e ainda ter que trabalhar sábado e domingo. Era muito desgastante. Desgaste físico terrível, não é fácil não”. Ainda que distante do debate acadêmico, a moradora carrega uma reflexão que é uma espécie de consciência corporal do sobretrabalho denunciado por Chico de Oliveira (1972, 2006), discorrido no capítulo 01. Ao mesmo tempo, Maria não descarta o lado bom da experiência, pois afirma que o pessoal se divertia trabalhando.

Segundo o arquiteto Sérgio Ferro (1982), um canteiro heterônomo não suporta a livre associação entre os trabalhadores, uma vez que esta junção permitiria fortalecer o poder político entre eles e contribuir para a formação de identidades indesejadas nas

equipes. No canteiro formado pelos futuros moradores, as famílias conheciam-se mais e formavam grupos à medida que trabalhavam. Tais grupos dependiam da afinidade tanto com a tarefa a ser elaborada – muitas pessoas já haviam tido experiências prévias com obras – quanto com os próprios membros da equipe. Fica claro que a livre escolha não era considerada uma preocupação no processo, e sim um ganho.

Enquanto determinadas tarefas existiram durante toda a produção, outras dependiam do nível de avanço das obras. No primeiro grupo, estavam, por exemplo, o preparo do canteiro, dos alimentos, a limpeza, a vigília, a liberação e o recolhimento das ferramentas (almojarifado), a responsabilidade de levar água àqueles que trabalhavam (pessoal identificado como “apoio”). No segundo, os trabalhos de movimentação de terra, execução da fundação, execução da alvenaria, dobramento de armadura, concretagem de laje, execução do telhado, elétrica.



Figura 1: Equipe de dobramento de vergalhões, no Urucuia.

Fonte: acervo ASCA-BH, data desconhecida



Figura 2: Equipe em momento de aplainamento do solo após finalização de sapatas, no Urucuia.

Fonte: acervo ASCA-BH, data desconhecida



Figura 3: Mulheres no preparo de alimentos durante as obras do Urucuia.

Fonte: acervo ASCA-BH, data desconhecida

Como as possibilidades de trabalho remunerado eram várias, uma pequena economia nos moldes da economia popular solidária circulava no canteiro. Embora houvesse um profissional por parte do setor público responsável pela obra, visitas eram feitas por técnicos variados da URBEL, para executar as medições dos serviços concluídos semanalmente. Após a medição, o recurso do Fundo Municipal de Habitação era repassado à cada equipe, de acordo com as tarefas já realizadas.

Todas as equipes tinham um líder, como era o caso de João, que geralmente chegava mais cedo com o objetivo de se reunir com o pessoal da arquitetura e engenharia para traçar o serviço do dia. Em sentido contrário à insegurança inicial da URBEL, que temia que a proposta autogestionária de produção de moradias consistisse na delegação de um trabalho nas mãos de quem não sabia fazê-lo, as lideranças de equipe eram geralmente pessoas que sabiam o ofício, contratadas pela associação. Um profissional do mercado preenchia cada área de aprendizado para orientar os moradores, além de haver o acompanhamento do mestre de obras. Desse modo, os trabalhadores contavam sempre com uma referência e, frequentemente, esses profissionais eram também futuros moradores, mas já com uma profissão consolidada na área da construção civil. No Urucuia, existiu até mesmo pessoa responsável pelo controle de qualidade, o arquiteto e urbanista Alfio Conti, também contratado pela associação.

Quando os outros membros da equipe chegavam, após a primeira reunião entre líderes e assessoria técnica, a divisão de tarefas já estava feita e era comunicada aos demais. Havia, contudo, espaço para proposição, como relembra Maria:

[...] a gente chegava lá e a gente já tinha as tarefas pra fazer. Antes de chegar lá, eles já definiam o que cada grupo ia fazer, entendeu? Tinha [possibilidade de dar palpite], mas dentro do nosso grupo mesmo. A forma da gente fazer, nós mesmos... Cada grupo discutia a melhor maneira de fazer.

Existir espaço para proposição é importante na medida em que traz, nas entrelinhas, o entendimento de que todos são iguais diante de determinada tarefa. Como vimos no capítulo 01, o princípio da igualdade é fundador da ideia de autogestão. A assessora técnica se recorda de momento específico em que houve abertura para modificação do projeto. No caso do Urucuia, Silva (2013) relata que foram montadas no canteiro estruturas de produção de componentes, como as estruturas metálicas para cobertura. Leta conta que a estrutura do telhado havia sido proposta em madeira, porém as peças eram compradas ainda verdes, o que resultava no risco de movimentação do material que, em adendo, era considerado caro. A assessoria, então, propôs a substituição da estrutura em madeira por estrutura metálica, uma alteração que foi aprovada em tempo hábil. Na ocasião, um senhor das redondezas que sabia o ofício concordou em montar uma pequena oficina no canteiro, para ensinar os demais a trabalhar a serralheria.

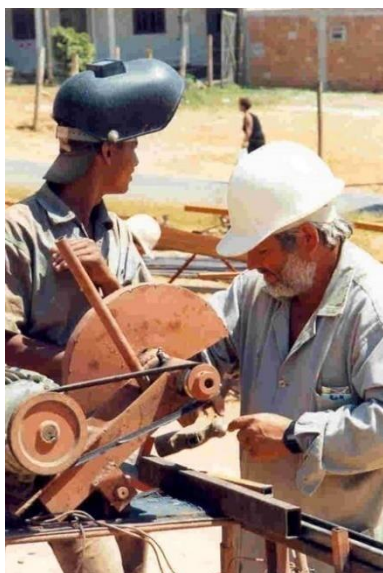


Figura 4: De capacete branco, o senhor serralheiro que oferece ajuda ao grupo.
Fonte: acervo ASCA-BH, data desconhecida

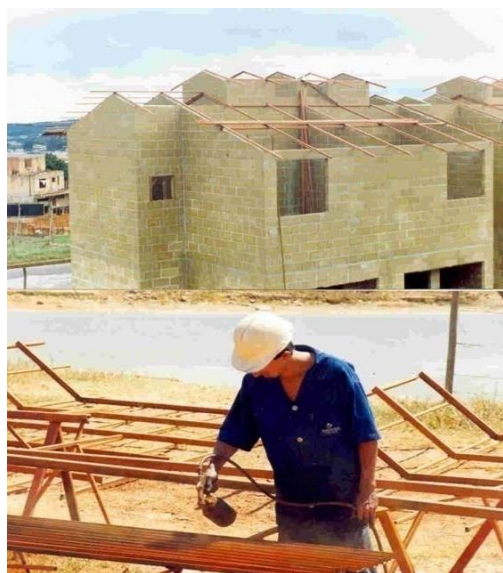


Figura 5: No primeiro plano, trabalha-se a estrutura metálica do telhado. No segundo, peças já instaladas sobre as casas do Urucuia.
Fonte: acervo ASCA-BH, data desconhecida

Outro exemplo que contou com alguma alteração projetual diz respeito às chamadas áreas molhadas do conjunto Serrano, empreendimento em Belo Horizonte pertencente à primeira geração, assim como o Residencial ASCA e o Villarégia. Também é Leta quem narra:

Serrano é experiência muito interessante. [...] Quando começamos a fazer, a conformar os espaços – que aí as pessoas começam a entender melhor espacialmente a proposta, né – todo mundo achou o banheiro muito pequeno, e de fato. Tinha as dimensões de projeto arquitetônico, mas no projeto

executivo, você precisa de espaço pra passar as tubulações... Não dava pra movimentar ali dentro. E a gente começou a ver possibilidade de alterações do projeto sem afetar o conjunto. Tinha como fazer um balanço na estrutura, sem comprometer a circulação no terreno. A gente melhorou condições da cozinha, banheiro e área de serviços, os 3 que eram conectados.

Em todos os empreendimentos autogeridos dos quais participou, com exceção dos verticais, a assessora arquiteta diz ter sido construída uma casa-modelo. A intenção por trás desta ação era fazer com que os futuros moradores compreendessem com maior clareza o projeto, uma vez que a linguagem de plantas e cortes era incomum à maioria e a possibilidade de edificar em conjunto também funcionava como uma chance de aperfeiçoamento da técnica e do próprio projeto. Esta experiência pontual é um exemplo da experimentação permitida por um canteiro autogestionário.

No canteiro do Residencial ASCA, foram construídos dois protótipos que utilizaram um processo construtivo de alvenarias estruturais não armadas. No primeiro teste, foram usados blocos Sical e, no segundo, blocos Usimix. Optou-se pelo segundo por seus antecedentes, isto é, por ter sido empregado nos mutirões 1º de Maio e Planalto II – ambos em Ipatinga – e pelo menor custo de entrega até Belo Horizonte. O Villarégia, que ocorria concomitantemente, também acabou por fazer a mesma escolha, com um adicional: parte da FTR formada nos processos autogestionários de produção de moradias em Ipatinga foi absorvida em seu canteiro, compondo o que se chamou de Frente de Trabalho Solidária¹¹⁴, contratada e remunerada. Fazendo uso de uma técnica por eles já conhecida, o pessoal contratado pôde melhor auxiliar a formação da mão de obra local e garantir a transmissão de conhecimentos no canteiro.



Figura 6: Casas-modelo no primeiro pavimento, em bloco Sical no primeiro plano e Usimix no segundo.

Fonte: acervo ASCA-BH, data desconhecida

¹¹⁴ Outro empreendimento que contou com a contratação de mão de obra de Ipatinga foi o Havaí. Leta conta que 3 ou 4 pessoas advindas de Ipatinga moraram no barracão de obras do conjunto, com a intenção de produzir e formar pessoal.



Figura 7: Casas-modelo já no segundo pavimento, em bloco Usimix no primeiro plano e Sical no segundo.

Fonte: acervo ASCA-BH, data desconhecida

A prioridade dada à mão de obra já formada em outro município dava indícios de um trabalho continuado, de uma progressão autogestionária em Minas Gerais. Além da disponibilização de mão de obra de outros empreendimentos, existiram outros tipos de articulação entre experiências, também com o intuito de aprendizado: a própria comunicação e visitas de reconhecimento. Ana revela: “Por exemplo, Ipatinga tava construindo, então a gente tinha muito esse *feedback* pra lá e pra cá... No Havaí tava construindo, então a gente tinha muito essa coisa de “vamos visitar”, essa articulação entre os conjuntos habitacionais...”. Visto que a autogestão ainda era uma aposta um tanto nebulosa em Belo Horizonte, possivelmente essas trocas funcionavam como um estímulo para os participantes, uma prova da factibilidade da ideia sugerida inicialmente pelo poder público. Ao mesmo tempo, funcionavam como uma forma de se reconhecerem parte de algo maior relativo à cidade como um todo, alargando a escala da compreensão global do processo – cara à questão autogestionária.

Segundo Joana, ao fim do mutirão de fim de semana, cada equipe de obras normalmente fazia uma reunião para refletir o que podia ser melhorado, o que indica que o trabalho, aparentemente, estava sempre no cerne da avaliação, era constantemente pensado. Já a comissão administrativa encarregava-se majoritariamente dos serviços de medição da obra e controle de horas trabalhadas (pessoal identificado como “apontadores”), da cotação dos preços e da compra dos materiais¹¹⁵.

Seria possível questionar se a separação entre a comissão administrativa e a gestão de obras funcionava como um gatilho para gerar desconfiças ou atritos entre ambos. Joana confessa que a associação recebia acusações das próprias famílias:

É um trabalho longo, mas gratificante. Apesar que nem tudo é flores, porque nós temos problema de todo jeito. É mal interpretado, essa obra demora porque

¹¹⁵ Geralmente três cotações eram realizadas, que levavam em consideração tanto o volume do pedido quanto o frete da compra.

“você tá roubando dinheiro”. Aquelas coisas todas. Família fala: “Ah, vocês tão pegando”. Eu eu falo assim: “Gente, como é que alguém... Esse dinheiro, essa miséria que nem dá pra continuar a obra... Se a associação ou a assessoria técnica tivesse pegando algum dinheiro aqui, alguém tava morando, gente?” Então é falta de consciência.

Apesar de existir alguma desconfiança, Joana conta que os futuros moradores tinham ciência de que o trabalho de fiscalização era necessário, conforme o trecho a seguir:

Os moradores tinham ciência que precisava de alguém aqui [da coordenação] durante a semana. Tudo que você pensar de coisa a gente fazia. Acompanhar a Prefeitura, precisava correr na Caixa pra resolver alguma coisa, precisava lá resolver isso... Nem sei como é que a gente dava conta, mas dava.

Para resolver essas desconfianças, talvez fosse possível haver uma maior diluição de papéis, com o estabelecimento, por exemplo, de algum tipo de rodízio. Dentro das possibilidades do cronograma, ter participantes assumindo ora determinado posto administrativo ora determinado posto executivo poderia ser uma maneira de compensar o equilíbrio de forças e controle. Acredita-se que a compreensão global resultante de uma escolha como essa, ainda que certamente devesse ser melhor estudada em termos de factibilidade, pudesse resultar em menos julgamentos entre os envolvidos. Delongas ao cronograma de obras possivelmente ocorreriam, tendo em vista um estado de aprendizado constante que se exigiria, o que faria esbarrar nas regras impostas pelo programa e na própria urgência de morar das famílias. No entanto, se se toma como objetivo do processo autogestionário a transformação das relações de sociabilidade e de uso do espaço por meio das de produção, pareceria justificável fazer desta possibilidade um campo real de disputa.

A quantidade excessiva de trabalho extraobras justificava eventuais ausências no canteiro por parte da coordenação. É possível que as tarefas adicionais tenham sido motivo para Maria notar certa distância entre as partes. Quando perguntada sobre a relação com as lideranças da ASCA-BH que pertenciam ao núcleo econômico e administrativo, ela afirma não ter contato direto com o pessoal, “[...] era eles lá e eu cá. Depois que foi tomando uma forma diferente, foi tendo um pouco mais de contato, mas não era, assim, aquela coisa... Minha relação com eles era muito restrita”. João, por outro lado, morador do Residencial Serra Verde, se recorda da presença da coordenação em todo o mutirão. Apesar de supostas ausências no canteiro, Ana garante que as famílias acompanhavam de perto o processo:

Esse processo, por exemplo, de todo mês você ter que prestar conta pras famílias, essas famílias acompanhavam tudo que era comprado, tudo que deixava de comprar. Da alimentação, do arroz com feijão, até o concreto que ia concretar... Tudo passava pelas famílias.

Joana completa, dizendo que o acompanhamento das famílias funcionava para além de uma mera comunicação. Como fica claro no trecho em que conta como funcionava a compra dos materiais, ela enxerga participação no processo:

E tinha uma coisa muito bacana. Tudo que se ia fazer aqui tinha uma assembleia pras famílias e elas escolhiam, tá entendendo? [...] Elas tinham [possibilidade de propor, de mudar], porque a própria autogestão proporciona isso. Ela dá liberdade ao morador que tá construindo na autogestão de ela escolher. Ela escolhe e tem uma assembleia. Tipo assim, vou te dar um exemplo. A janela mesmo, [...] tinha feito a cotação de três tipos de janelas. Eles escolheram, preferiram a melhor, que era a Sasazaki [marca de esquadrias]. Mas, comprando muito, ia ficar mais barato. Se eles não gostassem de alguma coisa, eles podiam opinar... Eles tinham toda essa liberdade de participação durante a obra.

Como esclarecem Malard, Santos e Pontes (2006), participar, contudo, não significa fazer escolhas. Este tipo de distorção é bastante veiculada em publicidades referentes ao que os autores chamam de “empreendimentos de modelo empresarial”, onde a suposta participação do usuário aparece estrategicamente como um fator exclusivo que, naturalmente, agregaria valor à mercadoria colocada à venda. Nesses empreendimentos de mercado, tal participação se materializa na garantia de escolha de cores, materiais ou mesmo na garantia de uma possível fusão de cômodos, caso seja do interesse dos futuros usufruidores.

A diferença entre as escolhas possibilitadas por um empreendimento de modelo empresarial e um autogestionário está no momento em que a escolha é possibilitada. No primeiro, o usuário recebe a possibilidade de alteração do projeto como uma mera informação, isto é, fica ciente deste “agrado” somente no ato da compra. Desse modo, são nulas as possibilidades de palpite em relação a quais ou quantos itens deveriam ser cambiáveis. No segundo, as escolhas acontecem quando da produção. Ainda que não seja ideal a possibilidade de se fazer escolhas, e sim uma proposição compartilhada, entende-se que as chances de intervenção sejam muito mais efetivas quando ainda se está em fase de execução do que quando o produto já foi finalizado. No entanto, reconhece-se a impossibilidade de ter 200 famílias participando de cada ínfima decisão a ser tomada no canteiro.

Apesar de circular uma suposta liberdade, a URBEL exigia que o cronograma de obras fosse impreterivelmente respeitado. Leta se lembra de um caso específico, relacionado à compra de esquadrias. Gastos seriam evitados se elas pudessem ter sido adquiridas anteriormente ao planejado no cronograma, conforme coloca em evidência a arquiteta:

Aqui em BH, a gente tentou fazer o mesmo [comprar esquadria primeiro, como ocorreu em Ipatinga] e não conseguiu. Tivemos que gastar dinheiro fazendo gabarito pra depois ter o trabalho de quebrar, instalar... Coisas que poderiam ser um ganho em termos de técnicas construtivas, mas que você ficava tão cerceada... “Ah não, esquadria só tá lá no mês 8, não pode trocar”.

Embora a política pública pressupusesse liberdade de gestão dos recursos por parte dos moradores associados, fica evidente que as regras eram rígidas e, por vezes, mesmo prejudiciais. Joana também compartilha de sensação de cerceamento semelhante:

Ela [a Prefeitura]¹¹⁶ a tinha as exigências dela. [...] A gente brigava muito. A Prefeitura é aquelas picuinha toda, aquela enjoança. Não pode isso, não pode aquilo, aquilo outro. Mas a gente dava um jeito de levar. A relação não era tão fácil assim não, mas a gente foi contornando a situação.

Se não era possível economizar via reajustes do cronograma físico-financeiro, a economia vinha de outros modos. Como já mencionado, além de se poupar com a supressão dos encargos trabalhistas que estariam atrelados à carteira assinada, a preocupação com o desperdício de material era grande. Isto porque é inegável que uma obra gerida por futuros moradores conte com maior zelo, visto que qualquer tipo de economia pode resultar em melhorias materiais para os moradores. Em relação à construção das casas propriamente, o cuidado também era presente. Como a destinação dos exemplares ocorria somente após a finalização de todos eles e, portanto, não se sabia de antemão quem seria o futuro morador, garantia-se que os envolvidos caprichassem, sem exceção, na execução. Desse modo, assegurava-se a manutenção de um padrão de qualidade.

¹¹⁶ URBEL e PBH, por vezes, aparecem indistintamente na fala dos moradores, mas não o são. A URBEL sempre esteve ligada à estrutura da PBH, mas tinha certa autonomia no que se refere à Política Municipal de Habitação. No entanto, como já explicado por Mário, aquilo que dependia de alguma anuência da Prefeitura como um todo – recurso, procedimentos de licitação, procedimentos de contratação – era de responsabilidade dos órgãos centrais.



Figura 8: Residencial ASCA durante a edificação do segundo pavimento.

Fonte: autoria desconhecida. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/habitar/fotosmix.html>. Acesso em: 27 dez. 2018



Figura 9: Casas do Residencial ASCA com esquadrias e telhado ainda ausentes.

Fonte: autoria desconhecida. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/habitar/fotosmix.html>. Acesso em: 27 dez. 2018

Outra forma de utilizar os recursos de forma inteligente encontrada no Villarégia foi o aproveitamento das instalações provisórias destinadas a usos diversos, como escritório, refeitório e almoxarifado. Em conversa informal¹¹⁷, Leta relata que, depois de concluídas as obras, o local funcionou como um centro comunitário – que já havia sido previsto pelo projeto original, mas impossibilitado de ser executado devido à falta de verbas –, viabilizando encontros, reuniões e demais eventos da ASCA-BH¹¹⁸. A construção do prédio ainda serviu para treinar o pessoal na alvenaria.

A produção do Urucua e do Villarégia ocorria simultaneamente, sendo 202 famílias no primeiro e 80 no segundo, o que demandava grande esforço por parte da coordenação da ASCA-BH. No entanto, o Villarégia ainda enfrentou outro desafio: a paralisação das obras devido à falta de recursos, o que resultou na divisão forçada da produção em duas etapas, para que todo o conjunto fosse concluído. Em um primeiro momento, somente 23 unidades habitacionais foram construídas; as outras 57 foram finalizadas somente dois anos após o Urucua ter sido inaugurado. A inauguração, porém, não ocorreu sem dificuldade; ela foi realizada de modo forçado pelas famílias e exigiu

¹¹⁷ A conversa informal consiste em momento distinto da entrevista formal para a dissertação.

¹¹⁸ Atualmente, o centro inexistente. Foi demolido, dando lugar a um pátio central usado como estacionamento.

tanto um aditivo de verbas por parte da Prefeitura quanto um acordo entre os membros da coordenação, os últimos a se apropriarem de suas casas. No fim, foi uma construtora contratada pela Prefeitura que finalizou os serviços faltantes. Joana relembra:

Aqui [Villarégia] foi um pouco delicado porque não teve recurso pra Prefeitura terminar esse conjunto nosso. Aí eles nunca que conseguia terminar, não conseguia terminar. Nós inauguramos, assim, no peito. Nós mesmos que inauguramos. “Não, as famílias têm que morar”, então teve família que [...] ainda não tinha tudo. [...] Eles não conseguiram colocar nem meu tanque, minhas coisas. Nós, da coordenação, fomos nós que fizemos as coisas. [...] Na verdade, foi um acordo que nós fizemos na associação, que nós falamos: “Nós não entramos enquanto tiver uma família dessa que não tiver dentro da casa, a gente não entra antes”. [...] A Prefeitura falou que tinha acabado o recurso. Aí depois, como elas viram que não teve jeito com nós mesmo, que nós lutamos... Nós não tinha feito, por exemplo, a água pluvial, [...] essa rua aqui da alameda que tinha que arranjar ela toda... Então a Prefeitura foi e contratou, fez um aditivo que eles fala, no recurso do Villarégia e colocou uma construtora pra terminar aqui.

De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação¹¹⁹ (SMHAB, 2003 apud OLIVEIRA; SILVEIRA; GODINHO, 2007), o Urucuia foi concluído em 31 de maio de 1999 e a primeira etapa do Villarégia, em 09 de maio de 1998. Já a segunda etapa foi marcada por dois anos de atraso, isto é, finalizada somente em abril de 2000. Se, como mencionado, o dinheiro foi insuficiente para finalizar os trabalhos no Villarégia, ao final, no Urucuia foram possibilitados até mesmo pequenos agrados que não haviam sido planejados.

A última semana era momento de decisão entre as famílias em relação à distribuição das casas. Para isso, a associação definiu alguns critérios com base no seu próprio método de trabalho, criando um sistema de pontuação. Contavam pontos a participação nos mutirões, a participação em eventos, levar voluntários agregados para o trabalho... Desse modo, evidencia-se que ter certo tipo de disciplina era tarefa compulsória, assim como o controle também estava presente no cotidiano, como evidenciado anteriormente. Conforme Joana relata:

A gente criou, na associação, critérios pra poder... [...] Então tinha família que trazia um monte de gente, sabe, porque ganhava ponto. [...] Tudo que eles faziam valia ponto. [...] Nós fizemos um mutirão que chamamos de “mutirão de escolha”, “mutirão de conversa”. Mais pro final, quando tava quase no final.

¹¹⁹ Conforme detalhado no capítulo 02, a SMHAB é responsável pelos programas de produção de moradia no intervalo entre 2001 e 2004. Em 2005, se transforma em SMAHAB, mas as atribuições são mantidas. Somente em 2011 a URBEL assume a PMH por completo, ou seja, se torna responsável tanto pela execução dos programas voltados à produção de moradias quanto pelo planejamento e execução de programas referentes à urbanização de favelas, prevenção de risco e reassentamento. Para mais detalhes, ver nota de rodapé nº 78 (p. 99).

[...] De acordo com a sua pontuação, você escolhia a sua casa. A gente tinha várias coisas. Teve toda a caminhada dela [da família] na associação, [...] as assembleias que ela participou, contribuição, participação em eventos... Tudo que ela participou durante essa caminhada dela valeu ponto, o trabalho dela durante o mutirão também...

Para Ana, “uma das questões autogestionárias é essa, né, o direito à cidade” e participar de conselhos, plenárias, conferências, encontros nacionais e estaduais do movimento de moradia significava exatamente participar “da vida da cidade como um todo”. Na visão da coordenadora da UMMP, os anos que correspondem à participação das famílias em determinado núcleo sem-casa adicionado ao tempo de execução do empreendimento é “um período que a gente trabalha muito essa questão do cidadão, da autonomia, do desejo de tomar posse não só da casa, mas da cidade...”. Como o sistema de pontuação funcionava semelhante a um quadro de metas a serem cumpridas, poderia se questionar o real envolvimento dos futuros moradores nas atividades previstas. A presença em assembleias e eventos, por exemplo, de fato significavam maior qualidade das discussões ou apenas volume de pessoas? Uma forma de avaliar a evolução do engajamento das famílias talvez fosse mais significativa em termos de ganho coletivo do que assinar listas de presença.

Quando a escolha das casas já havia sido feita, era o momento de a associação contatar a URBEL para a instalação de energia e água no local. Com a lista de endereços de todos os moradores em mãos, o trabalho social – profissionais responsáveis por acompanhar as famílias durante a fase de obras – fazia a ponte com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).



Figura 10: Residencial ASCA em etapa já bastante avançada, com telhado finalizado.

Fonte: autoria desconhecida. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/habitar/fotosmix.html>. Acesso em: 27 dez. 2018

As unidades habitacionais foram entregues, nas palavras de Joana, “do jeito que a família pudesse morar”, ou seja, sem portas, revestimentos de paredes e no contrapiso. Se esta condição arquitetônica, por um lado, permite certa customização do espaço, por outro, as famílias que não dispunham de um dinheiro imediato foram obrigadas a aumentar o tempo de finalização da moradia, convivendo com elementos internos ausentes. No entanto, há que se atentar também para um fato evidenciado por Ferro (1969, p. 82): em um canteiro heterônimo, a função atribuída aos revestimentos é encobrir o trabalho, esconder o feitiço de mãos humanas, uma vez que “os registros das mãos do operário incomoda a periclitante paz do consumidor, cria problemas de consciência, pois levanta perguntas a respeito dos anônimos e repelidos autores do tesouro apropriado”. Por outro lado, um canteiro autogerido não careceria de escamotear a técnica a todo custo, ao menos não pelo mesmo motivo que o de um canteiro heterônimo, uma vez que o produto é realizado pelos próprios moradores em conjunto e, portanto, não resultaria em qualquer distúrbio da paz do consumidor.

Se o poder de fazer escolhas de acabamentos parece pouco significativo em termos da autonomia possibilitada aos moradores, Joana ressalta um outro tipo de ganho: fazer parte de um processo de produção autogestionário significa conhecer mais intimamente os pormenores que regeram a execução e, conseqüentemente, apropriar-se com maior conhecimento de causa da própria moradia.

Esse trabalho é um trabalho bacana porque tipo assim: “Oh, você não pode mexer nessa parede porque essa parede é estrutural”... Então o morador aqui sabe tudo isso. Ele sabe onde passa tudo aqui [risos]. Ele participou da construção. Eu mesmo sei alguma coisa. “Ah, deve ser isso que tá acontecendo, faz limpeza nisso que deve ser isso”. Então a gente sabe.

Até os dias atuais, as gestões municipais subsequentes à de Patrus Ananias (1993-1996) e à de Célio de Castro (1997-2001) não deram continuidade ao Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão; Mário afirma ter existido grande resistência para retomá-lo. Em 2004, porém, com o surgimento do Programa Crédito Solidário, a gestão municipal de Fernando Pimentel (2001-2008) respondeu à chamada de parcerias com governos locais que o programa federal propunha. Desse modo, foram firmados convênios entre a SMAHAB e o PCS.

3.2 A política habitacional: o PCS

3.2.1 Os bastidores

Apesar de o PCS ter sido lançado em 2004, Ana conta que o movimento de moradia já se reunia com “Lula” da Silva desde a época do governo municipal de Patrus. Mirava-se em uma proposta de abrangência nacional e a discussão por detrás da elaboração do programa era garantir a autonomia das famílias envolvidas, como a então coordenadora da UEMP explica:

Desde essa época do Patrus, a gente já sentava com o Lula, a gente já formulava a questão habitacional pro Brasil. Sentava assim, como eu tô sentando com você. Então a gente já imaginava o Minha Casa Minha Vida que hoje tá aí, a gente pensava no Brasil todo, essa proposta habitacional, como que a gente queria que fosse. [...] Então a gente sonhou, desejou, através dessa experiência que tinha do Uruguai. Esse processo autogestionário com a participação efetiva da família, onde a gente quer que a família tenha autonomia, ganhe autonomia.

Com a vitória de Lula na presidência, foi o momento de cumprir o acordo com o movimento de moradia nacional, ou seja, resgatar o PLIP que andava engavetado desde 1991. Assim nasce o PCS, mas como uma iniciativa de caráter transitório enquanto o Programa Minha Casa Minha Vida – que Ana enxerga como a verdadeira proposta de articulação a nível nacional, como fica claro em trecho abaixo – ainda não fosse factível. Sobre a mobilização popular da década de 1990, a atual coordenadora da UMMP comenta:

Antes de 91, nós tínhamos feito uma proposta de assinaturas. [...] Foi o primeiro projeto de iniciativa popular pra gente articular a política habitacional no país. Nós coletamos um milhão de assinaturas, entregamos no Congresso Nacional em 91 e todo ano a gente ia. O projeto nunca conseguia andar, só andava de uma gaveta pra outra e não conseguia ser aprovado. No governo Lula, ele então começou a articular esse projeto que a gente tinha entrado com um milhão de assinaturas, que esse projeto é um pouco de articulação a nível de Brasil. [...] A gente queria uma política nacional, como é o Minha Casa Minha Vida hoje, mas não se conseguia fazer imediatamente. Aí o que que Lula pensou: "Vamos fazer um programa intermediário". Aí nasceu o Crédito Solidário.

Como a CEF nunca havia repassado recursos diretamente para beneficiários considerados de baixa renda, Ana afirma ter sido difícil chegar em um acordo a respeito do financiamento. A então coordenadora da UEMP transforma as dificuldades de negociação em diálogo:

[...] eles [CEF] vierem conversar conosco, mas chegou na primeira conversa e falou:

- _ Ah, o dinheiro tá aqui, mês que vem vocês já tão devolvendo o dinheiro, *parará*, então quero que vocês assinem.
- _ [...] Calma. Nós não queremos esse dinheiro porque as famílias pagam aluguel, elas não têm como pagar aluguel e pagar o recurso, *parará*.
- _ Então, mas é banco. É assim o recurso.
- _ [...] Ótimo, então devolve o dinheiro, vocês, o dinheiro, pode voltar tudo pra Brasília e ficar lá. Porque as nossas famílias têm que ter prazo pra pagar, tem que edificar primeiro...
- _ Ah, mas nós nunca vamos fazer.
- _ Uai, então ótimo. Vocês nunca vão fazer e nós nunca vamos usar o dinheiro de vocês então. Usa o dinheiro de vocês pra fazer casa pra rico, porque o nosso tem que ser diferenciado.
- Então a gente foi formulando a política nesse processo. Então a gente construía, queria construir a casa, mas teve que formular a política através... E aí eles vinham:
- _ Ah, agora conseguimos seis meses.
- _ Tá bom, querido, mas seis meses não dá ainda pra construir. Nós vamos fazer projeto, depois é que nós vamos ter que construir e as famílias não podem devolver antes disso.
- Até que conseguiu.
- _ OK, bacana, vamos então trabalhar pra essas famílias. Conseguimos 24 meses, 24 meses pras famílias devolverem. OK?
- _ OK, bacana.

Com os acordos com o governo federal arranjados, era a vez do preparo do governo municipal. A Resolução que criava o programa foi aprovada no Conselho Municipal de Habitação, foi obtida uma dotação orçamentária e as inscrições para entidades do movimento popular interessadas foram abertas. Ana conta que a “dobradinha” do PT – no poder tanto no governo municipal quanto no federal – foi favorável à liberação de terrenos pelo prefeito Fernando Pimentel:

Numa conversa nessa época, já o Pimentel que era prefeito. E era vice do Célio, no segundo mandato, e aí o Célio de Castro se afastou por causa de doença e o Pimentel que assumiu. Então tinha o Pimentel prefeito aqui e o Lula presidente lá, em Brasília. Aí a gente então, com esse Crédito Solidário – foi um programa formatado, acompanhado por nós –, o Pimentel liberou os terrenos pra nós.

A liberação de terrenos, contudo, não foi tão fácil como faz parecer o depoimento de Ana. Mário relata ter sido preciso realizar um verdadeiro garimpo de glebas que não correspondessem à área verde ou à área institucional de parcelamentos, contrariando o discurso que a própria Prefeitura queria fazer com que o movimento acreditasse:

Na segunda geração, que que a gente fez. Eram conjuntos um pouco maiores, a gente foi pra dentro do setor de patrimônio da Prefeitura [risos]. Na verdade, a gente arrumou lá uns técnicos mesmo. Antes de fazer a conversa lá entre os secretários, a gente foi como técnico, entrou lá, ficou conhecendo uns técnicos e começamos a garimpar. E descobrimos umas joias, assim, [...] conseguimos uns terrenos mais inseridos. [...] Porque, oficialmente, “Não temos área, não temos área”. E aí tinha. E aí, quando falaram: “Não temos área”, a gente falou: “Não, tem sim”. Aí o movimento já tava sabendo, aí começaram a pressionar...

Mais uma vez, assim como ocorre na época de Patrus Ananias e na de Célio de Castro, observa-se uma resistência ou mesmo um esforço contrário da PBH em relação à efetivação dos empreendimentos, ainda que tivesse sido assinado acordo entre o município e o governo federal por meio do PCS. Este descompasso escancara uma distância entre teoria e prática; uma suposta boa vontade existente no momento de se pactuar o programa não parecia existir no momento de cumpri-lo. Relembremos a discussão situada no capítulo 01 sobre os níveis de participação popular propostos por Souza (2006, 2010). Ainda que caminhar em direção à autogestão, último degrau da escada, pressuponha maior avanço em termos de participação autêntica, isso pode se revelar uma inverdade na prática. O autor constata que existe uma diferença entre intencionalidade e resultados concretos. O caso do garimpo dos terrenos ilustra bem esta possibilidade; a divulgação de uma informação errada que claramente carrega um intuito de desestabilização – uma verdadeira desinformação – consegue, por vezes, conter mais heteronomia do que uma própria manipulação – teoricamente considerada exemplo-mor de autoritarismo, perdendo somente para a prática da coerção.

3.2.2 A produção de moradias no Residencial Serra Verde

Dentre os conjuntos habitacionais autogeridos com recursos do PCS, o Residencial Serra Verde recebe destaque por ter sido concebido para ser uma iniciativa piloto de construção de moradia popular sob regime de autogestão. No entanto, ele foi possibilitado devido a um acúmulo de saberes advindo de uma iniciativa anterior: o Mutirão São Gabriel (MSG), uma parceria entre a Escola de Arquitetura da UFMG, o Escritório de Integração da PUC-Minas e a ASCA-BH. Na ocasião, os agentes envolvidos aproveitaram um edital da FINEP para submeter o projeto-pesquisa “Mutirão São Gabriel: tecnologias avançadas de informática para novas formas de autogestão – MSG”.

O resultado da pesquisa ocasionou em um convite feito pela própria FINEP às duas universidades para uma continuidade mais ousada à empreitada: o projeto-piloto “Residencial Serra Verde - modelo de autogestão habitacional de interesse social”. Objetivava-se incorporar “princípios da economia solidária, da participação comunitária, da inclusão digital e da sustentabilidade ambiental e socioeconômica, através da geração de emprego e renda” (MALARD; SANTOS; PONTES, 2006, p. 1), o que demandou a incorporação do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (DESA) e do Centro de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Regional (CEDEPLAR), ambos da UFMG, à equipe anterior.

Embora o Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão aprovado em 1996 permitisse a participação do futuro morador na etapa projetual, poucas experiências tiveram algum tipo de êxito neste sentido; na prática o enfoque foi dado às etapas de obras. Já os empreendimentos correlacionados ao PCS contaram com o que geralmente se compreende na literatura como uma espécie de “extensão da autogestão”, isto é, a possibilidade de participação dos futuros moradores durante a elaboração dos projetos. Mário explica como funcionou a entrada de universidades e escritórios na composição do quadro de assessoria técnica disponível para os empreendimentos da segunda geração:

[...] As entidades interessadas se inscreveram e abrimos edital de seleção de equipes de assessoria técnica. Pra isso a gente contou com apoio das universidades – na época, a UFMG, a PUC, a Izabela Hendrix participaram – e do IAB, que ajudou a selecionar escritório, equipes privadas, de escritórios mesmo. Daqui de BH. Então foram selecionados através do IAB alguns escritórios e essas três universidades montaram equipes, escritórios, pra trabalhar. [...] E aí nós tínhamos umas seis equipes, três de universidades e três de escritórios privados. Mais ou menos isso, sabe?! E aí depois desse pessoal inscrito, tanto assessorias quanto entidades, as entidades – eles foram apresentados, né – escolheram suas assessorias. Algumas assessorias foram escolhidas pra mais de um empreendimento.

Uma composição bastante diversa de atores foi arquitetada no caso do RSV: UFMG e PUC-Minas forneceram a equipe técnica; a PBH cedeu o terreno e um aditivo de 20% por unidade habitacional para a parte de execução; a FINEP financiou o projeto; a ASCA-BH foi o agente proponente/entidade organizadora e a CEF, agente operador e financeiro. As atividades de projeto dos demais empreendimentos contemporâneos ao analisado foram financiadas pela PBH com recursos do OPH, uma espécie de quitação de dívida com as famílias que demandavam a moradia desde a época de Patrus. Ana explica:

O Pimentel, ele falou: "Olha, eu vou doar os terrenos pra vocês, eu vou pagar os projetos pra vocês e vou colocar 20% do recurso pra essas famílias – que eram famílias do Orçamento Participativo da Habitação que a gente tinha feito lá atrás, quando a gente entrou no OP de Obras... [...] E aí já tinha uma demanda acumulada. A gente tinha feito uma demanda acumulada nesse processo. Já tinha as pessoas, que era o compromisso do município. [...] E assim nós fizemos, né?! E as famílias, então, foram em Brasília. Na época, era 30 mil reais [o valor máximo passível de ser alcançado para construção de cada unidade habitacional], as famílias foram em Brasília.

Apesar de o teto do PCS ser de R\$30.000 para a execução de cada unidade habitacional, o recurso destinado era proporcional à renda das famílias, que não

conseguiram alcançar o valor limite, e sim pouco mais de 70% dele, totalizando R\$22.000,00. É Ana quem conta:

[...] o Crédito Solidário naquela época era até 30.000 reais por pessoa. Só que, pra você conseguir 30 mil reais, você tinha que ganhar três salários mínimos, comprovados com muita burocracia. E as nossas famílias, com muita ajuda... Você colocava que era manicure, salgadeira, faxineira, lavadeira... Que aí a gente conseguiu aumentar essa renda dessas famílias naquela época, a gente conseguiu chegar a 22 mil reais.

Além dos R\$22.000,00 somados aos R\$5.000,00 referentes aos 20% complementados pelo prefeito Fernando Pimentel, ainda havia o recurso disponível para projeto. Mário acredita ter havido “uma liberdade dentro dos limites da técnica, limites financeiros e da lei”, tanto na primeira quanto na segunda geração de empreendimentos. E completa:

Então, na segunda geração, [...] equipes que se formaram, cada uma diferente da outra, cada uma teve uma metodologia mais legal que a outra, na etapa de projeto. Foi um processo participativo, realmente participativo. Muito legal. Cada equipe desenvolveu um mecanismo, um instrumento, uma metodologia de fazer projeto de forma participativa mais legal que a outra. [...] Cada um de um jeito. [...] Mas todos com metodologias muito participativas. Então isso gerou essa diversidade projetual tão rica que aconteceu.

Por ter sido mediado por duas universidades comprometidas com o pensamento crítico e ter contado com recursos também para a fase projetual, poderia se inferir que o RSV representou grande acerto dentre outras experiências autogestionárias em Belo Horizonte. Na contramão do que Mário pontua acima, o arquiteto Leandro Souza (2007) identifica entraves para a participação efetiva das famílias no processo de elaboração do projeto arquitetônico do RSV e de dois outros empreendimentos (Castelo I e Santa Rosa II): além da difícil transposição da linguagem técnica para que os beneficiários compreendessem de fato as decisões que estavam sendo tomadas, destacam as limitações do orçamento e as barreiras impostas pela própria legislação, o que gerava opções de pouca liberdade.

Silva¹²⁰ (2018 apud FERREIRA, 2018) – arquiteta que já havia sido responsável pela execução do Urucuia e do Villarégia e, agora, do RSV – exemplifica um obstáculo imposto pela própria normatização da CEF. Como a concepção da equipe era a de que habitar significa mais do que prover apenas a unidade habitacional, o projeto resultante

¹²⁰ SILVA, Margarete Maria de Araújo (Leta). Entrevista concedida a Milena Lara Reis Ferreira em 18 jun. 2018.

previa áreas destinadas a comércio. Esta condição, porém, não se encaixava nos critérios de financiamento do agente operador e, portanto, não foi executada. Este tipo de tolhimento, sem respaldo na lei de uso e ocupação do solo e, portanto, sem justificativa legal, exemplifica somente uma burocratização do PCS que caminha no sentido contrário ao respeito à decisão coletiva. A título comparativo, o comércio era permitido na primeira geração de empreendimentos.

A diversidade de projetos gerada pelas metodologias desenvolvidas junto às universidades e escritórios de arquitetura foi altamente combatida, tanto por parte da CEF quanto por parte do poder municipal, a ponto de algumas propostas serem descaracterizadas por completo. Segundo Mário, tudo o que fugia do padrão com o qual as instituições estavam acostumadas era questionado:

A resistência foi muito grande a essa diversidade de projeto. Um medo danado de aprovar aquelas coisas diferentes, aquele apego àquela... Por exemplo, teve grupos que concluíram, pela participação do pessoal, que era interessante não ter muita divisão interna pra deixar o pessoal dividir como quisesse. Outro concluiu que o importante era ter uma área de serviço grande, não um quarto maior. Porque o pessoal gostava muito da área de serviço, como espaço de trabalho mesmo. Era um espaço que apoiava estratégias de geração de renda, né, de tudo que é tipo. Então o quarto podia ser mínimo, mas a área de serviço [tinha de ser] maior. Coisas desse tipo que vieram da participação, quer dizer, coisas que contrariaram aquele partido convencional de apartamento. E que o pessoal da URBEL¹²¹ e o pessoal da Caixa tinham muita dificuldade de acatar. Algumas assessorias técnicas e entidades de movimento bancaram mais suas propostas e foram com elas até o fim. Outras sucumbiram, porque todo o movimento da equipe de funcionários da URBEL e da Caixa parecia que era, no sentido assim, [para] levar o pessoal pro padrãozinho do “H”¹²², questionar tudo que fosse diferente daquilo. Então, em alguns casos, eu já não tava mais acompanhando, porque eu saí no meio do processo, fui pra Contagem, mas a notícia que eu tenho é que alguns sucumbiram e foram vencidos pelo cansaço. Viraram “H”, sei lá o que que virou. E outros conseguiram salvar alguma coisa. Tinha que peitar muito, tinha que brigar muito, desgastar muito [pra sair do “H”].

Mais uma vez, nota-se distância entre teoria e prática durante a segunda geração de empreendimentos. A diversidade alcançada com a abertura dos processos de elaboração dos projetos não foi recebida com bons olhos por um corpo institucional

¹²¹ Como mencionado anteriormente, algumas vezes os entrevistados não distinguem a URBEL da PBH. O mesmo ocorre em relação à URBEL e a SMAHAB, como veremos em outros momentos do texto. Este uso sem distinção é possivelmente causado pela “força do hábito”, uma vez que a URBEL era a executora da PMH durante a maior parte das negociações ocorridas durante a primeira geração de empreendimentos. Reforçando esclarecimento já feito, entre 2003 e 2011 a URBEL estava encarregada somente do planejamento e execução de programas voltados a assentamentos existentes, não à produção de novos. Era a SMAHAB que estava à frente dos programas voltados à produção de novos conjuntos na época dos empreendimentos produzidos pelo PCS.

¹²² O padrão “H” é uma solução construtiva bastante econômica, uma vez que consiste na disposição de quatro apartamentos acessados por uma única circulação (escada) central.

acostumado a aprovar e acompanhar tipologias construtivas convencionais. Negava-se aquilo que fora discutido em conjunto, interpelava-se o que as pessoas haviam decidido. Silva (2018 apud FERREIRA, 2018, p. 56) reforça a leitura de Mário, ao dizer que a época do PCS envolveu um desgaste às últimas consequências, parecia não haver qualquer espaço para inovação devido à marcação cerrada feita pela SMAHAB:

Mesmo quem chegasse com propostas mais inovadoras, se não tivesse determinação, na hora que chegasse na URBEL e o cara de orçamento começasse a dizer que não dava, isso dava uma canseira na gente. A gente fazia dez reuniões pra conseguir vingar uma mudança. Era um trem assim, desgastante mesmo, sabe?

As últimas falas de Mário e de Silva parecem indicar que extensão da autogestão para a fase de projetos foi um tanto ilusória na prática. O poder de decisão em teoria delegado aos futuros moradores foi construído sobre uma mera aparência, no sentido oposto ao da autonomia esperada. Logo, a crença prévia de que esta etapa a mais no processo autogestionário possivelmente possibilitaria maior coesão do grupo associado foi descartada. Para sustentar ainda mais a invalidez desta crença, quando perguntado sobre como fora a fase projetual do RSV, João responde não ter participado deste momento. Em pouco tempo de conversa com o morador, percebi que a relação entre engajamento e participação projetual não se aplicava, visto que uma das pessoas consideradas mais engajadas no processo de produção do conjunto – no caso, João – não teve qualquer contato prévio com o projeto. Quando perguntado se conhecia todas as famílias antes do início dos trabalhos no canteiro, ele responde:

Algumas, não todas. 80% mais ou menos, através da ASCA. [...] Alguém que trabalhava com [nome da esposa] falou com ela e aí fui numa reunião da ASCA, nós nos ingressamos na ASCA pra conseguir uma moradia. [...] Aí levou aproximadamente [...] mais uns dez anos. Até que [após] esses dez anos, digamos assim, surgiu uma luz, uma esperança assim, que tínhamos conseguido um lugar.

A fala de João dá a dimensão da morosidade da via formal em relação à obtenção da moradia, dez anos foram necessários para se alcançar ao menos uma perspectiva da viabilização institucional. As reuniões com a ASCA-BH ocorriam às segundas-feiras e, segundo João, assinar presença funcionava como critério para “que você tivesse o direito de, na hora que a coisa ficasse concreta, [...] estar naquele grupo ali que foi escolhido pra adquirir um imóvel”. Uma vez que João diz não ter havido comoção ou desmotivação quando algumas famílias foram excluídas pelos critérios da CEF, infere-se que os

encontros semanais, ainda que perdurados por vários anos, pareciam funcionar apenas como uma forma de seleção para a resolução de uma necessidade concreta, pouco frutíferos a uma formação identitária entre os possíveis futuros moradores.

Os rigorosos preceitos de avaliação da capacidade de pagamento adotados pela CEF faziam o critério de seleção da ASCA-BH parecer o menor dos problemas. Além da dificuldade de negociação a respeito do tempo de quitação do financiamento, como já mencionado, havia um outro fator que impedia o andamento do programa: a análise da situação dos possíveis beneficiários junto ao SPC e SERASA. A morosidade do processo de ajuste com a CEF foi tamanha que o programa se efetiva de fato apenas em 2007, como fica patente no diálogo de Ana:

E aí, assim, foi um período mais delicado porque a Caixa tinha aquele processo que ela olhava o SPC e olhava o SERASA das famílias. E aí a gente mandava nossas famílias, a gente juntava 100 famílias pra lá, pra fazer o cadastro. Você voltava com cinco, dez que tinha passado pelo processo, e a maioria do povo tava tudo endividado via a CEMIG, a não sei o quê, a água... Enfim, coisas pequenininhas, mas que tava com o nome sujo e não passava. Nós ficamos em torno de dois, três anos só pra fazer esse processo, pra trabalhar essas famílias.

Conforme discorrido no capítulo 02, o Fórum Nacional de Reforma Urbana redigirá uma carta dirigida ao então Secretário Nacional de Habitação, Jorge Hereda, quando do lançamento público do PCS. No documento, diversos pontos – além da inadequação do tempo de carência e da restrição cadastral relativa ao SPC e SERASA – são colocados como fatores de risco ao êxito do programa. Embora, como Ana mencione, o movimento de moradia já se reunia com Lula para discutir uma proposta de abrangência nacional desde a década de 1990, a quantidade de ajustes que careciam ser feitos dá indícios de uma elaboração desencontrada das demandas populares. Com as normas colocadas unicamente pelo Estado, a autonomia perdia espaço. Os rigores impostos pela CEF quanto à intolerância a dívidas de qualquer tamanho, por exemplo, eram tão incompatíveis com a realidade das famílias que pareciam ter sido formulados para inviabilizar de antemão qualquer proposta. A dificuldade era tamanha que Silva (2018 apud FERREIRA, 2018) menciona ter havido uma época em que o número de famílias aprovadas foi menor do que o próprio número de unidades do empreendimento.

De acordo com estatísticas retiradas da memória de João, entre 20% a 30% das famílias inicialmente direcionadas ao Residencial Serra Verde não conseguiram se adequar aos critérios da Caixa Econômica Federal. Souza (2007), porém, traz outros números, alegando ter sido barrada uma quantidade de famílias na ordem de 80%. O

autor, inclusive, recomendava uma inversão na sequência das ações, ou seja, que o processo de projeto participativo ocorresse *após* existir a listagem definitiva de famílias contempladas. Afinal, certamente era um tanto frustrante para a família comparecer a oficinas de projeto e assembleias de decisão e, posteriormente, receber a notícia de que não preenchia os requisitos econômicos necessários.

Não era garantido que o empreendimento conseguiria deslanchar ainda que os terrenos tivessem sido cedidos pela PBH – não sem alguma dificuldade, relembremos, tendo em vista a necessidade de garimpagem interna que alguns técnicos fizeram para encontrar áreas disponíveis. Silva (2018 apud FERREIRA, 2018) se recorda que o conjunto Mar Vermelho II não pôde ser construído e a história quase se repetiu com o próprio RSV. Fato que não pode ser descartado é que o antecessor do RSV, o referido Mutirão São Gabriel localizado no bairro homônimo, já havia minguado devido às investidas da população local. Ana conta que “o povo não queria que a gente morasse lá, né, perto da faculdade [PUC] *parará*”, o que obrigou o prefeito Fernando Pimentel a ceder novo terreno, dessa vez no bairro Serra Verde, e forçou a equipe a recomençar os trabalhos.

Por se localizar dentro da área de um parque ecológico previsto após ter sido decretada a construção da Cidade Administrativa, o RSV estava na mira do então governador Aécio Neves. O que livrou o grupo da iminência de uma segunda derrota, tendo em vista os percalços do MSG, foi o fato de a obra já ter sido aprovada. Ana comenta sobre o descompasso de usos destinados ao terreno – isto é, a disputa entre a finalidade de moradia ou a finalidade de parque – gerado pela falta de diálogo entre o governo municipal e o estadual; a moradora recorda ter sido preciso fazer uso de pressão popular para que a situação se revertesse:

Serra Verde, assim que a gente liberou, depois dessa labuta toda, conseguir assinar contrato, a gente teve uma dificuldade porque o Aécio Neves tinha desapropriado aquele terreno lá pra fazer a Cidade Administrativa. E a gente não sabia, porque ainda não tinha Cidade Administrativa [...]. E a gente foi assinar contrato e os cara: “Não, não vai assinar contrato”. Nós: “Não, tem que assinar”. [...] E aí nós falamos: “Uê, tem alguma coisa errada. Como assim que não assina?”. Aí articulamos esse Brasil e o mundo todo e conseguimos... Levamos as famílias, lógico, lá pra porta ali da Caixa, na Contorno, e a gente conseguiu assinar o contrato. Depois é que eu vim a saber [...]. Ele [Aécio] não queria que a gente ficasse lá, né, [...] então queria desapropriar essas famílias [de um conjunto habitacional na frente do RSV, fruto de um reassentamento devido a uma enchente na Sapucaí ocorrida no governo Patrus] e pegar o nosso terreno também, que ia ser a entrada do parque deles lá, pra Cidade Administrativa.

Fato curioso é que, na lembrança de João, foi Aécio Neves quem doou o terreno, embora tenha sido cedido por Fernando Pimentel. A resolução da questão do terreno, aparentemente, foi tão desordenada que serviu para confundir até mesmo os diretamente afetados pela instabilidade inicial do processo. De acordo com o morador, a história do RSV também foi marcada por uma disputa com a Igreja Católica, que almejava que o terreno para construir a Catedral Cristo Rei – em andamento atualmente – fosse aquele justamente situado ao pé do parque, onde o empreendimento está implantado. Foi preciso que o MCidades, órgão gestor dos recursos do FDS, interviesse para que a instituição religiosa se contentasse com um outro local para o templo.

Mário cita outros dois casos da época do PCS que não chegaram a sair do papel devido a algum tipo de boicote, institucional ou advindo da própria vizinhança:

[...] nós chegamos a perder um empreendimento lá no Serra Verde, por pressão do [governo do] estado. Fez pressão e a Prefeitura acabou destinando pra outra finalidade. Nós tivemos dois problemas desse tipo, um [...] era um terreno muito bem localizado perto da PUC. E a pressão da vizinhança que não queria conjunto popular ali, que ia desvalorizar... E aí acabou conseguindo apoio de alguns vereadores. Infelizmente alguns, inclusive do PT, que somaram suas vozes às da população do bairro pra evitar... O pessoal da vizinhança [era] contra a instalação e foram procurar vereadores, foi a maior pressão. E a Prefeitura acabou cedendo e era um conjunto que o projeto já tava avançado, tinha um ano de discussão. Foi um baque.

Os terrenos perdidos que Mário menciona referem-se ao já referido Mar Vermelho II e ao Residencial Paineiras, no bairro Minas Brasil. No segundo, o motivo da perda foi a pressão exercida pelos moradores do entorno – situação que, como relatado no início do capítulo, já havia ocorrido anos antes durante a compra de terreno do Residencial ASCA, porém felizmente contornada na época devido a um árduo trabalho de convencimento realizado pelas famílias. O caso do Paineiras é detalhado por Silva (2013, p. 219-220):

Situado em bairro de classe média, na porção noroeste da cidade, abrigaria 40 famílias que aprovaram o crédito de R\$ 20 mil reais por unidade, no PCS. Assim que as famílias iniciaram as visitas à área para o desenvolvimento do projeto, os moradores do bairro se alarmaram, mobilizando duas associações de bairro, a igreja e vários políticos, para impedir a transferência para ali de “inúmeras famílias de área de risco do Vale do Jatobá [que], se efetivada, se [tornaria] um grande desastre da administração petista Fernando Pimentel” (Duarte, 2005, Caderno Opinião, p.9)¹²³. Seis meses após o início do processo, inúmeras reuniões, pareceres técnicos etc., a prefeitura emitiu um laudo atestando a inviabilidade financeira do empreendimento, a partir da análise do

¹²³ DUARTE, Maria Amélia Bracks. Pelo direito à cidade. In: *Jornal Estado de Minas*. Caderno Opinião. Sábado, 21 de maio de 2005, p. 9.

anteprojeto arquitetônico. Acompanhava o laudo técnico, uma planilha orçamentária que atribuía o custo de R\$ 460,00/m² de área construída, valor este "indiscutível", segundo o então secretário adjunto da SMAHAB [...]. Esse custo, se aplicado a qualquer um dos 17 (dezesete) empreendimentos financiados pelo PCS, em Belo Horizonte, torná-los-ia também inviáveis. Não obstante a resistência e manifestações dos Sem Casa, a disputa se resolveu pela não realização do empreendimento.

Valendo-se do destaque de sua posição profissional de procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho na época, Maria Amélia Bracks Duarte – moradora do bairro Minas Brasil – publica sua opinião em coluna do jornal Estado de Minas. A publicação – que visivelmente carregava a intenção de indignar leitores e, conseqüentemente, angariar apoiadores¹²⁴ – escancara a conveniência da segregação, o desejo da classe média, falsamente revestido de “direito à cidade”, de afastar o pobre:

Pelo direito à cidade

MARIA AMÉLIA BRACKS DUARTE
Procuradora do Trabalho

O município de Belo Horizonte pretende construir um conjunto habitacional para assentamento de população de baixa renda em terreno no bairro Minas-Brasil, Noroeste da capital, transferindo inúmeras famílias de área de risco do Vale do Jatobá. A medida, se efetivada, se tornará um grande desastre da administração petista Fernando Pimentel.

O direito à cidade é de todos, independentemente de renda ou de posição social. E não se trata aqui de defender guetos distantes da metrópole para confinar pobres, e em hipótese alguma associar a miséria à criminalidade ou sugerir um apartheid social. Trata-se de respeito à cidadania e a preceitos democráticos que estão sendo violados. O Minas-Brasil é um pequeno bairro de gente simples, fincado entre o Padre Eustáquio e o Coração Eucarístico. A maioria de seus habitantes é de mesmas famílias, que lá criaram seus filhos e investiram em imóveis para que, casados, os filhos permanecessem perto. Um bairro é como um país. É a sua opção de futuro, tem a cara de quem o escolhe, a marca da sua identidade e a sua ideologia. E, num governo que se diz democrático, as famílias do bairro não foram ouvidas para saber que destinação teria o terreno que fica próximo às suas casas. As associações dos moradores foram surpreendidas pela Lei Municipal 9.075, promulgada nas férias de janeiro deste ano, e que pretende alterar a meta do bairro.

O Minas-Brasil tem apenas uma escola pública com curso fundamental, sem área para expansão; duas linhas de ônibus que trafegam cheias de universitários da PUC; não há creches gratuitas, nem posto de saúde, nem área de lazer, nem hospital. Pretende-se também situar a nova rodoviária na Via Expressa, que dá acesso ao bairro. Ou seja, será o caos, com chancela governa-

mental, sem qualquer visão urbanística, ambiental e estudo de viabilidade. Sem planejamento. Sem preocupação com o escoamento viário. E é para um bairro com esse perfil que o município pretende migrar pessoas do Vale do Jatobá, que lá também têm suas raízes, seus empregos, seus filhos estudando nos grupos locais, seus campinhos de futebol, a sinuca do bar do amigo, seus vizinhos, sua vida.

Não se trata de preconceito, nem de conservadorismo de burgueses. Trata-se de denunciar lei populista, eleitoreira e sem fundamentos democráticos. Trata-se de respeitar o cidadão, que paga impostos, vota, escolhe seus governantes. Ademais, está-se ignorando a vocação ambiental da área a ser ocupada pelo assentamento: há três paineiras que serão derrubadas. A topografia do lote tem inclinação acentuada, que vai exigir um custo altíssimo para as edificações, com muros de arrimo que suportem eventual erosão do terreno, sob pena de desbarrancamento. O Estatuto da Cidade garante a todo indivíduo viver com dignidade, num espaço de alegria e boa convivência. Os moradores do bairro Minas-Brasil esperam e confiam que o prefeito de Belo Horizonte honre a sua trajetória política e respeite esses princípios.

Figura 11: Reportagem na íntegra de Maria Amélia Bracks Duarte referente ao caso do Residencial Paineiras / **Fonte:** Caderno Opinião, maio de 2005.

Apesar das várias tentativas de desmobilização, as obras do RSV foram finalmente iniciadas em abril de 2007, sendo que a aprovação do empreendimento no edital do PCS

¹²⁴ O prestígio profissional de Maria Amélia Bracks Duarte induziu até mesmo discussões em salas de aula. Enquanto estudante secundarista e moradora, na época, de um dos bairros vizinhos ao Minas Brasil, me lembro de comentários isolados de docentes nas aulas do colégio onde estudei, a respeito da instalação do empreendimento.

ocorreu em maio de 2004 e a assinatura do contrato se deu em dezembro de 2006. João conta que a CEF disponibilizou uma verba inicial para que fosse formado o canteiro de obras, o que incluiu a compra de ferramentas e aluguel de maquinário.

Conforme dito anteriormente, o RSV passou por duas fases distintas, autogestão no primeiro momento e gestão pública no segundo. A primeira delas, contudo, esteve vigente somente durante os trabalhos de fundação, etapa que demandava dispor menos de trabalho humano e mais de máquinas. João diz ter sido preciso contratar uma empresa que alocou três bate-estacas no canteiro e agilizou sobremaneira o erguimento da estrutura, sempre acompanhada pela equipe técnica contratada pela associação.

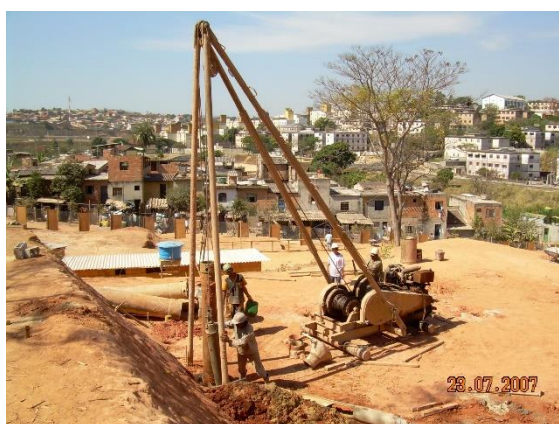


Figura 12: Fase inicial do empreendimento: manejo da bate-estaca.

Fonte: Rafael Netto, julho 2007



Figura 13: Valas abertas para receber as fôrmas.

Fonte: Rafael Netto, agosto 2007



Figura 14: Ferragens e fôrmas instaladas para receberem o concreto.

Fonte: Rafael Netto, setembro 2007



Figura 15: Baldrame finalizados.
Fonte: Rafael Netto, outubro 2007



Figura 16: Laje de piso finalizada.
Fonte: Rafael Netto, outubro 2007



Figura 17: Homens edificando o muro de divisa, considerada a “escola de alvenaria” do RSV.
Fonte: Rafael Netto, julho 2007

João se recorda que todos tinham o direito de questionar a divisão e andamento do trabalho, mas poucos o faziam. Apenas os que tinham alguma noção de obra sentiam-se confortáveis a fazer objeções, muito poucos:

Éramos dois, três, no máximo quatro. Os outros eram, digamos assim, mais “pau-mandado”. Falava: “Faz”. Ele fazia e não discutia, talvez porque eles não tinham uma noção do que é uma edificação. Às vezes eles simplesmente pensavam: “Ah, isso aqui vai sair um prédio e pronto”. Não questionavam muito a qualidade ou talvez pela necessidade de ter onde vir morar.

Ao contrário das expectativas em torno de um processo de produção autogestionário, a fala acima de João insinua que o trabalho no canteiro era meramente

subordinado, não sendo capaz de despertar uma consciência política. O morador sugere que era a necessidade aquilo que movia a maioria das pessoas, em consonância com o que Oliveira (2006) diz sobre o mutirão autogerido: é a carência o que sustenta a ilusão de que existe uma comunidade. Uma vez que esta carência é sanada com a conquista da casa, não há motivos para continuar existindo. No entanto, atenta-se para o fato de que a fase de autogestão no RSV durou apenas um ano, enquanto ocorriam os trabalhos voltados à fundação. Esta etapa, como mencionado, demandava dispor mais de máquinas e menos de trabalho humano; talvez a diversificação das etapas trouxesse maior afinamento com o cotidiano de obras, possibilitando que as pessoas se sentissem mais aptas a opinar.

Para o morador, o maior problema no canteiro era outro: o número de mulheres era muito maior que o de homens, porque “se a gente tinha uma previsão de “x”, a gente não conseguia chegar a “x” porque não tinha como exigir das mulheres uma mesma evolução do que um homem fazendo”. O rendimento do grupo caía, uma vez que certos trabalhos pesados exigiam uma força física que, muitas vezes, as mulheres não dispunham. João, entretanto, não se atenta para a necessidade de outras tarefas igualmente importantes em um processo coletivo de produção de moradias que não exigem uma estrutura física como a de um homem: apontadoria, almoxarifado, o preparo dos alimentos, o transporte de materiais leves e água, o preenchimento de tombadores, o cuidado com as crianças, o manejo da betoneira, entre outros. Um dos motivos que levou à opção pelo uso de materiais mais leves, inclusive, foi a possibilidade de maior participação do gênero feminino.

Um teste que poderia ser interessante de ser realizado seria o rodízio de tarefas. Diversificar os trabalhos dos envolvidos no canteiro talvez fosse uma boa oportunidade para se valorizar a posição alheia e, ao mesmo tempo, uma forma de não se distanciar da globalidade da organização. Como sugerido anteriormente, seria interessante estudar também a viabilidade da alternância entre cargos administrativos e de execução. Afinal, todo tipo de trabalho importa para o andamento do processo.



Figura 18: Mulheres e homens trabalhando na fundação do RSV.

Fonte: Arquivo ASCA-BH, 2007



Figura 19: Horta cultivada no canteiro de obras para o preparo dos alimentos.

Fonte: Leta, agosto 2008

Se o desequilíbrio de gênero era considerado um empecilho para João, para Maria foi a solução: um meio de se profissionalizar, uma oportunidade de inserção em uma área de atuação altamente masculinizada como a da construção civil. Ela se lembra do caminho percorrido:

Eu comecei a trabalhar como servente e, na verdade, pintou uma chance lá – que a arquiteta lá, ela sempre gostou muito desse lance de mulher na obra [...]. Então ela começou a dar um curso de alvenaria estrutural. Aí eu resolvi participar do curso, entendeu? Inclusive perguntei pra ela se mulher poderia participar e ela falou: “Claro!” [risos] “Não só pode como deve”. [...] Eu comecei primeiro a fazer esse curso, depois eu comecei a trabalhar de servente. Trabalhei de servente três meses, aprendi a mexer com reboco. Comecei a mexer com reboco, alvenaria e foi indo.

O canteiro autogestionário possibilita um rompimento com um dos mais significativos paradigmas de produção da construção civil: o emprego massivo de mão de obra masculina. Embora seja um ocorrido marcado em dados espaço e tempo, o que faz com que se reconheça que experiências autogestionárias isoladas não sejam capazes de provocar uma alteração significativa na cadeia produtiva, o ganho está no oferecimento de oportunidades usualmente negadas pelo capital e no tensionamento do imaginário

social que associa o trabalho pesado ao gênero masculino. Uma alteração no canteiro possibilitou a realização e o sustento de uma vida para Maria.

Maria sempre havia tido o sonho de aprender o ofício de servente, mas encontrou campo fértil somente quando da produção de sua própria casa. A partir de então, não parou mais: de um empreendimento da primeira geração, foi qualificada para outros por meio de cursos oferecidos pelo Escritório de Integração da PUC-Minas – cursos cuja preferência era do próprio pessoal alocado nos mutirões, uma oportunidade adicional e paralela de aprendizado –, e chegou até mesmo a instruir em alguns deles. Na segunda geração de empreendimentos, tornou-se mestre de obras do RSV e até hoje trabalha unicamente com construção civil, tem a sua própria equipe.

Ao contrário do ocorrido no Residencial ASCA e no Villarégia, a adesão das famílias nas Frentes de Trabalho Remuneradas do RSV foi muito pequena, embora a prioridade continuasse sendo dos futuros moradores. Isto porque, de uma “situação muito flexível” na época de vigência do programa municipal, a PBH burocratizou muito na segunda geração de empreendimentos, segundo Ana. A situação primária favorável foi substituída, na segunda geração, por uma tensão constante. Outras minúcias surgiram, como, por exemplo, a relativa ao pagamento da assessoria técnica; os membros da equipe deveriam ser vinculados a uma empresa com contrato para que pudessem ser remunerados. Esta, contudo, já era uma exigência federal; nas instruções normativas de regulamentação do PCS, constava que os agentes executores – isto é, os responsáveis pela execução das obras e serviços – fossem empresas privadas do setor da construção civil.

Segundo Silva (2018 apud FERREIRA, 2018), não foi possível fazer com que a necessidade de carteira assinada – uma condição imposta pelo poder público municipal – fosse descartada. A PBH e os advogados da URBEL¹²⁵ foram irredutíveis, porque “o povo morre de medo de pôr a assinatura embaixo” (SILVA, 2018 apud FERREIRA, 2018, p. 54). A saída foi apelar para o Ministério do Trabalho, para que emitisse parecer dizendo que as FTRs eram uma forma legal de trabalho que realmente não exigia a incidência de encargos trabalhistas sobre os salários por significar pessoas trabalhando para si. Ana conta que a obrigatoriedade da carteira assinada foi prejudicial e se indigna com a falta de equidade em relação ao tratamento oferecido às empreiteiras e ao oferecido ao movimento de moradia:

¹²⁵ Em respeito à fala dos entrevistados, preserva-se a referência à URBEL. No entanto, como discorrido previamente, as negociações neste momento ocorriam com técnicos pertencentes à SMAHAB. Para mais detalhes, ver rodapé nº 121 (p. 151).

A gente não pôde mais contratar nenhuma pessoa moradora e que ia trabalhar nos empreendimentos, então tinha que ser tudo de carteira assinada. Então isso onerou demais a gente enquanto movimento, porque tinha período que você não tinha recurso. [...] As famílias tavam contratadas com carteira assinada, as famílias tinham que ir no empreendimento, gastavam dinheiro e sem nenhuma possibilidade de flexibilização. Então, assim, nos tratava como se a gente fosse uma empreiteira ganhando um recurso de mutirão.

Silva (2018 apud FERREIRA, 2018, p. 37) concorda com a visão de Ana quando diz que “tem um pressuposto de que os construtores são honestos e o movimento, na primeira brecha que tiver, vai cometer irregularidades” e aponta que a URBEL¹²⁶ barrava muitas mudanças e, com isso, desgastava os proponentes. Ana considera que a Prefeitura, neste momento, se torna quase uma inimiga do movimento – que precisa “montar toda uma estrutura” para que as demandas impostas pela PBH fossem supridas. Ela ressalta com mais detalhes a burocracia instalada:

A URBEL, na verdade, nesse período, ela se tornou uma agente operadora financeira que virou uma chatice em cima da gente. [...] A gente tinha que fazer uma prestação de contas pra ela e todos os itens e um centavo e... Enfim, virou uma situação, assim, quase que insuportável. Isso já no Crédito Solidário. [...] A Caixa, ela não cobra uma prestação de contas, ela cobra a prestação do físico. Então eu liberei o recurso, eu quero essa parede pronta. Tá pronta? OK, eu libero o recurso. Mas a Prefeitura, ela cobrava todas as notas fiscais, toda a burocracia.

Se, como mencionado, Joana diz que a associação foi “contornando a situação” em relação à rigidez da URBEL na primeira geração, a situação na segunda parecia irreduzível. Vale resgatar que Souza (2006, 2010), ao estabelecer níveis distintos de autonomia nas relações entre poder público e sociedade civil organizada, esclarece que somente a parceria, a delegação de poder e a autogestão significam um nível real de democracia participativa. A postura adotada pela SMAHAB neste momento parece ser menos de um colaborador e mais de um dificultador, impondo empecilhos à fluidez do trabalho.

Questionar a postura adotada pelo poder público municipal era difícil, uma vez que os técnicos não faziam visitas aos fins de semana – momento em que a maior quantidade de pessoas estava alocada na obra. A comunicação entre a SMAHAB e os próprios moradores inexistia, portanto não havia um canal de diálogo aberto. Pela fala de

¹²⁶ Idem. Daqui para frente, os casos de indistinção entre URBEL e SMAHAB não serão mais pontuados.

João, os profissionais adotavam uma postura impassível, “eles vinham, digamos assim, entravam mudos e saíam calados. Eles vinham, olhavam e pronto”.

Quando perguntada sobre o que havia de diferente entre a primeira e a segunda geração de empreendimentos, Joana cita a desconfiança constante que pairava sobre os moradores reunidos, tanto por parte da SMAHAB quanto da CEF:

[...] na verdade, os dois [CEF e URBEL] têm a mesma dificuldade. Os dois acham que o pobre não sabe construir, que famílias não sabem construir, que quem sabe construir são eles. Então essa dificuldade nós tivemos com as duas esferas, [...] com o poder público, que é a Prefeitura¹²⁷, e com a Caixa. Essa desconfiança, essa coisa de não acreditar no trabalho da associação, de não acreditar no profissional que a associação indica... Achar que só o profissional deles que tá certo, que o profissional indicado pela associação ou o que é formado pela associação não sabe trabalhar. Sabe?

A visão de Ana é um tanto mais otimista. Para ela, a CEF tornou-se uma parceira ao longo do processo. A partir do momento que entendeu as particularidades da classe social para qual o empréstimo estava sendo oferecido, a CEF realizou alguns ajustes, conforme evidencia a então coordenadora da UEMP:

[...] o que eu percebo é que a gente fez uma grande amizade com essas pessoas da Caixa. Porque eles começaram achando, assim, enquanto agentes financeiros e, no processo, eles se tornavam companheiros [...], porque era muita dificuldade. Principalmente no nosso caso, assim. Eles iam lá e faziam a medição. E o processo autogestionário, assim, libera a primeira parcela – porque a gente não tem recurso – e faz assim: “Ó, então beleza, nós vamos fazer essa parte aqui com esse recurso”. Mas, se tivesse chuva, se tivesse alguma questão, você não conseguia cumprir essa meta. Aí a Caixa chegava e não queria saber. “Ah, não consegui, então... O prazo é esse, nós não vamos voltar pra fazer outra fiscalização”, *parará*. Nós tivemos essas dificuldades deles entenderem que a gente era movimento e a gente não era um agente construtor com recurso, *parará parará*. Mas depois que eles entenderam isso, aí eles começaram a fazer uma parceria conosco. “Olha, você tinha de fazer essa parede de fora”. “Mas tava chovendo e nós não fizemos não. Mas nós fizemos essa parede de dentro”. Aí eles começaram a entender o nosso processo, a flexibilizar os processos.

João, contudo, não crê em uma atitude supostamente parceira da Caixa Econômica Federal, ele tem clareza de que ela objetiva o lucro. Quando diz que a CEF “é uma empresa. Ela investe alguma coisa, mas quer receber de volta”, o morador coloca uma lupa sobre a condição de agente financeiro que a instituição ocupa no contexto.

¹²⁷ Como mencionado anteriormente, algumas vezes os entrevistados não distinguem a URBEL da PBH, a fala da moradora é um exemplo. É por isso que Joana se refere à URBEL (sendo que o mais correto seria se referir à SMAHAB, por argumentos já citados) no início do trecho e, em seguida, à PBH. Para maiores esclarecimentos, rever nota de rodapé nº 116 (p. 141).

Além da relação entre associação de moradores e poder público, havia a relação intrínseca entre associação e beneficiários. Na formatação do programa, era obrigatório haver uma associação à qual os moradores estivessem ligados, exigência que também se aplicou à primeira geração de empreendimentos. O mais lógico seria supor que as entidades qualificadas junto aos agentes financeiros fossem sempre compostas por futuros moradores, mas isso não ocorria necessariamente; no advento do PCS, os membros da coordenação não precisavam ser beneficiários do empreendimento em questão, motivo de questionamento de Silva (2013). A autora afirma que a alteração permitiu a cooptação de lideranças ou mesmo imposições de decisões, decisões estas que não afetariam aqueles que a deliberavam. O resultado, como discorrido no capítulo 01, foi uma “espécie de profissionalização de ‘gestores da autogestão’” (SILVA, 2013, p. 204).

As lideranças da ASCA-BH envolvidas na produção do RSV não se transformaram em futuros moradores. Isto porque os membros da coordenação já haviam tido a oportunidade de conquistar a casa própria no Urucua e no Villarégia. Na segunda geração de empreendimentos, na época de execução do RSV, contudo, faziam-se presentes em todos os mutirões, continuavam atuando como agentes internos, porém não mais como beneficiários. Para evitar eventuais sensações de apartação por parte dos futuros moradores em relação à entidade proponente, seria interessante que sempre houvesse, no mínimo, uma liderança na coordenação da associação que também se encontrasse na posição de futura moradora do conjunto. Desse modo, alcançar-se-ia um canal de comunicação ininterrupto entre as partes, uma mediação mais justa. Contudo, compreende-se que a garantia da autonomia do grupo depende de quem toma as decisões de fato; não seria um problema a entidade proponente não corresponder aos beneficiários caso a primeira atuasse apenas como um receptáculo das escolhas feitas pelos segundos. É este estado de parceria e respeito às atribuições delegadas que a fala de João sugere quanto à relação mantida entre ASCA-BH e moradores do RSV atualmente, uma provável herança de uma relação aparentemente saudável entre ambos durante a fase de produção do conjunto:

[...] Em alguns casos, a gente liga e fala com eles: “Ó, tá acontecendo isso, isso e isso. Nós tomamos essa decisão, essa e essa”. Só pra que eles fiquem cientes também. Porque, até então, a ASCA é responsável pelo gerenciamento do condomínio. Enquanto não sair os documentos oficiais da Caixa, a ASCA tá envolvida também. Aí a gente tem obrigação de participar a ASCA de algumas coisas. A ASCA não interfere nas nossas decisões, ela fica a par do que tá acontecendo.

Retomando a época de execução, às quintas-feiras – de acordo com a memória de João – uma reunião de duração de 2h era realizada entre as equipes de obras para saber quanto o cronograma havia avançado ou o quanto deveria ter avançado, uma forma de os futuros moradores se inteirarem sobre a globalidade do processo. Já uma vez por mês, o pessoal de obras e o pessoal das finanças se reuniam, nas palavras de João, “[...] para saber: nós teríamos que ter avançado tanto, não avançamos por quê?”. A comunicação entre os dois núcleos, contudo, era aparentemente rasa, como se percebe pela fala de João:

Nós tínhamos o núcleo de obra e o núcleo econômico. Eu fazia parte do núcleo de obra, eu não queria saber de onde tava vindo o recurso. Eu precisava era do material pra execução da obra. [...] De onde tá vindo, nós que éramos da gestão de obra, vamos dizer assim, nós não nos importávamos com isso. Porque nós tínhamos atrás de nós o pessoal da finança que era responsável por isso. [...] Tínhamos um aparato atrás de nós que nos dava sustentação. Nós confiávamos.

Embora a comunicação incipiente seja inoportuna do ponto de vista de se fazer alcançar uma compreensão global do processo, ela é ambivalente na medida em que, como João ilumina, fomenta a confiança entre as pessoas. Porém isto não significa que a confiança deixaria de existir se fossem dadas maiores condições de apreensão do todo e nem que a confiança gerada era unânime; como relatado anteriormente, ocorriam casos de famílias que acusavam a ASCA-BH de desvio de verba. Haver mais momentos para os repasses entre os núcleos, em frequência maior que a mensal, talvez fosse uma saída plausível para ressignificar as relações entre ambos.

Apesar de sugerir uma comunicação cotidiana mais superficial entre os núcleos, João comenta que os moradores tinham pleno controle do que a CEF estava liberando e do quanto eles próprios estavam produzindo; geralmente alcançava-se um balanço equilibrado. Esta situação, porém, não se sustentou por muito tempo devido a motivo já denunciado por Ana: o tratamento das instituições públicas era alheio à realidade dos moradores, elas garantiam mais confiança apenas às empreiteiras. João relembra a interferência da obra da Cidade Administrativa, vizinha ao bairro Serra Verde, nos preços dos materiais:

Quando isso aqui começou a sair do papel e passar pro físico mesmo, começou-se a obra da Cidade Administrativa. Então, quando foi feito os primeiros orçamentos financeiros disso aqui, eu me lembro mais ou menos que um saco de cimento na época custava por volta de 8 a 9 reais. Aí começou a construção da Cidade Administrativa. O cimento subiu 100%, o aço subiu mais de 100%. E o valor que seria designado pra isso aqui foi lá em cima. Tivemos um grande problema e não tivemos o critério da Caixa Econômica, nós não tivemos o mesmo tratamento que as grandes empreiteiras que tavam trabalhando na Cidade Administrativa teve. A nossa linha de crédito encurtou. E a deles

aumentou. [...] Porque a Caixa Econômica, na época, ela liberava pra nós uma verba de acordo com construção física. Aí [...] a Caixa, vamos dizer, liberava dez mil reais. Dez mil reais não dava pra gente cumprir uma metragem de estrutura física. Aí, quando era no próximo mês, nosso valor era menor. Aí virou aquela bola de neve. Nunca conseguia alcançar a meta que deveria porque, em contrapartida, [com] o valor que nos era destinado, [era] humanamente impossível conseguir chegar onde deveríamos.

3.2.2.1 *O início de um déficit insuperável*

João acredita que, se a obra da Cidade Administrativa não fosse concorrente à deles, a linha de crédito teria sido suficiente para cumprir com o cronograma. Silva (2013) conta que a obra foi interrompida em meados de 2008, pouco mais de um ano após o início da execução, para que a Caixa Econômica Federal analisasse um pedido de correção monetária devido ao intervalo considerável entre a aprovação do crédito e o início das obras. Durante a paralisação, que durou quase um ano, o repasse de recursos cessou, tanto por parte da CEF quanto da PBH, porém os encargos trabalhistas não pararam de correr. A situação tornou-se insustentável a tal ponto de ser viável interpretá-la como uma clara tentativa de desmonte da autogestão, relatada com detalhes em trecho abaixo:

[...] somente no início de 2008 abriram-se canais para negociação da correção dos valores, indevidamente classificada como suplementação de verbas. [...] Ao fim de 2008, obra paralisada há seis meses, [...] fomos convidados à CAIXA para o parecer final da avaliação. O pedido de suplementação foi julgado procedente, mas para nossa surpresa, não tínhamos nada a receber. Ao contrário, estávamos devendo! Como? [...] As medições eram efetuadas a partir do cronograma físico-financeiro, antecipando-se a liberação da primeira parcela, para viabilização do início das obras; executavam-se os serviços previstos, media-se e antecipava-se a próxima etapa e, assim subsequente. A autogestão, distintamente dos contratos efetuados com iniciativa privada, não tem recursos próprios para fazer despesas necessárias à execução para, posteriormente receber. A liberação antecipada das parcelas é, portanto, intrínseca ao programa. No entanto, essa condição nos colocava sempre como devedores, justificativa recorrente da CAIXA para não estender à autogestão procedimentos usuais para os financiamentos liberados para a iniciativa privada. O financiamento original foi de R\$ 1.540.000, 00. Ao serem paralisadas as obras, havíamos executado 40% dos serviços e recebido o valor correspondente, R\$ 606.144,77. Aprovada a suplementação, o valor do financiamento elevou-se para R\$ 1.843.200,00 e, sobre esse novo valor, os serviços executados passaram a representar menos (33%). Ou seja, embora a obra fisicamente executada correspondesse a 40%, teríamos já recebido 7% a mais de recursos, indevidamente (SILVA, 2013, p. 221-222).

Os “7% a mais de recursos” somados aos encargos trabalhistas que não haviam cessado durante o tempo de análise do pedido e à diferença entre prestações individuais anteriores e as novas causadas pela “suplementação” totalizavam uma suposta dívida de R\$160.000,00. Os recursos que remuneravam a assessoria técnica, alimentados pelo

contrato com a FINEP, haviam cessado. Com os valores negativos, uma segunda assessoria técnica contratada não conseguiu levar a execução adiante, o que fez com que o poder público optasse pela modalidade gestão pública, para que o contrato fosse repassado à iniciativa privada (SILVA, 2013).

Durante a paralisação da obra, o período de chuvas se iniciou e gerou verdadeiras voçorocas no local. De acordo com Silva (2018 apud FERREIRA, 2018), foi necessário calçar canaletas provisórias com entulho para quebrar a energia da água que escalavrava com rapidez o solo do tipo gnaisse, bem frágil. Este exemplo ilustra bem o fato de que o canteiro autogestionário demanda experimentação, pressupõe uma inventividade – por vezes imediata – para a resolução de problemas concretos. Leta conta que, pelo cronograma, haveria tempo para proteger das chuvas o solo exposto. Contudo, a incompatibilidade temporal causada pela obra parada, a desmobilização da equipe e a ausência de dinheiro foram motivos fortes o bastante para que uma alternativa fosse encontrada.

A inventividade era uma maneira de driblar ou, ao menos, relativizar as determinações que estavam fora do controle dos moradores associados, como as normas impostas pela CEF e a burocracia da SMAHAB. Associação e assessoria técnica parecem ter desenvolvido um modo de operar que lhes garantia algum tipo de resistência frente às dadas condições. Saídas alternativas ocorrem em vários outros momentos, já relatados, além do episódio do regime de chuvas no RSV: quando os moradores acessam um fundo rotativo para dar início às obras do Villarégia; quando as instalações provisórias do Villarégia se transformam no centro comunitário, inviabilizado até então pela falta de verbas; quando moradores do Urucuia saem de porta em porta na vizinhança para defenderem seu terreno.



Figura 20: Contenção improvisada para se evitar empoçamentos junto aos blocos, exemplo da criatividade técnica.

Fonte: Leta, agosto 2008



Figura 21: Caneleta com entulhos, uma forma improvisada para quebrar a energia das águas.
Fonte: Leta, agosto 2008

Na ocasião da paralisação, Leta também conta que a obra sofreu assalto, o vigia foi ameaçado, eletrodutos corrugados foram vandalizados.

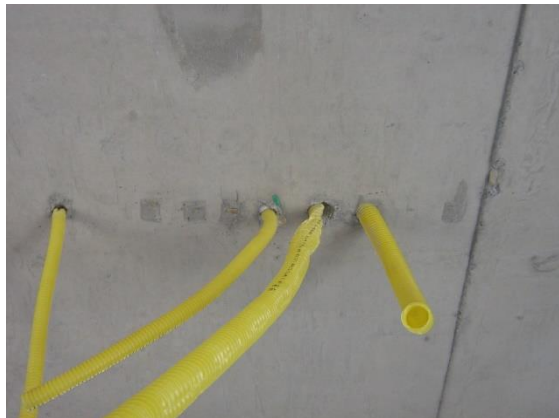


Figura 22: Eletrodutos corrugados.
Fonte: Leta, agosto 2008

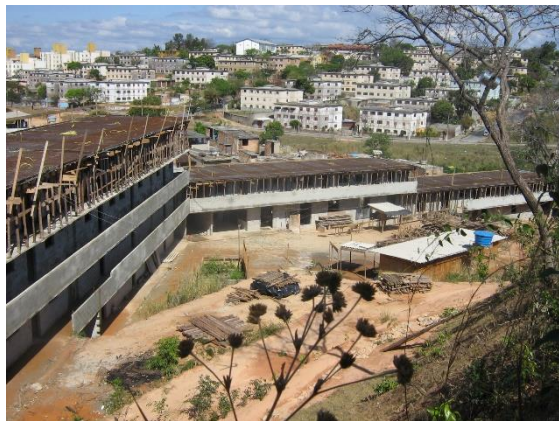


Figura 23: Canteiro de obras inerte.
Fonte: Leta, agosto 2008

Duas licitações foram necessárias para que a execução novamente deslanchasse. A primeira delas, Silva (2013) conta ter sido aprovada no valor aproximado de R\$3.400.000,00 sendo que, relembremos, o financiamento original destinado à

autogestão era de R\$1.540.000,00, isto é, mais de duas vezes menor que o valor da licitação pública aprovada. No meio do caminho, a construtora decretou falência, após já terem sido repassados a ela R\$1.733.000,00. A obra permaneceu paralisada por mais um ano. A segunda licitação, no valor de R\$1.972.000,00 após aditamento aprovado pela CEF, conseguiu garantir a finalização dos trabalhos no fim de 2012.

No total, o empreendimento custou por volta de seis milhões de reais, de acordo com Silva (2013), e levou cinco anos e meio para ser finalizado. De acordo com João, mesmo com os 77 apartamentos prontos, eles não foram liberados pela Prefeitura por “questões burocráticas” que o morador não aprofunda, de modo que foi preciso que a ASCA-BH entrasse em contato com a PBH para haver a entrega de chaves. Joana ainda menciona terem ficado “presos” 13 apartamentos que a PBH não liberava, sendo necessário que a associação interviesse com novas indicações. Para complexificar a situação, João acredita que a CEF ainda não sabe que o conjunto foi ocupado, como menciona, gerando uma situação um tanto esdrúxula:

[...] se você olhar pelo critério da Caixa Econômica, isso aqui não é habitado. É uma obra que ainda não foi terminada. E, se você for olhar pelo lado da Prefeitura, é uma obra que foi invadida. É uma questão meio engraçada, né. Embora nós não somos invasores, porque nós temos um pré-contrato. Mas somos inadimplentes ao mesmo tempo.

Os moradores não receberam explicações sobre o porquê do fim da autogestão, uma atitude, além de omissa, bastante autoritária se pensado que os beneficiários foram desligados do cotidiano de obras inadvertidamente. A SMAHAB assumiu a execução do projeto, direcionou-a para empreiteiras e, durante este período, os futuros moradores foram impossibilitados até mesmo de visitarem o canteiro, rompendo com qualquer controle que tinham sobre a produção. Quando perguntado se os moradores ficaram aliviados com a mudança por terem deixado de trabalhar, João responde com uma negativa. Na verdade, ocorre o inverso; os moradores se sentiram lesados quando a obra virou gestão pública:

Eu não vou te dizer que afetou as famílias num contexto geral não. Mas afetou aquelas pessoas que estavam empenhadas desde o início da obra porque fizeram tanta coisa... Não vou dizer errada não, [vou dizer] fora do padrão, que nos afeta até hoje. Porque, quando nós estávamos com a autogestão, quem tinha conhecimento de obra em si dava-se palpite, exigia explicações. Quando mudou a coisa, nós não podemos mais entrar dentro do canteiro de obras e interferir em algumas coisas, saiu várias coisas erradas aqui.

Como relatado no trecho acima, a impossibilidade de interferência dos próprios moradores foi, para João, a razão de terem saído “várias coisas erradas aqui”. Dentre elas, o morador cita erros mais simples – como porta instalada do lado contrário; ausência de ponto para internet ou TV a cabo, situação já comum à toda a cidade na época; interruptor instalado atrás de porta; quantidade insuficiente, de acordo com norma técnica, de pontos de energia elétrica por cômodo; mangueiras para passagem de fiação de interfone interrompidas; instalação de tubulação não-galvanizada da caixa d’água – até erros mais graves, como a inversão das cores padronizadas para cabos elétricos, equívoco passível de gerar até mesmo acidentes, e a instalação de caixas de esgoto não-sanfonadas, responsáveis por causar um mau cheiro incômodo dentro das casas. Por fim, ele reflete que, se a autogestão tivesse continuado até a entrega dos apartamentos, teriam gastado menos e com mais qualidade, e completa: “sendo proprietário dessa unidade aqui, eu iria exigir bem mais do que me foi entregue” – o que é condizente com a já mencionada leitura de Leta, que acredita que a autogestão não permite espaço para equívocos na medida em que coloca as famílias em uma posição de considerável ciência do processo, portanto bastante atentas a quaisquer imprecisões.

3.3 A política habitacional: divergências e convergências entre gerações de empreendimentos

A possibilidade de escolha dos acabamentos ocorreu tanto na entrega do Urucuia e do Villarégia quanto no caso do Residencial Serra Verde. A situação nesta segunda geração, contudo, foi um pouco diferente: foram os próprios moradores que solicitaram, durante a fase de projeto, poder escolher os revestimentos – uma decisão coletiva que teve um final feliz dentre outras tantas interpelações ou desejos suplantados, como a mencionada negação da proposta das unidades comerciais e, ainda mais grave, a substituição da autogestão pela gestão pública. Como as famílias não tiveram de começar a pagar a CEF ou a SMAHAB imediatamente após terem ocupado suas devidas unidades habitacionais, teoricamente dispunham de dinheiro para alterações no apartamento.

De um modo geral, como fica bastante claro, a segunda geração de empreendimentos enfrentou dificuldades ainda maiores que a primeira geração, a maioria delas originárias do próprio poder público. Silva (2013) considera que a conquista do PCS, ou seja, a extrapolação das fronteiras municipais, significou nada menos que o aniquilamento da autogestão, uma vitória dos interesses considerados hegemônicos, sendo a indústria da construção civil o maior expoente desses interesses.

Silva (2013) e Mário fazem uma avaliação dos motivos que levaram, em Belo Horizonte, ao esfacelamento das experiências autogestionárias na produção habitacional. Ambos compreendem que disputar o mercado da produção habitacional destinado à população de baixa renda com construtoras voltadas a este segmento social foi o estopim. A exclusão das grandes empreiteiras – desnecessárias no canteiro autogestionário – foi, aparentemente, um atrevimento muito grande para o lobby da construção civil. Este, como Mário comenta, se armou e desarticulou a iniciativa do governo Lula. A resposta federal à insatisfação do setor privado foi o PMCMV, já completamente adestrado aos interesses dos lobistas.

Mário se recorda de campanha ideológica contrária à autogestão feita pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (SINDUSCON-MG): “Pressão sobre os secretários, pressão sobre os prefeitos, faziam campanha ideológica contra, né, publicavam nos seus meios de comunicação, dava entrevista pros grandes jornais de circulação... Uma campanha pesada, muito, muito forte”.

Na avaliação de Mário, “a gente encontrava uma secretaria, uma URBEL que tinha já uma vida anterior, tinha já uma cultura institucional instalada, tinha já uma equipe ali fixa que tinha todos esses cacoetes aí”, ou seja, outro grande inimigo da autogestão foi a própria cultura institucional conservadora arraigada. O entrevistado destaca três pontos que explicam-na: a inércia da equipe tanto na primeira quanto na segunda geração de empreendimentos, o preconceito que gera medo e, por fim, um alinhamento escamoteado com o setor da indústria da construção civil por parte de alguns funcionários. Esta reflexão é esclarecida no seguinte trecho:

Primeiro eu acho que é uma posição comodista, né, porque tá acostumado já com um sistema, qualquer coisa nova significa que você tem que se adaptar, você vai ter que ter um trabalho pra criar novos procedimentos, então isso encontra aí uma inércia por parte da equipe. Uma resistência nesse sentido, contra tudo que é novo. Ainda mais um negócio tão novo desse. [...] Então tem essa inércia. Tem um pouco desse preconceito também. Um pouco de medo, esse preconceito que gera medo por parte dos funcionários públicos, né, de dar problema na prestação de contas, deles terem que lidar... Tem preconceito e preconceito gera o medo. De que a coisa aconteça errada... Então tem a preguiça – a inércia –, tem o preconceito e o medo. E eu acredito que tem também, por parte de alguns funcionários, um alinhamento mesmo com o setor da indústria da construção civil. Um alinhamento mesmo. Escondido, né, escamoteado.

Em relação ao primeiro ponto, Mário conta que a inércia da equipe era comum à Prefeitura e até mesmo à própria URBEL na primeira geração. A resistência se pautava na dificuldade de aceitação de tudo o que é novo e exige necessidade de adaptação, porque

“Você passa a vida inteira entendendo que quem constrói é a empreiteira. Aí, de repente, é falar que é o povo é que vai construir? Como assim, né?!”. O ex-técnico da URBEL e da SMAHAB diz que percebia certo vício de postura, certo estranhamento à novidade, até mesmo nos cargos do próprio PT.

Mário reconhece que a novidade gerava dificuldade de atuação para todas as partes – poder público, movimento e assessoria –, mas acredita que o maior impedimento tenha vindo mesmo do próprio poder público. Para ele, o comodismo da equipe e o preconceito causador do medo eram os principais responsáveis pelas exigências feitas por parte dos órgãos, exigências estas incompatíveis com a realidade do modelo autogestionário. O resultado, muitas vezes, eram burocracias ainda mais rígidas do que aquelas aplicadas às empreiteiras:

Então você tem desde a Caixa Econômica Federal – que é o órgão operador, o órgão financeiro e operador dos programas nacionais de autogestão – até as prefeituras, ou a Prefeitura, falando da de Belo Horizonte, você encontra equipes lá dentro com grande resistência porque tem como uma referência muito forte a execução de obras por empreiteira e querem que o sistema de autogestão se adapte aos procedimentos, às normas, aos critérios da construção via empreiteira. E é muito difícil isso, né, são maneiras diferentes, ritmos diferentes, lógicas diferentes.

A adoção de um comportamento altamente rígido por parte da URBEL nada mais era, aparentemente, do que um reflexo da insegurança interna vivida. O ápice da burocratização, segundo Mário, foi durante a segunda geração de empreendimentos, por somar a resistência da CEF e da SMAHAB:

E, na segunda [geração] então, piorou. Porque aí era a burocracia da URBEL e somada à burocracia da Caixa. A Caixa tava sob a presidência de um cargo do PT também. E um cara completamente comprometido com esse tipo de coisa. Mas tinha todo um corpo técnico, um corpo gerencial muito conservador. [...] PT pra eles era uma novidade, né, a vida toda o pessoal da Caixa foi governado por outros setores mais de centro, de direita, né.

Em dissertação que analisa a autogestão via produção habitacional resultante do governo Lula, Fernanda Moreira (2009) constata que técnicos da CEF distribuídos pelo país, quando procurados para sanar dúvidas da entidade proponente, não se encontravam aptos a responder sobre os procedimentos do PCS, o que acarretava em uma dificuldade real de prosseguir com as etapas do programa por parte do grupo associado. Porém, para

a então gerente de Seguros e Fundos Habitacionais da CEF, Cláudia Gomes¹²⁸, o problema estava nas mãos do movimento popular:

O problema não é do Ministério [das Cidades] nem nosso, é dos próprios movimentos. Quando começou o Programa, a gente descobriu que eles [as entidades] não tinham experiência nenhuma, que mal eles conseguiam apresentar os documentos pra gente... Foi muito difícil, nós tivemos diversas ações pra suprir essas deficiências dos movimentos. Nós criamos, por exemplo, o Espaço Solidário, que é um espaço que se criou na CEF com advogado e engenheiro pra orientá-los como entregar um projeto na CEF (2009 apud SILVA, 2009, p. 140).

O Espaço Solidário criado, contudo, se situava apenas em Brasília, portanto de acesso bastante restrito. Sandra Quinto (2007), em monografia sobre o caso do PCS aplicado ao Distrito Federal e entorno, tentava responder por que o programa não conseguiu atingir os números esperados de propostas contratadas e nem reduzir o déficit por moradia. Dentre as conclusões encontradas para a realidade do seu *locus* de estudo, que também passam pela indisponibilidade de terrenos e ausência de infraestrutura básica, estavam: a) o despreparo das entidades; b) a falta de assessoria técnica capacitada e comprometida com os movimentos sociais, o que, por sua vez, conduz ao c) lento andamento das obras e também à d) baixa qualidade dos projetos, que trazem soluções pouco inovadoras e monótonas. Ou seja, todas as razões elencadas do insucesso do programa dizem respeito à assessoria técnica ou às entidades proponentes, nenhuma delas diz respeito à atuação da CEF.

Segundo Silva:

Embora o Crédito Solidário previsse recursos para o projeto dentro do financiamento, a Caixa Econômica, o gerente lá, [...] não aprovou, porque ele queria que a gente apresentasse projeto com planilha, com custo... E a gente mostrava pra ele o Estudo de Viabilização da obra, mostrando que era possível executar com aqueles recursos, prevendo que, uma vez aprovada a liberação da primeira parcela, seria contratado o projeto. Porque como você faz um projeto desses sem remuneração? Esses outros [...] do Crédito Solidário, a gente só conseguiu fazer porque a prefeitura entrou com um recurso para a assessoria (2018 apud FERREIRA, 2018, p. 42).

É bastante provável que a baixa qualidade dos projetos, como indicada por Quinto (2007), tenha sido resultado desta conduta irredutível da CEF. Se havia a exigência de projeto fechado com planilha de custos antes de haver a liberação da primeira parcela, proposições simples viram consequência. Não se elimina a possibilidade de a realidade

¹²⁸ GOMES, Cláudia. Entrevista concedida a Fernanda Accioly Moreira em mar. 2008.

do Distrito Federal e entorno indicarem, de fato, o despreparo das assessorias técnicas ou entidades, mas a análise de Quinto poderia ser complementada por uma avaliação mais detalhada do papel da Caixa Econômica Federal no processo. Em Belo Horizonte, como vimos, obtemos outras respostas: a) a ASCA-BH, tendo experiência durante a primeira geração de empreendimentos, já acumulava uma expertise que lhe possibilitava dar andamento ininterrupto à negociação com o poder público; b) a assessoria técnica contratada também tinha experiência originária da primeira geração; c) o lento andamento das obras do RSV se dá devido à morosidade de avaliação da CEF em relação ao aditivo pedido – quase um ano para uma resposta – e à lentidão causada pelos processos licitatórios originários da mudança de gestão e, por fim, d) foi a própria SMAHAB quem limitou a diversidade projetual da segunda geração de empreendimentos.

Além dos motivos elencados por Mário, Ana enxerga ainda um quarto fator contribuinte para o término da autogestão, a diferença de gestão entre o governo que se despedia da esfera municipal e o que entrava. Ela destaca a discrepância no seguinte trecho:

Ela [a autogestão] não continuou porque, na época que o Márcio Lacerda ganhou a eleição, ele até chamou a gente pra fazer os processos, colocou a gente à disposição pra gente fazer autogestão. Mas ele levou em todos os terrenos, fez uma caravana. Levou e, depois de quinze dias, ele mandou nos dizer que os terrenos que ele tinha nos mostrado, na verdade, não eram da Prefeitura. Então, assim, é a diferença de gestão. Quando a gente fala assim: “Ô, gente, nós queremos que fulano e siclano ganhem, é porque têm palavras”. Existe palavra, compromisso com o movimento. E tem gente como o Márcio Lacerda que, infelizmente, não tem compromisso.

Ana completa sua avaliação, dizendo que os processos autogestionários de produção de moradia conferem autonomia às famílias, empodera mulheres e homens, o que ela acredita que “tem que ter um governo que queira”. Já Mário, inserido nos bastidores da elaboração da PMH e durante parte do andamento do PCS em Belo Horizonte, o grande “tiro no pé” da autogestão foi a subestimação da resistência institucional interna e, ao mesmo tempo, uma provocação incipiente em relação ao próprio corpo institucional. Este procurou estimular e capacitar o movimento e o setor técnico, mas talvez tenha faltado um esforço em relação à sensibilização da própria equipe. Mário se lembra de ter havido até mesmo excursões de membros da Prefeitura ao Uruguai para conhecer a experiência vizinha, “porque é uma experiência que todo mundo que conhece fica emocionado de ver quanto que dá certo. [...] Mas talvez fosse necessário fazer mais, né?!”.

A expertise adquirida durante a primeira e a segunda geração de empreendimentos somada à concretização de várias experiências autogeridas parece não ter sido suficiente para a SMAHAB deter a adoção de uma postura defensiva, conseguindo até mesmo fomentá-la. Fica claro que a presença de um novo agente, a CEF, impõe uma série de novas normas que, além de reverberarem diretamente no poder de decisão do grupo, intimidam até mesmo o poder público municipal, receoso em assumir responsabilidades desajustadas à conduta federal. A falta de fluidez causada pela enorme quantidade de empecilhos imposta ao longo da trajetória do RSV, como verificado, é certamente contrária à ideia de autonomia.

Como dito no capítulo 02, se a política habitacional de meados da década de 2000 parecia não responder bem à demanda de moradia popular na RMBH, Lourenço (2014) esclarece que a saída tangível para os movimentos sociais passa a ser investir na ação direta. Se o que havia de mais progressista institucionalmente não satisfazia, era preciso lutar pelos anseios populares fazendo uso de meios próprios.

3.4 O contraponto à política habitacional: a vila Eliana Silva

3.4.1 Os primórdios

A Eliana Silva surge em 2012 como uma ocupação urbana por moradia, localizada na regional Barreiro, ao sul de Belo Horizonte. “Pra contar a história da Eliana Silva a gente precisa contar um pouco da história do MLB também”. É com esta frase que a conversa com Paulo se inicia. A existência do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas, o MLB, antecede a da própria Eliana Silva, ocupando destaque na fala do morador e coordenador do movimento desde o primeiro momento:

[...] Ela [Eliana Silva] foi organizada, ela teve a iniciativa, vanguarda, a preparação feita dentro do movimento. Do MLB, que é um movimento que existe antes de existir a Eliana Silva. [...] Primeiro, chama Eliana Silva em homenagem à companheira Eliana Silva, que ela é uma grande referência pra gente. Foi uma das fundadoras do MLB a nível nacional, era presidenta da associação da Vila Corumbiara.

Na época do nascimento da Vila Corumbiara, Paulo era diretor-presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte (AMES-BH) e uma das práticas do grupo era acompanhar os movimentos sociais. Com a Vila Corumbiara, o então estudante teve a oportunidade de cruzar com Eliana Silva, com quem aprendeu a linha de trabalho do MLB. Anos mais tarde, o aprendizado será aplicado

na ocupação que receberá o nome de Eliana Silva e em demais ocupações organizadas pelo MLB, mas, de acordo com o próprio Paulo, com os devidos ajustes.

A morte de Eliana Silva em 2009 desmotiva o movimento, que entra em decadência. O resultado da perda desta figura-referência, nas palavras de Paulo, foi um MLB “bem [ênfase] aquém do que deve ser um movimento de luta popular pela reforma urbana, pautado pela questão da moradia popular”. A reorganização do movimento se dá três anos depois e se deve a três fatores: a) à preparação¹²⁹, durante nove meses, da primeira ocupação Eliana Silva e sua consequente tentativa de instalação, b) à resistência ao primeiro despejo e c) o próprio “modo de fazer” da segunda ocupação. Paulo diz que esse conjunto de fatores funciona como uma espécie de laboratório, uma chance de novo impulso ao MLB.

A diferenciação entre “primeira” e “segunda” ocupações se deve ao fato de ter havido duas investidas até que as famílias conseguissem se estabelecer. O militante Rafael Bittencourt (2016) e Tiago Castelo Branco Lourenço (2014), arquiteto que presta assessoria técnica à ocupação desde a primeira tentativa, descrevem como foi a primeira experiência de ocupação e a posterior desocupação da Eliana Silva. As cerca de 150 famílias iniciais adentraram o local na madrugada do dia 21 de abril e, na madrugada do dia 11 de maio, uma sexta-feira véspera do dia das mães, a Polícia Militar fez cumprir a reintegração de posse¹³⁰ do terreno público. O processo envolveu um cerco feito pela Polícia Militar com 1 km de raio, de modo a não ser possível entrar ou sair desta limitação imposta. Durante toda a madrugada, as famílias receberam o apoio de moradores das ocupações vizinhas Camilo Torres e Irmã Dorothy, o que já dava indícios de uma rede de resistência em formação, evidenciando a dimensão coletiva da luta pela moradia. Mesmo com apoio externo, o movimento, já com os ânimos esgarçados, resolve recuar no segundo dia de cerco. Paulo enfatiza a violência extrema com que foram surpreendidos, mas exalta a força resultante do episódio:

Era uma estrutura pra acabar com o movimento, pra botar terror – 400 policiais, cavalo, cachorro, helicóptero, caveirão, o GAT [ênfase], os cara encapuzado... Foi uma estrutura de guerra mesmo, pra poder tirar o povo. [...] Nós ficamos [...] 40 e tantas horas resistindo no terreno, [...] ninguém entrava ninguém saía, mãe impedida de amamentar a criança por 30 e tantas horas... Enfim, uma

¹²⁹ O preparo significou reuniões e assembleias com famílias de vilas próximas da própria regional Barreiro. A Vila Santa Rita e a Vila Pinho são exemplos. Também inclui a estruturação de uma rede de apoio, que fica responsável por comunicar em vários tipos de mídia digital o nascimento da nova ocupação em tempo real, ou seja, quando da investida das famílias no terreno.

¹³⁰ Reintegração de posse significa, em linhas gerais, devolver ao proprietário determinada posse que lhe pertença legalmente.

barbárie. Aí a gente saiu ali do terreno porque não tinha outra opção, fomos despejados... Aí, três meses depois, a gente refez a ocupação Eliana Silva num terreno 1 km de onde foi o despejo. Então eles acharam que tinham nos derrotado, mas a gente acabou, no processo, adquirindo foi mais força.

Após esta primeira experiência frustrada, nasce a necessidade de uma segunda investida, ocorrida no dia 22 de agosto de 2012 – um intervalo de três meses em relação à Eliana Silva. I. Lourenço (2014) afirma que a proximidade das eleições municipais foi uma estratégia usada pelo MLB para que as agora 250 famílias conseguissem permanecer no terreno, visto que os candidatos à Prefeitura tenderiam à uma postura de retaguarda. Afinal, a prudência demandava que se mantivessem longe de conflitos políticos na véspera eleitoral.

Neste primeiro momento, a organização transpõe o próprio MLB, na medida em que apoiadores externos também se somam à luta por moradia. A função destes, como fica claro na fala de Denise, é dar visibilidade, “voz” à ocupação:

E os apoiadores externos foram fundamentais no primeiro momento da Eliana Silva. Fundamentais, porque a gente tinha um número de apoiadores – somente das universidades e estudantes – que ia pra Eliana Silva que era muito bom. E criou-se uma rede na cidade, de um apoio. E foi fundamental pra gente não ser despejado, pra gente ter visibilidade, ter voz... Assim como aconteceu nas ocupações do Izidora, no momento que tava com ameaça de despejo. [...] Só a luta das famílias talvez não daria conta porque, sem visibilidade por exemplo, o que que a polícia não poderia fazer, né... [...] Essa comunicação... Todo mundo tá junto pra fazer o espaço acontecer.

Dar a voz é uma expressão questionável na medida em que sugere que alguns detêm voz enquanto outros não – o que não é uma verdade – e pressupõe a existência de uma dependência, afinal existe um receptor da voz, que lhe é dada por um ofertante. A fala de Denise, contudo, não parece evocar dependência, e sim um reconhecimento de que os apoiadores adotam uma atitude parceira neste momento. A função dos apoiadores é complementar à prática *in loco* das famílias, e não superposta: a de acobertar uma necessidade imediata num dado intervalo temporal. Sem um acompanhamento vigilante, as ocupações poderiam ficar de fato à mercê da violência policial.

Se algumas situações carecem depender do envolvimento de mais atores, outras são resolvidas pelos próprios moradores, como foi o caso da estratégia organizada quando da expedição do primeiro mandado de reintegração de posse do terreno. Denise relembra que o primeiro comunicado de despejo enviado pelo então prefeito Márcio Lacerda continha detalhes até mesmo de quem iria fazer cumprir o mandado, autorizando a polícia militar a fazer uso de todas as forças cabíveis. Para conter a tentativa de desmobilização,

as famílias tramaram uma “escala de ocupação” da PBH, que resultou na derrubada do despejo:

E aí a gente se organizou em uma semana e aí a coordenação na época, foi mais a Poli mesmo, ela conseguiu organizar uma escala de ocupação da Prefeitura. [...] Aí dividimos, não podia deixar a Eliana Silva vazia. [...] Nós ficamos ocupados na Prefeitura por uma semana. E, pra Prefeitura não ficar vazia nem a Eliana Silva ficar vazia, tinha uma escala. Então as famílias iam e voltavam e funcionou muito, porque aí o despejo foi derrubado.

Mesmo antes da derrubada do despejo, isto é, mesmo sem garantias da vitória, um assentamento provisório foi instalado, que constitui em famílias se distribuindo pela ocupação, armando barracas de lona. Segundo Denise, quando se entra no terreno, a distribuição é aleatória; não significa que, ocupando certa porção do terreno, a família se manterá a qualquer custo naquele local específico. A instalação fixa se dá somente quando ocorre a distribuição dos lotes e é provável que quem tenha se instalado em um ponto “x” seja contemplado por um lote no ponto “y”. Alguns equipamentos coletivos, contudo, já ocupam espaços pré-definidos neste esboço inicial, mas tampouco permanecerão necessariamente onde foram originalmente implantados quando da implementação do plano urbano¹³¹. Na Eliana Silva, eles corresponderam à creche, cozinha, escritório do MLB, portarias, banheiros e chuveiros públicos.

Dentre as comissões imediatamente acordadas – como as de limpeza, organização, creche, segurança, portaria, cozinha – está a de construção, responsável, como o nome sugere, pela construção dos equipamentos de uso coletivo, em lona num primeiro momento. Como verificado nos processos ditos autogestionários analisados no item anterior, a rotação de tarefas também era incomum na ocupação. A escolha das comissões, que funcionavam na base de turnos, dependia das habilidades dos moradores e, como a fala de Denise indica, prezava a velocidade:

Nas assembleias: “Gente, precisa de cinco nomes pra portaria. Fulano, siclano e beltrano”. Desse jeito, sabe? E era... Mudava, assim. Porque, por exemplo, a portaria, são 4 turnos. Ficava 6, 6, 6 e 6. 6 em 6 horas, tinha que ficar de madrugada... Então todo mundo tem que participar.

Os primeiros equipamentos de uso público e coletivo, de acordo com Paulo, foram construídos segundo a necessidade, não foram pensados para serem instrumentos pedagógicos ou catalisadores de uma espécie de espírito coletivo. Era o calor do

¹³¹ Plano urbano refere-se ao desenho técnico que contém o parcelamento do solo e o lançamento viário.

utilitarismo o que ditava sua existência, como fica claro quando Paulo diz: “Tá as crianças lá, que que você faz com esses meninos? Aé, vamo montar uma creche.” Se a manutenção desses espaços era uma boa oportunidade para desenvolver laços e autorresponsabilidades entre os moradores, esses ganhos eram mera consequência.



Figura 24: Banheiros públicos, masculino e feminino.

Fonte: Aatoria desconhecida, novembro 2012. Disponível em: dialogoselianasilva.wordpress.com



Figura 25: Chuveiros públicos, masculino e feminino.

Fonte: Aatoria desconhecida, novembro 2012. Disponível em: dialogoselianasilva.wordpress.com



Figura 26: Cozinha comunitária.

Fonte: Aatoria desconhecida, novembro 2012. Disponível em: dialogoselianasilva.wordpress.com

Lourenço (2014) conta que o plano urbano da Eliana Silva II envolveu a participação de moradores da ocupação, militantes do MLB, graduandos de Arquitetura e Urbanismo e arquitetos. Ainda que já esboçado durante o assentamento provisório, ele

carecia de ajustes e, uma semana após a entrada das famílias no terreno, foi apresentado à coordenação do movimento. Sua implantação corria ininterruptamente: em dias de semana, para se evitar a fiscalização da polícia e da própria vizinhança, e em fins de semana, para que mais moradores pudessem participar da demarcação.

Ao contrário dos processos autogestionários resultantes de política pública, em que existe determinada instância e tempo acordado para que os projetos sejam discutidos com os moradores ao menos minimamente, na autogestão via produção de cidade a urgência de ocupar não permite que haja delongas na elaboração do plano urbano. Nesta etapa, os moradores têm pouca ou quase nenhuma participação, restando-lhes confiar nas decisões de uma minoria composta, sobretudo, por técnicos. Se transpusessemos a referida escada da participação popular sugerida por Souza (2006, 2010) para este caso – ciente de que ela se refere a relações entre poder público e sociedade civil, e não a relações dentro do movimento social –, talvez consideraríamos encaixá-la no nível da informação, uma vez que os moradores ficam apenas cientes das deliberações. Se, por um lado, distancia-se da autonomia, por outro, o tempo que se economiza na elaboração do plano é usado para concentrar esforços na consolidação da ocupação, considerada a ação mais eficiente para dificultar o cumprimento da reintegração de posse. Desse modo, a inviabilização de uma participação maior é, na verdade, uma escolha que encobre uma tática de resistência.

3.4.2 A produção: de ocupação à vila

Após a demarcação dos lotes e vias, era o momento de “colocar a mão na massa” e abrir as ruas. O recurso vinha de doações de apoiadores externos e de contribuição mensal das famílias no valor de 10 reais¹³². Denise se recorda que todos ajudavam; a mão de obra, em regime de mutirão, era formada pelos próprios ocupantes, que abriam a rua “no braço” e depois passava-se um trator para uniformizar o solo, cujo serviço era pago com o dinheiro da vaquinha angariada.

Concomitante à execução do arruamento, se dava a divisão dos lotes, distribuídos com base em um sistema de pontuação. Quem menos participava das comissões existentes era fadado a escolher o lote mais tarde, ou seja, os mais ativos na construção coletiva do espaço eram recompensados por seu trabalho. Denise apela para a lógica:

¹³² Essa verba também era direcionada a cobrir gastos, dentre outros, com transporte, gasolina e contratação de advogado.

“tem serviço pra todo mundo fazer, [...] todo mundo tem que trabalhar”. Os primeiros lotes eram distribuídos por pontuação, mas os demais eram sorteados.

Além da investida do poder público, os moradores enfrentaram também o tráfico de drogas da região. Sem maiores detalhes, Paulo conta que a situação foi tão delicada que, para conseguirem defender o local que haviam ocupado, tiveram de colocar a própria vida em risco. Denise completa, dizendo ter sido o MLB quem assumiu a responsabilidade de fazer oposição:

Porque, quando ocupou, o tráfico queria bancar. Falou assim: “Ah, nosso, não sei o quê. Aí a gente falou: “Não, não vamos não”. Aí tem uma conversa, que não foi fácil do jeito que eu tô falando, não foi assim. Mas que surtiu um efeito muito grande, por exemplo, de não ter venda [de droga] lá dentro. [...] [O tráfico] queria tomar os lotes... [...] E aí o movimento banca: “Não vão tomar não, não é assim que faz não”.

Com a divisão dos lotes, Lourenço (2014) relata que, em três semanas, já existiam vinte casas de alvenaria. Segundo Denise, as primeiras casas foram construídas sob regime de mutirão; os materiais eram cedidos pelo proprietário ou proprietária do lote e a edificação ficava por conta da comissão de construção. Esta prática, contudo, foi se perdendo ao longo do tempo.

As famílias se cadastravam no escritório do MLB. Muitas do entorno, curiosas com a movimentação, chegavam ao local e faziam cadastro para as eventuais ocupações organizadas seguintes. Algumas vezes não era necessário nem esperar por uma próxima experiência autogestionária, porque havia desistências e as famílias cadastradas eram acionadas, como Denise relata:

Ainda nos primeiros meses, você tem uma exclusão de algumas famílias que não têm comprometimento com a luta, assim, porque tem gente que não precisa e ocupa no interesse da venda, do aluguel. E aí, quando essa pessoa percebe que isso não vai acontecer, ela abandona e aí sobra. E isso aconteceu em algumas casas do Eliana Silva e aí chegaram famílias novas. Eu, por exemplo, fui um caso. As pessoas que tavam no cadastro, que eu falei que chegavam depois, [...] foram contempladas dessa maneira.

A diversificação dos rostos nos primeiros meses poderia sugerir uma certa instabilidade ou perda de foco do grupo sócio-espacial¹³³. No entanto, indícios apontam

¹³³ Valho-me do conceito recentemente proposto por Kapp (2018), reconhecido pela própria autora como parte de uma teoria ainda em processo. Um grupo sócio-espacial pressupõe uma relação íntima entre um coletivo de pessoas e o espaço: este é produzido pelo grupo que, ao mesmo tempo, é constituído pelo espaço. Existe, portanto, uma quase via de mão dupla entre agentes e espaço, sendo esta relação sempre desenvolvida de baixo para cima: os atores transformam o espaço sem determinações de terceiros.

que as pessoas estavam comprometidas com a força do coletivo, como Denise explicita em um exemplo que, para ela, foi a revelação de como se daria o funcionamento da ocupação a partir de então:

Tem uma cena que eu acho muito legal que eu não esqueço, assim. Eu não tava ainda morando no Eliana Silva, mas eu ia lá, por exemplo, nos fins de semana nesse período. [...] A minha mãe já tava ficando lá e eu fui com ela, com meus irmãos também, pra gente passar [...] o fim de semana na ocupação. [...] E aí a gente tava lá no fim de semana e chegou um caminhão de telhas, essas telhas de cerâmica. Era muita telha e chegou de doação pra ocupação. E aí a gente fez um sistema de formiguinha, que ia da portaria até bem pra baixo da creche, que ainda não tinha divisão de rua. E aí a gente descarregou – todo mundo ajudou – o caminhão em meia hora. E passando, assim, na formiguinha! E foi muito legal, porque foi o primeiro contato que eu tive com esse sistema de comunidade mesmo. Aí eu fui entender como que começavam os processos – começar a entender, né – como que era uma ocupação urbana, assim, qual que era o sistema de funcionamento.

O MLB, sendo um movimento associativo legalmente, prevê filiados e associados em seus estatutos. No cadastro da ocupação, as famílias se filiavam ao movimento e, a partir de então, são incumbidas de participar ativamente, como Paulo deixa claro:

É lutar junto com o movimento, né, tá presente nas lutas e tal, organizada, e ajudar a construir o movimento de todos os sentidos. Do ponto de vista político, organizativo e, inclusive, financeiro. [...] Então as ocupações do MLB têm isso, a pessoa paga 10 reais por mês. E ela participa. Porque não é só pagou e... Não, participar.

Apesar de serem constantemente cobradas, tanto a participação quanto a contribuição são, contudo, voluntárias. Paulo justifica a cobrança, mas aceita – não sem certa indignação – a decisão de não se contribuir: “Se você acredita num negócio, você tem que ajudar a construir. [...] Se a pessoa não quiser, paciência, fazer o quê”. Esta fala faz suscitar uma suposição: a forma com que o movimento apela para a participação das famílias poderia abrir espaço para a contribuição pelo constrangimento, por obrigação ou pressão, e uma participação sem ganas beira à coerção, o que é contrário à perspectiva autonomista. No entanto, caberia averiguar se esta suposição se aplica de fato, se a contribuição funciona mais como uma obrigação do que como uma concordância com os preceitos estabelecidos pelo movimento.

No início da ocupação, todas as famílias assinam um regimento interno, comprometendo-se com uma série de regras. Dentre elas, estão várias proibições: a venda/compra/aluguel das casas nos primeiros cinco anos, o uso comercial também nos primeiros cinco anos, a violência à mulher, o uso de drogas e/ou álcool dentro da

ocupação. Se alguém quiser se mudar e vender a casa, por exemplo, só poderá passar o imóvel à outra pessoa pelo valor despendido com a construção, uma forma de evitar a extração de mais valia do produto casa e fazer predominar seu valor de uso em detrimento do valor de troca – um alinhamento com um dos preceitos do movimento. Dependendo da gravidade da falta, o descumprimento pode levar até mesmo à expulsão de um associado. Este, porém, sempre tem a chance de se defender em assembleia, segundo Denise. Paulo explica como funciona:

É na assembleia que se discute se ela vai ser expulsa, se não vai. Pode, o movimento, tomar a decisão de expulsar. Vai pra assembleia e [se] a assembleia achar que não, que a pessoa vai continuar, [...] ela vai continuar. A não ser que for... Tem algumas cláusulas nossas que são faltas gravíssimas que aí a assembleia já tá decidido que cabe, unilateralmente, a expulsão, né. Aí já é um caso grave de agressão, de violência contra a mulher... Aí não vai ter muito “coré-coré” não.

Quando perguntada se as regras são acordadas entre todos, Denise diz que sim, porém sequencialmente completa que o acordo significa um termo de responsabilidade assinado em assembleia. Os moradores são, portanto, *cientes* das regras, mas a maioria não participa de sua produção. As regras, como Denise comenta, são “do MLB”, isto é, elaboradas pelo movimento e existentes antes mesmo do início da ocupação, sendo divulgadas durante as reuniões prévias. No entanto, as reuniões de preparo não são acessadas por todos os moradores – mesmo porque muitos, como mencionado, são contemplados por lotes após a desistência de outras pessoas. Denise parece não se importar que as regras sejam colocadas de antemão ao grupo, uma vez que elas são, nas palavras da coordenadora, responsáveis:

Porque, quando eu comecei a participar mais, elas [as regras] já existiam. [...] Ainda no processo de reunião antes das ocupações, essas regras já são colocadas. Mas é porque, assim, são regras visando uma qualidade do espaço mesmo. [...] E é isso, assim, você usa droga aqui dentro e a polícia pode chegar e usar isso contra nós, que nós tamos protegendo o tráfico, que nós fazemos parte do tráfico... Então são regras responsáveis nesse sentido. A própria proibição da venda e do aluguel, né. Você não pode vender o espaço, o espaço não é seu ainda, você não pode alugar. Você não aluga uma coisa que não é sua. Que levam à exclusão da pessoa, aí a exclusão é decidida coletivamente.

Nas palavras de Paulo, as assembleias são uma forma de se fazer exercer uma “democracia popular”:

São assembleias que, dentro daquele espaço ali existe uma hierarquia do movimento, né, de coordenação e tudo. Mas, do ponto de vista daquele espaço de decisão... Tudo isso que eu te falei aqui foi aprovado em assembleia, viu.

Uma ou outra coisinha aí que a necessidade falou mais alto do que... Aí não tinha jeito. “Ah, vamo fazer uma assembleia pra decidir se eu ocupo ali ou aqui”. Aí não tem jeito, mas... Pra ter creche, a luta pra COPASA... Assim, na hora ali, [...] junta tudo e: “E aí, fica aqui ou vai... Alguém é contra?” “Não”. Aí pronto, tá aí. Mas sempre exercendo uma democracia popular.

Dois pontos são passíveis de serem discutidos: a existência de uma coordenação, o que indica a existência de posições distintas entre os moradores, e a tomada de decisão com base na votação dos presentes.

Existir uma coordenação implica na existência de uma hierarquia que, conseqüentemente, implica – ainda que não intencionalmente – em uma separação entre dirigentes e dirigidos ou, em outras palavras, pressupõe uma relação de poder assimétrica e interdependente; a experiência que Tereza Correa teve enquanto fundadora de uma central de cooperativas venezuelana, a Cecosesola, ilustra bem esta afirmação. Conforme Correa¹³⁴, a interdependência se traduz da seguinte maneira em relações hierárquicas: uma maioria recebe a responsabilidade e, portanto, não se compromete enquanto uma minoria preenche a necessidade do primeiro grupo, ou seja, assume para si a responsabilidade dos atos. Gera-se um sistema de retroalimentação: ‘eu não me envolvo de forma concisa, portanto confio’ versus ‘eu não vejo proatividade nos demais, portanto assumo’, o que faz com que a dependência da maioria seja suprida e, ao mesmo tempo, reconhecida como pertinente. São os coordenadores da Eliana Silva que geralmente participam de debates externos, conversam com pesquisadores, recebem pessoas externas para conhecerem a vila. São eles que, grosso modo, representam a ocupação, o que exige dos demais de se responsabilizarem de maneira mais significativa pelo todo.

Em relação à decisão com base no voto, a experiência da Cecosesola também pode ser usada como comparativo. Ao longo de seus 51 anos de existência, a central – que hoje reúne 1300 trabalhadores associados nas áreas de saúde, produção e consumo de alimentos e serviço funerário – veio desenvolvendo uma forma de gestão sem linhas de mando e baseada em *princípios coletivos*. Estes – que não são anotados em estatuto, e sim *assimilados* pelos associados – funcionam como norteadores, um referencial para a atuação do grupo, de acordo com o fundador da cooperativa Gustavo Romer¹³⁵¹³⁶. Esta

¹³⁴ Informação proferida por Tereza Correa no Minicurso “Cecosesola: 51 anos de autogestão”. Belo Horizonte, 25, 28, 29 e 30 jan. 2019.

¹³⁵ Informação proferida por Gustavo Salas Romer no Minicurso “Cecosesola: 51 anos de autogestão”. Belo Horizonte, 25, 28, 29 e 30 jan. 2019.

¹³⁶ Dois exemplos de princípios coletivos – a importância dada à família e a superação da individualidade – serviram de ilustração em um minicurso ocorrido em Belo Horizonte nos dias 25, 28, 29 e 30 de janeiro de 2019, ministrado por dois dos fundadores da Cecosesola. Gustavo Salas Romer e Tereza Correa

forma de atuação, aparentemente, é a materialização prática do que a teoria de Paul Singer (2002) diz: em uma empresa autogestionada, as diretrizes e decisões são acumuladas ao longo do tempo, possibilitando a resolução posterior de vários problemas frequentes. No caso da Eliana Silva, combinar consensualmente alguns princípios de atuação básicos poderia ser uma forma de norreamento para que eventuais decisões fossem tomadas despreocupadamente, mesmo sem todos os presentes.

Em 2012, ainda no início da ocupação, foi feita uma parceria com o grupo de pesquisa Praxis da Escola de Arquitetura da UFMG, para encontrar alternativas que resolvessem o problema de saneamento básico local. A primeira delas, o círculo de bananeiras, era voltada para a questão das chamadas águas cinzas (descartes do chuveiro, pia, tanque). Já a segunda, o tanque de evapotranspiração ou TEVAP, para a questão das chamadas águas negras (descartes do vaso sanitário). Ambos¹³⁷ foram construídos no sistema de mutirão, reunindo estudantes e moradores, uma forma de reunir a expertise do saber técnico com a expertise do saber prático.



Figura 27: TEVAP: fixação de tela de estuque por estudantes.

Fonte: Autoria desconhecida, dezembro 2012.
Disponível em:
dialogoselianasilva.wordpress.com

exemplificaram o primeiro princípio com o caso de uma associada que, em assembleia, pediu que fosse dispensada de iniciar os trabalhos às 6h, como sempre fora acordado entre todos, para cumprir com a obrigação de levar seu filho à escola. Os presentes, em consenso, aceitaram o pedido, uma vez que todos entendem como prioritário o compromisso com a família. O segundo princípio foi ilustrado com o erro de um associado. Uma carga de mamão havia chegado na porta de um dos mercados onde a cooperativa semanalmente vende as verduras, legumes e frutas produzidos. O motorista do caminhão perguntou a um dos feirantes se havia o interesse em comprar a mercadoria completa e o feirante consentiu. No entanto, os mamões estragaram em pouco tempo e, quando o feirante foi indagado por outros companheiros do porquê de ter aceitado a mercadoria, ele respondeu que achava que os mamões não estragariam daquela forma. Na hora, foi reprimido pelos colegas, que lhe disseram: “Se você não sabe, você pergunta a quem sabe”, já que decisões individuais não são condizentes com os princípios da central.

¹³⁷ Tanto o TEVAP quanto o círculo de bananeiras são consideradas tecnologias sociais cuja intenção é a replicabilidade e o baixo custo. O grupo Praxis adotou-as na ocupação Eliana Silva, embora não sejam de sua autoria.



Figura 28: TEVAP: revestimento com cimento após telamento.

Fonte: dialogoselianasilva.wordpress.com, dezembro 2012



Figura 29: TEVAP: preenchimento com entulho e pneus.

Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2012



Figura 30: Círculo de bananeiras recém-finalizado.

Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2012

O círculo de bananeiras consistia em um buraco cilíndrico de 1,2m de diâmetro, contendo brita, troncos, galhos, gravetos e folhas e, por fim, bananeiras para assentar a superfície. Devido às várias camadas, atuava como uma espécie de filtro que impedia a volta do cheiro e a tecnologia permitia que as bananas fossem consumidas. Cada domicílio era contemplado por um, geralmente alocado próximo à cozinha. A manutenção deveria ocorrer a cada 6 meses.

De acordo com as recomendações técnicas, o número máximo de domicílios servidos por TEVAP eram dois. No entanto, a memória de Denise aponta que a alternativa aguentava 10 pessoas, o que fazia com que sua distribuição pela ocupação fosse menor do que a dos círculos de bananeiras. Ao contrário da solução para as águas cinzas, o

TEVAP era bastante robusto, uma vez que consistia em vala de 10m² revestida por tela de estuque e cimento e preenchida por entulho, pneus e brita, sendo finalizada com terra e mudas de bananeiras, cujas bananas também podiam ser consumidas.

Com a chegada das soluções para o esgoto da ocupação, muda-se a dinâmica local; a cozinha comunitária já se torna desnecessária e, pouco tempo depois, os banheiros públicos. Denise relata:

A cozinha [comunitária] ela para antes dos banheiros. Porque, depois que as pessoas já têm um cômodo, elas já podem pôr o fogão. Só que elas ainda não têm o esgoto, que o TEVAP foi construído depois. Então elas ainda não têm como pôr o banheiro. Então primeiro para a cozinha, e aí os banheiros ficam. Aí depois já faz a instalação dos TEVAPs e aí tira o banheiro também.

Ao contrário do que ocorre em processos autogestionários institucionalizados de produção de moradia, a execução de uma ocupação não ocorre em dado intervalo pré-determinado, ela acompanha a disposição de recursos e empenho dos envolvidos, prolongando-se no tempo. Dessa forma, equipamentos de uso coletivo e serviços relacionados à infraestrutura local são conquistas decorrentes de anos, não sem esforço e pressão social. Na Eliana Silva, o caso da creche é emblemático por ser, segundo Paulo, “o coração da ocupação”, seu principal espaço coletivo.

A creche Tia Carminha¹³⁸ foi o primeiro espaço de alvenaria que a ocupação construiu. Com o material doado pelas famílias e a mão de obra mutirante local, um único cômodo sem qualquer planejamento foi levantado inicialmente, fruto da urgência de driblar uma ameaça do Conselho Tutelar que queria recolher as crianças devido à precariedade do espaço de lona. No primeiro galpão sem divisórias internas, a creche funcionou por quase dois anos e foi fundamental, no primeiro momento, para que as famílias – sobretudo as mães – pudessem participar das comissões. Desse modo, a creche vem para ampliar a liberdade feminina, favorece exatamente a capacidade das mulheres de fazer “escolhas em liberdade”, exatamente como Souza (2010) define a autonomia individual.

¹³⁸ Maria do Carmo Soares, mais conhecida como Carminha, foi a coordenadora de um coral infantil da Vila Corumbiara cujo repertório consistia em músicas revolucionárias populares, hinos de libertação e resistência dos oprimidos. Carminha faleceu em dezembro de 2011, na época de preparação da ocupação Eliana Silva I.



Figura 31: Cômado inicial da Creche Tia Carminha.

Fonte: A autoria desconhecida, novembro 2012.
Disponível em:
dialogoseliasilva.wordpress.com

Com o crescimento da demanda, em 2013 surge a necessidade de ampliar o espaço da creche Tia Carminha. Para viabilizar tecnicamente o desejo, o projeto foi feito em parceria novamente com o grupo Praxis e previa ajustes no primeiro cômado em alvenaria, um berçário no segundo pavimento, um anexo lateral e um parquinho aos fundos. Se a reforma começou com doações de apoiadores isolados no primeiro semestre, em um segundo momento este método mostrou-se inadequado. Para viabilizar o desejo economicamente, uma campanha de financiamento coletivo tomou forma no segundo semestre, por meio de plataforma online denominada Catarse. O objetivo da reforma, conforme explicitado na descrição do projeto, era a organização popular e tinha como fundamento a pedagogia crítica de Paulo Freire:

Partindo da importância que reconhecemos na educação e na urgência de atender com qualidade as crianças da Eliana Silva, o objetivo desse projeto é ampliar a escola infantil para que ela seja uma referência de organização popular. Os intuitos não são só alfabetizar os pequenos, como também garantir que eles desenvolvam habilidades motoras, pedagógicas e um pensamento crítico, a partir dos princípios libertários em que acreditamos e baseados, sobretudo, nas concepções de Paulo Freire (LEITE, 2013).



Figura 32: Reforma que ocorria, até então, sem financiamento coletivo.

Fonte: A autoria desconhecida, julho 2013.
Disponível em:
dialogoseliasilva.wordpress.com

A meta inicial de R\$40.000,00 foi alcançada em tempo hábil, o que levou os organizadores da “vaquinha” a solicitarem novo aporte de recursos – no valor de

R\$10.000,00 destinados à construção de uma biblioteca conjugada a um centro de informática – enquanto o prazo do catarse ainda não havia esgotado. No total, foram angariados R\$51.107,00, que incluíam gastos com movimentações de terra, arrimos e fechamento de lote, fundação, estrutura, vedação, telhado, esquadrias e vidros, acabamentos, instalações hidráulicas e elétricas, pintura, fretes e locações de equipamentos, mão de obra, dentre outros.

Os recursos econômicos acumulados foram provenientes dos próprios moradores e de apoiadores, incluindo pessoas ligadas à Academia, setores da Igreja Católica, parcerias e projetos. Na plataforma Catarse, uma rápida análise do perfil dos colaboradores indica que o dinheiro angariado foi proveniente quase integralmente de apoiadores que não moravam na ocupação. Denise reconhece o papel fundamental desempenhado pelos parceiros externos:

A própria creche, assim, sem apoio externo não teria o que tem hoje. [...] A vaquinha online que rolou [...] foi ali no bolinho, na fala, fulano que conhece alguém... O trabalho de formiguinha, que é muito, muito importante pro trabalho do MLB acontecer.

A forma como ocorre a arrecadação do dinheiro para a creche sugere a existência de certo nível de dependência econômica em relação a apoiadores, provocada pela inexistência de algum tipo de remuneração interna – como uma atividade produtiva. Contudo, atenta-se para o fato de que aportar dinheiro na plataforma Catarse não significava dispor de algum poder de decisão sobre a construção da creche, a finalidade da colaboração era meramente econômica. As decisões do grupo foram aparentemente mantidas. Vale, porém, ressaltar que alguns apoiadores externos, além do dinheiro aportado, contribuíram com intenso engajamento ao produzirem vídeos e peças gráficas, divulgarem a campanha ininterruptamente em mídias sociais, buscarem o suporte de celebridades – o rapper Emicida e o humorista Fábio Porchat, por exemplo, declararam apoio publicamente ao projeto – e de acadêmicos de renome. A colaboração, além de financeira, foi também organizativa para dadas pessoas; se esta mobilização externa não fosse realizada, é provável que o projeto não teria a mesma visibilidade.

Contanto que o aporte de dinheiro de pessoas externas não signifique influência nas decisões dos próprios moradores, não haveria maiores problemas nesta colaboração financeira no que tange à autonomia coletiva do grupo sócio-espacial. O ideal, sem dúvidas, seria haver uma fonte de renda interna, algum tipo de atividade produtiva ou serviço que viabilizasse economicamente os planos da ocupação. Porém entende-se que

um projeto de tamanho mais considerável – como a edificação de uma creche e centro de informática – certamente careceria de contribuição externa como complementação, ainda que essa fonte ininterrupta de verba existisse.

A execução do projeto da creche não parou no fim de 2013, enquanto a campanha de arrecadação dos fundos estava em curso. O cotidiano de obras era sempre acompanhado pelo grupo Praxis, que até hoje registra em blog as visitas advindas da parceria que mantém com a ocupação. Em um dos encontros descritos, datado de 08 de novembro de 2013¹³⁹, relata-se sobre o caso da terraplanagem. Um horário entre uma das pesquisadoras e o tratorista havia sido acordado. Porém, quando a primeira chegou ao canteiro, o serviço já havia sido iniciado e de maneira equivocada, pois o volume de terra retirado era maior do que o previsto no projeto, expondo a fundação do prédio.



Figura 33: Movimentação de terra desproporcional.

Fonte: Autoria desconhecida, setembro 2013.
Disponível em:
dialogoselianasilva.wordpress.com

A descrição descortina uma questão há algum tempo levantada pelo arquiteto Sérgio Ferro (1982): o projeto arquitetônico é um instrumento de poder que valida a separação entre concepção (nas mãos de um saber técnico) e realização (nas mãos de um saber executante). O desenho arquitetônico é o que funciona como espécie de “entidade totalizante” de toda a produção; aqueles que conseguem decodificá-lo possuem vantagem sobre os outros. A linguagem do desenho incita a heteronomia na medida em que é composta por uma série de códigos inacessíveis à maioria, meros corpos dirigidos. No caso da terraplanagem, a saída encontrada pela pesquisadora do grupo Praxis foi reforçar a recomendação de que as dúvidas sobre o projeto fossem discutidas previamente à execução. A solução, ainda que possivelmente com a melhor das intenções, fortalece a

¹³⁹ Informação extraída do blog “Diálogos na comunidade Eliana Silva”. Relato intitulado “Visita obra creche 08.09.13, realizado em 20 de setembro de 2013 Disponível em: <https://dialogoselianasilva.wordpress.com/2013/09/20/visita-obra-creche-08-09-13/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

ideia de uma dependência constante do saber popular em relação ao saber técnico. Este evento, por exemplo, poderia ter funcionado como material de reflexão do grupo de pesquisa, uma forma de alcançarem uma via mais inclusiva de transmissão da informação do que a do projeto tradicional. A urgência da reforma, contudo, poderia justificar a escolha, neste momento, de uma atuação acadêmica que reforçasse a separação entre os saberes. Afinal o tempo da vida, muitas vezes, é incompatível com o tempo da pesquisa.

Um outro exemplo de parceria refere-se à construção de um parquinho da ocupação, além daquele já previsto para a creche. Realizado em março de 2014, a montagem foi organizada pelo grupo “Engenheiros da Alegria” – composto, na maioria, por estudantes – e contou com a participação de moradores e apoiadores externos. Em menos de uma semana após o mutirão do parquinho, o grupo Praxis foi consultado por moradores preocupados, porque as chuvas dos dias anteriores haviam deslocado brinquedos, terra e móveis de madeira¹⁴⁰.

Uma série de problemas foram relatados, identificados por pesquisadora do grupo Praxis durante visita técnica¹⁴¹: a) a remoção da vegetação para a instalação do parquinho somado aos cortes feitos no terreno sem angulação ideal resultara em deslizamentos de terra; b) os brinquedos foram instalados em parte da encosta da nascente de água dessa região. Rachaduras surgiram tanto nos cortes feitos quanto na superfície da encosta, aumentando as chances de deslizamento de terra no corpo d’água; c) alguns dos pneus usados para complementar a estética do local não haviam sido preenchidos, tornando-se alvo de acúmulo de água.



Figura 34: Parquinho após montagem.
Fonte: Autoria desconhecida, abril 2014.
Disponível em:
dialogoselianasilva.wordpress.com

¹⁴⁰ Informação extraída do blog “Diálogos na comunidade Eliana Silva”. Relato intitulado “Visita 03-04.2014, realizado em 08 de abril de 2014 Disponível em: <https://dialogoselianasilva.wordpress.com/2014/04/08/visita-03-04-2014/>. Acesso em: 04 fev. 2019.

¹⁴¹ Idem.



Figura 35: Terreno instável após cortes indevidos.

Fonte: Autoria desconhecida, abril 2014.

Disponível em:
dialogoselianasilva.wordpress.com



Figura 36: Pneus sem preenchimento.

Fonte: Autoria desconhecida, abril 2014.

Disponível em:
dialogoselianasilva.wordpress.com

Pelo balanço dos fatos, a intervenção – que ganhou a força de uma campanha missionária – acabou trazendo preocupação e problemas antes inexistentes para a ocupação, apesar de ter tido a intenção de trazer autoestima para o local e lazer para as crianças. A ideia de se fazer o parquinho foi tanto da coordenação da Eliana Silva quanto dos Engenheiros da Alegria. Os brinquedos já existiam na ocupação – anteriormente junto à sua entrada – e doações por volta de R\$600,00 vindas de apoiadores foram suficientes para cobrir todos os gastos da força-tarefa¹⁴². Atualmente, o parquinho inexistente. Segundo Denise, o uso indevido dos brinquedos e do espaço pelos próprios adultos – algo que a moradora não entra em detalhes – fez com que os brinquedos fossem levados para outra ocupação.

O episódio do parquinho ilustra que o MLB não corresponde à totalidade dos moradores. Apesar de lideranças do MLB serem também lideranças residentes na própria Eliana Silva, em alguns momentos o movimento parece se sobrepor à ocupação, funcionando como uma espécie de entidade dupla: por vezes representam o conjunto de

¹⁴² Informação cedida por Leonardo Péricles Vieira, coordenador do MLB e coordenador local, extraída do vídeo “Ocupação Eliana Silva, em Belo Horizonte: Parque das crianças - Engenheiros da alegria. 13/04/14”, de autoria de Frei Gilvander. 7’30”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dl2Uq4Q0tlk>. Acesso em: 04 fev. 2019.

moradores, por vezes atuam de modo independente. Se a proposta tivesse partido dos próprios moradores, talvez houvesse maiores condições de perpetuação. O episódio aponta que é difícil fazer vingar um dado bem coletivo se ele não parte, de fato, da vontade do coletivo, mas corresponde à incorporação de uma ideia de “bem maior”.

A relação entre o movimento e população local não é tão estreita a ponto de serem identificados com unissonância, porque os moradores podem ser membros do MLB, mas o MLB não é formado apenas por moradores da Eliana Silva – relembremos da abrangência do movimento, atuante em 14 estados. Inclusive um nicho do braço mineiro do movimento é formado por jovens de classe média que não moram na ocupação, geralmente ligados à parte de comunicação nas redes sociais e de fomentar a visibilidade da ocupação e do próprio movimento. Esta questão, porém, parece ter sido motivo de reflexão interna: desde 2014, é visível uma preocupação do MLB com a realização de oficinas de produção audiovisual e de comunicação popular que envolvam sobretudo jovens moradores. Contudo, ainda persistiram chamadas nas redes sociais para que apoiadores compusessem o quadro de comunicação de ocupações organizadas pelo MLB, principalmente durante sua fase inicial, como foi o caso das ocupações Paulo Freire (2015) e Carolina Maria de Jesus (2017).

Quando Paulo diz – como mencionado – que “pra contar a história da Eliana Silva a gente precisa contar um pouco da história do MLB também”, sugere-se uma supremacia do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas em relação à própria ocupação. De acordo com Paulo, a ligação de água na Eliana Silva “foi uma das vitórias mais cabais que *o movimento* teve”, frase que ilustra que as vitórias são colocadas como pertencentes, primariamente, ao movimento, e não ao conjunto de pessoas que ali vivem. O MLB surge antes da ocupação, que parece se moldar aos métodos organizativos próprios do primeiro, como a fala de Paulo sugere quando afirma que a “creche é do MLB”:

Em relação ao movimento ela não é autogestão, o MLB coordena a creche Tia Carminha, ela é fruto e resultado da política que o MLB desenvolve. Então ela é uma creche do MLB. Ao mesmo tempo uma creche da Eliana Silva, uma creche das famílias que dela precisam.

Após a finalização da campanha de financiamento coletivo, ainda no primeiro semestre de 2014, as obras da creche puderam ocorrer com os novos recursos. Ao contrário do cômodo inicial, erguido no sistema de mutirão, a ampliação do equipamento contou com mão de obra local reduzida; dois a três moradores que atuavam no mercado formal como pedreiros concentravam seus trabalhos aos finais de semana e recebiam uma

ajuda de custo. Ao contrário dos processos autogestionários via produção habitacional, a mão de obra feminina não tinha vez no canteiro. No entanto, para que o projeto fosse executado o mais rápido possível, Ana Flávia Silva (2015), que acompanhou o cotidiano da creche em 2015, conta que as moradoras então responsáveis pelo cuidado com as crianças foram peças-chave, uma vez que assumiram o papel constante de cobrança e auxílio.

Além da parceria para a elaboração do projeto, o grupo Praxis continuava a assessorar a execução da creche. Confiou-se no “ir fazendo” para que o apoio fosse conquistado, como Paulo sugere:

Tipo a [creche] da Eliana, vai um cômodo basicão e bota pra funcionar. Botando pra funcionar, a comunidade “pô, é isso mesmo” e ela, ajudando a construir, e ali você vai ganhando apoio. Você tira foto, fala: “Galera, aqui ó, tem a creche e tal”. E aí é um trabalho. E é de anos, né, a creche Tia Carminha, pra chegar no estágio que ela chegou, [...] 6 anos de muito trabalho.



Figura 37: A reforma não parava, mesmo com a campanha de financiamento coletivo em curso.
Fonte: Autoria desconhecida, novembro 2013.
 Disponível em:
dialogoselianasilva.wordpress.com

A creche foi inaugurada em 4 de maio de 2015 e, das alterações previstas, foram alcançadas a readequação do primeiro cômodo, a construção de um segundo pavimento imediatamente acima e a fundação do segundo anexo. Desde 2015, ela já passou por outras obras – como a continuidade do segundo anexo, hoje destinado a refeitório, e construção do parquinho – sem cessar suas atividades. Esta decisão resultou em um processo mais demorado; como algumas tarefas não podiam ser feitas com a creche em funcionamento, os trabalhos de execução realizaram-se majoritariamente nos fins de semana. Os recursos continuavam a ser resultado de doações, desta vez sem o uso da “vaquinha” online, e a colaboração laboral veio dos trabalhadores ligados à construção civil locais. Na visão de Denise, as alterações ocorridas desde 2015 foram mais custosas, “Porque você depende de dinheiro pra comprar o material, depende do dinheiro pra pagar a mão de obra, do tempo do pedreiro, do tempo da própria obra...”.

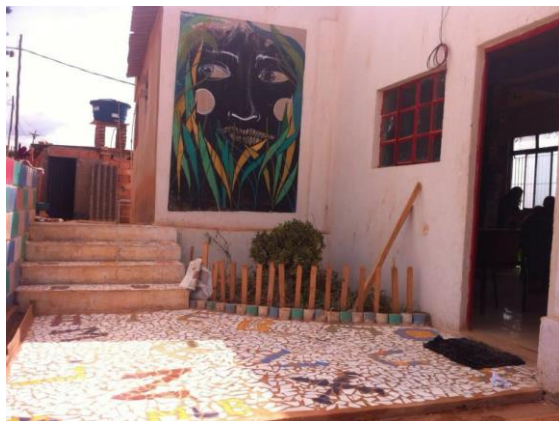


Figura 38: Entrada na creche após reforma.
Fonte: Leonardo Péricles, maio 2015



Figura 39: Obras da construção do anexo, corresponde ao refeitório.
Fonte: Autoria desconhecida, maio 2016.
 Disponível em: dialogoseliasilva.wordpress.com



Figura 40: Refeitório pós-reforma.
Fonte: Autoria desconhecida, março 2017.
 Disponível em: dialogoseliasilva.wordpress.com

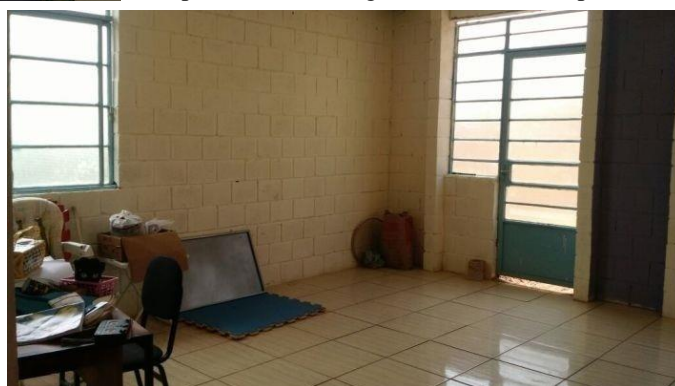


Figura 41: Refeitório pós-reforma.
Fonte: Autoria desconhecida, março 2017. Disponível em: dialogoseliasilva.wordpress.com



Figura 42: Creche Tia Carminha com pintura externa mais recente.

Fonte: autora, dezembro 2018

Como mencionado anteriormente, o aporte de R\$10.000,00 na época do projeto na plataforma Catarse era direcionado à construção de uma biblioteca conjugada a um centro de informática. Ao contrário da creche Tia Carminha, que fora prevista desde o início, a biblioteca nasceu de uma decisão do MLB de transformar um cômodo que havia sido abandonado por uma moradora que desistira da luta. Com o dinheiro em mãos, foi possível readequar o espaço e equipá-lo.



Figura 43: Interior da biblioteca antes de receber novos equipamentos.

Fonte: Autoria desconhecida, fevereiro 2014.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/eliana.silva.94651774?fref=ts>



Figura 44: Interior da biblioteca, com computadores à disposição após o espaço ter sido readequado.

Fonte: Leonardo Pércles, outubro 2014

Conquistas mais básicas, referentes à infraestrutura local, vieram após os esforços com a creche e o centro de informática. Denise se lembra da negociação com a COPASA:

A gente tava sem água já há quatro dias, já vinha faltando água há muito tempo e aí funcionava no gato. [...] E a gente tinha uma conversa boa com a COPASA de que a COPASA só precisava de um aval da Prefeitura pra poder ligar o esgoto. [...] Então nossa conversa com a COPASA era o seguinte: “Liga a água, o esgoto depois a gente resolve com a Prefeitura, liga a água”. E eles: “Não, não. Tem que ligar esgoto não sei o quê”, era aquela murrinha.

O caso da ligação de água é emblemático na história das negociações com o poder público, pois incluiu até mesmo o cercamento de um caminhão pipa em resposta ao desabastecimento que a ocupação sofria há dias. Paulo relata com detalhes:

Faltou dez dias de água na região, ali, onde tá a Eliana Silva, Camilo, Dorothy e tal. Aí teve um ato, que o povo organizou, MLB tava junto e tal. [...] Aí eu sei que acabou chegando na Prefeitura, mas [...] o Ministério Público, sabendo disso, entrou com uma ação contra a Prefeitura e a COPASA fundamentalmente [...]. A COPASA perdeu a ação e eles foram obrigados a ligar a água. [...] Aí eles não ligam em um primeiro momento, eles começam com um caminhão pipa, fornecendo água. Caminhão pipa não enche nem caixa d’água, aí teve um outro período que faltou dez dias de água, quase dez dias¹⁴³. [...] Aí povo revoltou. Aí o caminhão pipa chegou lá, nós pedimos pra encher a caixa d’água e ele não enchia. “Não pode”. “Ah, não pode não?”. Aí um olhou pro outro e falou: “Ah, vamos deixar esse caminhão sair não?” [...] Só sai na hora que ligar a água. Aí convidou o motorista, de boa, ele desceu. Almoçou, ficou lá de boa. Só falou com ele: “Liga pro seu chefe e fala aí pra ele ligar pra COPASA e dizer o seguinte: ‘caminhão pipa só sai daqui inteiro se ligar a água’”. [...] Aí a COPASA ligou e ameaçou, falou: “Ah, tem que liberar o caminhão”. Ligou de novo: “Ah, então nós vamos chamar a polícia”. “Chama, a gente taca fogo no caminhão”. [...] Eu sei que esse caminhão continuou lá e chegou no Superintendente da COPASA. Aí ele ligou no final do dia, pediu: “Libera o caminhão, a COPASA vai ligar água”. [...] E aí a gente disse: “Perfeito, mas você vai vim aqui dizer isso pro povo. Aí a gente vai liberar o caminhão, mas esse caminhão vai ter que voltar e, se vocês não cumprirem, a situação vai ser outra. E outra, nós vamos juntar esse povo aqui e nós vamos aí”. No outro dia, de manhã, foi a maior assembleia que eu já vi, da região, acontecer. O Superintendente foi e veio gente da Camilo Torres, da Irmã Dorothy, a Eliana Silva inteira... [...] Dia de semana, de manhã, e o Superintendente disse: “Nós tamos ligando, vai ser ligada a água”.

A ida do caminhão pipa à ocupação para abastecê-la uma vez por semana só foi possível graças à organização dos moradores que ocuparam a URBEL. Denise, contudo, avalia que a solução era bem aquém da desejada, pois “não resolve nada [faz gesto com as mãos], porque povo não bebe água uma vez por semana só, né?!” Foi a insatisfação com a solução do caminhão pipa somada à falta d’água por dias sequentes o que tornou a

¹⁴³ Segundo Denise, foram quatro dias. As informações desencontradas, contudo, não diminuem a gravidade da situação de desabastecimento. A falta d’água, seja por 4 ou 10 dias, é, de toda maneira, um ultraje.

situação insustentável, levando o grupo a atuar de maneira mais enérgica a ponto de sequestrarem o veículo.

Após o evento com o caminhão, Denise conta que a instalação da rede hidráulica se deu de forma bastante rápida; os termos de regularização da água na ocupação foram aprovados pela COPASA em agosto de 2015 e, até o fim do mesmo ano, o sistema já havia sido implementado. A rapidez com que a tubulação foi introduzida desencadeou, já no mês seguinte, na ligação de esgoto. A frase da moradora reflete a descrença com a postura intransigente inicial da companhia: “Então a gente fica... Que tão difícil que era assim, né?!”

A instalação da rede de esgoto foi um pouco mais morosa, devido ao método em etapas. O esgotamento das residências de algumas famílias continuou funcionando na base do TEVAP e do filtro enquanto as manilhas não alcançavam a parte mais baixa do terreno. Como a solução alternativa funcionava muito bem, os moradores não tinham urgência em relação ao método oficial.

Se a comoção quanto ao trato das águas cinzas e negras não era enorme, a situação era outra em relação à implementação da rede elétrica. Pontos de energia e postes de iluminação pública instalados pela CEMIG ganharam as ruas da Eliana Silva no fim de 2016, após pressão em massa feita por moradores que, de acordo com Paulo, ocuparam a Câmara Municipal e a Prefeitura em um dia de evento da PBH.

Buscar a resolução de carências imediatas junto ao Estado não significa afastar-se da autonomia coletiva. Além de as pessoas de fato dependerem de saneamento básico e energia para alcançarem melhores condições materiais de vida, as negociações com as companhias estaduais de provimento de serviços básicos mostram que, quando surge algum tipo de ameaça concreta, o grupo sócio-espacial se mobiliza. Não é desmoralizante dialogar com o poder público quando conveniente, para que concessões sejam alcançadas.

Para Souza (2006), que distingue ativismos de movimentos sociais, é o desgarramento do provincianismo, a transposição de uma atuação local para uma escala de atuação maior o que faz um ativismo ganhar o contorno de movimento social. Este ganho de escala protege o movimento, na visão do autor, de uma eventual cooptação, ainda que de modo mais ou menos eficaz. Se esta premissa é verdadeira, o MLB, que possui atuação em mais de dez estados brasileiros e se articula com outros movimentos de Belo Horizonte, não teria chances de sofrer desse mal. Ainda que pautas essencialmente locais – como a obtenção de água e energia elétrica – sejam motivos de articulações do movimento, sua atuação é muito mais abrangente. O auxílio mútuo entre

as ocupações da cidade, mesmo aquelas assessoradas por outros movimentos, é destaque quando Paulo comenta sobre os esforços relativos ao provimento de infraestrutura. A fala do morador revela que a luta é coletiva, e não individual:

A Eliana conquistou [água] e a gente falou: “Mas tem mais três ocupações que tão no mesmo nível, sendo que três são mais antigas que a Eliana Silva. Então, se vocês tão fazendo aqui, tem que fazer na Dandara, na Camilo e na Dorothy”. E foi feito. A luz entrou agora, Dandara tá começando a ligar a luz. Foi fruto da vitória que nós tivemos do MLB, de luta mesmo, sem tá diretamente... E a luta que eles fizeram também, historicamente e tal.

Aparentemente, pressões que exigem quantidade de pessoas são apoderadas por moradores e têm maiores chances de sucesso do que negociações que envolvem a disputa do discurso ou a necessidade de conhecimento técnico. Não é a maior ou menor aproximação com o Estado que realmente importa na avaliação da autonomia do grupo sócio-espacial, como discutido, mas a dependência de um conhecimento encontrado *fora* da ocupação. A atuação próxima de Lourenço (2014) aos moradores e movimentos sociais permitiu-lhe escrever uma dissertação que, dentre outros pontos, discute as contradições que permeiam a atuação dos profissionais de arquitetura e urbanismo dentro do universo das ocupações por moradia. O autor conclui que o poder também dos ativistas sociais influencia significativamente as escolhas dos moradores de uma ocupação urbana. Ainda nas fases iniciais de produção do espaço de uma ocupação, algumas pessoas específicas são vistas pelos moradores como “intocáveis” – expressão que ele apropria de uma de suas entrevistadas da ocupação Dandara. Por disporem de um conhecimento que os demais não compartilham, são vistos como uma espécie de sujeitos especiais, inalcançáveis.

A condição de “intocáveis” é geralmente apregoada a arquitetos, advogados e até mesmo figuras religiosas parceiras. A questão fica evidente na fala de uma moradora da ocupação Emanuel Guarani Kaiowá¹⁴⁴ (2014 apud LOURENÇO, 2014), quando sugere que apenas advogados deveriam interagir com a polícia no caso de confronto com moradores no momento de se entrar no terreno, pois “ninguém sabe conversar”. Se, por um lado, os moradores veem os intocáveis de modo acrítico, por outro os segundos parecem alimentar este quadro quando assumem um papel de autoridade, reconhecido por Lourenço (2014, p. 121): “Nós, os “intocáveis”, partimos de ideias, pressupostos, experiências e convicções que não são idênticos aos dos moradores das ocupações.

¹⁴⁴. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço em 14 jan. 2014.

Assumindo o papel de autoridades, tolhemos a oportunidade de esse outro universo se manifestar.

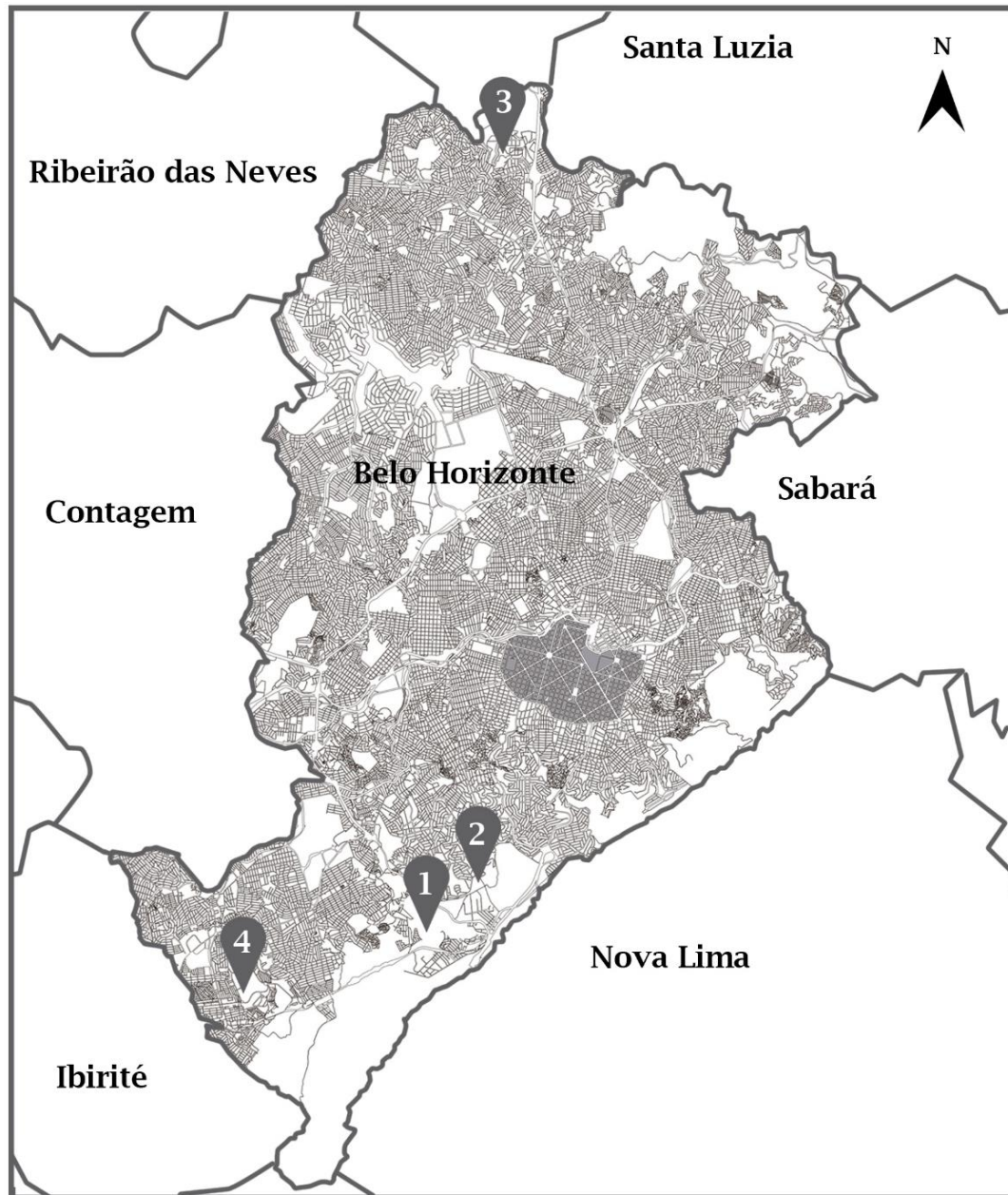
O apoio técnico serve ao apoio político ou, pelo menos, ao apoio simbólico. Além do processo de produção da vila Eliana Silva expor tensões entre o saber técnico e o saber popular, outras contradições também foram apontadas: a incompatibilidade existente entre o próprio movimento e os moradores e a dependência, existente em alguma medida, da mobilização de apoiadores externos. No capítulo a seguir, o cotidiano atual da vila será refletido a fim de esclarecer o desenrolar dessas questões, se elas perduram no tempo. As experiências do Urucuia, Villarégia e RSV também serão colocadas lado a lado, com o intuito de identificar os eventuais reflexos, na fase de consumo, do que fora aprendido durante o pré-morar.

Capítulo 04 – O pós-ocupação

Este capítulo se presta à análise da organização do cotidiano após as fases de execução dos empreendimentos Urucuia, Villarégia, Residencial Serra Verde e da vila Eliana Silva, destacando os eventuais ganhos coletivos e individuais percebidos pelos moradores como herança do processo autogestionário pelo qual passaram. Em complementação aos depoimentos coletados de moradores, visitas foram feitas aos conjuntos para que o(s) residente(s) entrevistado(s) pudesse(m) mostrar e falar livremente sobre o local onde vivem. Na ocasião das visitas guiadas, a pesquisadora atentava para eventuais itens espaciais e/ou fenômenos sociais que pudessem envolver os vizinhos e/ou instigar a colaboração entre eles para, em seguida, fazer perguntas informais, desvinculadas do roteiro de entrevista.

A localização das experiências analisadas e uma primeira breve caracterização espacial é justa para que o(a) leitor(a) compreenda minimamente os universos em pauta. O restante do capítulo será dividido em subtemas ou categorias que, acredita-se, facilitariam identificar os reflexos, positivos ou negativos, possibilitados por um processo autogestionário de produção de moradias.

DISTRIBUIÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS ANALISADAS



// **LEGENDA**

1. Urucuia
2. Villarégia
3. Residencial Serra Verde
4. Vila Eliana Silva

// **BASE CADASTRAL:** Prodabel, 2009

// **ELABORAÇÃO:** autora, 2019

A vila Eliana Silva é bastante pequena se comparada a outras ocupações de Belo Horizonte, possuindo entre 280 e 300 famílias¹⁴⁵. Já em comparação com os empreendimentos analisados, é a de maior população, uma vez que foram entregues 80 unidades habitacionais no Villarégia, 202 no Urucuia e 77 no RSV. As ocupações funcionam justamente como um funil, um “escape” para a população que a política pública não consegue atender, uma vez que o segmento que possui renda situada entre 0 a 1,5 salário mínimo não é atendido via meios institucionais. Em uma ocupação urbana, contudo, este segmento tem vez.



Figura 45: Vista de topo da Vila Eliana Silva, no início de 2019. As quadras têm tamanhos distintos e são divididas em lotes individuais.

Fonte: Google Earth, 2019

O conjunto Urucuia é formado por cinco quadras de tamanho similar, com lotes dispostos em fita. O principal acesso às unidades é feito por quatro vias longitudinais asfaltadas paralelas, mas há acessos secundários materializados nas duas ruas de pedestres existentes ou por vielas, longitudinais ou transversais. As vielas ora funcionam como espaço público, permitindo a passagem de qualquer transeunte, ora são fechadas por portões, funcionando somente como acesso de casas, ou seja, restrita a moradores específicos. Quando uma viela fechada se encontra com outra, fechada ou aberta, elas não se comunicam.

¹⁴⁵ Para efeitos comparativos, a ocupação Dandara possui cerca de 5000 famílias. A Izidora, uma junção das ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança, possui por volta de 8000.



Figura 46: Conjunto Urucuia.

Fonte: Google Earth, 2019. Modificado pela autora, 2019



Figura 47: Vial transversal de acesso restrito, delimitada por portão.

Fonte: autora, agosto 2018



Figura 48: Vial transversal de acesso irrestrito.

Fonte: autora, agosto 2018



Figura 49: Viela longitudinal aberta.
Fonte: Google Street View, 2019



Figura 50: Viela longitudinal fechada.
Fonte: Google Street View, 2019



Figura 51: Rua de pedestres, transversal.
Fonte: Google Street View, 2019

A disposição das unidades do Villarégia conforma um pátio, normalmente utilizado como estacionamento ou para o lazer das crianças. Ao contrário do Urucuia, as alamedas são públicas, permitem a passagem de qualquer pedestre. No entanto, como as vias internas não servem de atalho para acessar outras vias, sendo apenas meios de permitir o acesso aos lotes, o deslocamento de transeuntes é somente local.



Figura 52: Implantação do Villarégia, com pátio interno e alamedas abertas (amarelo), que desembocam na rua Tubarão.

Fonte: Google Maps, 2019. Modificado pela autora, 2019

O Residencial Serra Verde, ao contrário dos demais, é formado por blocos de apartamentos dispostos sequencialmente com angulação tal que conforma uma espécie de “U”. A parte plana do pátio gerado é utilizada como estacionamento de veículos e a parte escalonada, como área de plantio vegetal. O lote é fechado ora por gradil, ora por muro.



Figura 53: Vista de topo do RSV, com os blocos que “se abraçam”, formando pátio interno.

Fonte: Google Earth, 2019

Mário atribui o fato de os empreendimentos da primeira geração serem menores devido, nas palavras do ex-técnico, ao “tamanho da perna” da Prefeitura, uma vez que a verba disponível era apenas municipal. Isto resultou, ao contrário de São Paulo, em lotes

já dotados de infraestrutura, em oposição a glebas brutas, e conjuntos bem inseridos na malha urbana. A mencionada garimpagem de terrenos ocorrida durante a segunda geração de empreendimentos também foi fundamental para que essa leva de conjuntos não fosse prejudicada, uma vez que foram descobertas áreas públicas bem localizadas em relação à disponibilidade de infraestrutura e serviços. O RSV encontrava-se um pouco à margem da regra, visto que o Serra Verde ainda era um bairro da regional Venda Nova em vias de consolidação na época em que o empreendimento foi aprovado, na periferia norte da cidade. Poucos anos depois, a região ganhou nova dinâmica com as obras da Cidade Administrativa, adensando-se.

4.1 Individualização x coletivização

Apesar de os projetos das unidades habitacionais do Urucuia e do Villarégia terem sido iguais, uma primeira avaliação *in loco* das apropriações feitas pelos moradores indicou haver uma maior disposição à alteração no primeiro conjunto, de tal modo que, por vezes, a tipologia padrão é difícil de ser identificada. Já no Villarégia, as casas de esquina foram privilegiadas devido à disponibilidade de espaço para crescimento lateral, condição inexistente em outros lotes. Aqueles que foram contemplados por esta unidade específica – com base, lembrando, no sistema de pontuação criado pela ASCA-BH que media o envolvimento do morador com o canteiro e com eventos tanto promovidos quanto indicados pela associação – puderam ampliar seus aposentos originais. Foi o exemplo da casa de Joana, que aumentou a cozinha para trás, fez um terraço e construiu um novo quarto no segundo andar. Agora, a moradora pensa se deve fazer um banheiro externo.

No RSV, mesmo com o apartamento-padrão, moradores puderam se apropriar de uma flexibilização mínima propiciada pelo projeto. Silva (2018 apud FERREIRA, 2018) relata que, como a CEF exigia que os quartos fossem fechados, não foi possível avançar no sentido de serem oferecidas maiores liberdades. A especificação de paredes internas que não eram estruturais, contudo, já foi suficiente para que cada apartamento se diferenciasse de outro, como fica patente na fala da arquiteta responsável pela execução do empreendimento: “Tem gente que deixou aberto, tem gente que fez uma sala pequenininha e um quarto grande, teve gente que fez dois quartos” (SILVA, 2018 apud FERREIRA, 2018, p. 56-57).

A ocorrência de alterações feitas pelos moradores indica que, ainda que dentro de um determinado padrão, liberdades mínimas oferecidas por um projeto são aproveitadas. Embora não signifiquem exatamente um empoderamento ou necessariamente a existência

de participação efetiva no processo, a negação da estaticidade da tipologia única é uma forma de desafiar a homogeneidade resultante da política pública. Esta liberdade mínima também ilustra a necessidade da inventividade como fator de sobrevivência, como comentado no capítulo 03. Se a regra da CEF era ter quartos fechados, especificar paredes internas não-estruturais foi uma forma que a assessoria técnica encontrou para driblar a rigidez imposta. Afinal, possibilitar, por menor que seja, uma adequação individual do produto é uma forma de respeitar o modo de produzir em etapas comum às moradias populares brasileiras em geral.



Figura 54: Como as unidades do Villarégia foram entregues.

Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Habitação, s/d. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/2822930/>



Figura 55: Modificações frontais no Villarégia: muros e gradis.

Fonte: autora, agosto 2018



Figura 56: Modificações frontais no Villarégia: muros e gradis.

Fonte: autora, agosto 2018



Figura 57: Muitas casas optam por não revestir as fachadas.

Fonte: autora, agosto 2018



Figura 58: Ampliações em lotes de esquina do Villarégia.

Fonte: autora, agosto 2018

Figura 59: Como as unidades do Urucuaia foram entregues.
Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Habitação, s/d. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/2822930/>



Figura 60: Modificações frontais no Urucuaia.
Fonte: autora, agosto 2018



Figura 61: Exemplo de alteração que faz sumir a tipologia padrão.
Fonte: autora, agosto 2018



Figura 62: Exemplo de alteração que descaracteriza a tipologia padrão.
Fonte: autora, agosto 2018





Figura 63: Modificações no Urucuia.
Fonte: autora, agosto 2018

Pelas fotos, é visível que as modificações feitas nas casas são apropriações de cunho individual. Socializados como somos para o modo de produção capitalista, é natural que as intervenções sugiram blindagem e isolamento – necessidades que nos são impostas pelo próprio modo de produção. A individualização aparece como vantagem na fala de Joana no que tange ao provimento de serviços básicos; cada qual é responsável pelas consequências dos seus atos em relação ao pagamento das taxas:

Nós fizemos um projeto de cada casa com seu hidrômetro pra não ficar uma coisa só de condomínio, sabe?! Aí, a partir daí, a Prefeitura passou a construir conjuntos com tudo individual, com luz e água individual. [...] Muita gente, infelizmente, que saiu de favela, que vivia no gato, não tava acostumado a pagar água, a pagar luz. Quando vem morar aqui precisa, é necessário. Porque, se não pagar, o outro fica sem água... Ele não vai entender isso. Aqui é individual, cada um paga o seu. Se você não paga a sua água, você fica sem. [...] Os de autogestão, quase todos, é individual.

A situação no RSV é distinta, uma vez aprovado como condomínio. A caixa d'água do empreendimento é coletiva, porém João estima que entre 20 e 25 dos 77 apartamentos não pagam a taxa condominial, o que é motivo de discussão constante entre os moradores. A leitura individual do consumo possivelmente suavizaria as animosidades geradas.

Em direção à individualização, na Eliana Silva o padrão de luz e a caixa d'água também são individuais e existe a opção pela propriedade privada do lote. Em abril de 2018, o prefeito Alexandre Kalil assinou o decreto nº 16.888¹⁴⁶ que reconhece como AEIS-2, Áreas de Especial Interesse Social, mais de cem áreas ocupadas em Belo Horizonte que já haviam sido aprovadas na IV Conferência Municipal de Política Urbana em 2014, dentre elas a Eliana Silva. Este reconhecimento é considerado um primeiro passo em direção à regularização fundiária. Poderia se questionar se esta titulação

¹⁴⁶ Publicado no Diário Oficial do Município em 13 de abril de 2018. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1193279>. Acesso em: 07 mar. 2019.

enfraqueceria e/ou eliminaria a importância que se dá até então à posse das casas. A contradição estaria no fato de que, ao intencionar a regularização fundiária, o MLB abriria espaço para que o valor de troca da moradia se sobrepusesse ao valor de uso. Paulo justifica a conduta do MLB, alegando serem veementemente contrários à grande propriedade, e não à pequena:

[...] não somos contra a pequena propriedade – essa a gente luta até pros trabalhadores tê-la, cada um ter sua casa, seu lote, seu apartamento. A gente luta é contra a grande propriedade, que fique esse recorte claro aqui. É um movimento de guerra contra a grande propriedade privada, que essa é a maior inimiga da humanidade a nosso modo de ver. Então esse é um ponto de partida.

Se o MLB não almeja o fim da propriedade privada, considerada uma forma de perpetuação do modo de produção capitalista, seria possível contestar a bandeira socialista que ele abertamente defende, julgando-a ilusória. Porém, doses da utopia socialista são inegavelmente notadas em outros campos de atuação do MLB, como, por exemplo, quando cobra participação dos moradores da Eliana Silva em mobilizações por outras ocupações. Paulo explica:

Mas a gente cobra [participação dos moradores] porque foi assim que a gente chegou até aqui. Você tem sua casa... Tanto que a gente tem um lema que é o seguinte: “Enquanto a gente tiver sem-teto, nós somos sem-teto”. Conquistei minha casa, quantas centenas, quantas milhares de pessoas foram lá defender a gente? Lutar com a gente? E já tinham casas, uma parte dessas. Aí eu vou conquistar a minha na luta e vou parar de ajudar os outros? Interessante, né, bem coletivista [ironia] essa ideia, né...

A crença de que a luta é mais abrangente do que a própria conquista da casa também é uma questão cara ao movimento de moradia atendido pela autogestão via produção habitacional. Segundo Ana, as famílias que coordenam os núcleos de moradia da ASCA-BH já possuem casa própria, mas não deixaram de lado as ganas de lutar pela moradia dos outros. Assim como a conduta do MLB, Ana menciona que as famílias são cobradas a participar do “processo do direito à cidade”. No entanto, esta atuação mais propensa ao coletivo parece ser desempenhada majoritariamente por lideranças e nem todas são seduzidas pela ideia, ainda que a moradora não perca a fé nas famílias. O seguinte trecho ilustra essas questões:

A gente costuma dizer assim, que nós tamos trabalhando com vocês aqui, mas nós vamos cobrar. E o preço é alto. Não dá pra ficar passivo. Vocês vão ter que se virar pra entrar no processo do direito à cidade. Que não é só a casa. Pra nós não adianta essas famílias que pensam só nas quatro paredes, no individualismo. O processo todo que a gente faz durante o grupo e, depois, a

construção, acho que na construção fica muito mais forte isso, né, porque a pessoa fica a um passo de tá na casa e aí a credibilidade, o empoderamento, ela já tá sentindo que aquilo tá acontecendo, então fica muito fácil da gente trabalhar essa questão. Agora, na verdade, assim, a gente trabalha com todos, mas algumas lideranças a gente consegue, não são todas. Mesmo assim, eu ainda acredito muito nessas famílias que participam desses processos.

Além de cobrar que moradores participem ativamente de outras lutas na cidade, a forma socialista de ver o mundo também está presente no modo com que o MLB se dispõe a cooperar com outros movimentos de moradia para fins coletivos ou mesmo quando troca conhecimento com outras ocupações em relação a maneiras distintas de organização, sempre com base em suas experiências. Na visão de Paulo, as ocupações, inclusive, são temidas porque são “um exemplo de que, se o povo se unir, dá certo. Que não precisa necessariamente do Estado, mas que inclusive você tem que se organizar pra quebrar o pau com o Estado pra ter direito...”. Esta almejada união do povo, desvinculada da ideia de um Estado, não seria nada mais que a materialização de um autogoverno, o alcance de uma autonomia coletiva. A luta do movimento é abrangente, não fica restrita a suas próprias conquistas, como é evidente no trecho comentado pela liderança:

A Eliana Silva virou ponto de apoio pra outras ocupações se organizarem. Então nós tivemos um papel importante pra ajudar a Izidora... As ocupações lá da Izidora, o primeiro período de resistência são vários movimentos e o MLB coloca um monte de militante que vem da Eliana Silva pra ajudar lá na resistência, ajudar a passar conhecimento, né, transmissão de conhecimento também. Aprendemos um monte de coisa lá e levamos um monte de coisa também. “Ó, organiza assim, faz assim que dá certo, lá a gente fez...”. “Ah, mas aqui a gente faz assim”. “Opa, então tá”. Então tem coisa que a gente aprendeu lá, trouxe de volta e tal. É isso, auxiliar. [...] O apoio à Camilo Torres e Irmã Dorothy, que a Eliana Silva conquistou água. A Camilo e Dorothy também, inclusive a gente pautou isso... Ajudamos lá do outro lado da cidade: a Dandara conquistou água... A Eliana conquistou e a gente falou: “Mas tem mais três ocupações que tão no mesmo nível, sendo que três são mais antigas que a Eliana Silva. Então, se vocês tão fazendo aqui, tem que fazer na Dandara, na Camilo e na Dorothy”. E foi feito.

Se a concretização da autogestão se faz mediante o alcance de um “sistema cooperativo” (GUILLERM; BOURDET, 1976), romper com a individualização é um passo importante. Neste sentido, a atuação do MLB se aproxima mais do ideal autogestionário do que a atuação dos núcleos de sem-casa. Isto porque os empreendimentos resultantes dos programas de produção de moradia não são vistos como um sistema conectado. Os conjuntos são células isoladas na cidade, lhes falta a compreensão do todo que é cara à autogestão. Relembrando Souza (2006), há que se levar

em consideração que o MLB reúne as características de um movimento social, portanto afeito a questões que transpõem o caráter local.

Nem sempre o auxílio mútuo inexistiu entre os empreendimentos. Segundo a memória de João, há dois ou três anos a ASCA-BH ainda promovia encontros entre os gestores de cada conjunto. O objetivo era, por meio da socialização de ideias, possibilitar soluções para os problemas de natureza coletiva vividos por cada experiência. Não mais havendo este ponto de contato planejado, resta aos próprios moradores a tarefa de gerir os conflitos locais. A mediação da ASCA-BH era o motor propulsor; o intercâmbio se esgotou a partir do momento que a associação abandonou o fomento da prática.

A descontinuidade dos encontros revela uma posição comodista, uma vez que, na interpretação de João, esses momentos de troca eram extremamente valiosos. Se os gestores se empenhassem em fazê-los acontecer por conta própria, possivelmente ampliariam sua consciência coletiva, reconhecendo-se como um todo maior e, ainda, fortaleceriam sua autonomia, uma vez que suprimiriam uma interação mediada, por melhor intencionada que fosse. Uma interpretação mais realista dos fatos, contudo, indica que a lida cotidiana já é o suficiente para manter os gestores ocupados.

No RSV, por exemplo, existem projetos para a materialização de uma horta comunitária, de uma academia e de uma biblioteca. Segundo João, os três não saem do papel, o que coloca em dúvida se foram decididos coletivamente. O conselheiro, contudo, garante que sim; para ele, a resposta do desengajamento em relação aos itens listados está na falta de recursos e na desmobilização:

[...] as pessoas não estão mobilizadas, não estão interessadas. A horta, todas elas, dependem de uma questão financeira também. Na horta nós teremos que fazer um cercado e tal, comprar terra porque essa terra nossa aqui não é apropriada pra plantar... Na biblioteca pretendemos fazer prateleiras... Academia dependemos de alguns equipamentos... Mas isso tá em pauta já mais ou menos dois, três anos.

Se existe um desinteresse quanto aos três projetos específicos, há um indicativo de que a maioria dos moradores não os apoia, ainda que decididos coletivamente. É possível que a deliberação sobre eles tenha sido realizada por um número reduzido de pessoas, o que a faz débil frente à totalidade das famílias. João, contudo, confessa fazer uso de manipulação para convencer as pessoas para “um lado coletivo”, visivelmente com boas intenções:

Nós somos todos fáceis de ser manipulados, digamos assim. Aí só veem aquele lado; vamos usar esse poder de manipulação pra coisa ruim. Vamos tentar

manipular a pessoa do lado pra um lado coletivo, que todo mundo vá se beneficiar, sem querer ter benefício só pra si. É fácil, não é difícil.

Situação similar parece ter ocorrido em relação à biblioteca na vila Eliana Silva. Como dito anteriormente, foi o MLB quem decidiu que certo cômodo abandonado por uma antiga proprietária fosse apropriado como biblioteca. Paulo reconhece que a biblioteca não se desenvolveu porque o movimento não usou a mesma metodologia usada para a campanha da creche, isto é, envolveram menos as pessoas. Se era preciso “envolver” as pessoas, pressupõe-se que a ideia nasceu de um grupo menor e precisava ganhar força. No entanto, não tendo sido assimilada pela população local como um equipamento de mesma importância que a creche, uma vez que parece não ter nascido de uma necessidade de fato coletiva, a biblioteca perde seu espaço aos poucos. Denise é incerta quanto aos reais motivos que fizeram com que o uso minguasse:

A biblioteca ficou por conta dos meninos da juventude, assim, dos mais jovens. Mas aí eles não levaram por muito tempo não. Ficou aberto um tempo e aí depois, eu não sei o que aconteceu, não sei se por falta de tempo – porque eles acabam que ficam na escola também – isso não rolou. Mas tá fechado agora.

As expectativas criadas em torno da biblioteca na Eliana Silva e da tríade academia-biblioteca-horta no RSV parecem ilustrar o que os teóricos autogestionários Guillerm e Bourdet (1976) dizem sobre a coletivização dos meios de decisão, como discutido no capítulo 01: se não há meios para se fazer uma gestão coletiva dos meios de decisão, a velha dicotomia entre dirigentes e dirigidos é perpetuada.

4.2 Mobilização social

No Urucuia e no Villarégia, nota-se uma indisposição generalizada ao engajamento. Atualmente, não há qualquer atividade, produção ou objetivo comum que reúna um bom número de pessoas. Já no RSV e na vila Eliana Silva, várias festas ocorrem ao longo do ano. No primeiro, fazem parte do calendário de eventos oficial a festa junina, o forró e a ceia comunitária do Natal. A contribuição é sempre espontânea, mas o legado da mão de obra mutirante não permite que a falta de colaboração frutifique, como João conta:

Porque como aqui, tudo foi feito no sentido de mutirão, quando nós vamos fazer nossa quadrilha aqui, a gente sai batendo na porta: “Nós vamos fazer quadrilha dia tal, que que você pode doar pra quadrilha?” Aí um fala: “Dou cinco litros de leite”, “Dou canjica”, “Ah, eu dou a mão de obra”. E sempre funciona. [...] Cada um leva o que quiser e puder, não é obrigado a levar não.

Mas, como a questão aqui sempre foi em cima do mutirão, não existe isso da pessoa ir e só usufruir, sem contribuir. Alguma coisa leva-se.

Além das festas, João menciona uma “rua de lazer” para as crianças, que acontece do lado de fora do condomínio e de frequência mais pontual. Uma parceria é feita com a PBH, que possibilita o fechamento da rua de acesso principal ao conjunto e fornece dois funcionários que se encarregam do monitoramento da situação e itens de divertimento, como cama-elástica e balões. A experiência é fruto de uma boa relação mantida entre o RSV e funcionários específicos da Prefeitura, contatos que a ASCA-BH repassou aos moradores desde o término das obras em caso de uma eventual necessidade.

Embora não haja uma atividade ou produção comunitária que reúna por completo as pessoas na Eliana Silva, Denise relata que se continua fazendo o que sempre foi feito coletivamente: festas e assembleias. Segundo a moradora, embora pontuais, elas indicam uma resistência da necessidade de se estar em conjunto.

Na conta dos eventos festivos anuais, estão a comemoração do aniversário da vila, do dia das crianças e a festa de Natal. As festas, contudo, dependem de apoiadores externos para acontecer. Tanto a festa das crianças quanto a festa de Natal, anualmente, são organizadas por um número reduzido de parceiros encarregados tanto de arrecadar doações e dinheiro quanto de encontrar voluntários dispostos a ocupar algum posto nos dias do evento – seja na distribuição de presentes ou dos comes que agradam o paladar infantil, no monitoramento de brincadeiras, nas oficinas de pintura facial ou no controle do som. Frequentemente o grupo Anjos na Terra, uma organização sem fins lucrativos com sede em Belo Horizonte, contribui com a disposição de pessoal. Tomando como referência a escala de avaliação da participação popular proposta por Souza (2006, 2010), ainda que ela se refira a relações Estado-sociedade civil, seria possível denominar este compartilhamento de poder decisório do movimento com os apoiadores como uma parceria. No entanto, a tomada de decisões segue um fluxo inverso ao sentido da autonomia: ela sai das mãos de moradores em direção a mãos de pessoas que não vivenciam o cotidiano local.

Na Eliana Silva, a periodicidade das assembleias depende da época. No quadro atual, elas ocorrem quinzenal ou mensalmente, porém Paulo comenta não ser impossível ocorrer reuniões diárias caso surjam pautas prioritárias. A votação que se instala nas reuniões, ao mesmo tempo em que é uma forma de evitar a imposição da coordenação sobre os moradores, é também uma estratégia do movimento. Ora, decisões que são tomadas coletivamente possuem mais chances de contar com o empenho das famílias. O

exemplo da biblioteca ilustra bem o fato de que decisões originadas de um grupo seletivo de pessoas são fadadas ao insucesso.

Apesar de não ter sido mencionada como um item que agrega todas as pessoas, Denise recorda que todo fim de ano é feita uma reforma na creche, equipamento coletivo que concentra boa parte das atividades da vila. A moradora destaca três fatores que fazem da creche o espaço mais importante da Eliana Silva: além de ter sido um dos principais motivos de enfrentamento do despejo, significa a) o movimento social cumprindo uma função social (educação) que é de obrigação do Estado; b) a emancipação das mães, que podem trabalhar em período integral e c) o desenvolvimento da criança, que aprende a se socializar com outras, explora seu corpo, é estimulada por outras atividades que não as que pulsam da tela de um celular. A reforma da creche significa a repintura das paredes em regime de mutirão, uma oportunidade para se agrupar pais e mães. Vale ressaltar ainda que a creche funciona como ponto de apoio para todas as festas que ocorrem na Eliana Silva.

Mais de doze anos separam a entrega do Urucuia e do Villarégia da entrega do RSV e do nascimento da ocupação Eliana Silva, uma possível causa para a diferença de engajamento verificada. Se hoje Urucuia e Villarégia já não mostram mais tantos sinais de mobilização, em 20 anos de existência já experimentaram dias mais movimentados. Ana destaca a união ocorrida em torno da reivindicação por um centro cultural, pouco após a finalização do Urucuia e do Villarégia. A estratégia, já conhecida pelas famílias de ambos os conjuntos, foi ganhar em volume no Orçamento Participativo. O objetivo, contudo, era reclamar um espaço coletivo onde as famílias pudessem ser acolhidas, não se tinha a noção de que o que estava por vir era um centro cultural – solução que, a partir de então, foi replicada na maioria das regionais de Belo Horizonte pelo então prefeito Fernando Pimentel. Hoje conhecido como Centro Cultural Urucuia, o local se tornou referência para todo o bairro. As famílias não carregam um sentimento de posse em relação à conquista, como Ana narra:

Foi uma conquista, mas as famílias, elas participam muito ali, daquele processo e, eu não sei se é bom ou se é ruim, mas acho que acaba sendo bom, porque elas não percebem como uma coisa delas, é uma coisa muito aberta e muito... Acho que a maioria, se perguntar: ‘Vocês lembram?’ ‘Lembro’. Mas não tem aquela coisa de que é meu [ênfase], não, não tem. É uma conquista e, enfim, foi uma conquista pro coletivo, pro bairro.

Melhorias no posto de saúde da região também foram obtidas pouco após a entrega dos conjuntos, igualmente resultantes da reivindicação de famílias do Urucuia e do

Villarégia no Orçamento Participativo de Obras. Esses ganhos levam a crer que a disposição para a ação coletiva é proeminente quando existe um interesse que de fato una todas as pessoas, não importando somente a uma minoria. Na vila Eliana Silva, o sequestro do caminhão pipa para o caso da interrupção da distribuição de água e a ocupação da Câmara Municipal e da sede da Prefeitura para que houvesse a instalação de rede elétrica também ilustram esse interesse coletivo, além de revelarem que ameaças concretas funcionam como catalisadoras de mobilização. Já a biblioteca e o parquinho na Eliana Silva e os projetos de uma horta comunitária, biblioteca e academia no RSV refletem o oposto: decisões que não vingam devido à inexistência de apelo comum.

Ainda sobre a propensão ao engajamento cristalizada no tempo para o caso dos empreendimentos da primeira geração analisados, Joana comenta:

Aqui nós, ao longo, não demos muita conta de continuar como a gente queria não, sabe. Queria continuar fazendo as festinhas, essa coisa toda. Hoje é mais, assim, cada um na sua. Não teve muito... Mas, mesmo assim, a gente ainda consegue muita coisa com as famílias. A gente conhece todo mundo, né. Se a gente vai fazer uma festa e chamar todo mundo, ainda consegue. Nós só não conseguimos mais dar continuidade no trabalho social porque... Por “n” problemas. Porque cada um tinha que trabalhar, cada um tinha que cuidar da sua vida, cada um tinha que sobreviver... Não consegui, nós temos essa dificuldade. Outros conjuntos já faz mais coisas juntos, nós fazemos menos. Mas nós fazemos ainda, muita coisa juntos. A gente vai sempre no Orçamento Participativo juntos, “Ah, vamos pra Brasília, vamos lá no registro da candidatura do Lula”, arranja um ônibus e ainda vai um monte de gente, que nós tamos acostumados com isso. Mas, assim, não é mais aquele trabalho muito perto como a gente tinha antes.

O “trabalho social” que Joana menciona não ter tido continuidade se refere à uma atuação mais próxima da associação junto às famílias após o término da produção dos conjuntos da primeira geração, com o objetivo de alinhar as expectativas dos residentes, porque “uma coisa é o morador estar na obra. Outra coisa é o morador vir morar todo mundo junto, cada um de uma região. Há um conflito”. Esta transição entre a produção e o consumo dos conjuntos propriamente, como veremos, exigiu que a ASCA-BH desempenhasse um papel além de suas atribuições.

4.3 Controle e dependência

Para o caso dos empreendimentos da primeira geração, Joana conta que as famílias ainda recorriam às lideranças sobretudo nos primeiros anos, esperando que problemas corriqueiros fossem sanados. Este papel, contudo, foi assumido a contragosto. Na visão da ex-presidente da ASCA-BH, esta dependência estendida no tempo – e, em alguma medida, presente até os dias atuais – se deve à ausência de um trabalho oficialmente

chamado de pós-morar, caracterizado pelo acompanhamento das famílias pelo poder público após o fim das obras:

Hoje tá mais tranquilo, [...] cada um já tá cuidando da sua própria vida. Mas, durante muito tempo, as famílias eram muito dependentes. Por exemplo, se não tinha água na casa dela, ela falava que era a associação que era culpada. Não era ela que tinha que ir lá resolver. [...] Porque a família era muito dependente. E essa dependência não era só naquela época não, é hoje também. Hoje é menos com a associação, porque hoje tem o pós-morar. Por exemplo, no Crédito Solidário nós tivemos o pós-morar dois anos, três anos. Aqui nós não tivemos nem um mês, só tivemos durante a obra.

João traz informação destoante da de Joana ao contar que o pós-morar no RSV durou aproximadamente 6 meses, tendo consistido em visitas frequentes de uma assistente social da Prefeitura. Na visão do morador, o acompanhamento foi desnecessário, visto que as famílias já se conheciam devido ao período que passaram juntas na execução e, portanto, saberiam lidar bem com suas próprias questões. Já Joana confia que a existência do pós-morar teria sido a solução para uma série de problemas já superados e/ou ainda vigentes no Urucuia e no Villarégia. Para ela, prestar assistência às famílias após a conclusão das obras deveria ser uma atribuição do poder público, justificando que o papel da associação é apenas o de ajudar as famílias a se organizarem para a conquista da moradia. Não obstante as expectativas criadas por Joana, as atribuições de cada participante se referiam até a etapa produtiva no desenho do programa municipal. A ausência de acordos a respeito do pós-ocupação fazia entender que a lida cotidiana ficaria a cargo do conjunto de moradores. Nas palavras da moradora, restou à associação “fazer tudo na raça”.

A situação da vila Eliana Silva é um tanto diferente da dos conjuntos. Em processo constante de produção, ela tem sido acompanhada pelo grupo Práxis. Já os conjuntos autogestionários frutos de programas de políticas públicas não dispõem de assessoria técnica no pós-ocupação, uma vez acabados. As questões cotidianas são mediadas unicamente por moradores. Contudo, se restou à associação “fazer tudo na raça” mesmo após a finalização dos trabalhos, infere-se que o suporte da associação foi além de suas atribuições originais.

A crença de Joana no pós-morar como a “salvação dos problemas” talvez seja uma ingenuidade criada justamente pela idealização do trabalho social institucional. João, que o viveu, dispõe de visão oposta. Embora Joana culpabilize o poder público pela carga de cobrança que pesou sobre a associação no pós-ocupação, se a figura da “liderança” não existisse durante o processo de produção de moradias ou se as responsabilidades tivessem

sido melhor distribuídas, talvez a moradora não sustentasse uma sensação de credora. Na prática, a separação entre equipe administrativa e equipe de obras pode ter sido responsável por uma ideia de subordinação que se estendeu sobretudo nos primeiros anos do Urucuia e do Villarégia, gerou uma espécie de comodismo entre os moradores – o oposto do esperado de processos autogestionários, visto que, em primeira instância, prezam por pessoas decidindo coletivamente, e não uma absoluta delegação de funções. Talvez essa dependência no tempo perdurasse ainda mais se o pós-morar tivesse existido, pois, na prática, significa a existência de uma segunda instância mediadora, o Estado.

Ainda que João diga não ter sido necessário o trabalho social desempenhado pelo poder público, ele sente falta de um papel que atribui ser de responsabilidade do Estado ou da associação gestora: a promoção de um treinamento destinado àqueles que querem se tornar síndicos e/ou ajudantes desta missão ou mesmo haver alguém a quem os moradores pudessem recorrer em caso de necessidade de apoio. Na visão de João, as sugestões se justificam com base na origem dos beneficiários do programa: vindos de favelas e cortiços, os moradores continuam a trazer a mentalidade anterior para o novo espaço de convívio coletivo. O acatamento dos anseios de João, contudo, possivelmente significaria um reforço da dependência dos moradores em relação ao poder público ou à associação. A reflexão do conselheiro, assim como a de Joana em relação ao pós-morar, coloca o poder público no lugar de devedor. João ainda acrescenta a própria ASCA-BH neste lugar de dívida. Se as mencionadas reuniões entre gestores de conjuntos distintos já resolviam boa parte dos problemas existentes, evocar esse costume do passado sem qualquer mediação talvez fosse a melhor das alternativas para se garantir maior nível de autonomia dos moradores.

De acordo com João, lembrando trecho mencionado no capítulo 03, a ASCA-BH é sempre comunicada sobre as decisões do RSV, visto que ela é a responsável pelo gerenciamento do condomínio junto à CEF. Em conversa informal¹⁴⁷ com Joana, a moradora afirma que lidar com o pessoal do Residencial Serra Verde ainda é difícil, mesmo tendo passado seis anos desde a entrega do conjunto, pois eles pensam que a associação é “quem manda”, ainda que tenha sido esclarecido que a lida do cotidiano era de responsabilidade dos próprios moradores. A coordenação da ASCA-BH ainda é solicitada para participar de algumas reuniões – como, por exemplo, concernente à constante inadimplência do pagamento da taxa condominial.

¹⁴⁷ A conversa informal consiste em momento distinto da entrevista formal para a dissertação.

O visível incômodo de Joana em relação à esta suposta dependência insinua que a ASCA-BH não quer assumir a postura de dirigente, e sim estimula o livre arbítrio do conjunto. No entanto, o padrão observado em relação à crença de que a ASCA-BH deveria ser responsável por promover tanto os encontros entre gestores de conjuntos quanto um treinamento inicial para síndicos também se repete aqui: para questões mais conflituosas, a administração do RSV parece adotar uma postura constante de espera pela divisão ou, ao menos, suavização de responsabilidades.

Se hoje, por um lado, Joana afirma que o nível de dependência da associação é reduzido tanto no Urucuia quanto no Villarégia, por outro, os conjuntos não dispõem de pessoas inclinadas a assumir responsabilidades pelo coletivo. Além do arrefecimento dos ânimos no Urucuia e no Villarégia ter sido possivelmente causado pelo fator temporal – afinal, o Residencial ASCA foi entregue em 1998 e a segunda etapa do Villarégia, no ano 2000 –, supõe-se que o não estabelecimento de papéis tenha funcionado como uma segunda causa. Joana comenta que, no início, tentou-se instaurar uma gestão condominial anual em ambos os conjuntos, síndicos existiram durante os sete ou oito primeiros anos. No entanto, a conduta “foi se perdendo”, a ponto de extinguir-se por completo. No Residencial ASCA, Maria diz que até existiam pessoas engajadas no papel de mobilização do grupo inicialmente, mas hoje “é cada um na sua, cada um com seus amigos e pronto”. A dissolução, ao longo do tempo, da centralização em torno de uma ou mais figuras tidas como referência parece ter comprometido a ocorrência de atividades possivelmente geradoras de interação entre as famílias. É irônico que o controle central seja, aparentemente, o elemento de coesão de um empreendimento se nos recordamos que o conceito de autogestão pressupõe a supressão de hierarquias.

Dos empreendimentos analisados, apenas o Residencial Serra Verde conta atualmente com a presença de síndico. João, inclusive, é conselheiro desde a primeira gestão condominial, ou seja, desde a entrega do conjunto em 2012.

4.3.1 As particularidades do Residencial Serra Verde

A condição condominial existente no RSV impõe uma necessidade de cuidados seriais que inexistem nos empreendimentos analisados frutos, unicamente, do programa municipal. No Urucuia ou no Villarégia, sendo ausentes cômodos ou áreas verdes significativas, as vielas concretadas existentes demandam, no máximo, um esforço de limpeza. No RSV, a gestão dos espaços de uso comum é preocupação bastante relevante, pois a completa falta de manutenção geraria um local inconciliável com um padrão

mínimo de cuidado adequado. No primeiro pavimento, há cômodos de uso coletivo e o empreendimento conta com muitas espécies vegetais na área escalonada e um pomar colaborativo na lateral.

O conselho condominial do RSV é formado por síndico, sub-síndica e três conselheiros, dentre eles João, que se comunicam constantemente. O síndico é quem geralmente detecta os problemas e transmite aos demais. João explica que, se a questão detectada for pertinente e houver fluxo de caixa, o conselho não consulta os moradores e realiza a intervenção. Caso não seja um item imprescindível, mas esteja dentro do orçamento, convoca-se uma votação por meio de assembleia, sempre divulgada com 15 dias de antecedência e cuja pauta já é exposta nos comunicados. O comparecimento dos moradores é precário, nunca se consegue uma presença maior do que 60%.

Ao longo do trajeto percorrido pelo condomínio, João apontou livremente algumas regras de convívio estabelecidas e, durante a conversa mais roteirizada, outras. Dentre elas, estão: a) a proibição de roupas penduradas em janelas para se evitar uma “impressão de favela”. A intenção é impactar positivamente o transeunte, que seria induzido a interpretar que ali “cada um respeita o espaço do outro”; b) crianças não podem brincar no pátio central onde ficam os carros devido aos casos de estrago de veículos; c) som é permitido até às 23h.

João menciona uma quarta restrição – concernente ao uso de vasos de plantas nos corredores – que foi liberada à contragosto pela gestão condominial, uma vez que alguns apartamentos insistiam em ignorá-la. Em outro momento, o conselheiro conta que a primeira síndica que o conjunto teve era afeita a ditar regras e uma delas – ser proibido estacionar carros de terceiros no pátio – foi completamente rechaçada, pois muitos moradores não tinham carro, mas recebiam visitas de quem o tinha. Estes exemplos ilustram o fato de que regras que não são discutidas previamente e/ou não recebem a confiança da maioria não vingam, ainda que intencionalmente criadas para o bem do coletivo. Como mencionado, João pontua que um dos ganhos pessoais que teve com a produção autogestionária foi aprender a influenciar as pessoas e afirma fazer uso deste aprendizado na gestão do cotidiano quando diz: “[...] tem muitos moradores aqui, quando nós vamos tomar algumas decisões, eu converso muito antes com eles por que eu acho que deve ser dessa maneira. E acabo influenciando eles [risos]”.

A gestão cotidiana no Residencial Serra Verde intenciona funcionar como uma balança. Segundo o conselheiro, “Tem hora que nós, da administração, temos que ceder alguma coisa pro morador. E o morador também, em determinados momentos, tem que

ceder pra gente”. Estas palavras levam a crer na existência, assim como na Eliana Silva, de duas partes distintas que inviabilizam a percepção de um todo único formado essencialmente por moradores. Além disso, indicam que um resultado de comum acordo não tem tido espaço. O que a divisão entre administração e moradores parece instalar no condomínio é um jogo de disputa constante. Quando João diz que não cessará suas atividades enquanto não colocar o condomínio como a gestão pretende, leva a mostrar que, apesar de existir uma tentativa de equilíbrio das decisões, o resultado tende à assimetria. Aparentemente as decisões coletivas caras aos processos autogestionários encontram algum nível de dificuldade para vingar no pós-ocupação do RSV.

João admite ser necessária uma dose de controle mais enérgica por parte da administração, pois “Se a gente não for, de certa maneira, chato, a coisa vira bagunça”, e confessa ser preciso trabalhar e brigar muito para manter a ordem local. As câmeras existentes em vários pontos do condomínio ilustram uma tentativa de instaurar certo rigor. Depois de terem sido instaladas, João diz ter que os problemas melhoraram um pouco.

No meu primeiro contato com João, ao telefone, eu já havia tido uma primeira impressão da importância da ordem no RSV quando o próprio morador me disse que havia um Conselho muito organizado no conjunto e que seria necessário expor o meu pedido de conversa aos membros para que fosse aprovado coletivamente, embora ele já desconfiasse que não haveria qualquer objeção dos colegas. Um aliado da equipe de administração no controle local é a forma com que os blocos foram implantados no terreno. Se, de antemão, João não havia sido convencido da disposição em “U” dos blocos, aos poucos foi modificando sua visão cristalizada para as vantagens do formato gerado:

Eu vi, o projeto estava pronto. E eu vou te dizer a verdade, na época eu até fui contra. [...] Mas depois, conversando e tal, alguém foi me convencendo que, nesse formato, sem o formato de torre, teria uma vantagem: Eu daqui consigo.... Não vou dizer vigiar não. Consigo ver alguma coisa errada lá no 619. Se tiver roubando alguma coisa lá no 619, eu tô vendo. A criança do 412 brincando aqui embaixo, eu posso ver. Um tomaria conta do outro. Faz sentido.



Figura 64: Vista geral do conjunto Residencial Serra Verde.
Fonte: acervo ASCA-BH, junho 2015

Ao longo da apresentação em tempo real que o conselheiro fazia do condomínio, era visível seu incômodo com as coisas “fora do lugar”. Irritou-se com frutas colhidas no pomar antes do amadurecimento, apontou pichações, perturbou-se com crianças que subiam nos corrimãos. O morador estava em estado de vigilância constante, exercia com muita naturalidade seu papel de figura centralizadora. O intenso envolvimento de João com o cotidiano é por gosto, e não por vantagens comparativas com os demais moradores, uma vez que não há quaisquer regalias para os que pertencem à administração – a não ser, aparentemente, a de um micropoder local.

João não se constrange em assumir que condiciona a opinião do próximo ou realiza decisões sem contatar os moradores, como ocorre quando há fluxo de caixa. É possível que a fase de produção do conjunto não tenha tido força suficiente para instilar nos moradores um modelo de gestão que possibilitasse maior participação e reconhecimento identitário do grupo, tendo em vista o tempo reduzido destinado à autogestão e as inúmeras interpelações a ela impostas. Sendo um condomínio, entende-se que a lida cotidiana do RSV demanda responsabilidades, sendo preciso alguém ou alguéms para assumi-las. Se são poucos os que as assumem, naturalmente se gera uma divisão – uma situação contraditória em termos autogestionários, tendo em vista que, como recordado há pouco, o conceito de autogestão pressupõe a aniquilação hierárquica. A centralização desempenhada pela administração parece ser mais uma aceitação da necessidade de se ter alguém (ou alguéms) cumprindo determinado papel para que haja um mínimo de bem-estar local do que uma sede inata de poder e controle.

4.3.2 As particularidades da vila Eliana Silva

O período de cinco anos é dado como uma data limite do controle que a coordenação consegue exercer sobre a proibição de compra e venda numa ocupação, uma vez que, passado este intervalo, os ocupantes podem adquirir o domínio dos lotes por

meio do instituto usucapião¹⁴⁸. De um modo geral, os primeiros anos são uma espécie de mundo à parte, pois as regras são seguidas sem maiores objeções pelos moradores. Após este período, a situação ganha novo contorno, como consta na fala de Denise:

Depois que a gente derruba as portarias, né, e já tem mais casa, não tem mais portaria, não tem como controlar quem vai beber dentro de casa, quem não vai beber dentro de casa. [...] Funciona mais no período de portaria, quando ainda a gente tá no processo de distribuição dos lotes... A própria exclusão das pessoas tem um momento que não tem como mais a gente fazer, foge um pouco do controle. Funciona muito bem nos primeiros anos.

De acordo com o grupo Praxis, que assessora a Eliana Silva quanto à produção do espaço de um modo geral, a organização dos coordenadores é considerada imprescindível¹⁴⁹. Existir uma *necessidade* de acompanhamento e de se impor ordem indica que a ocupação, se conduzida sem um mínimo de hierarquia entre os próprios moradores, não se sustenta. Na mesma direção de pensamento, como vimos, João diz ser necessário uma dose de rigor para que o cotidiano do RSV não vire “bagunça”. Já no Urucuia e no Villarégia, ao contrário, inferiu-se que a ausência de divisão de responsabilidades foi um dos fatores responsáveis por uma gradual desmobilização do grupo, isto é, a disposição coletiva se estende no tempo até o momento em que existe alguém assumindo um papel de fomentador.

Como discutido previamente, Francisco de Oliveira (2006) diz que o mutirão autogerido gera uma “ilusão de comunidade”, uma vez que a carência faz sustentar uma identidade que não existe porque criada – afinal pessoas sem um histórico prévio compartilhado não se reconhecem como grupo. Quando a casa é obtida, não haveria mais motivos para a manutenção desta comunidade ilusória, uma vez que a carência foi sanada. Como é preciso que se crie uma suposta identidade coletiva, é a coerção o ingrediente que mantém a aparente coesão do grupo, portanto existe uma dose de violência na concepção do mutirão autogerido. Embora o sociólogo se refira à fase de produção das experiências autogestionárias, não seria um equívoco dizer que um mínimo de coação é estratégia para que o pós-ocupação tanto dos conjuntos produzidos via autogestão habitacional quanto da Eliana Silva conserve um mínimo de ordem.

¹⁴⁸ O usucapião é um instrumento jurídico que tem por princípio a proteção da função social da propriedade. Quando um indivíduo utiliza determinado bem ininterruptamente por certo tempo sem que tenha havido contestações de outrem, ele possui o direito de tornar-se proprietário daquela posse.

¹⁴⁹ Informação extraída do blog “Diálogos na comunidade Eliana Silva”. Relato intitulado “Praxis + MLB/Nacional + Peabiru – 27/08/2016”, realizado em 29 de agosto de 2016. Disponível em: <https://dialogoseliansilva.wordpress.com/2016/08/29/praxis-mlbnacional-peabiru-27082016/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Como a existência do movimento independe dos moradores da vila, inclusive os antecede, é necessário todo um trabalho de convencimento para que os ocupantes compreendam a forma de atuação do MLB e a existência de “partes distintas” possibilita a ocorrência de tensões. Se moradores se rebelam contra as regras estabelecidas pelo movimento, por exemplo, a creche correria o risco de perecer, uma vez que é gerenciada por um corpo altamente alinhado com os princípios do MLB. No entanto, a possibilidade de ruptura entre ambas parece longe de ser concretizada, se tomarmos como verdade a teorização do sociólogo Jessé de Souza (2011).

É possível afirmar que a maioria dos moradores de uma ocupação urbana pertencem ao que Souza denomina “ralé brasileira”, um nome provocativo que não tem a intenção de ofender, mas alertar:

[...] uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse aspecto é fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal (2011, p. 21).

Segundo Souza (2011), o mundo moderno é marcado por uma dominação social injusta, porém escamoteada. Isto porque cada classe social se reproduz de maneira duplamente invisível. De um lado, as capacidades sociais próprias de cada classe são trabalhadas em casa, longe do domínio público. De outro, o senso comum enaltece usualmente os resultados individuais, não se interessa pelas condições sociais e familiares que estão por trás desses resultados. Anos de pesquisa empírica levam o autor a argumentar que os despossuídos, cuja vida é marcada pela precariedade e escassez, são lançados à competição social de modo altamente despreparado, uma vez destinados à falta de disciplina, de autocontrole e de prospecção do futuro – características que as classes média e alta, por outro lado, recebem por herança familiar e afetiva. Resta-lhes o trabalho prático desqualificado, acrescido da força muscular para o caso dos homens. Ao final, são reconhecidos meramente como “corpos”.

Se a disciplina, o autocontrole e o cálculo prospectivo são distinções das classes média e alta, a ralé brasileira é marcada, dentre outros “recursos sociais”, pela passividade política, desorganização e desestruturação sistêmica (SOUZA, 2011). Desse modo, é justificada a não ocorrência de uma revolta generalizada por parte da classe despossuída.

Transpondo à realidade da Eliana Silva, apesar de a mera existência de atores distintos – moradores e movimento social – ser passível de provocar uma tensão constante na vila, as famílias tornam-se susceptíveis ao esvaziamento da luta por direitos sem o instrumental político oferecido pelo MLB. Esta constatação é ilustrada pela crença de um morador da ocupação Dandara¹⁵⁰ (2014 apud LOURENÇO, 2014) de que o planejamento e a organização promovidos pelo movimento social são imprescindíveis para que a estrutura espacial de uma ocupação não se assemelhe à de uma favela.

A fala do morador sugere que, em uma ocupação, o movimento é interpretado como autoridade, uma entidade a obedecer. Para Castoriadis (1981), relembremos, a autoridade é um empecilho ao alcance da autonomia. Logo, chegamos à uma contradição: se o movimento existe, existe também certo nível de subserviência, algo contrário à ideia de autonomia. No entanto, se o movimento inexistente, inexistente também a força política que os mantém minimamente firmes diante de uma reintegração de posse, por exemplo.

Embora a creche seja mantida por sete mulheres que residem na Eliana Silva, é o movimento o responsável por sua gestão. Como relatado no capítulo 03, Paulo comenta que a creche é “autogestionada, ou seja, não depende de um centavo do poder público. Autogestão, o MLB entende como autogestão em relação ao Estado”. Embora o movimento reconheça-se independente do Estado quanto à gestão do equipamento, as despesas, conforme já dito, são sanadas com a ajuda financeira de terceiros por meio de uma contribuição mensal chamada de “apadrinhamento” e os pais das crianças também fornecem uma ajuda de custo, fechando as receitas. Ao mesmo tempo em que Denise reconhece que uma maior disponibilidade financeira possibilitaria uma série de ganhos para a creche – como incrementar o material das crianças, diversificar as atividades, pagar salários –, este desejo não é maior do que a importância dada à liberdade de atuação do MLB. Isso fica claro quando a moradora narra uma tentativa de alinhamento que teve com a Prefeitura, para discutirem um eventual convênio:

A gente teve uma conversa com a Prefeitura esse ano. [...] Fui enquanto creche pra falar e pra conversar a respeito de um convênio com a Prefeitura. [...] Ele é muito bom, no sentido financeiro. Ele é um convênio muito interessante porque, fora o salário de todo mundo que a Prefeitura paga, ela passa, por criança, no mínimo 500 reais por cabeça. E hoje a gente recebe o que por mês que entra de padrinho? 2000 reais. Pra todo mundo. Então a gente pensando: “Poxa, 500 reais por criança dá pra gente fazer coisa pra caramba aqui”. Dá pra levar os meninos pra passear todo mês, dava pra construir mais, aumentar, melhorar material, melhorar mão de obra, chamar monitor pra dar aula, sei lá, de dança, de teatro, de sei lá o que. [...] Aí a Prefeitura chegou lá na creche:

¹⁵⁰ Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço em jan. 2014.

“Ah, aqui tem que subir uma parede, aqui tem que fechar, vai dividir os meninos assim, vocês vão receber mais tantos meninos, vai fazer isso e aquilo. E outra coisa: entrar novos funcionários, tem que ser o professor concursado da Prefeitura”. Aí eu falei assim: “Uai, mas peraí. Vocês vão vir aqui tomar a nossa creche procês, vai só continuar a creche tia Carminha, que convênio é esse?”. “É uma creche da Prefeitura”. Eu falei: “Faz o seguinte: vem, constrói uma creche aqui do nosso lado. Porque tem demanda, o bairro precisa. Mas aí vocês tirarem a nossa autonomia não resolve o problema”. Só pegar o espaço e dar dinheiro... Toma nossa autonomia toda. [...] E aí até o critério pra receber essas crianças muda. Porque hoje o nosso critério é: primeiro, a criança que tá na frente da fila é criança que é filho de mãe solteira, que os pais trabalham... Enfim, se tem algum familiar em situação... Se tá preso, por exemplo, tem muita criança que o pai tá preso... Então tem urgência, né?! Essa criança precisa estar na creche. O critério da Prefeitura é sorteio, então já muda todo o negócio. Falei: “Não, obrigada. Muito obrigada”. Não, e era coisa simples. Você vem, mês que vem a gente faz o registro. Questão de 6 meses vocês tão conveniado com a Prefeitura.

Enquanto Denise parecia vislumbrar um convênio que, lembrando os “graus de autonomia” propostos por Souza (2006, 2010), seria baseado em uma parceria ou delegação de poder, a proposta da PBH indicava uma ausência completa de poder decisório por parte do MLB. Com as expectativas completamente desalinhadas, o movimento optou pela manutenção da liberdade metodológica que o espaço goza. No entanto, o valor total angariado pelas duas formas de subsistência da creche – apoiadores e pais – é insuficiente para assalariar as mulheres responsáveis, que acabam por receber apenas uma ajuda de custo.

Denise conta que, quando havia cinco mulheres nos cuidados com a creche, sendo uma cozinheira, sobrava estresse; o resultado era um trabalho extenuante. Atualmente, as tarefas são melhor distribuídas porque sete mulheres se comprometem com o espaço. As atividades, contudo, continuam a representar muito mais uma aposta, uma entrega baseada na disposição ao coletivo, do que uma realização pessoal ou fonte de renda. Longe de ser um emprego formal, a ausência de salários faz com que o trabalho desempenhado pelas mulheres seja caracterizado praticamente como voluntarismo. Se a creche nasce com a intenção de emancipar as mães, que teriam tempo livre para novos afazeres uma vez que seus filhos estariam alocados em segurança, a manutenção do espaço revela uma emancipação parcial: somente mulheres assumem os cuidados da creche desde a sua inauguração, reforçando o papel feminino na reprodução social. A premissa autogestionária de pessoas associando-se livre e espontaneamente é prejudicada onde os papéis de gênero são perpetuados, uma vez que as funções delegadas não são fruto de escolhas verdadeiras, mas de condições estruturais.

4.4 Compra e venda

Entende-se que avaliar o índice de compra e venda das casas ou apartamentos produzidos coletivamente dá indícios do envolvimento dos moradores com os valores adquiridos ao longo do processo autogestionário e sinaliza uma existência, ou não, de um sentimento identitário.

As avaliações de Paulo e de Denise quanto às vendas de casas ocorridas na Eliana Silva são divergentes. O primeiro diz que o controle da questão funciona muito bem nos cinco primeiros anos, embora ressalte que um número consideravelmente pequeno de lotes – menos de 20% – foi vendido após caducar esse período. A ocorrência de aluguel, então, é quase simbólica: apenas duas das aproximadamente 300 casas são alugadas. Já Denise percebe que, agora que a vila completa seis anos de existência, muitas pessoas já venderam seus lotes. No entanto, a moradora garante que a venda não objetiva o lucro, e sim a viabilização de se comprar um outro lugar para morar.

De acordo com Joana, mesmo tendo se passado 20 anos, as escrituras das casas do Urucuia e do Villarégia são inexistentes; a questão do registro de todos os conjuntos produzidos por autogestão ainda está em andamento na Prefeitura. No entanto, pelo contrato firmado com o poder público, as casas podem ser vendidas após os cinco primeiros anos mediante as famílias prestarem ciência do caso junto à PBH. Esta permissão é responsável por inúmeras vendas – embora Ana e Joana não tenham ciência do número real de casos – e até mesmo por contratos de gaveta, motivo de revolta para alguns moradores, pois, como coloca a vice-presidente da ASCA-BH, “[...] a gente corre, corre atrás pra atender a família, a família depois entra na casa e vende pra alguém que nem precisa. Ixi, acontece. E você não pode fazer nada”. Quando a associação foi à CEF para contestar as recorrências da prática, foram simplesmente desencorajados a se preocupar com a questão sob a justificativa de ser uma prática milenar:

Isso é comum em qualquer lugar; sempre tem os contratos de gaveta. Aí nós fomos brigar com a Caixa por causa disso, a Caixa virou pra nós e falou assim que essa coisa de contrato de gaveta... Não sabem por que que a gente tava brigando, porque isso o trem mais antigo que existe no mundo [risos]. Desse jeito. E eles não têm como proibir.

A prática do contrato de gaveta não é uma exceção do Urucuia ou do Villarégia, no Residencial Serra Verde ela também ocorre. Ao contrário dos dois primeiros conjuntos, contudo, o contrato do RSV não permite a venda ou aluguel do imóvel, pois esses acordos só poderiam ser efetivados depois de cinco anos em que a pessoa estivesse

morando e, ao mesmo tempo, quitando o apartamento. Os moradores, porém, ainda nem começaram a pagar o financiamento, eles ainda possuem 15 anos para quitar a dívida. De acordo com João, os dois Habite-se, tanto para o conjunto global quanto o referente à unidade habitacional, ficaram prontos em 2018 – “Eu te falo isso porque, como eu faço parte da gestão administrativa aqui, eu fico a par, eu vou em Prefeitura” –, mas ainda resta a Prefeitura avisar à CEF. Assim que a CEF for comunicada, os primeiros boletos serão finalmente encaminhados aos moradores.

É bastante provável que as referidas restrições impostas pelo contrato estabelecido com o governo federal sirvam, em alguma medida, para conter o índice de vendas e aluguel de imóveis no RSV, possivelmente a incidência seria maior se não houvesse o constrangimento normativo. Para João, esta prática assumida “por baixo dos panos” é uma falha da triangulação PBH-CEF-associação:

Aqui existe bastante apartamento já alugados e alguns, supostamente, vendidos por contrato de gaveta. Eu te vendo, mas não posso passar pro seu nome. Por baixo dos panos. Onde eu acho que uma grande falha entre os movimentos dos sem-casa com a Prefeitura e a própria Caixa Econômica. [...] Eu venho, consigo me inscrever numa associação, a associação me indica e tal e eu consigo. Aí daqui a dois anos eu vou e vendo. Tirei a oportunidade de uma pessoa que realmente precisa. É o que acontece aqui, está acontecendo aqui.

Na fala do morador, fica clara uma discordância ética da prática, visto que ela prejudica quem realmente necessita da moradia. Efetivamente, ela significa uma sobreposição do valor de troca da moradia em relação a seu valor de uso, algo que a ASCA-BH sempre tentou combater durante o trabalho social desenvolvido com as famílias mesmo antes da execução dos empreendimentos, ainda na fase de reuniões de núcleos. Ana acredita que o maior motivo que segura a venda é o sentimento de que a casa é uma conquista, adquirida com esforço próprio e, portanto, legitimamente pertencente a quem a produziu:

É fundamental [a consciência da luta envolvida no processo]. Porque, senão, as pessoas vendem o seu patrimônio. Adquire e vende, se você não entendeu o processo. E outra coisa, você não se apropria da sua casa. [...] Então fica muito fácil de você... É um patrimônio, mas a pessoa não entende como um patrimônio sentimental. Não tem questão de posse, a pessoa não toma posse da sua casa.

A crença de Ana é bastante similar à de Joana, que diz que sua casa não tem preço porque cobre o valor da luta, da conquista. Ana é categórica ao dizer: “Não que você dá

uma chave pra pessoa achando que ‘ah, agora você ganhou uma...’ Não, você não ganhou não. Pelo contrário, né, você conquistou com muita luta e etcétera”.

Apesar da tentativa de se instilar uma consciência da luta envolvida no processo, a ocorrência de contratos de gaveta nos empreendimentos indica que o discurso político oferecido pela associação, na prática, é relevado; os moradores, como no restante da sociedade, são sujeitos às lógicas da mercadoria face às necessidades cotidianas. Na vila Eliana Silva, se o controle da questão funciona muito bem nos cinco primeiros anos, como Paulo diz, talvez seja pela implacabilidade exercida pelo movimento – visto que, relembremos, a descoberta da compra ou da venda leva à expulsão –, e não porque os moradores tenham assimilado o discurso ou os valores do MLB.

Como se infere, o índice de vendas e aluguel no RSV, ainda que ocorra, é constrangido pelo contrato estabelecido com a CEF. Em adendo, o contrato com a PBH para os empreendimentos da primeira geração é mais permissivo, possibilitando, como já mencionado, a venda legal do imóvel após os cinco primeiros anos. O alinhamento desses fatores induz a um maior rodízio de famílias no Urucuia e no Villarégia em relação ao conjunto da segunda geração. Joana alerta para a existência de certa incompatibilidade entre moradores novos e velhos, o que acaba por ocasionar conflitos. Isto porque quem “não tem uma caminhada” com a associação tende a um comportamento impositivo, uma postura desalinhada com a crença do grupo:

Que quando vem uma família, por exemplo, que a pessoa te vende e vem morar. É uma pessoa que você não conhece, tá entendendo? Ela, às vezes, quer impor umas coisas que aí dá conflito. Aí o pessoal: “Ah, você não participou disso aqui, nós participamos desde o início”. “Nós sabemos como é que é”. “Você veio morar aqui porque você quis”... Então sempre dá conflito com alguém que compra e que não tem uma caminhada.

Denise tem visão similar, diz ser mais difícil ganhar a confiança das famílias que aparecem na ocupação após a mobilização inicial de produção do espaço, embora não seja algo impossível de se fazer posteriormente. Quando se vivencia, desde um primeiro momento, a propensão ao trabalho coletivo, instila-se um nível de conscientização a respeito das regras estabelecidas muito maior:

Num primeiro momento, você consegue tomar consciência de muita gente. Então, a partir do momento que isso [regras iniciais] fica liberado entre aspas, as pessoas têm uma consciência que foi pensada no início. Então é construído, né?! [...] E aí cria uma responsabilidade, consciência por parte das famílias também. Principalmente das mais antigas. Teve muita gente que veio depois, que aí você tem que ganhar consciência depois. Mas as famílias que tão desde o início é um nível de confiança muito alto.

Juntamente ao fator temporal e ao fator ausência de definição de papéis, supõe-se que a menor disposição à mobilização no Urucuia e no Villarégia em relação à Eliana Silva e ao RSV possa ser fruto, também, da maior descaracterização do grupo original. Não tendo participado de uma “tomada de consciência” inicial, seja pela ASCA-BH ou pelo MLB, e não tendo realizado tarefas em conjunto com outros moradores, os participantes que chegam posteriormente não dispõem da mesma propensão ao coletivo que os anteriores.

4.5 Planos

Fazer projeções futuras é um indício de estímulo, revela que as pessoas não se estagnaram mesmo após certo nível de consolidação espacial. Paulo atribui as ganas de se fazer planos a longo prazo à figura da Eliana Silva, que ofereceu bases para o “pobre sonhar e cumprir”, sempre exaltando a força do povo, que “se organiza e luta e conquista”.

Se, como mencionado anteriormente, a biblioteca não teve o mesmo apelo que a creche, ao menos resultou em uma reflexão por parte do MLB acerca da importância da educação, o que determinou o surgimento de uma comissão educacional do próprio movimento. Além de contar com moradores, ela é formada também por acadêmicos e as reuniões são frequentes¹⁵¹. O despertar para a importância da educação também conduziu à ideia de se montar, nas palavras de Paulo, um “projeto político-pedagógico” da creche, tendo como base teórica a educação libertadora de Paulo Freire, Reggio Emília e Maria Montessori. Inicialmente voltada à formação de professores, a intenção ganha novos contornos e se transforma na formulação de uma pedagogia do MLB voltada para a criança. Desde cedo a criança estaria em contato com uma série de preceitos caros ao movimento. Denise identifica alguns deles, a autonomia recebe destaque:

Sempre pensando numa educação não-sexista, principalmente nessa idade que eles tão construindo noção de muita coisa e aí da liberdade, da possibilidade de expressão, de conhecimento de material, de conhecimento de espaço, de conhecimento do outro, do próprio corpo, do corpo do outro... Sempre pensando nesse sentido. E pensando na autonomia da criança sempre. Que eles são sujeitos autônomos, que eles trazem uma história, uma carga que precisa ser respeitada, conhecida.

Denise tem um outro nome para o projeto político-pedagógico ao qual Paulo se refere, prefere identificá-lo como um projeto de educação infantil com base na arte. Sua

¹⁵¹ Não me ative a investigar as ações que a comissão de educação desempenha atualmente, mas seria uma questão interessante de ser aprofundada.

construção está em curso há 3 anos, uma vez reconhecido como um processo vivo, portanto passível de mudanças. O objetivo não é a alfabetização, como o texto do projeto de financiamento da creche sugere, o que se vislumbra é o desenvolvimento humano:

Então eu começo a pensar – e aí a gente começa a construir junto, eu e as meninas – um projeto que não é um projeto político-pedagógico, mas é um projeto de educação infantil com base na arte. E aí eu vou fazendo com as meninas – a gente já fez algumas – eu não gosto de chamar de formação, é uma construção-junto que a gente vai sentar, vai avaliar, vai fazer estudos e vai pensar a respeito da formação em arte dos meninos. E a gente tá construindo isso. Mas nunca pensando na alfabetização das crianças, não é nosso objetivo. [...] Mas é nosso interesse o desenvolvimento humano.

Para Paul Singer (2002), como discorrido no capítulo 01, é exatamente o desenvolvimento humano o maior ganho da autogestão. E, no caso da vila, há clara preocupação em garanti-lo de modo estrutural: ajustar a formação das crianças a princípios não-sexistas e de liberdade de expressão – relevantes do ponto de vista autogestionário, uma vez que estão alinhados com a premissa da igualdade entre as pessoas – é uma forma de fazer com que esses princípios sejam perpetuados no tempo.

Para a vila Eliana Silva, existe ainda uma série de outros planos. Dentre as intenções físicas para a creche, estão a construção de um cômodo acima do refeitório, de outro para ser usado como escritório e melhorias no parquinho. Pretende-se, também, aumentar o número de professores, uma vez que a creche previa um ideal de 9 funcionários para 70 crianças e, atualmente, sete mulheres mantêm o espaço funcionando para um total de 30 crianças.

Novas propostas também recaem sobre o lugar onde funcionava a biblioteca. Denise e sua esposa possuem a intenção de transformá-lo em um ateliê de arte coletivo e aberto a todas as idades com aulas de pintura, desenho, modelagem. A ideia ainda está em fase de maturação, uma vez que a captação de recurso está sendo estudada, assim como o funcionamento do espaço e o tempo de construção. Em um segundo andar, Denise visualiza uma biblioteca menor, com livros mais apropriados à realidade local.

Na contramão do que Denise planeja, Paulo revela que está em curso uma nova proposta para a biblioteca, que provavelmente será vinculada à creche, aberta à comunidade e direcionada a um projeto de comunicação com jovens. A incompatibilidade entre as proposições de ambos os moradores reflete uma discussão débil, algo que a experiência anterior da biblioteca já revelara. Como decisões tomadas por uma minoria são passíveis de frustração, o ideal seria que qualquer intento fosse analisado com a população antes de tomar a forma de um projeto.

Dentre outros planos que compõem uma lista de desejos, como a construção da sede do MLB – ainda não materializado por falta de recursos – e a instalação de calçamento nas ruas, um recebe destaque: fazer com que a Área de Preservação Permanente (APP) que limita a Eliana Silva e demais ocupações vizinhas se transforme no “Parque das Ocupações”, uma expectativa de maior porte. Paula comenta que a ideia – que foi proposta pelo MLB e já conta com vários adeptos, dentre eles a própria COPASA – é fazer com que o parque invada as ocupações, que, inclusive, receberão árvores em suas ruas principais. A medida já está em curso; 50 mudas típicas do cerrado doadas pela COPASA já foram plantadas na ocupação Paulo Freire.

É interessante notar que os planos feitos para a vila Eliana Silva não se restringem a um dado intervalo de tempo. Além de propostas para o médio e longo prazo serem recorrentes, o que indica uma disposição à luta, há espaço para ousadia. Esta propensão ao arrojo fica clara quando Paulo diz que um sonho compartilhado é fazer com que a COPASA coloque em funcionamento a coleta de esgoto de toda a região para possibilitar uma pequena represa no córrego da área de preservação permanente onde se poderia nadar – o que demandaria “mais 5, 10, 15 anos de luta” – e quando diz que a mira do movimento está no alcance do “poder socialista”:

Porque nossa perspectiva do MLB é unidade, conjunto dos movimentos populares, de organizações, de partidos, pra gente almejar o poder socialista. É derrubar esse poder capitalista e isso. Inclusive, a gente, nesses últimos anos, pra terminar, também tá participando de um projeto de criação de um partido chamado Unidade Popular pelo Socialismo.

Uma intenção do MLB que não se volta propriamente à vila, mas à ideia de uma rede coletiva espalhada na cidade é a construção de uma nova creche em outra ocupação, não revelada, possibilitada pelas condições reais e objetivas acumuladas ao longo dos anos. De escola para o movimento, a vila Eliana Silva assume a condição de escola para outra ocupação ao oferecer um estágio de vivência na creche, um curso prático-teórico para determinadas mulheres. Na visão de Paulo, que reconhece ter estado “na linha política certa, no momento certo, no lugar certo” para fazer a ligação entre o período passado do MLB e o presente, o plano da nova creche, em vias de consolidação, parece funcionar como uma espécie de atestado de liberdade. Isto porque, ainda que o arranque inicial da ocupação tenha sido dado por ele, a Eliana Silva avolumou-se de tal modo a não depender mais da liderança – o que Paulo considera ótimo. Se a figura do coordenador

era central inicialmente, hoje existe uma melhor distribuição de responsabilidades em razão da existência de lideranças locais.

Como vimos, o movimento antecede os moradores e instaura na ocupação costumes e regras pouco negociáveis, ainda que pensados para o bem coletivo, o que confere sensação de rigidez e estaticidade. No entanto, também é ele quem propõe planos e instiga as pessoas a se envolverem, movimentando o cotidiano. Vale ressaltar também que é o próprio movimento que fomenta a existência da ocupação; se ele inexistisse, a própria Eliana Silva não teria razão de ser. Se o MLB se afastasse do cotidiano da ocupação nos primeiros anos, é bastante provável que as conquistas seguintes seriam menos frequentes e em menor número, talvez nem chegassem. O que se coloca é que, para a autonomia coletiva se fortalecer, talvez fosse importante haver um plano de desvinculação, no tempo, entre moradores e movimento. Na prática, implicaria, dentre outras metas, em colocar as regras do MLB para discussão, tornando-as passíveis de serem transformadas; fazer da creche um espaço gerido pelos moradores; investir na formação de pessoal interno voltado à comunicação da vila, tendo em vista que ela é uma ferramenta importante para dar visibilidade à luta do grupo sócio-espacial na história da ocupação.

Se o Urucuia e o Villarégia não apresentam qualquer indício de plano coletivo, o RSV, por outro lado, possui vários. Além da mencionada tríade biblioteca-horta-academia, há projeto para se construir: a) uma área de churrasqueira, b) um espaço em homenagem a determinada moradora que faleceu pouco após ter recebido as chaves do apartamento, c) uma entrada maior para o conjunto a partir do sacrifício de parte da rua de acesso e d) uma quadra nos fundos do lote.

Para o “Espaço Norminha”, destinado a homenagear a referida moradora falecida, a intenção é obter um patrocínio junto à PBH. Esta inclinação à negociação indica uma relação amigável com o poder público, que é acionado esporadicamente como ocorre, por exemplo, nas vezes em que se coloca em prática a “rua de lazer”. Como não são frequentes as tentativas de se estabelecer um ponto de contato cuja finalidade seja meramente financeira e como não há mediação, isto é, sendo uma iniciativa assumida pelos moradores, não há motivos para se fazer crer que a ação seja ilegítima ou que reforçaria uma relação de dependência. A resolução dos problemas por conta própria revela uma postura alinhada com a perspectiva autonomista.

Pretende-se que a quadra, pensada para que as crianças tenham mais espaço para brincar, seja possibilitada sob regime de mutirão. Assim como as mencionadas festas,

viabilizadas mediante a doação e colaboração dos próprios residentes, a intenção de se realizar um mutirão compõe o quadro do legado do processo de produção autogestionário. Esses vislumbres de um modo de fazer coletivo sinalizam que, de algum modo, o aprendizado da época de produção resiste no tempo.

4.6 Ganhos do processo

Todos os moradores das experiências analisadas destacam que o maior ganho do processo autogestionário é a relação obtida entre as famílias. Joana se declara como pertencente a uma grande família e ressalta o vínculo de parceria obtido. De uma situação em que “a gente quase não conversa com vizinho, normalmente a gente não tem amizade com ninguém”, Maria reconhece que o processo de produção de moradias autogestionário lhe permitiu uma convivência vicinal antes inexistente. João, que diz ter feito “amizades demais” e ter aprendido “muita questão de convívio”, enaltece a ótima relação que sustenta com praticamente todos os condôminos do RSV:

Temos, posso te dizer que 100% [amizade com pessoas no conjunto]. Praticamente 100%. Por exemplo, no meu trajeto lá no portão até aqui, tem dia que gasto quase dez minutos. Passo na janela de um, converso com outro... [...] Por exemplo, dia de domingo. Se eu descer, eu fico umas duas, três horas. Porque a maioria aqui me conhece desde o tempo dos mutirões. Eram meninos na época, eles me veem lá embaixo, vêm conversar e tal. Tem dia que eu falo: “Não vou nem descer, vou ficar quietinho aqui em cima”.

Denise expressa que se sente muito mais segura na Eliana Silva do que em qualquer outro lugar da cidade e identifica que o “senso de comunidade” é o maior ganho resultante de uma ocupação urbana:

O mais legal é esse senso de comunidade. Porque, dentro de uma ocupação, é muito maior. Porque a gente tá numa periferia do mesmo jeito que eu tava antes. Mas o senso de comunidade que a gente tem é muito maior do que o senso de comunidade que eu tinha antes, ou que o próprio bairro tinha antes. E aí o próprio bairro Vila Santa Rita – porque nós tamos dentro do bairro Vila Santa Rita – não tem. Então esse senso de comunidade, de cuidado com o outro... E uma coisa que foi construído no Eliana Silva é que todo mundo conhece todo mundo.

Os laços resultantes da produção dos conjuntos estudados e da vila Eliana Silva, como se vê, são mantidos, em oposição ao que Francisco de Oliveira (2006) diz. O sociólogo compreende que a comunidade, como discutido previamente, não se sustenta após a obtenção de casas, ainda que estas sejam produzidas por um mutirão autogerido.

Ana, que como Joana se reconhece pertencente a uma grande família, exalta a existência de um compartilhamento de responsabilidades:

Uma das coisas mais lindas que eu percebo é a questão da comunidade. [...] Eu não saberia hoje viver fora de uma relação de comunidade. Que é essa coisa, assim, de você ter uma relação de família, não uma família de sangue, mas uma relação de famílias coletivas. Você sai da porta da sua casa, você cumprimenta a Irene, você cumprimenta o senhor Florzino... É uma grande família isso. [...] Então, assim, essas relações, não tem preço esse tipo de relação. [...] É uma grande família. Não existe meu filho, existe filho meu e de todas as outras pessoas. E não existe [nome real da liderança] que é sozinha, se eu ver o filho de fulano, de beltrano, eu me sinto responsável por eles também. Então, assim, é muito bonito essa relação.

Ana tem ciência da crítica que incide sobre o modo de fazer “por conta própria”, baseado na dilapidação da força de trabalho, mas se apegua a outro efeito colateral, a criação de uma relação profunda entre as famílias:

Os críticos da gente falam assim: “Vocês tão fazendo o papel do Estado de construir casa”. A gente fala: “Não, nós não tamos fazendo o papel do Estado, pelo contrário. A gente tá usando um recurso do Estado pra edificar apartamentos, casas bem bacanas para as pessoas, mas é uma desculpa, assim, né, [pra] que a gente tenha uma relação profunda com as famílias que vão morar”. Se não for por isso, não vale a pena nada.

Além do benefício coletivo adquirido, materializado no zelo e na convivência entre as famílias, estão as conquistas individuais dos envolvidos. João, que diz ter alcançado uma competência para influenciar pessoas que o acompanha até os dias atuais, ressalta também ter diversificado seu conhecimento, antes restrito à área elétrica, e a capacidade de ouvir, discutir e propor:

Conhecimento, que eu adquiri muito conhecimento. Principalmente conhecimento na área administrativa e na área operacional. Isso aí me marcou pra sempre. Eu uso muito o que eu aprendi há dez anos atrás quando começamos isso aqui [...]. Até no meu trabalho cotidiano, esquecendo isso aqui, eu aplico. Porque eu aprendi ouvir, discutir e propor. Isso é fundamental [ênfase]. Não se deve achar que sabe tudo ou que é dono da razão.

Legados positivos também são encontrados em outros casos. Quando perguntada sobre algo que a marcou da época em que trabalhou no canteiro, além de mencionar a convivência com a vizinhança, Maria enfoca um ganho pessoal: sua profissão. Foram as atividades desempenhadas durante a produção do Urucuia o pontapé para que ela adentrasse o mercado da construção civil – algo que a moradora já almejava, mas, até

então, não via condições reais de realização. Maria também se lembra de um colega electricista, morador do Urucuia, que se profissionalizou desde então.

A fase de produção também funcionou como oportunidade para o marido de Joana. Desempregado na época, foi contratado para ser o comprador de material durante as obras do Villarégia, o que lhe proporcionou basicamente uma profissão para o resto da vida. Joana também comenta que os cinco pedreiros que hoje moram no conjunto foram formados no processo autogestionário e traz à luz a história de uma mulher, então membro da coordenação da ASCA-BH, que era encarregada das prestações de conta durante as obras do Urucuia e do Villarégia; o gosto pela atividade impulsionou-lhe a cursar contabilidade, uma possibilidade inimaginada por ela até então.

Paulo compreende que “o melhor caminho pra formar liderança popular são as lutas, a resistência, a organização popular”. O morador exalta que o “chão da Eliana Silva” permitiu a formação de lideranças que hoje atuam em Belo Horizonte, em Minas Gerais e até em outros estados e destaca Denise, que adquire interesse pela educação infantil a partir do momento em que entra em contato com a creche. Paulo confessa que o trabalho coletivo foi responsável por moldar até mesmo a si próprio: “Um monte de coisa eu aprendi foi no movimento, não sabia. Minha formação foi altamente machista e lá que vai... ‘Não faz isso, você não pode fazer isso, isso aqui é ruim...’. Vai moldando, né?! A gente é fruto também de um trabalho coletivo...”.

A “aplicação do marxismo na periferia” – papel que Paulo entende ser desempenhado pelo MLB – é responsável por notabilizar os moradores em geral, na medida em que lhes permite uma consciência de classe, tão ou mais valorizada do que a própria formação acadêmica. É Paulo quem diz:

Agora, uma galera dessa [pausa] tem ensino fundamental. E olhe lá. E sabe que que eu acho legal? Eu vejo essas pessoas hoje atuando em espaços públicos e se destacando mais em quem tá formado em universidade. Inclusive dando aula em quem tá formado na universidade. [...] Não é só a questão acadêmica que é determinante, né. Você tem outros fatores que vão trabalhar a questão da formação política, né, de consciência de classe, que eu chamo.

Ana se aproxima da percepção de Paulo quando diz que várias lideranças se fizeram no processo autogestionário e fica claro para a coordenadora da UMMP que todos os envolvidos são beneficiados ao afirmar que “As pessoas foram se formando mesmo, foi uma faculdade. Eu falo que quem participou fez graduação, pós-graduação, mestrado...”. Joana completa, enaltecendo o trabalho da associação como fator imprescindível para que cada pessoa se formasse “pra ser uma cidadã de bem”:

O trabalho da associação, querendo ou não, é um trabalho de formação também pras famílias. Pra ela estar organizada pra ela conquistar uma moradia dela. Ela não tá lá só esperando a moradia, ela tá sendo formada no dia a dia pra ser uma cidadã de bem.

Durante o término das atividades no canteiro, o motivo de contato entre a ASCA-BH e os moradores está menos para a socialização familiar e mais para o trabalho político. A associação visita os conjuntos majoritariamente em período eleitoral e, observada de longe, a atitude poderia parecer certo oportunismo. Ana, contudo, afirma que as famílias não enxergam como tal e conta que algumas pessoas se colocam espontaneamente à disposição da associação para distribuir material panfletário em época eleitoral. Outra forma de contribuição das famílias é uma espécie de votação direcionada, como fica evidente no relato da coordenadora da UMMP:

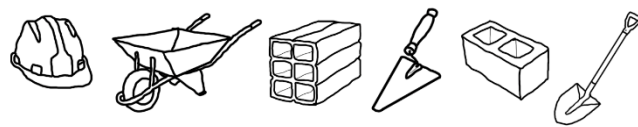
Nós temos famílias que chega nesse período eleitoral e falam “Fulana, nós tamos esperando. Você ainda não veio aqui no conjunto? Nós queremos saber quais são os candidatos, como que a gente vai votar”. [...] “A gente sabe que você tá continuando com o movimento e tudo, então a gente [...] quer dar o voto pra que vocês possam continuar a luta docês, mesmo a gente não tá participando assim, efetivamente”. [...] Então elas [famílias], mesmo elas não estando dentro do processo, elas tão acompanhando politicamente. Então tem um crescimento político, né?!

Embora Ana acredite existir “crescimento político” por parte das famílias, o que a situação parece indicar é a existência de uma confiança acrítica na indicação eleitoral feita pela ASCA-BH, uma atitude meramente reprodutiva e pouco refletida. Ao contrário de se dar um passo no sentido da real conscientização, aparentemente as pessoas assumem uma condição de receptáculo de informação. Como Souza (2010) coloca, a materialização da autonomia individual se faz mediante existir conhecimento de causa, algo que a fala da coordenadora da UMMP sugere faltar.

Ainda que a formação política seja entendida por Ana, Joana e Paulo – que sempre desempenharam papéis de liderança junto a moradores, quer seja de um empreendimento, quer seja de uma ocupação – como fruto de um processo autogestionário de produção de moradia, nas entrevistas guiadas, de um modo geral, nota-se que os ganhos de cunho pessoal aparecem com frequência significativamente maior do que os de cunho compartilhado. Para o caso da autogestão via produção habitacional, percebe-se que a participação atual em conselhos, plenárias, conferências e encontros – espaços que, como mencionado, Ana diz serem caros à questão autogestionária por possibilitarem, na prática, o direito à cidade – é restrita a pessoas isoladas. A tentativa de sensibilização da ASCA-

BH durante o pré-morar parece ter sido insuficiente para envolver um número significativo de moradores compromissados a seguir ocupando espaços de construção e disputa política, constatação que se torna visível quando Ana menciona somente o Urucuia para ilustrar tais casos. No referido conjunto, há quem ocupe cadeira no Conselho Municipal de Saúde e no Conselho Estadual de Saúde, e Ana também cita a sua própria – já extinta – participação no Conselho Nacional das Cidades. Logo, afigura-se que a “ampliada no leque” da participação é materializada em pessoas específicas.

As análises do cotidiano mostraram que as pessoas envolvidas no processo de produção dos conjuntos e da vila sentem-se parte de um todo integrado, porém não inteiramente sensibilizadas para valores ou decisões coletivas, embora haja vislumbres de um modo de fazer pautado na colaboração em momentos específicos – como nas festas do RSV ou nas assembleias da Eliana Silva. Ainda que as análises do cotidiano pós-ocupação tenham indicado que a disposição ao engajamento tende a minimizar ou a dissipar ao longo do tempo nos empreendimentos, que persiste a contradição imanente entre o próprio movimento e os moradores da vila verificada desde quando a Eliana Silva ainda era uma ocupação e que existe um controle rígido no RSV para que haja alguma ordem local, as experiências têm seu mérito do ponto de vista das habilidades e amadurecimento que possibilita individualmente aos participantes. Diante do pacto estabelecido na introdução desta dissertação, o de garantir que este trabalho não fosse uma ode à organização forçada, seria um tanto incoerente esperar que um processo autogestionário de produção de moradias fosse capaz de garantir que a totalidade dos moradores se mantivesse ininterruptamente mobilizado. Afinal, uma mobilização *ad aeternum* seria sem dúvidas desgastante. Deste modo, prefere-se o reconhecimento de que o processo autogestionário possibilita o desenvolvimento humano de modo individual do que moldá-lo às expectativas acadêmicas ou políticas de outrem.



Considerações finais

Como vimos, os dois fundamentos da autogestão são a igualdade das pessoas e a autonomia. A partir da perspectiva da igualdade, não haveria razão de ser para existirem divisões de classe de qualquer tipo, seria ilógica a separação entre dirigidos e dirigentes. Já a autonomia se refere ao estabelecimento de regras pelo próprio corpo social que irá segui-las, a autolimitação da sociedade em outras palavras. Sob esta ótica, a existência de um Estado contradiz ambos fundamentos, porque pressupõe uma hierarquia e significa as determinações de uma minoria sendo obedecidas por uma maioria. Quando, portanto, o Estado lança uma política pública que é reconhecida como a materialização da autogestão na produção de moradias, de antemão há um desencaixe: a) os princípios autogestionários não concebem a presença do Estado e b) a autogestão, conceitualmente, só seria concretizada pelas mãos da classe trabalhadora.

Na contramão da política pública, estão as ocupações de terra urbanas, que: a) denunciam a morosidade do poder público em prover moradia pelas vias formais, b) colocam em evidência que a via institucional não consegue combater o déficit habitacional e, ainda, c) movimentam a política pública na medida em que essa forma de morar faz com que haja a necessidade de novos métodos de regularização urbanística e fundiária adequados a uma realidade que não a de parcelamentos urbanos convencionais. No capítulo 01, foram identificados dois tipos de processos autogestionários de produção de moradias: aqueles via *produção habitacional* – resultantes de programas de políticas públicas – e aqueles via *produção de cidade*. As ocupações urbanas ilustram o segundo tipo.

Embora não sejam exemplos absolutos do conceito, não significa que as experiências resultantes de políticas públicas ditas autogestionárias não possibilitem certo nível de autonomia individual e coletiva. Souza (2006, 2010), preocupado em identificar possíveis graus de autonomia dentro de uma relação entre sociedade civil e Estado, propõe o que ele chama de escala de avaliação da participação popular. Esta escala, com suas devidas precauções, serviu de base para se tentar compreender os eventuais avanços e/ou retrocessos em direção à autonomia do grupo envolvido em um processo autogestionário de produção de moradias mesmo após a conclusão desse processo. Para tal, dois momentos distintos foram analisados: tanto o pré-morar, que pressupõe os antecedentes da produção e a produção em si, quanto a fase de consumo de quatro experiências autogestionárias belo-horizontinas. São elas: a) Urucuia e Villarégia,

resultantes do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão; b) Residencial Serra Verde, resultante do Programa Crédito Solidário e c) a vila Eliana Silva, que nasce como uma ocupação de terra urbana assessorada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas.

De antemão, existe uma diferença básica entre os empreendimentos frutos de política pública e as ocupações urbanas: a fase de produção de uma ocupação se estende no tempo, a depender majoritariamente dos recursos disponíveis. É difícil mensurar quando esta fase termina, pois conquistas de infraestrutura e equipamentos coletivos podem levar muitos anos. Logo, ter um grupo mobilizado por “anos a fio” é uma espécie de contingência para a sobrevivência de uma ocupação, está diretamente ligado à melhoria real da qualidade de vida dos ocupantes. Para os empreendimentos, a fase de produção tem início, meio e fim. Quando um empreendimento é finalizado, as conquistas posteriores são aditivas, e não uma condição essencial. Em adendo, ocupações urbanas organizadas almejam uma oposição política mais ampla ao *status quo*, segundo Lourenço (2014). À primeira vista, leva-se a crer que o germe autogestionário das ocupações urbanas é maior em relação às experiências resultantes da política pública.

Nesta dissertação, a autogestão na produção de moradias foi definida como processos que, apostando em decisões coletivas, na compreensão da globalidade do processo e no direito à experimentação, almejam que as mudanças introduzidas nas relações de produção propiciem a modificação das próprias relações de uso do espaço.

No Urucuia e no Villarégia, decisões coletivas se faziam valer quando as famílias escolhiam conjuntamente, dentro das limitações orçamentais, os itens que comporiam suas casas ou quando cada equipe de obras decidia a melhor maneira de fazer o trabalho do dia. A compreensão global do processo se materializava, por exemplo, no acompanhamento de toda produção por parte das pessoas, o que dava margem para questionamentos em tempo real e para que as famílias se apropriassem de suas casas com conhecimento de causa quando do fim das obras. As visitas viabilizadas entre os conjuntos habitacionais da primeira geração também era uma forma de se reconhecerem como parte de algo maior – mesma estratégia de um dos critérios do sistema de pontuação adotado pela ASCA-BH para a distribuição das casas, baseado no envolvimento dos beneficiários com eventos e atividades na cidade. As reuniões no fim de cada mutirão também funcionavam como momento de repasse e de reflexão, alinhando as famílias ao que estava sendo feito globalmente. O direito à experimentação se materializava quando do emprego de mão de obra feminina diretamente no canteiro e na construção de casas-

modelo que funcionaram como a escola de alvenaria. Bastante próximo do direito à experimentação está o direito à liberdade, encontrado a) na livre associação dos futuros moradores, que se dividiam pelas atividades do canteiro por afinidade; b) na possibilidade de as famílias opinarem em qualquer momento; c) na possibilidade, ainda que reduzida, de propor pequenas alterações de projeto durante a fase de execução; d) na criação de um ambiente favorável à proposição dentro de cada grupo de obras e e) na possibilidade de escolha de acabamentos, ainda que – atenta-se – escolher não significa exatamente participar, como colocam Malard, Santos e Pontes (2006).

Ao mesmo tempo em que esta tríade – decisões coletivas, compreensão da globalidade do processo e direito à experimentação e liberdade – faz os processos de produção de moradia analisados aproximarem dos fundamentos autogestionários de autonomia e igualdade das pessoas, ela se condiciona às determinações da URBEL, que exigia rígido cumprimento do cronograma quanto ao tempo e quanto à ordem das etapas de produção. Os ganhos autogestionários do processo de produção dos conjuntos analisados da primeira geração foram possíveis dentro de uma liberdade limitada. Como os maiores interessados na conclusão dos trabalhos eram os próprios futuros moradores, uma vez que qualquer extensão do período de execução implicaria na demora da concretização de uma necessidade que era real e urgente para eles, a preocupação do poder público quanto à entrega dos conjuntos não haveria razão de existir. Em adendo, flexibilizações mínimas, como permitir que trabalhos previstos para meses seguintes fossem adiantados para evitar gastos ou obter ganhos em termos de técnicas construtivas, não prejudicariam o orçamento global.

O programa municipal cessa suas atividades a partir do momento que surge o PCS, que demora a vingar. Durante o advento do PCS, ilustrado pelo caso do RSV, a quantidade de empecilhos durante a produção é tamanha que a autogestão se torna duvidosa ou, no mínimo, é ameaçada. O RSV parece se encaixar na constatação de Kapp e Cardoso (2013) referida no capítulo 01. Os autores apontam que, por vezes, as interferências em empreendimentos ditos autogestionários são tantas que os aproximam de uma produção heterônoma. Os inúmeros entraves sofridos pelo grupo beneficiário ao longo do caminho, mais do que um desrespeito às suas decisões coletivas, por vezes soavam como um desrespeito à sua própria existência na cidade – como verificado quando da perda do terreno inicial devido à reação da população do entorno.

Compõem o quadro de interferências colocadas pelo poder público antes mesmo da implementação do PCS a morosidade da instância federal para se ter alguma condição

de operacionalização do programa e o discurso municipal da inexistência de terrenos públicos que poderiam ser encaminhados à autogestão. Quando do início da operacionalização do PCS, o RSV ainda: a) passa por incertezas devido ao embate entre governo municipal e estadual quanto à destinação do segundo terreno; b) enfrenta considerável rigidez da SMAHAB, que passa a ser interpretada como uma “inimiga do movimento”; c) recebe da CEF aditivo de verbas que, ironicamente, coloca o empreendimento na posição de devedor e d) tem liberdade limitada pela CEF, que estabelece normas mais restritivas em relação às do programa municipal.

Ainda que os percalços tenham sido consideráveis, os ganhos do processo produtivo estiveram a) na manutenção da livre associação dos trabalhadores, continuação da prática estabelecida na primeira geração de empreendimentos; b) no rompimento com a lógica masculinizada do canteiro de obras; c) no repasse semanal entre as equipes de execução e no controle total do que estava sendo liberado pela CEF, alinhados à desejada compreensão global do processo; d) na manutenção da possibilidade de escolha dos revestimentos, uma decisão coletiva originária da etapa projetual que permitia certa personalização do espaço. Ainda que este último ganho possa parecer ordinário, ele aparece nas conversas com moradores como importante fator de satisfação pessoal.

Do resgate do cotidiano de produção de alguns conjuntos produzidos por autogestão em Belo Horizonte, vimos que o poder público tem peso relevante no fim das experiências. O Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão já nasce com certa resistência interna e esta resistência ganhará corpo ao longo dos anos a ponto de, na segunda geração de empreendimentos, ser um dos principais motivos que levam ao esfacelamento da autogestão via produção habitacional. Como uma nova legislação para a Política Municipal de Habitação está sendo estudada pelo Conselho Municipal de Habitação e a autogestão aparece como uma forte diretriz, seria bastante profícuo que este momento fosse aproveitado para sensibilizar de antemão a equipe da URBEL a fim de atentar os técnicos envolvidos no desenho e na aplicação da política a superar os entraves do passado. Para a experiência dos programas ser fortalecida, caberia ao poder público permitir uma série de liberdades dentro do processo, dentre elas maiores flexibilizações do cronograma e flexibilizações na liberação de recursos e, acima de tudo, agir com a mesma confiança com que age com as empreiteiras – as entrevistas mostraram que há um descompasso entre os tratamentos oferecidos. O ideal certamente seria limitar-se a fornecer os recursos, ressignificando a fiscalização como um acompanhamento dos trabalhos, e não como uma possibilidade de cerceamento.

Averiguar se o contexto de produção seria um fator importante para influenciar a autonomia do grupo foi um dos impulsos para a escrita da dissertação. A investigação leva a crer que o contexto importa: em Belo Horizonte, verificou-se maior propensão à liberdade nos empreendimentos da primeira geração. A introdução da CEF no processo autogestionário trouxe mais normas e instilou na SMAHAB uma postura altamente defensiva e burocrática.

No que tange à autogestão via produção de cidade, a Eliana Silva nasce como uma ocupação auxiliada por ocupações vizinhas, que manifestam apoio durante o episódio do cerco estabelecido pela polícia militar. Este apoio já dava indícios de uma rede de resistência em formação na cidade, do caráter coletivo da luta pela moradia. Internamente a disposição para o coletivo se dá desde os primórdios a) no estabelecimento de um sistema de pontuação para obtenção dos lotes baseado no envolvimento direto com as comissões voltadas ao cuidado diário do local, b) na realização de assembleias, c) na contribuição mensal das famílias, d) nos mutirões para a abertura de vias e, por vezes, para a construção de casas.

Se, por um lado, a ocupação não é fruto de uma política pública, por outro a conquista de melhorias espaciais concretas dependem de parcerias externas e do próprio Estado. Os moradores da vila se mostram mais ativos na conquista de demandas locais quando o volume de pessoas fazendo pressão social importa para que a negociação com o poder público seja exitosa. Buscar a resolução de carências imediatas junto ao Estado não significa, contudo, afastar-se da autonomia coletiva. Esmerada mobilização interna, inclusive, é exigida quando o ponto de contato com o Estado objetiva o alcance de melhores condições materiais de vida para os ocupantes. O resgate do cotidiano de produção da então ocupação Eliana Silva revelou que o grupo sócio-espacial depende também de apoiadores, de técnicos e do próprio movimento – cada qual com sua função específica: apoiadores mobilizam recursos e dispõem do poder comunicacional e simbólico que carregam, técnicos fornecem conhecimento e apoio político e o movimento oferece o instrumental político.

Quanto à relação ocupação-apoiadores, os primeiros passos da ocupação dependeram de doação externa, assim como a maior parte do financiamento da creche. Esta, além de colaboração financeira, contou com colaboração organizativa: certos apoiadores se empenharam em atingir celebridades e acadêmicos de renome, fazendo uso de seu poder simbólico. Porém, como as decisões referentes à creche foram mantidas sob os cuidados do próprio MLB, a autonomia coletiva não foi abalada com a parceria.

Quanto à relação ocupação-técnicos, vimos que a elaboração do plano urbano da Eliana Silva contou com a participação de poucos moradores. No entanto, quanto menos delongas houvesse nesta etapa, maior seria o tempo dedicado à consolidação da ocupação, tática considerada a mais eficiente possível para atrasar o cumprimento da reintegração de posse do terreno. Outro ponto de contato entre ocupação e técnicos é dado pela parceria constante com o grupo de pesquisa Práxis, da Escola de Arquitetura da UFMG. Embora a linha dos pesquisadores seja consoante com o respeito à autonomia dos moradores e reconheça-se haver grande respeito ao saber popular por parte dos acadêmicos envolvidos, a codificada linguagem do projeto arquitetônico – ferramental por vezes usado pelo grupo – acaba por distanciar a realidade técnica da popular. Por último, Lourenço (2014) observa que o prestígio que algumas figuras externas carregam é tamanho a ponto de elas serem vistas pelos moradores como “intocáveis”.

Quanto à relação ocupação-movimento, vimos que os moradores não coincidem inteiramente com o MLB, um movimento de abrangência nacional. Os moradores podem ser membros do movimento, mas o braço mineiro do MLB é composto, inclusive, por jovens de classe média que não moram na Eliana Silva. Esta incompatibilidade ocupação-movimento se afasta da ideia de autonomia na medida em que: a) a contribuição financeira para o movimento é voluntária, mas parece existir algum nível de pressão para que ela se concretize; b) as regras que permeiam o cotidiano da vila são elaboradas de antemão pelo movimento; c) a existência de uma coordenação pressupõe uma hierarquia, uma autoridade, algo incompatível com a ideia de autonomia segundo Castoriadis (1981); d) em momentos específicos, o movimento parece tomar decisões pelo conjunto, apostando em escolhas que visam um “bem maior”; e) a creche, o que existe de mais emancipatório na vila, é reconhecida como uma pertença do MLB, e não dos moradores.

Ainda que a presença de uma coordenação reforce uma condição de dependência entre movimento e moradores em alguma medida, reconhece-se que ela é fundamental para garantir o instrumental político da ocupação. Ao mesmo tempo em que o MLB assume um papel de autoridade na vila, a resistência às pressões externas é minada sem ele. Esta contradição é presente em todas as iniciativas em que movimentos sociais organizados têm grande protagonismo.

O quarto capítulo procurou analisar a organização do cotidiano dos conjuntos frutos de políticas públicas e da ocupação urbana. No Urucuia e no Villarégia, observou-se que as modificações feitas nas casas são apropriações de cunho individual que sugerem blindagem e isolamento. Tendência à individualização também é vista na leitura

individual do consumo de energia e água, notada também na vila Eliana Silva. A condição condominial do RSV instala uma outra dinâmica; a leitura do consumo dos serviços de abastecimento é coletiva, porém a cobrança de taxa condominial é motivo de conflito, visto que muitos moradores ignoram seu pagamento. A propensão ao individualismo nada mais é do que um reflexo de nossa socialização resultante do modo de produção capitalista; compreendo que seria ingênuo esperar que os moradores não estivessem sujeitos às lógicas da mercadoria face às necessidades cotidianas.

Na vila, a pequena propriedade é estimulada, uma vez vista pelos moradores como uma segurança econômica. Se a propriedade coletiva não vingou na Eliana Silva, doses de utopia socialista são inegavelmente encontradas na forma com que o MLB estimula a participação dos moradores em mobilizações por outras ocupações urbanas, inclusive aquelas assessoradas por outros movimentos sociais; eventuais divergências de organização são deixadas de lado quando o assunto é a luta pela moradia. A própria capilarização da atuação do MLB em Belo Horizonte também dá sinais de coletivização; a assessoria do movimento não se restringe somente à Eliana Silva. Sendo um movimento social, a abrangência do MLB na cidade revela-se superior à abrangência da ASCA-BH. Na associação, a disposição para continuar a luta por outras famílias após a conquista da moradia própria parece ser um atributo apenas de algumas lideranças. No entanto, compreende-se que a manutenção deste despertar por algumas lideranças já seja um ganho expressivo. Isto porque, ao contrário de um movimento social, associações não se propõem de antemão a transpor o caráter local de suas iniciativas.

Ao contrário da rede de apoio existente entre ocupações, os empreendimentos são células isoladas na cidade, falta-lhes a compreensão do todo que é cara ao conceito de autogestão. No entanto, até certo momento, a ASCA-BH ainda promovia encontros entre os gestores de cada conjunto, uma forma de fomentar a socialização de ideias no intuito de encontrar soluções para os problemas de natureza coletiva vividos por cada experiência. Quando a prática deixou de ser arquitetada pela associação, os encontros deixaram de existir, revelando uma dependência entre gestores-associação que, na verdade, é reflexo de uma dependência ainda maior: a existente entre associação e moradores. É a ASCA-BH quem assume o trabalho social nos primeiros anos do Urucuaia e do Villarégia, a contragosto. Infere-se que a separação entre equipe administrativa e equipe de obras durante os trabalhos no canteiro possa ter contribuído para que houvesse uma dependência estendida no tempo entre associação e moradores, contrária à

perspectiva autonomista. Atualmente, no entanto, esta questão parece ter sido resolvida. No RSV, porém, a ASCA-BH ainda é solicitada a participar de algumas reuniões.

A análise do cotidiano atual dos conjuntos produzidos via autogestão habitacional e da vila Eliana Silva fez supor que a manutenção de uma atitude mais propensa ao coletivo depende, entre outros fatores: a) do tempo de existência da experiência; b) do estabelecimento de funções/papéis e c) da conservação das famílias e/ou pessoas originais.

Quanto ao fator temporal, observou-se que existe uma disposição ao engajamento até que os conjuntos sejam absorvidos pela cidade. Fazem quase vinte anos desde a entrega do Urucuia e do Villarégia. Nos primeiros anos, ocorreram mobilizações por melhorias no posto de saúde da região e pela instalação de um centro cultural, além de festas e eventos voltados à socialização dos moradores. No RSV, entregue há oito anos, ainda ocorrem festas que contam com a contribuição de todos, uma possível herança do processo produtivo autogestionário, e uma eventual “rua de lazer” para as crianças. Na Eliana Silva, nascida também em 2012, ocorrem festas e assembleias cuja periodicidade depende da urgência dos assuntos a serem tratados. As festas, porém, são organizadas por apoiadores.

O segundo fator diz respeito à delegação de responsabilidades. As experiências autogestionárias que não dispuseram de pessoas específicas voltadas a assumir responsabilidades pelo coletivo coincidem com os menos mobilizados, ou seja, o Urucuia e o Villarégia. Ambos experimentaram a presença de síndicos por 7, 8 anos, período coincidente com a realização de festas e conquistas importantes no bairro.

No RSV, a condição condominial instaurou uma separação entre gestores e moradores aparentemente. O consenso parece ser inusual e a espécie de jogo de poder existente traz certo nível de desgaste, pois a administração do condomínio termina por assumir uma postura de cobrança em relação aos moradores. Como as famílias aprovadas pelos critérios da CEF não se sentiram desmotivadas quando as demais foram eliminadas, inferiu-se que os encontros semanais promovidos pela ASCA-BH antes de existir qualquer perspectiva em relação ao RSV não foram suficientes para formar uma identidade real entre os futuros moradores, em consonância com o que Oliveira (2006) diz sobre a ilusão de comunidade que faz um mutirão autogerido se sustentar. Em adendo, os futuros moradores foram interpelados pela gestão pública um ano após terem iniciado os trabalhos no canteiro sem que tenham recebido quaisquer explicações, o que os obrigou a abandonar por completo o acompanhamento das obras. Esta dupla de fatores pode ter

prejudicado a maturação do grupo, impedindo-o de imaginar e colocar em prática um modelo de gestão que possibilitasse maior capilaridade na distribuição de responsabilidades. Uma interpretação menos romantizada talvez indicasse que as pessoas simplesmente não desejam assumir responsabilidades pelo coletivo.

Se nos atemos ao conceito de autogestão, que pressupõe a supressão de hierarquias, é irônico notar que a existência de um controle central no RSV e na vila seja elemento de coesão de um cotidiano. As experiências analisadas mostraram ser ilusório supor que um processo autogestionário de produção de moradias seja capaz de gerar um grupo comprometido de modo homogêneo, isto é, um grupo em que cada indivíduo assumiria de bom grado e com consciência parcela equitativa de responsabilidades pelo todo. No entanto, reconhece-se mais uma vez que esta condição é um mero reflexo do modelo de desenvolvimento do capitalismo adotado, não seria justo depositar sobre os moradores a expectativa de se diferenciarem da maior parte da sociedade no que tange à forma de divisão do trabalho.

Dadas as limitações temporais da pesquisa, algumas questões foram apenas tocadas, carecendo de maior debate. As entrevistas foram realizadas majoritariamente com lideranças ou pessoas que detém algum poder de influência nas decisões do grupo. Ficou de fora das análises o ponto de vista de moradores que não ocupam posições de destaque. No caso da vila Eliana Silva, seria interessante ouvir os moradores sobre a natureza da relação com o movimento. No caso dos empreendimentos, sobre a eventual desconfiança entre equipe administrativa e equipe de obras durante a fase de produção – ainda que os entrevistados tenham alegado haver boa relação na maior parte do tempo. No RSV, ainda, sobre a relação com a gestão condominial.

O terceiro fator que foi considerado importante na proatividade em relação ao coletivo foi a rotatividade de famílias/pessoas. Ainda que a ASCA-BH trabalhe com as famílias a consciência da luta envolvida no processo desde o período das reuniões nos núcleos de moradia, enaltecendo o valor de uso da moradia sobre o seu valor de troca, a ocorrência comum de contratos de gaveta no Urucuia, no Villarégia e no RSV – sobretudo nos dois primeiros – é um indício de que o discurso da associação não teve o efeito desejado. É possível que a urgência de morar das próprias famílias e os limites temporais estabelecidos pela política pública induzam à uma rapidez produtiva que dificulte a maturação política. O crescimento político real se mostra amadurecido em pessoas específicas que seguem estimuladas a participar de espaços de discussão caros ao direito à cidade, como conselhos e conferências – um legado, ainda que pontual, do processo de

produção autogestionário. Se, na vila, os índices de compra e venda são baixos nos primeiros cinco anos, este resultado parece estar relacionado mais ao rígido controle exercido pela coordenação do que a um real alinhamento com o discurso do movimento, mas caberia maior investigação para se aceitar ou refutar esta suposição.

A existência de planos atuais coletivos também dá pistas a respeito do seu nível de mobilização à medida que mede o estímulo (ou desestímulo) vigente após certo nível de consolidação espacial. No Urucuia e no Villarégia, planos inexistem. No RSV e na vila, há muitos. Na vila, há inclusive alguns de longo prazo, porém os planos são atribuídos ao MLB, não aos moradores. Ainda que os moradores participem das assembleias e decidam coletivamente os desejos para a ocupação, é simbólico dizer que os planos não lhes pertençam, mas ao movimento. A decisão de delegar, no discurso, os planos ao movimento e não aos moradores, embora possa ser uma estratégia política, reforça os papéis de autoridade/obediência. Talvez fosse importante haver um plano de desvinculação, no tempo, entre moradores e movimento para a autonomia coletiva se fortalecer. Na prática, garantiria que o movimento dispusesse de mais tempo para se dedicar a assessorar outras ocupações e implicaria em colocar as regras e modos de agir do MLB dentro da ocupação para discussão, tornando-os passíveis de serem transformados por todos. Interessante também seria o esforço de se adotar um discurso que enaltecesse a força dos próprios moradores, como atribuir os planos à ocupação como um todo. A importância do movimento no processo, obviamente, não deixaria de ser reconhecida.

Mesmo que o Urucuia e o Villarégia estejam desmobilizados em comparação com o RSV e a vila devido, dentre outros, aos fatores anteriormente colocados, esta é apenas uma constatação e não um lamento. Entendo que uma mobilização ininterrupta seja desgastante e utópica, e mesmo injusta se se torna uma expectativa puramente acadêmica.

A análise do cotidiano dos empreendimentos e da vila apontou que a autonomia coletiva está distante da realidade de ambos, a dependência ainda pauta muitas das relações internas. Nos empreendimentos, verifica-se ora dependência da associação por parte dos moradores, sobretudo nos primeiros anos, ora dependência da gestão administrativa. Na Eliana Silva, a dependência é refletida sobretudo nas relações movimento-moradores. O conceito de autogestão, portanto, não se materializa integralmente nas experiências; a separação entre dirigentes e dirigidos ainda não foi completamente superada. Nas experiências resultantes dos programas de políticas públicas, observa-se, ainda, que a palavra final no canteiro de obras nunca pertenceu aos

moradores, mas à URBEL/SMAHAB ou à CEF. No entanto, é inegável que a participação em processos autogestionários de produção de moradia possibilita ganhos pessoais transformadores, revelados ao longo das entrevistas.

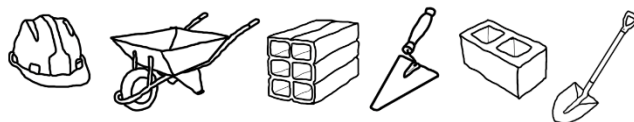
Para uns, participar de algum dos processos autogestionários de produção de moradia significou profissionalização, como é o caso de Maria. Para João, conhecimento e habilidades que ele pode aplicar em quaisquer relações pessoais. Denise, na caminhada da Eliana Silva, se descobre bastante afeita à educação infantil e Paulo se afasta da educação machista que teve. Outros ganham gosto pela participação em conselhos, plenárias, conferências e encontros referentes a assuntos públicos. Portanto, alguma transformação é perceptível no discurso daqueles que vivenciaram os processos autogestionários. Ao contrário do que Francisco de Oliveira (2006) diz sobre a ilusão de comunidade, que se desfaz após o término de um mutirão autogerido, os depoimentos dos moradores sugerem que os laços sociais ainda persistem.

Uma pergunta secundária que moveu a escrita da dissertação foi compreender em que medida um processo autogestionário de produção de moradias poderia abalar o modo de produção capitalista vigente. Embora tenha ficado claro que os moradores de empreendimentos não têm como objetivo a “revolução”, na medida em que os conjuntos são células isoladas na cidade que se preocupam com a resolução de problemas ligados ao cotidiano local, é bastante visível que a autogestão via produção habitacional fere interesses capitalistas. Ela significa pessoas produzindo cidade independentemente da grande indústria da construção civil – pois o grupo associado se apoia na pequena e na média empresa quando necessário – e relativamente independente do poder fundiário, uma vez que a terra é normalmente cedida pelo poder público. Ela ainda tensiona a zona de conforto da classe média na medida em que diversifica o perfil socioeconômico dos bairros e tensiona também a estrutura social, uma vez que, se não põe fim, ao menos suaviza o binômio dirigidos-dirigentes. Ao modificar o modo como a riqueza socialmente produzida é normalmente gerida, ela ameaça a estrutura vigente. Talvez a reprodução de mais experiências de produção coletiva e colaborativa, na contramão do individualismo e da ideologia da meritocracia que compõem a sociedade, seria uma forma de abalar mais significativamente esta estrutura.

Ao contrário da autogestão via produção habitacional, a autogestão via produção de cidade se mostra bastante inclinada à luta pelo coletivo. Há de se reconhecer que a luta das ocupações urbanas enquanto um dos principais circuitos independentes do Estado na atualidade – talvez nem tanto independentes, mas no mínimo menos determinados por –,

se ainda não são capazes de provocar alterações em larga escala na estrutura como um todo, ao menos servem de inspiração para se vislumbrar outros tipos de cidade possíveis, onde a força do coletivo e da colaboração tem mais vez.

Por fim, ilumino dois outros caminhos que foram apenas mencionados ao longo da dissertação: o da economia popular solidária e o das relações de gênero durante a fase de produção dos empreendimentos. Como não há pesquisas que se proponham a olhar para o canteiro de obras autogestionário sob esses dois pontos de vista, sendo que ele se mostra bastante fértil para a discussão dessas temáticas, creio que seria interessante que estudos futuros pudessem suprir esta lacuna. Afinal, reconheço ser valioso ampliar os campos de esperança, nunca os restringir. Esta dissertação concentrou seus esforços nas possibilidades emancipatórias do trabalho no canteiro autogerido, mas é possível que outras óticas nos façam renovar a confiança de que existe uma crescente força revolucionária em formação, paralela ao modo de produção capitalista.



Referências

ARAÚJO, Márcia B. *A formação dos Comitês Populares Democráticos nas favelas cariocas em busca da efetivação de direitos a partir da influência do Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2013. Relatório PIBIC. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ccs/SER/SER-M%C3%A1rcia%20Bastos%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf. Acesso em 02 maio 2018.

AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): Criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 22 (4), outubro/dezembro 1988, p.107-119.

BARROS, Luís T. *Política Habitacional em Goiás: do Mutirão ao Cheque Moradia*. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BASTOS, Clarissa Maria Valgas. *A participação do usuário no processo de projeto de habitação de interesse social em sistemas autogestionários*. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BEDÊ, Mônica Maria C. *Trajeto da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993 / 1996*. 2005. 302 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. *Resolução II*, de 01 de dezembro de 1994. Aprova a Política Habitacional para o município de Belo Horizonte. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 1994.

BELO HORIZONTE. *Resolução IV*, de 19 de agosto de 1996. Aprova os procedimentos para a operacionalização do processo de produção de moradias através do programa de produção de conjuntos habitacionais e lotes urbanizados por autogestão e define as normas para o seu desenvolvimento. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 1996.

BITTENCOURT, Rafael R. *Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 15)*. 2016. 242 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BIZZOTTO, Luciana. *#ResisteIzidora: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana*. 2015. 240f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BLANK, Gilda. Brás de Pina - Experiência de urbanização de favela. In: VALLADARES, Licia do P. (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BOIS, Maria Clara M. S. *Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte e o poder sobre a deliberação das diretrizes, planos e programas da política municipal de*

habitação. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH - As propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 120.02, Vitruvius, maio 2010. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>>. Acesso em: 05 maio 2018.

BONDUKI, Nabil. *Habitação & Autogestão: construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

_____. Nabil Bonduki (entrevista). In: SILVA, Ana Amélia da (org.). *Moradia e cidadania: um debate em movimento*. *Revista Pólis*, n. 20, julho 1994. Disponível em: http://www.athis.org.br/wp-content/uploads/2015/10/1994_RevistaPolis-20_EntrevistaNabilBonduki.pdf. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. *Origens da habitação social no Brasil: Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

_____. Autoconstrução e habitação: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira. In: SALIBA, Cibele R.; ROMÃO, Wagner de M. (org.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em: 22 maio 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 abr. 2018.

_____. CCFDS. Resolução n. 216, de 01 de novembro de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 mar. 2018.

CABANNES, Yves. Mutirão 50: relato de uma experiência pioneira. In: BONDUKI, Nabil. *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 233-237.

CALDAS, Maria F. *Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil*. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAMARGO, Candido Procópio F. de *et al.* *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CAMPOS, Rebekah B. M. *O outro loteador popular: os loteamentos populares associativos sob a participação e a liderança do Padre Pigg Bernareggi*. 2013. 194 f.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONTI, Alfio. *A experiência da autogestão em Ipatinga: uma busca pelo conceito*. 1999. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o “Plano Global Específico”. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, dez. 2004, p. 189-216.

CYMBALISTA, Renato; MOREIRA, Tomás. Política Habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. (org.). *Participação popular nas políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira*. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

DIAS, Maria Tereza F. *et al.* Ocupações urbanas em Belo Horizonte e a (re)construção espacial da cidade: um estudo de caso da ocupação Camilo Torres. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 205-223, jul-dez 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n2p205>. Acesso em: 10 abr. 2018.

DRAIBE, Sônia Miriam. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 08. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) - UNICAMP, 1993. Disponível em: <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2011/10/o-welfare-state-no-brasil-caracterc3adsticas-e-perspectivas-sonia-draibe.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.

FASE-SP *et al.* 3ª Caravana da Moradia para Brasília. *E agora?* (Publicação da FASE-SP, CPV, SOF e PÓLIS), n. 04, nov. 1990. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PEAGOSP111990004.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

FERRARI DE LIMA, Junia Maria. Segregação socioespacial em Belo Horizonte: desafio histórico para a habitação de interesse social. *Revista Conexão Geraes*, Belo Horizonte, CRESS-MG, ano 3, n. 4, p. 25-29, 2014.

FERREIRA, Regina Fátima C. F. *Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado*. 2014. 219 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Milena Lara R. *A autogestão e as lutas por moradia em Belo Horizonte: uma cartografia*. 2018. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FERRO, Sérgio. A produção da casa no Brasil. 1969. In: ARANTES, Pedro F. (org.). *Sérgio Ferro: arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

_____. *O canteiro e o desenho*. 2. ed. São Paulo: Projeto, 1982.

_____. Nota sobre 'o vício da virtude'. *Novos Estudos*, n. 76, novembro de 2006.

FJP. *Déficit habitacional municipal no Brasil 2010*. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2013. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>. Acesso em: 16 abr. 2018.

GECD. Sociedade civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira *In*: DAGNINO, Evelina (org.). Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa. *Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, IFCH-Unicamp*, 5(2)/6(1), 1999, p. 13-42. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/ideias_5-2_6-1.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GUERREIRO, Isadora de A. *Habitação a contrapelo: as estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular*. 2018. 505 f. Tese (Doutorado em Projeto, Espaço e Cultura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GUIMARÃES, Berenice M. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. 321 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HARVEY, David. The Right to the City. *New Left Review*, v. 53, n. 5, setembro-outubro, 2008. Disponível em: www.newleftreview.org/?view=2740. Acesso em: 06 abr. 2018.

JACOBI, Pedro. Movimentos reivindicatórios urbanos, estado e cultura política: reflexão em torno da ação coletiva e dos seus efeitos político-institucionais no Brasil. *In*: LARANGEIRA, Sonia (org.). *Classes sociais e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.

KAPP, Silke *et al.* Loteadores associativos: uma contextualização. *e-metrópolis*, nº 16, ano 5, março 2014, p. 26-35.

KAPP, Silke; SANTOS, Ana Paula B. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*, v. 31, n. 2, 2012, p. 160-173.

KAPP, Silke; CARDOSO, Adauto. Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, v. 17, n. 1, 2013, p. 94-120.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano. Moradia e autonomia no plano de uma metrópole. *Cadernos Metrópole (PUC-SP)*, v. 14, p. 463-485, 2012.

_____. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 02, 2018.

LAGO, Luciana C. do. Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços. *e-metrópolis*, Rio de Janeiro, ano 2, junho 2011, p. 6-12.

_____. *Minha Casa, Minha Vida: experiências de autogestão coletiva*. (entrevista). Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?view=article&id=531%3Aminha-casa-minha-vida-experiencias-de-autogestao-coletiva-&format=pdf&option=com_content&Itemid=68. Acesso em: 15 maio 2018.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, U.K.: Blackwell, 1991.

_____. *O direito à cidade*. 5ª edição. 3ª Reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.

LEITE, Verônica G. O. *Construindo a creche da Eliana Silva*. 2013. Disponível em: <https://www.catarse.me/crecheelianasilva>. Acesso em: 31 jan. 2019.

LOPES, João Marcos de A.; RIZEK, Cibele S. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ABIKO, Alex Kenya (org.). *Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda*. Porto Alegre: ANTAC, 2006 (Coleção Habitar, v. 5).

LOURENÇO, Tiago C. B. *Cidade ocupada*. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MALARD, Maria Lúcia; SANTOS, Ana Paula B.; PONTES, Mateus M. Autogestão habitacional e gestão de projetos: conflitos e compatibilidades. In: ENTAC, Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 04, 2006, Florianópolis. *Anais [...]* Porto Alegre: ANTAC, 2006, p. 1-10.

MARICATO, Ermínia Terezinha M. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: _____ (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____. Reforma urbana: limites e possibilidades, uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, Luiz César. Q.; SANTOS JUNIOR, Orlando. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MELO, Marcus André B. C. de. Políticas públicas e habitação popular: continuidade e ruptura, 1979-1988. *Rua*, Salvador, 2(2), p. 37-59, 1989.

MENDONÇA, Jupira G. de. *Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2002. 252 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MORADO NASCIMENTO, Denise. Outra lógica da prática. In: _____ (org.). *Saberes [auto] construídos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015 [livro eletrônico].

MORADO NASCIMENTO, Denise; LIBÂNIO, Clarice de A. *Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Praxis / Favela é Isso Aí, 2016.

MOREIRA, Fernanda A. *O lugar da autogestão no governo Lula*. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORIN, Edgar; LEFORT, Claude, CASTORIADIS, Cornelius. *Maio de 1968: a brecha*. Paris: Edições Fayard, 1968.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. *Otra Economía*, Buenos Aires, v. II, n. 3, p. 27-40, 2º semestre 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1104/288>. Acesso em: 27 mar. 2018

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Cebrap, 1972.

_____. O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos*, n. 74, março de 2006.

OLIVEIRA, Danielle D.; SILVEIRA, Ivana A.; GODINHO, Maria Helena de L. Política municipal de habitação em Belo Horizonte – o Residencial ASCA: um estudo do Programa de Autogestão. In: CARDOSO, Adauto Lucio (org.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007 (Coleção Habitare).

OLIVEIRA, Samuel S. R. de. O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012, p. 100-120.

OLIVEIRA, Laís G. *Ativismos e a cidade: redes de resistência na produção do urbano*. 2016. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PAZ, Rosângela O. da. *Fundo Nacional de Moradia Popular: marco histórico de participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. 1996. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PINTO, Maria Luiza C.; VERÍSSIMO, Pedro. A cidade, as favelas e a Urbel. *Revista Urbanização & Habitação*, vol. 1, n. 1, janeiro 2014, p. 3-12.

QUINTO, Sandra Cristina B. *O Programa Crédito Solidário: produção de moradia popular e autogestão – o caso do Distrito Federal e Entorno*. 2007. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Urbana e Desenvolvimento Municipal). Centro Integrado de Ordenamento Territorial, Universidade de Brasília, Brasília.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Ley nº 13.728, de 13 de dezembro de 1968 (*Plan Nacional de Viviendas*). Montevideo, 1968. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp5525449.htm>. Acesso em: 24 abr. 2018.

RIZEK, Cibele S.; BARROS, Joana; BERGAMIN, Marta de A. A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: Construindo Algumas Questões. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ANPUR, vol. 5, n. 1, pág. 31-46, maio 2003.

ROCHA, Délio. Currails humanos. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 28 fev. 2008. Caderno 3. Disponível em: <http://diarionordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/currails-humanos-1.608037>. Acesso em: 02 maio 2018

- RODRIGUES, Evaniza L. *A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia*. 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: VAINER, Carlos *et al.* (org.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Regina B. dos. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- SANTOS, Cecília R. A. dos. *Relações sociotécnicas na autoconstrução de infraestrutura urbana*. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SILVA, Jéssica M. M. N. *Os interesses em torno da Política de Habitação Social no Brasil: a autogestão no Programa Crédito Solidário*. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SILVA, Raquel O. O PCB e a composição social dos Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947). *Revista de História*, Salvador, n 5, v 1-2, p. 238-255, 2013. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2013_1/a13.pdf. Acesso em: 02 maio 2018.
- SILVA, Margarete Maria de A. *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SILVA, Ana Flávia C. *As mulheres na disputa pelo território: sobre direito à cidade e empoderamento*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINTAPPI-MG *et al.* *Carta-proposta sobre a Política Municipal de Habitação*. Belo Horizonte, setembro 2016. Disponível em: <https://www.defensoria.mg.def.br/wp-content/uploads/2016/09/CARTA-II-Semin%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- SOUZA, Leandro de A. *A participação do futuro morador em projetos habitacionais de baixa renda: estudos de caso*. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUZA, Marcelo L. de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Jessé de. *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive*. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

TASCHNER, Suzana P.; BALTRUSIS, Nelson. Um olhar sobre a habitação em São Paulo. In: CARDOSO, Adauto Lucio (org.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007 (Coleção Habitar).

TONUCCI FILHO, João Bosco M. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. 2017. 244 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TRIFUNOVIĆ, Bogdán *et al.* *Autogestión Socialista Yugoslava - Nociones Fundamentales*. Belgrado: CAS, 1980. Disponível em: http://desar.me/profpcmaux/Yugoslavia/AutogestionSocialistaYugoslava_completa1980.pdf. Acesso em: 27 mar. 2018.

TURNER, John F. C. *Housing by people: towards autonomy in building environments*. London: Marion Boyars, 1976

USINA CTAH. *Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões*. 2008. Disponível em: <http://www.usina-ctah.org.br/comentariosobreosmutiroes.html>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. Luta por moradia e autogestão na América Latina: uma breve reflexão sobre os casos do Uruguai, Brasil, Argentina e Venezuela. In: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L. (org.). *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

VALLADARES, Licia do P. *A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. In: _____ (org.). *Um século de favela*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ZARATTINI, C. Temer destrói o Programa Minha Casa Minha Vida. *O Globo*. 2017. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2017/09/temer-destroi-o-programa-minha-casa-minha-vida.html>. Acesso em: 25 nov. 2017.

Anexos

Anexo 1 - Roteiros de entrevistas

Entrevista com liderança de entidade (Ana, Joana):

PARA SITUAR

1. De quais processos autogestionários de produção de moradia você participou?
2. Antes de morar no Villarégia, você morava onde?
3. Você já era liderança da ASCA na época?

SOBRE O TERRENO/ÉPOCA DAS OBRAS

4. Como foi o processo de encontrar e negociar a terra? A terra foi comprada, doada, cedida?
5. Como era organizado o trabalho? Todos trabalhavam? Como era a diferença entre dia de semana e fim de semana?
6. Como fizeram com os equipamentos, maquinário? Quem disponibilizou e operou?
7. E os materiais de construção, de onde vinham?
8. Conte-me um pouco do seu dia a dia na obra? Você trabalhava em alguma FTR?
9. As lideranças participavam do mesmo jeito que os outros moradores? Existia algum tipo de hierarquia ou todos podiam propor livremente?
10. Houve algum momento que o trabalho foi contratado pelos moradores, que os moradores deixaram de trabalhar? Existiu alguma resistência ao trabalho? Se sim, por quê?

SOBRE RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

11. Como era a relação com a URBEL/SMAHAB? De que forma ela participava do processo?
12. Existiu alguma diferença de conduta entre a autogestão dessa época que a URBEL controlava os recursos e da época que a CEF virou agente operador?

SOBRE O PÓS-OCUPAÇÃO

13. Depois de ter sido finalizada a construção das casas, os moradores se reuniram em algum outro momento para outras conquistas?
14. Vocês se enxergam como um conjunto? Como é o dia a dia aqui, como a gestão do conjunto é feita?
15. As famílias possuem escritura das casas, é possível vendê-las? Se sim, há muitas vendas? Já acabaram de pagar o financiamento?

16. As pessoas se reúnem, se juntam para trabalhar em algo em comum? Há alguma atividade ou produção comunitária hoje?

17. Você conhece pessoas que transformaram o ofício aprendido no canteiro de obras em profissão?

REFLEXÕES

18. Por que a autogestão não teve continuidade em BH, você já fez alguma avaliação neste sentido?

19. Como você enxerga o processo de alcançar a moradia por uma política pública de autogestão? Você acha que existe alguma diferença entre morar em um conjunto que foi produzido pelos próprios moradores e morar em outro lugar que as pessoas não tenham produzido, apenas comprado? Se sim, o que tem de diferente?

20. Algo desse processo de autogestão ficou marcado em você?

Entrevista com morador cuja participação no canteiro é destacada (João):

PARA SITUAR

1. Onde você morava antes do Villarégia?

2. Como aconteceu a formação do grupo que ia compor as famílias da ASCA-BH? As famílias se conheciam?

3. Você chegou a fazer parte do Mutirão São Gabriel? E do processo de elaboração do projeto?

4. Você compunha esse grupo de famílias desde o início, desde antes de acontecer uma grande exclusão pelos critérios da CEF? Como foi isso, chegou a desmotivar quem continuou no processo?

SOBRE A ÉPOCA DAS OBRAS

5. Como era organizado o trabalho? Todos trabalhavam? Como era a diferença entre dia de semana e fim de semana?

6. Conte-me um pouco do seu dia a dia na obra? Você trabalhava em alguma FTR?

7. Como fizeram com os equipamentos, maquinário? Quem disponibilizou e operou?

8. E os materiais de construção, de onde vinham?

9. Houve algum momento que o trabalho foi contratado pelos moradores, que os moradores deixaram de trabalhar? Existiu alguma resistência ao trabalho? Se sim, por quê?

10. Como era a relação com a ASCA-BH? Havia lideranças que seriam futuros moradores também?

11. As lideranças participavam do mesmo jeito que os outros moradores? Existia algum tipo de hierarquia ou todos podiam propor?

12. Como era a relação com a SMAHAB? De que forma ela participava do processo?

SOBRE O PÓS-OCUPAÇÃO

13. Você conhece pessoas que transformaram o ofício aprendido no canteiro de obras em profissão?

14. Como foi o pós-morar? Julga importante?

15. Como é o dia a dia no conjunto, como a gestão é feita?

16. As pessoas se reúnem, se juntam para trabalhar em algo em comum? Há alguma atividade ou produção comunitária hoje?

17. Todos são proprietários dos apartamentos? Já terminaram de pagar a CEF? Para a É possível vender os apartamentos? Se sim, costuma ter muita venda?

18. Como você enxerga o processo de alcançar a moradia por uma política pública de autogestão? Você acha que existe alguma diferença entre morar em um conjunto que foi produzido pelos próprios moradores e morar em outro lugar que as pessoas não tenham produzido, apenas comprado? Se sim, o que tem de diferente?

19. Algo desse processo de autogestão ficou marcado em você?

Entrevista com mestre de obras (Maria):

PARA SITUAR

1. Onde você morava antes do Villarégia?

2. Como aconteceu a formação do grupo que ia compor as famílias da ASCA-BH? As famílias se conheciam?

SOBRE ÉPOCA DAS OBRAS

3. Conte-me um pouco do seu dia a dia na obra? Você trabalhava em alguma FTR?

4. Houve algum momento que o trabalho foi contratado pelos moradores, que os moradores deixaram de trabalhar? Existiu alguma resistência ao trabalho? Se sim, por quê?

5. Como era a relação com a ASCA-BH? Havia lideranças que seriam futuros moradores também?

6. As lideranças participavam do mesmo jeito que os outros moradores? Existia algum tipo de hierarquia ou todos podiam propor?

7. Como era a relação com a URBEL/SMAHAB? De que forma ela participava do processo?

SOBRE RSV

8. Como você virou mestre de obras, qual foi o caminho percorrido?
9. Você foi contratada e remunerada pela equipe do RSV?
10. Como é ser mulher e trabalhar no canteiro? Fez diferença ser mestre de obras mulher, as pessoas te respeitaram?

ATUAL

11. Como você trabalha hoje? Sozinha, com outras mulheres, tem uma equipe...? Qual tipo de trabalho você faz?
12. Como é o dia a dia do conjunto, como a gestão é feita?
13. As pessoas se reúnem, se juntam para trabalhar em algo em comum? Há alguma atividade ou produção comunitária hoje?
14. Como você enxerga o processo de alcançar a moradia por uma política pública de autogestão? Você acha que existe alguma diferença entre morar em um conjunto que foi produzido pelos próprios moradores e morar em outro lugar que as pessoas não tenham produzido, apenas comprado? Se sim, o que tem de diferente?
15. Algo desse processo de autogestão ficou marcado em você?

Entrevista com setor técnico (Mário):

1. Como foi o processo de incorporação da ideia de autogestão na política habitacional de Belo Horizonte? E pelo corpo técnico da URBEL?
2. Na Resolução IV da PMH, uma das atribuições da URBEL é capacitar os associados para a realização dos empreendimentos. O que isso significa e como foi feita essa capacitação?
3. Na sua avaliação, o Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão conseguiu avançar para além da produção de casas? Você sabe se existiu algum conjunto que conseguiu abraçar também outras necessidades – como escola/creche, equipamento de lazer...?
4. Moradores de conjuntos que entrevistei disseram que a URBEL/SMAHAB dificultava um pouco o fluxo do processo autogestionário, principalmente na fase da obra em si. Você, que acompanhava de dentro, concorda? Como você acha que a política pública ou o próprio contato com as associações poderiam ter sido conduzidos para haver mais liberdade?
5. Teve algum momento que princípios autogestionários apareceram em outra gestão, que não a da Frente BH Popular e a seguinte? Como?
6. Havia forças externas à URBEL/SMAHAB que faziam algum tipo de pressão para inviabilizar a autogestão?
7. Na sua avaliação, quais foram os maiores desafios enfrentados na aplicação desta política pública?

8. Por que a autogestão em Belo Horizonte não teve continuidade, você já fez alguma avaliação desse tipo?

Entrevista com membro de coordenação do MLB (Paulo):

1. Conte-me como foi o processo de construção das áreas coletivas/públicas daqui, de tudo o que é de todos? Primeiro as famílias se voltavam para a construção das casas e, só depois, das áreas comuns?
2. Qual é o papel de uma liderança dentro da ocupação e como essas pessoas se tornam em liderança? Existem quantas na Eliana Silva hoje?
3. Todos os moradores e moradoras da Eliana Silva precisam ser filiados ao MLB? E existem ações/atividades para fora da ocupação que a participação seja obrigatória? Atos, encontros, marchas...?
4. A Eliana Silva possui algumas regras que devem ser seguidas? Se sim, quais são elas e como são decididas? Mudam ao longo do tempo?
5. Ainda acontecem assembleias gerais na ocupação? Com que frequência e o que se discute? As falas das pessoas têm a mesma importância, todos podem contribuir?
6. Me conte como é a relação da Eliana Silva com a Prefeitura? São parceiros, são oposição...? Uma ocupação é contra ou a favor do Estado, existe uma definição?
7. Quais são os desafios enfrentados hoje na ocupação, eles existem?
8. Ocorre muita venda de lote na Eliana Silva? Existe algum tipo de controle para esta prática?
9. Existem planos para a ocupação?
10. Você acha que as ocupações urbanas são, de certa forma, temidas? Se sim, por quem e por quê?

Entrevista com morador(a) da vila que tenha familiaridade com a creche (Denise):

PARA SITUAR

1. Você mora na Eliana Silva desde quando?

SOBRE ÁREAS COLETIVAS/PÚBLICAS

2. O que era construído primeiro, as casas ou as ruas? As pessoas já sabiam onde iriam montar a lona?
3. Como ocorreu o processo de abertura de ruas? Assim que ocupou, já foi iniciado o processo de abertura? A mão de obra veio da própria ocupação? Todos participavam?
4. E os equipamentos de uso público (biblioteca, creche, cozinha...), desde o primeiro momento os espaços desses equipamentos já foram reservados?

5. Como foram combinadas, se existentes, as divisões de tarefas para a construção desses equipamentos? Houve participação de todos nessa tarefa ou existiu alguma divisão de responsabilidades?

6. De onde vinham os recursos para a construção tanto das ruas quanto dos equipamentos de uso público?

7. Você se lembra de algum momento na história da Eliana Silva que as pessoas precisaram se reunir para batalhar por alguma coisa?

ATUAL

8. Parece que nos primeiros anos da Eliana Silva existiu um banheiro e uma cozinha comunitários, uma forma de tratamento de esgoto em conjunto... Essas soluções coletivas ainda existem e são usadas?

9. Atualmente as pessoas se reúnem para trabalhar para alguma finalidade? Existe alguma atividade ou produção comunitária/coletiva?

10. Existem diferenças de função dentro da ocupação, pessoas responsáveis por coisas distintas? Se sim, como essas diferentes responsabilidades são estabelecidas?

11. Como você virou responsável pela creche, qual foi o caminho percorrido?

12. Como a creche foi construída? A mão de obra veio da própria ocupação? Quantas pessoas trabalharam nas obras?

13. Como a creche funciona? Quais são as atividades desenvolvidas?

14. Conte-me sobre o projeto político-pedagógico da creche que está em curso?

15. A creche consegue ir além da finalidade de alfabetização/sala de aula? O objetivo de fazer da creche um lugar de desenvolvimento artístico, esportivo e formativo (aulas de inglês, curso de formação de educadores populares) continua?

16. O que a creche representa para a Eliana Silva, qual a sua importância?

17. Existem planos para a creche no futuro?

18. Você, que já morou em um lugar diferente de uma ocupação urbana, consegue ver alguma diferença entre morar em uma ocupação e morar em qualquer outro lugar fora dela? Se sim, o que tem de diferente?